FOLHA DE S.PAULO

HÁ 100 ANOS UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.811 — QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2021 — R$ 5,00

Karime Xavier/Folhapress

OFICINA REABRE COM 'PARANOIA'

Marcelo Drummond e Sonia Ushiyama durante ensaio da peça, no Teatro Oficina, em São Paulo; companhia volta a receber público hoje, dia em que completa 63 anos Ilustrada C1

SP supera EUA, Alemanha e Reino Unido em vacinação

Estado imunizou totalmente contra Covid 87% da população acima de 18 anos

O estado de São Paulo já imunizou totalmente contra a Covid 87% de sua população adulta. Se considerado o alvo da campanha —adultos e adolescentes a partir de 12 anos— são 78,5%, ou 31 milhões de pessoas. O desempenho supera o de países desenvolvidos como Alemanha, EUA e Reino Unido.

Os dados foram agregados pela **Folha** e mostram as doses aplicadas até 26 de outubro. A performance foi comparada à de países desenvolvidos com ampla cobertura vacinal —além dos citados (com 75% no primeiro caso e 68% nos outros dois), Espanha (88%), Canadá (84%), França e Itália (ambos 79%).

O Brasil, entretanto, iniciou a aplicação da vacina cerca de um mês depois das nações observadas. São Paulo, o precursor, deu a primeira injeção em 17 de janeiro e hoje lidera a imunização no território brasileiro. Receberam ao menos uma dose 98,1% dos residentes no estado com 12 anos ou mais.

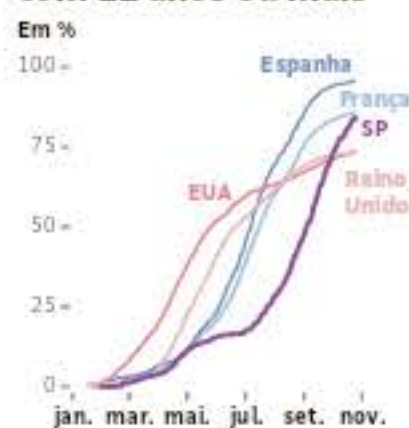
Os índices são ainda mais elevados na capital, onde 92,2% completaram o esquema vacinal. No Brasil, são 53,1%. Embora celebrem a alta adesão, especialistas sublinham que ainda há uma quantidade considerável de pessoas que tomaram a primeira dose e não retornaram para a segunda. Saúde B1

Totalmente vacinados com 12 anos ou mais

Em %

Espanha, França, SP, EUA, Reino Unido

100, 75, 50, 25, 0

jan. mar. mai. jul. set. nov.

Ao menos uma dose e totalmente vacinados Em %

	ao menos 1 dose	totalmente
Espanha	90	88
França	89	79
São Paulo	98	79
EUA	79	68
Reino Unido	74	68

Fonte: Our World in Data e Consórcio de veículos de imprensa

CPI mantém força-tarefa e troca elogios com Aras

O grupo majoritário da CPI da Covid manterá a sequência de trabalhos mesmo após a entrega do relatório ao procurador-geral da República, que trocou ontem elogios com a comissão. Uma das primeiras medidas será investir em um observatório para fiscalizar avanços. Poder A4

Copom eleva taxa Selic em 1,5 ponto, maior alta desde 2002

O Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa básica de juros em 1,50 ponto percentual, a 7,75% ao ano. Esta é a maior alta desde dezembro de 2002, quando a Selic subiu 3 pontos, de 22% para 25%.

A decisão acompanhou a expectativa do mercado ante o aumento do risco fiscal.

Há consenso de que a inflação deve estourar a meta de 3,75% fixada pelo Conselho Monetário Nacional para este ano. O Copom já mira o controle de preços de 2022 e de 2023. Mercado A13

Desemprego cai para 13,2%, mas renda encolhe, aponta IBGE A15

Flávia Boggio

Uma agência para falsificar notícias

Bolsonaro aproveitou para fundar a Agência Falsificadora de Notícias e encobrir calamidades do governo. Na próxima live, deve insinuar que floresta causa impotência. Ilustrada C7

Pfizer pedirá aval à Anvisa para vacina em crianças de 5 a 11 B2

Kit anti-Trump no TSE é base ao julgar Bolsonaro-Mourão

Poder A8

PSDB vê racha entre Doria e Leite no ABC paulista

Poder A10

Danilo Verpa/Folhapress

IGREJA ABANDONADA SE TORNA OCUPAÇÃO DE SEM-TETO NO CENTRO PAULISTANO

A colombiana Rosa Gonzalez, 67, se mudou para o imóvel; o local, que fica em frente à praça Princesa Isabel, estava fechado desde ao menos 2018 e foi tomado há cerca de um mês Cotidiano B4

Esporte B6

Maurício demitido

O Minas Tênis Clube anunciou ontem a rescisão do contrato do atleta do vôlei Maurício Souza, que havia feito publicações homofóbicas em suas redes sociais.

Ilustrada C8

Morre aos 61 Letieres Leite, maestro que iluminou a percussão afro-baiana

Turismo C10

Salvador esconde Caribe em miniatura nas ilhas da Baía de Todos os Santos

Derrota legislativa deve levar Portugal a antecipar pleito

O Parlamento de Portugal reprovou a proposta orçamentária do governo para 2022, e o presidente Marcelo Rebelo de Sousa deve dissolver o Legislativo e convocar eleições. Terminará, assim, a inédita aliança de esquerda, a "geringonça", que elegeu António Costa premiê. Mundo A11

Área degradada da Amazônia também é causa de emissões

Cientistas alertam que danos de incêndios e retirada de madeira deveriam se somar ao desmate no cálculo de emissões de carbono e pedem que o tema entre na COP26. B5

Guedes chama de burro o ministro-astronauta Pontes

Mercado A16

Leilão do 5G deve ser disputado por 15 empresas

Mercado A17

EDITORIAIS A2

Estamos vencendo

Sobre o avanço da vacinação e a volta à normalidade.

Injustiça militar

Acerca de limites dos tribunais das Forças Armadas.

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Estamos vencendo

Vacinação se dissemina no Brasil como em poucos países e permite retorno vigilante à normalidade

É uma lástima que a incompetência e a ignorância do governo Jair Bolsonaro tenham retardado a vacinação contra a Covid-19, contribuindo para dezenas de milhares de mortes evitáveis no Brasil. A resistência da sociedade, entretanto, empurrou a campanha para a frente e produziu resultados que já podem ser considerados excelentes.

No estado de São Paulo, adiantado no processo, 87 de cada 100 adultos completaram seu ciclo de imunização. Os indicadores paulistas hoje são equiparáveis aos de nações desenvolvidas como França e Itália, e melhores que os da Alemanha, do Reino Unido e dos Estados Unidos.

A julgar pelos que tomaram ao menos uma dose —praticamente todos com 18 anos ou mais—, a cobertura em São Paulo chegará muito perto de abranger o conjunto das populações alvo em semanas.

Curvas parecidas se delineiam para o público de 12 a 17 anos, que começou a ser vacinado recentemente, e também no caso dos acima de 60 habilitados à dose de reforço. Em ritmo pouco inferior, as demais unidades da Federação convergem para resultados similares.

Em decorrência da imunização maciça, fruto do trabalho de estados e prefeituras e da elevada confiança dos brasileiros nas vacinas, a infecção pelo coronavírus entrou em declínio sustentado no país.

O número médio de mortes, embora ainda elevado, baixou de mais de 3.000 por dia, no início de abril, para menos de 350. As internações em UTIs paulistas caíram continuamente —1.700 hoje ante mais de 13.000 no pico—, regrediram a marcas do início da pandemia em 2020 e indicam manutenção da tendência de queda nos óbitos.

Esse conjunto de dados sugere que a sociedade brasileira, por suas próprias forças e a despeito da desídia do governo federal, está vencendo a epidemia de coronavírus. A confiança para a retomada de hábitos da vida normal, fundamental para o bem-estar individual e coletivo, pode agora alimentar-se de fatos e conquistas concretas.

Quando faltavam vacinas, o distanciamento não foi uma resposta ideológica, como apregoam os negacionistas do bolsonarismo, mas uma questão de obedecer às melhores recomendações da ciência para salvar vidas. Da mesma maneira, a volta à normalidade não deveria ser obstaculizada por considerações de natureza subjetiva.

Decerto há que reforçar as vigilâncias sanitárias por exemplo com a disseminação de testes rápidos, que se tornaram mais eficazes e baratos. Se houver sinais de repique da doença, que se avaliem as medidas cabíveis ao risco oferecido.

Mas é hora de olhar com mais segurança o futuro imediato, de retomar com as cautelas devidas as relações pessoais que dão mais sentido e frutos à vida humana.

Injustiça militar

STF precisa concluir debate sobre limites dos tribunais fardados no regime democrático

Em boa hora o Supremo Tribunal Federal decidiu retomar o julgamento de duas ações que questionam os poderes da Justiça Militar no país, pendentes há vários anos.

No primeiro caso, discute-se sua competência para julgar civis em tempos de paz. O Código Penal militar, vigente desde o período autoritário, incluiu entre os crimes que poderiam ser julgados pelas cortes fardadas o desacato a militares, mesmo se cometido por civis.

Definido vagamente pela legislação, o delito tornou-se obsoleto com a redemocratização do país, por dar margem a tentativas de cerceamento da crítica legítima —incabíveis numa sociedade aberta.

No segundo caso, a questão é saber se crimes cometidos por militares em operações de garantia da lei e da ordem, como as ações na área de segurança pública, devem ser julgados pelas instituições castrenses ou pela Justiça comum.

Em 2010, uma lei assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva conferiu esta competência às cortes militares. Em 2017, Michel Temer a expandiu, transferindo para elas também os crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militares nas operações.

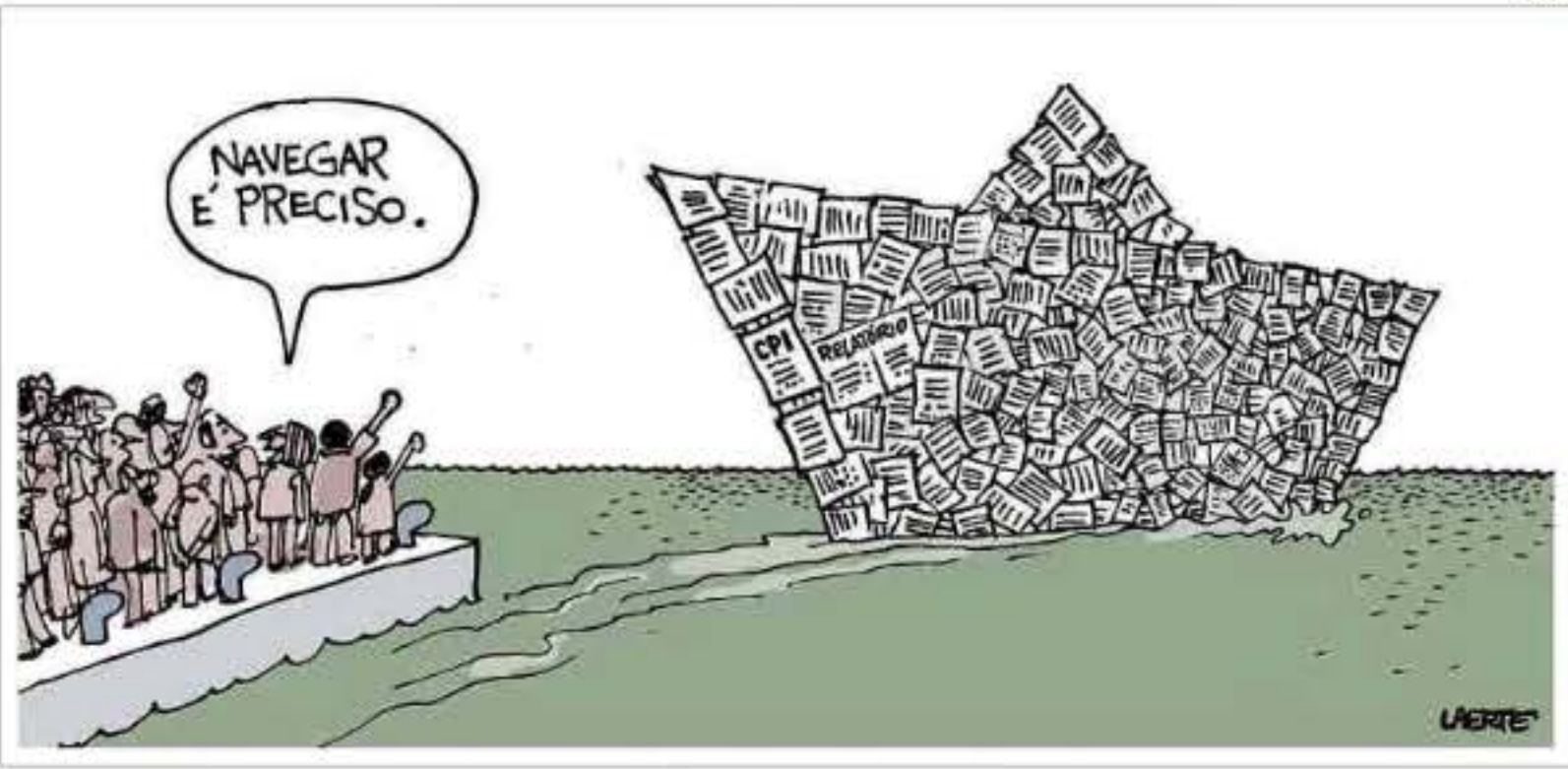
A Procuradoria-Geral da República apresentou as duas ações ao STF nos idos de 2013. É injustificável a demora do tribunal em enfrentar essas questões e decidi-las.

A que trata do julgamento de civis em tempos de paz foi incluída na pauta do plenário nesta quarta (27), mas não houve tempo de discuti-la. Espera-se que os ministros voltem a ela nesta quinta (28).

O debate sobre as operações na segurança pública começou há dois anos e foi interrompido. Três magistrados se manifestaram a favor da Justiça Militar e um votou contra. A data em que o julgamento será reiniciado permanece indefinida.

O que está em jogo nos dois casos é mais do que as atribuições dos tribunais. Trata-se de definir a quais mecanismos de responsabilização os membros das Forças Armadas devem estar submetidos num regime democrático.

Passadas mais de três décadas desde o fim da ditadura, o Brasil tornou-se ponto fora da curva ao expandir, em vez de restringir, o alcance das cortes militares em tempos de paz, inclusive para punir civis.

O Congresso faria bem em rever o desenho e as competências desses tribunais. Na ausência de ação legislativa, caberá ao STF definir os limites à luz das garantias constitucionais que oferecem proteção a todos os cidadãos, fardados ou não.

Com Justiça Militar, com tudo

Thiago Amparo

A partir de quando o fuzilamento de civis passou a ser atividade militar? Apesar da condenação por 3 votos a 2 dos militares que fuzilaram Evaldo Rosa e Luciano Macedo no Rio em 2019, restam, de um lado, famílias dilaceradas e, de outro, pergunta: a Justiça Militar deveria existir?

Uma justiça envenenada com o etos corporativista e cujo órgão máximo (STM) é composto em sua maioria por militares da ativa pode ser chamada de justiça?

Enquanto democracias caminham no sentido de restringir cortes militares, está no banco dos réus hoje no Supremo o oposto: sua expansão. A corte deve responder a duas perguntas. Podem juízes militares julgar civis em tempos de paz? Quando militares se aventuram em garantia da lei e da ordem ou GLOs estão submetidos à Justiça Militar?

O placar do STF está pendente a referendar a expansão da Justiça Militar, o que é, num só tiro, obsceno, institucionalmente, e inconstitucional, juridicamente. Se lerem a Constituição com o ódio e nojo que seu telos original nutre ante a ditadura, juízes treinados para a democracia saberão que se a lei faz caber tudo que quiser em "crimes militares", o limite constitucional perde a razão de existir.

Vítimas não são abstratas, como noticia a Agência Pública. O Tribunal Militar absolveu por "legítima defesa imaginária" um cabo do Exército que deixou um jovem paraplégico na Maré em 2015. Jovens foram detidos por mais de 500 dias num limbo entre a Justiça comum e a militar, mesmo alegando ter sido vítimas de torturas em quartel. Até 2019, ao menos 144 civis responderam por crimes militares de desobediência e desacato.

Há um grande acordo nacional, com Justiça Militar, com tudo: Lula submeteu as GLOs à Justiça Militar (LC 136/2010), Temer incluiu nela os crimes contra a vida de civis em GLOs (Lei 13.491/2017) e Bolsonaro defende que ofensas às Forças Armadas sejam julgadas por fardados. No país da anistia para torturadores, ou civis controlam o coturno ou por ele serão pisoteados. Haverá juízes em Brasília para fazê-lo?

O doutor e o almirante

Bruno Boghossian

O médico que comandava o Ministério da Saúde no início da pandemia foi demitido porque decidiu contestar os desatinos do chefe. Na véspera de perder o cargo, Luiz Henrique Mandetta reconheceu que estava em risco porque havia "um descompasso" entre a pasta e Jair Bolsonaro. O doutor que ocupa a cadeira hoje prefere não correr o mesmo perigo.

Marcelo Queiroga faz figuração no cargo de ministro da Saúde enquanto espera para lançar uma candidatura nas próximas eleições. Ele já lançou dúvidas sobre o uso de máscaras numa época em que morriam 1.000 pessoas por dia e suspendeu a vacinação de adolescentes para seguir as vontades de um presidente que acredita em boatos da internet.

Agora o doutor resolveu defender um chefe que espalhou uma associação falsa entre os imunizantes contra a Covid-19 e a Aids. Numa entrevista à agência de notícias portuguesa Lusa, Queiroga disse que Bolsonaro foi mal interpretado e que só existem "narrativas de como o presidente é contra a vacina".

O ministro desfila pelo país com números oficiais da vacinação para fazer propaganda do governo federal, mas é incapaz de desmentir uma das maiores atrocidades fabricadas pelo presidente em sua interminável campanha de sabotagem à imunização dos brasileiros.

Na ausência de um ministro disposto a proteger a saúde da população, surgiu um contra-almirante. O presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, usou o início de uma reunião da agência para rebater a barbaridade presidencial. "As vacinas aprovadas pela Anvisa não induzem a nenhuma doença", disse.

Formado em medicina, o militar se dizia amigo de Bolsonaro e participou de uma aglomeração em frente ao Planalto durante a pandemia. Meses depois, ele foi chamado à CPI e criticou as atitudes do presidente.

Barra Torres tem estabilidade no cargo e mandato até 2024. Queiroga quer segurar a vaga na Esplanada e pedir votos com Bolsonaro em 2022. Para atingir esses objetivos, o ministro prefere só bajular o presidente.

Para Aras ler na cama

Ruy Castro

Sim, nós sabemos que Augusto Aras, procurador-geral da República, passa o dia ocupado ignorando ou indeferindo pedidos de investigação dos crimes do governo, inclusive os praticados por apoiadores como políticos, médicos e advogados de aluguel, pistoleiros condecorados e incansáveis newsfakers ou, em faria-limês, influencers. Donde será demais exigir que se debruce durante o expediente sobre as 1.287 páginas do relatório do CPI da Covid, que pede o indiciamento de seu chefe Jair Bolsonaro por mais crimes que uma única vida seria capaz de pagar.

Mas nada impede que Aras, dedicado cumpridor das funções que lhe garantem o salário, leve a papelada para ler na cama. Muita gente lê antes de dormir, e Aras poderá pedir a um membro de sua equipe para organizar o material em blocos que lhe facilitem a leitura. Uma ideia seria separá-lo por tópicos, cada qual tratando de um dos nove crimes atribuídos a Bolsonaro: contra a saúde pública, incitação à morte, prevaricação, charlatanismo etc.

Depois de vestir o pijama de alamares e tomar sua gemada noturna, Aras afofará os travesseiros e, certificando-se de que está com os óculos na ponta do nariz, mergulhará na documentação. Muito do que lerá certamente lhe será novidade —as aglomerações que Bolsonaro provocou para induzir ao contágio do vírus, a pregação contra o distanciamento, a aversão à mascara e a compra maciça de cloroquina em vez de vacina, ajudando a matar, até agora, 606 mil brasileiros.

De nada disso Aras tomou conhecimento quando estava acontecendo. Até mesmo a fabulosa afirmação recente de Bolsonaro, de que a vacina provoca Aids, deverá surpreendê-lo. É normal —um procurador-geral não é obrigado a saber tudo o que acontece, bolas.

Teme-se que Aras durma no segundo parágrafo, vire para o canto e ronque. Eu não. Para mim, desta vez ele lerá algo que o fará perder o sono, e será bem feito.

Ambiente e justiça social

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Às vésperas da COP26, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas incluiu entre aqueles sob a sua guarda o de viver em um ambiente limpo, saudável e sustentável. Além disso, designou um relator especial para tratar dos impactos da degradação da natureza sobre tais direitos —forma prática de dar à questão a importância apropriada.

Na origem de ambas as decisões está uma ideia de há muito defendida pela ex-presidente da Irlanda, Mary Robinson, que também chefiou o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. É o tema de seu livro "Justiça Climática", recém-lançado no Brasil pela editora Record. A autora argumenta que a mudança climática representa uma crise de justiça por afetar de modo desproporcional os países de baixa renda e, em toda parte, os direitos básicos dos mais vulneráveis: homens e (especialmente) mulheres pobres, minorias étnicas e populações indígenas ou tradicionais. Gera ainda injustiça entre gerações, as mais novas pagando a imensa fatura do desastre semeado pelos seus predecessores.

Os realistas dirão que essa é uma conversa sobre valores: sem lugar, portanto, nas arenas onde recursos mais palpáveis de poder e considerações geopolíticas acabarão por definir os rumos da concertação mundial em defesa do planeta. Falso. Na origem de cada política governamental inovadora sempre estiveram ideias poderosas o bastante para transformar o que parecia natural e imutável em problema público, iluminar a busca dos instrumentos aptos a dele tratar e fornecer argumentos para quem pressionasse por soluções.

Foi assim, tipicamente, com a construção dos sistemas contemporâneos de proteção social. Eles resultaram de mudanças nas formas de perceber a pobreza, não como sina inescapável, mas como produto da operação do sistema econômico e do mando político. Foram também consequência de ideias embebidas em valores que, desde o final do século 19, estabeleceram a noção de direitos sociais —à previdência, proteção contra o desemprego, educação, saúde, habitação digna, garantia de renda mínima— associadas à cidadania e, enfim, à própria condição humana.

Incorporada aos direitos humanos e tratada como questão de justiça, a aspiração a um ambiente protegido da devastação poderá arrimar novas modalidades de ação nas ruas, no Judiciário e junto às instituições multilaterais.

No Brasil, se prosperar a sua percepção como alicerce de direitos sociais básicos, talvez sensibilize aqueles setores progressistas que, de tanto valorizar o petróleo e as grandes barragens, não conseguem incorporar a sustentabilidade climática à sua agenda política.

mhermtavares@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Existir com dignidade: direito de todos, dever do Estado

Sem documento, milhões de brasileiros não conseguem exercer sua cidadania

Raquel Santos Pereira Chrispino
Juíza da 1ª Vara da Família de São João de Meriti (RJ) e coordenadora do Projeto de Erradicação do Sub-Registro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

O registro civil de nascimento deve ser considerado um direito humano em si ao consignar os vínculos mais essenciais da pessoa, incluindo ascendência genética e direito à nacionalidade, além de ser o primeiro documento básico do cidadão. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima, no entanto, que pelo menos 3 milhões de pessoas não tinham registro civil de nascimento no Brasil em 2018, com sérias consequências para o exercício de sua cidadania.

Há 24 anos atuando como juíza no Rio de Janeiro, tive maior contato com esse tema ao ingressar na 1ª Vara de Família de São João de Meriti, cidade com um dos maiores índices de sub-registro do Brasil. Ali percebi que parte significativa dos processos de registro tardio vem de pessoas com passagem pelo sistema prisional. Em muitos casos, a falta dos documentos impede a comprovação de atividade laboral, frustrando acesso a um direito básico e às expectativas da própria sociedade quanto ao futuro dessas pessoas.

Além dos casos de sub-registro de nascimento, as pessoas sem documentos no sistema prisional também pertencem ao grupo dos chamados "equiparados" — que têm notícias do registro, mas não conseguem localizá-lo para emitir a segunda via da certidão. Há ainda aqueles que foram presos em unidade da Federação diferente daquela onde foram civilmente identificados, com o agravante de que não há comunicação entre os cadastros administrativos de identidade dos governos estaduais.

Nas audiências para buscar regularizar esses casos, é difícil assimilar que há registros de identidade criminal para fins de punição, mas não identidades civis para fins de cidadania, mesmo depois de anos sob a tutela do Estado. Muitas vezes, sequer se confirmava o nome do acusado ou do condenado.

O conceito de identificação criminal, do qual decorre o registro criminal, é previsto na Constituição Federal. Em geral, é usado nos processos criminais e de execução penal porque grande parte das pessoas não apresenta documentos no ato da prisão. Importante destacar que, sem a confirmação da identidade, abre-se um perigoso caminho para a prisão de inocentes, especialmente pessoas negras e hipossuficientes que têm dificuldades para demonstrar não serem as autoras do crime.

[...]

Parte significativa dos processos de registro tardio vem de pessoas com passagem pelo sistema prisional. (...) Sem a confirmação da identidade, abre-se um perigoso caminho para a prisão de inocentes, especialmente pessoas negras e hipossuficientes que têm dificuldades para demonstrar não serem as autoras do crime

No cumprimento da pena, a falta de identidade civil impede direitos básicos como acesso à medicação controlada ou ao trabalho formal, além de dificuldades no cadastramento de visitantes e nos trâmites em caso de óbito. A suspensão dos direitos políticos e do título de eleitor após a prisão também dificultam a emissão de documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social, essenciais para a retomada da vida em sociedade.

Embora o tema do sub-registro tenha gerado alguma mobilização institucional nos últimos anos, inclusive no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, é a primeira vez que uma mobilização nacional ampla com foco no contexto carcerário está em andamento. O Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acionaram mais de 150 parceiros locais e nacionais, incluindo o Tribunal Superior Eleitoral, para garantir que pessoas privadas de liberdade tenham sua identidade civil esclarecida em um cadastro único para obterem documentos. Um fluxo permanente de emissão está sendo criado junto a unidades da Federação, que também receberão 5.400 kits biométricos e apoio na formação de profissionais para a sustentabilidade das operações no longo prazo.

Ao confirmar a identidade das pessoas logo após a prisão e permitir o acesso à documentação civil, o Estado viabiliza direitos mínimos e a racionalização da porta de saída do sistema prisional. Sem isso, não podemos esperar resultados minimamente razoáveis da experiência do cárcere, seja para a segurança pública, seja para o objetivo de inserção social após o cumprimento de pena.

Uma nova visão sobre a riqueza pública

Boa gestão de patrimônios naturais e culturais exige, também, gerar lucro

Vinicius Lummertz
Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo

O patrimônio privado, por essência, deve dar lucro. Uma das métricas é o retorno sobre patrimônio líquido — em resumo, a capacidade de uma empresa de agregar, com o excedente, valor a ela mesma. Ao final, esse lucro se materializa em salários, dividendos, capacidade de produção e investimento.

Por que o mesmo raciocínio não vale para a riqueza pública brasileira? Tomemos como exemplo o patrimônio cultural. Na Europa, uma catedral, um museu e suas obras de arte, arquitetura, design e música dão lucro por meio da atração de turistas, pelo audiovisual e pela valorização simbólica de tudo que se produz, com benefícios para a indústria, além dos efeitos intangíveis que reforçam as identidades nacionais.

A boa gestão daquele patrimônio cultural impacta positivamente outros setores. A Catedral de Notre-Dame dá lucro para a sociedade francesa, enquanto a Catedral da Sé ou o Mosteiro de São Bento não dão para o estado de São Paulo. Ou a Ópera de Paris versus o Theatro Municipal paulistano.

No Brasil, há um entendimento mitológico de que o Estado tem os recursos para financiamento e custeio, não devendo gerar lucro. O recurso (público) para a consecução daquele serviço estaria previsto e, com uma canetada, garantido no Orçamento elaborado no ano anterior.

A mesma visão torta breca o potencial do patrimônio natural brasileiro? Qual é o retorno econômico das enormes áreas verdes, preservadas de tal forma que inibem a visitação? Pela lógica, os parques, além de gerar turismo e empregos locais, incentivam a educação ambiental e científica, constroem consciência e valores. Basta comparar os números. Nos EUA, os visitantes de parques naturais são mais de 300 milhões por ano. No Brasil, apenas 12 milhões, mesmo tendo o país uma cobertura vegetal três vezes maior.

[...]

Qual é o retorno econômico das enormes áreas verdes, preservadas de tal forma que inibem a visitação? (...) Basta comparar os números. Nos EUA, os visitantes de parques naturais são mais de 300 milhões por ano. No Brasil, apenas 12 milhões, mesmo tendo o país uma cobertura vegetal três vezes maior

O governo João Doria (PSDB) está virando essa lógica antiquada, concedendo a administração de dezenas de parques naturais do estado de São Paulo pela Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável. De um lado, desonera-se o poder público; de outro, alia-se ao concessionário para a atração de mais visitantes. O programa se chamará "Parques SP" e terá como objetivo dobrar, em dois anos, de 3 para 6 milhões o número de visitantes.

Assim também é o esforço da Prefeitura de São Paulo, dos prefeitos Bruno Covas (PSDB) e Ricardo Nunes (MDB), em recuperar o centro, que conta com o apoio do governo paulista. O tema não é novo e, por isso, urgente. Recuperado, aparecerá como uma das grandes novidades neste início de milênio.

Se houver uma estratégia, estou certo de que ela se traduzirá em zelo e atenção ao patrimônio de todos. Mantida uma visão míope, que contrapõe a utilização de modelos privados na gestão pública, serão repetidos padrões fadados ao fracasso.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

FUTURO
"Brasileiros descobrem incêndio florestal na Antártida da era dos dinossauros" (FolhaCorrida, 26/10)
Josiane Hierikim

O buraco

"Ossos de primeira e de segunda retratam o buraco em que nos metemos" (Maria Inês Dolci, 27/10). Viva Maria Inês, por escrever com tanta clareza a situação dramática que vivemos no Brasil! Até porque muitos a ignoram ou viram as costas para ela.
Beatriz Judith Lima Scoz (São Paulo, SP)

*

Ela só se esqueceu de dizer que Dilma e Collor caíram por muito menos. Mas o "mercado", este na Faria Lima, está pouco se lixando se tem gente brigando com os cães pelo lixo da caçamba.
Laudgilson Fernandes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Osso de primeira e osso de segunda. Mito, mito... É nisso que dá entregar o dinheiro a pessoas inescrupulosas como Paulo Guedes. Guedes é a essência criminosa de nossa elite econômica. São assassinos econômicos.
Frankklim Alencar Figueiredo (São Paulo, SP)

Esperando o quê?

O que o povo está esperando para reagir contra a fome, contra a falta de emprego e contra uma guerra civil que está logo ali no horizonte?
Luciano Vettorazzo (São José do Rio Preto, SP)

Os astronautas

"Guedes chama ministro-astronauta de burro e diz que às vezes se pergunta o que está fazendo no governo" (Mercado, 27/10). Que governo é este, meu Deus? Se entre eles o fogo amigo se propaga assim, imagina... Nós, brasileiros, também perguntamos a Paulo Guedes o que um ministro tão incompetente como ele continua fazendo sentado na cadeira de ministro da Economia. Mas, se olharmos para o time todo do governo, o parâmetro é mesmo a mediocridade.
Marli Miranda Vieira (São Paulo, SP)

*

O Posto Ipiranga faz provocações com frases de efeito para desviar a atenção de sua pífia gestão da economia, vide a inflação, o desemprego, a miséria, a fome a inexistência de programas de governo.... Guedes atende só aos banqueiros, aos ricos (como o dono do Pactual) e às offshores com esse rentismo.
Maria José de Carvalho (Recife, PE)

*

O que está fazendo no governo? Eu respondo: destruindo economia, os empregos, a renda, o poder aquisitivo e a esperança. Fora, rua!
Sérgio Ribczuk (Araruna, PR)

*

Procura-se alguma publicação importante, um artigo, um livro do autor Paulo Guedes. Ninguém vai encontrar nada. Não passa de um falastrão, especulador financeiro. Veio para este desgoverno para ganhar dinheiro fácil. O Brasil terá que entrar numa marcha de reconstrução.
Ednaldo Miranda de Freitas (Coronel Fabriciano, MG)

*

A pergunta que se faz o ministro ("o que estou fazendo no governo") deveria ser "o que, depois da disparada do dólar, do retorno da inflação a dois dígitos e do descontrole das contas públicas, AINDA estou fazendo no governo?".
Cláudio Vasconcelos (Brasília, DF)

*

Eu respondo a Paulo Guedes o que ele está fazendo no governo: enriquecendo com a sua conta offshore devido ao derretimento do real e promovendo a miséria geral no país para que meia dúzia de pessoas fiquem mais ricas. Nefasto.
Luciano Neder Serafini (Ribeirão Preto, SP)

*

Olhe só quem é que está chamando o outro de burro.
Maria Lygia de Toledo Barros (São Paulo, SP)

Homofobia

"Minas Tênis Clube anuncia rescisão do contrato do jogador Maurício Souza" (Esporte, 27/10). Decisão corretíssima. Não há mais espaço para manifestações homofóbicas e racistas. Isso é Estado de Direito, de respeito às individualidades. Todos têm o direito de ser quem são.
Mateus Santana (Campinas, SP)

*

A discriminação não ocorre apenas no âmbito da violência física. Afirmar que um homossexual tem desvio de comportamento ou um comportamento antinatural é tentativa de justificar todo o tipo de discriminações, de limitações de direitos e de violências. A fala reduz a dignidade da pessoa atingida e busca fazer dela um cidadão de segunda categoria, inferior, desviante.
Philippe Rodrigues de Aquino (Belo Horizonte, MG)

*

Maurício Souza mereceu o que recebeu. Deveria ter guardado suas "opiniões" para o seu gueto de machistas, homofóbicos e sei lá mais o quê. Fico contente de ver que a era dessa gente desqualificada vai chegar ao fim. Ofensa e preconceito não são liberdade de expressão, não insistam nesse equívoco. Parabenizo os patrocinadores do Minas Tênis pela ação firme. Não fosse isso tudo terminaria em pizza.
Delzi Alves Laranjeira (Belo Horizonte, MG)

*

Pessoas são perseguidas, assassinadas e levadas ao suicídio por causa dessas "opiniões". Que as pessoas as guardem para si. Essas opiniões não são mais importantes que a vida ou a felicidade das pessoas que têm de matar um leão por dia para conquistar espaço e ter direito à felicidade.
Denise Brito (São Paulo, SP)

Mas...

Eu não sou homofóbico, mas acho que todos têm o direito a ter opinião. Seja ela qual for. Agora só pode apoiar? Não pode discordar?
Luiz Roberto Rocha Teixeira (São Paulo, SP)

Petrobras

"Bolsonaro diz que Petrobras só dá dor de cabeça e só presta serviço a acionistas" (Mercado, 27/10). A solução é muito simples: compre a parte dos acionistas e ponto final. Na China, o país que mais cresce no mundo, 80% das empresas pertencem ao Estado. Privatizar é conversa fiada de quem não sabe administrar e só destrói o que os brasileiros conquistaram em memoráveis lutas no passado.
Mateus Vaz de S. Sá (Goiânia, GO)

*

Quem dá dor de cabeça é Bolsonaro, um inepto no poder.
Rubens Moreira da Costa Júnior (São Paulo, SP)

poder

PAINEL | **Camila Mattoso**
painel@grupofolha.com.br

Língua nos dentes

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, o deputado Aliel Machado (PSB-PR) diz que Paulo Guedes (Economia) cometeu "sincericídio" ao atacar Marcos Pontes durante encontro com parlamentares nesta terça (26). Como revelou o Painel, Guedes referiu-se ao ministro da Ciência como burro e criticou sua gestão da pasta. O titular da Economia disse que, diferente do que sustenta Pontes, não houve corte no orçamento e o colega que não consegue executar os recursos.

BOQUIABERTO "Um conflito muito pesado e direto entre os dois ministérios e, particularmente, entre os dois ministros", afirma Machado, que diz ter saído perplexo da reunião.

DOIS LADOS "Isso não partiu apenas do ministro Guedes, partiu antes do ministro Marcos Pontes quando ele, depois de uma decisão de governo que envolveu a Casa Civil e o ministro Guedes, vai na imprensa e diz que sequer foi consultado", completa.

QUASE Ele se refere à declaração de Pontes, no começo do mês, de que pensou em deixar o governo ao ser informado da retirada de R$ 600 milhões de sua pasta—o que agora Guedes contesta.

SIDERAL Machado relata que Guedes afirmou que, na ocasião, Pontes estava "jogando para a torcida", e então criticou a escolha de prioridades por parte dele, o que a comissão irá apurar. "Ele falou 'se teve dinheiro para fazer foguete, que é o que ele colocou como prioridade, e não teve para o CNPq, ele tem culpa nisso também'", diz o parlamentar.

BLOCO Embora o governo e partidos do centrão tenham tentado interferir, integrantes da oposição preveem uma defecção baixíssima na votação da PEC dos Precatórios.

CORPO A oposição é formada por cerca de 130 deputados e decidiu votar contra o texto costurado pelo governo. O número é expressivo, já que uma PEC exige aprovação de 308 parlamentares.

RESÍDUO "No máximo cinco votarão diferente do que decidimos", diz o líder da Minoria, José Guimarães (PT-CE).

ESPALHA A oposição tem registrado rachas em temas importantes em debates recentes na Casa. Por isso, governistas apostavam numa divisão do campo para conseguir aprovar a proposta que promove um drible no teto de gastos para abrir espaço para elevar a R$ 400 o Auxílio Brasil.

TARTARUGA O PSL e o DEM ainda não apresentaram ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o pedido para fundir as siglas e criar a União Brasil. A razão, segundo a cúpula das legendas, é que o processo ainda está no cartório de títulos e documentos e só depois será encaminhado ao tribunal.

RELÓGIO Uma vez que chegue à corte, a expectativa é a de que a fusão seja homologada até dezembro. Deputados dos dois partidos aguardam o momento para conseguir migrar para outras siglas de interesse.

XAVECO O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), disse nesta quarta (27) que a União Brasil considera apoiar Ciro Gomes (PDT-CE) como candidato à Presidência em 2022, caso não lance candidatura própria. Reis é aliado de ACM Neto, presidente do DEM, que disse nesta terça (26) que votou no pedetista nas eleições de 2002.

NAMORO "Em 2022, o objetivo maior é ter candidatura própria. O ex-prefeito [ACM Neto] também disse isso, na presença de Ciro Gomes, que é parte interessada em ter esse apoio. Ter uma candidatura própria é conseguir ter um nome que reúna o sentimento da população e que possa ser essa caixa de ressonância", disse Reis durante entrevista a jornalistas.

LOGO ALI Reis afirmou que a definição da estratégia da União Brasil deve sair no início do segundo semestre de 2022.

BLOCK O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) está incentivando um boicote às marcas Fiat e Gerdau, patrocinadoras do Minas Tênis Clube, que cobraram posicionamento da agremiação após publicações homofóbicas de Maurício Souza. O Minas decidiu rescindir o contrato do atleta de vôlei nesta quarta (27).

CORRENTE "Não compre produtos da Fiat e da Gerdau, são contra a liberdade de opinião! Estes patrocinadores do vôlei do Minas são os responsáveis pela perseguição ao grande Maurício Souza", escreveu.

TIROTEIO

> Pior que manter o burro é ficar com o inteligente que atrapalha o país por falta de outro quebra galho disponível no mercado

De Julio Delgado (PSB-MG), deputado, sobre Paulo Guedes ter chamado o ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) de burro

com Guilherme Seto e Julia Chaib

Senadores da CPI da Covid entregam relatório final da comissão a Augusto Aras Antonio Augusto/Divulgação MPF

CPI troca elogios com Aras, mobiliza Congresso e mantém força-tarefa

Observatório deve fiscalizar andamento de ações penais e articular avanço de projetos no Legislativo após fim da comissão parlamentar

Constança Rezende, Renato Machado e Vinicius Sassine

BRASÍLIA O grupo majoritário da CPI da Covid irá manter a sequência de trabalhos do colegiado mesmo após a conclusão das investigações no Senado e a entrega do relatório final ao procurador-geral da República, Augusto Aras, nesta quarta-feira (27).

Uma das primeiras medidas será investir na criação de um observatório. A ideia é acompanhar sugestões de indiciamento na PGR e projetos de lei propostos ao Congresso.

Senadores temem arquivamentos por parte de Aras, ou letargia na análise das acusações, diante do histórico do procurador-geral e assessores de blindagem ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Além disso, o relatório contém 17 projetos de lei sobre os mais variados temas, como a criação de pensão para órfãos cujos pais morreram de Covid-19, aposentadoria por invalidez para pacientes com sequelas e tipificação no ordenamento jurídico brasileiro do crime de extermínio.

Na entrega do relatório, houve trocas de elogios entre Aras e a CPI. Em um vídeo divulgado pela PGR, o procurador-geral afirmou que a instituição fará um bom trabalho.

"Graças ao trabalho da CPI, nós já temos várias investigações em curso, ações de improbidade, denúncias já ajuizadas, afastamento de autoridades", disse o procurador.

Aras afirmou ainda que haverá a por parte da PGR a "agilidade necessária" com o material referente às autoridades com prerrogativa de foro, como Bolsonaro e seus filhos—o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Apesar da desconfiança, alguns senadores elogiaram a postura do procurador-geral da República. "Me chamou a atenção que a resposta [do Aras] foi muito firme", disse Simone Tebet (MDB-MS), líder da bancada feminina.

"Diferentemente de outros posicionamentos, eu vi uma firmeza de propósito. [Ele disse]: 'Eu tenho consciência que represento um órgão de fiscalização e controle'", afirmou.

Além da senadora, participaram da reunião Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Humberto Costa (PT-PE), Rogério Carvalho (PT-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Apesar dos afagos, os senadores manterão contato com juristas que colaboraram para a elaboração do relatório, em particular prestando auxílio em outras frentes, como na proposição de denúncia no Tribunal Penal Internacional.

Um projeto de resolução que cria formalmente a chamada Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19, mecanismo previsto no regimento do Senado, já está no sistema da Casa.

Segundo o texto, o grupo teria a finalidade de "fiscalizar e acompanhar os desdobramentos jurídicos, legislativos e sociais da CPI".

A frente será integrada, inicialmente, por senadores que assinarem a ata da constituição e poderá ter a colaboração de organizações da sociedade civil. Também terá regulamento próprio, aprovado pela maioria absoluta dos integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais.

Também caberá ao observatório o recebimento de novas informações e denúncias sobre irregularidades e erros no combate à pandemia.

A mobilização dos senadores já começou. A cúpula da CPI e integrantes da comissão fizeram um périplo para a entrega e discussão do relatório.

Além da reunião com Aras, senadores tiveram um encontro com o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), responsável pelo inquérito das fake news.

Os congressistas entregaram uma cópia do relatório da CPI. Além disso, trataram de dois requerimentos que foram aprovados na comissão e preveem a quebra de sigilo de Bolsonaro nas redes sociais e também do banimento do presidente das redes.

Apesar de a PGR já ter iniciado estudos e fatiamento do material, a própria comissão assumiu junto a Aras a responsabilidade de realizar a divisão e encaminhar as proposições para os foros adequados.

"[Decidimos nós mesmos fatiar] primeiro e sobretudo por dever de cautela. Esse é um dever de cautela que não é do Ministério Público Federal, não é do procurador-geral. É nosso", afirmou Randolfe, após a reunião no STF.

Os membros da CPI e do futuro observatório querem ainda encaminhar pessoalmente o material fruto do fatiamento, em viagens pelo país.

Nos bastidores, alguns senadores reconhecem que essa é uma forma de manter a comissão no foco das atenções, embora ressaltem que o objetivo é mobilizar a sociedade e não deixar as revelações caírem no esquecimento.

Os membros da comissão também apostam que a CPMI das Fake News, interrompida desde o início da pandemia, possa ganhar força e herdar a notoriedade da CPI da Covid.

Os senadores consideram que as investigações e o destaque midiático podem facilmente ser transferidos para a CPMI, que deve ser retomada no início do próximo ano.

Um requerimento aprovado prevê o compartilhamento de informações com a CPMI das Fake News, já que um dos focos de investigação da comissão recém-concluída foi a disseminação de fake news durante a pandemia. Integrantes da CPI da Covid, Randolfe e Humberto Costa (PT) também compõem a CPMI.

Também nesta quarta, os membros da comissão entregaram o relatório final para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A cerimônia durou poucos minutos. Antes, em discurso, Omar Aziz agradeceu ao presidente da Casa pela independência para que a comissão executasse os trabalhos.

Aziz ainda afirmou que a comissão detém documentos "comprometedores" que serão repassados para os órgãos de fiscalização. "Qualquer que seja o argumento para se contrapor, nós estaremos discutindo publicamente, até porque o relatório não é secreto, é público. Os documentos que temos que são sigilosos são comprometedores que serão repassados a eles, aos órgãos competentes, para que possam continuar a investigação", afirmou. "Não queremos vingança. Queremos justiça", completou.

À noite, durante sessão na Câmara, o presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) atacou o relatório da CPI e disse ser inaceitável a proposta de indiciamento de deputados.

Lira reconheceu a gravidade da pandemia e que "algumas atitudes, inclusive de autoridades constituídas, possam ter contribuído, em algum momento, para o agravamento da situação".

No entanto, ressaltou que a Constituição assegura a inviolabilidade de deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos. Na avaliação do presidente da Câmara, "é absolutamente descabido constranger parlamentar a depor em uma CPI, em virtude de haver manifestado determinada opinião".

Lira indicou ainda que a Câmara "analisará o teor e a aptidão processual do relatório da CPI de forma minuciosa, à luz da Constituição Federal, em particular do direito à liberdade de expressão e da imunidade parlamentar por opiniões, palavras e votos", seguindo o código de ética.

+ PGR PRETENDE FATIAR RELATÓRIO DA CPI PARA AÇÕES EM CURSO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A PGR (Procuradoria-Geral da República) já tem um levantamento feito de procedimentos e áreas no MPF (Ministério Público Federal) para destinar fatias do relatório final da CPI da Covid no Senado, aprovado pelos senadores na noite desta terça-feira (26). A elaboração do levantamento foi feita pelo Giac (Gabinete Integrado de Acompanhamento da Covid-19), uma unidade criada pela PGR para acompanhar medidas administrativas na pandemia e coordenar ações do MPF. O levantamento já feito pela PGR levou em conta que a CPI entregaria o relatório final completo aprovado pelo colegiado, o que de fato ocorreu. Assim, além de decisões sobre investigações da atuação de Bolsonaro, de seus ministros e de parlamentares aliados na pandemia, Aras e sua equipe teriam a prerrogativa de definir para onde serão remetidos os demais apontamentos do documento.

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 742,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 935,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.180,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.269,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.581,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

APRESENTA

EstúdioFOLHA

Psoríase pode afetar saúde física e mental de pacientes

Quem sofre da doença tem maior risco de desenvolver diabetes, depressão e ter o colesterol alto; terapias inovadoras estão à disposição no SUS e na Saúde Suplementar

Aos 15 anos, a jornalista Milena Fiori, hoje com 42, começou a ter um problema de pele. "Foi difícil na época descobrir o que era, fui a diversos médicos. Um deles me recomendou ir a um alergologista, pois suspeitava de crise alérgica", lembra ela.

O alergologista tinha um familiar que sofria de psoríase e reconheceu a doença de Milena. "Ele olhou minhas pernas e meu cotovelo e disse que era psoríase. Ele explicou o que era a doença, a origem genética, e fizemos uma biópsia para ter certeza."

Estima-se que, no mundo, 125 milhões de pessoas convivam com a doença, que atinge pessoas de todos os gêneros e idades, mas sobretudo na faixa dos 20 aos 40 anos.

A partir do diagnóstico até completar 40 anos, Milena viveu muitos altos e baixos. "Os gatilhos eram emocionais, tudo o que era diferente ou me pegava de surpresa. Eu dormia sem nada, no dia seguinte, acordava toda empipocada."

Isso a levou a se consultar com psicólogos e psiquiatras, sem que a questão fosse resolvida. No início da pandemia, ela se viu em um desses momentos ruins: a psoríase havia se exacerbado muito e o corpo estava todo coberto. Nessa época, já fazia algum tempo que Milena se sentia desmotivada em tratar a doença. Mas, com o incentivo do marido, ela resolveu ir a um médico recomendado por uma colega de trabalho.

"Essa pessoa tinha psoríase e percebeu que eu também tinha. Foi ela quem me falou pela primeira vez sobre novos tratamentos e como eles haviam mudado a vida dela."

A psoríase já havia prejudicado Milena na escola, no trabalho e no convívio social. "Teve uma ocasião em que saí de shorts para andar com o cachorro e uma pessoa me parou para perguntar o que eu tinha. Era algo frequente e muito invasivo."

A forma grave da psoríase é com frequência confundida com uma doença contagiosa, afirma a dermatologista Luiza Keiko Matsuka Oyafuso, professora de Dermatologia da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC) e coordenadora do Ambulatório de Psoríase e Hidradenite Supurativa. "As pessoas saem de perto, há grande impacto na qualidade de vida", atesta a especialista.

A doença se caracteriza por placas avermelhadas, com escamas esbranquiçadas -ou, no jargão médico, prateadas- que ardem, coçam e se descolam da pele, formando muitas vezes feridas e deixando manchas. Em geral, essas placas são bilaterais, dos dois lados do corpo, e terminam de forma abrupta, com as bordas bem marcadas em relação à pele sadia. As manifestações mais comuns são nos joelhos, cotovelos, couro cabeludo, região lombar, mas ela pode aparecer até nos órgão genitais e nas unhas.

"Não é só uma questão estética, esses pacientes têm mais risco de desenvolver uma série de doenças, como diabetes, depressão, ansiedade, hipertensão arterial e ter o colesterol alto", elenca o dermatologista Rafael Tomaz, gerente-médico de dermatologia da Janssen.

Buscar um especialista -dermatologista ou reumatologista- para ter um diagnóstico e tratar o quanto antes é fundamental. Para falar sobre os riscos da psoríase e tratamentos disponíveis, o Estúdio Folha, em parceria com a Janssen, irá realizar uma live (com transmissão via Folha.com e YouTube) no próximo dia 29, às 11 horas, com a participação de Rafael Tomaz, da médica Mayra Ianhez, professora de dermatologia da Universidade Federal de Goiás, e da cantora Kelly Key, que foi diagnosticada com a doença.

"Cerca de um terço dos pacientes desenvolvem a artrite psoriática, um tipo de artrite que pode ser mutilante, com lesões ósseas capazes de causar deformidades e levar à incapacidade laboral."

Sem tratamento, ressalta Tomaz, os pacientes podem ter um quadro progressivo, crônico, de dor e inchaço articular que impacta muito a qualidade de vida.

Os protocolos de tratamento das duas condições variam conforme os dois níveis de gravidade: leve ou moderada a grave. A avaliação é feita pelo médico, de acordo com a extensão, vermelhidão, espessura e grau de descamação.

Em lesões mais localizadas, são feitos tratamentos com pomadas e cremes, que podem controlar e trazer alívio. Já nos casos moderado a grave, são feitos tratamentos sistêmicos com imunossupressores, que precisam ser monitorados de perto pelo médico, porque podem causar alterações sanguíneas. Há também a fototerapia, uma exposição controlada à luz ultravioleta, realizada em consultório. Por fim, há os imunobiológicos, que também necessitam de acompanhamento de saúde regular.

Boa parte desses tratamentos já está disponível no SUS e na Saúde Suplementar. "De dez anos pra cá, as terapias inovadoras foram incorporadas, elas têm efetividade e segurança. Me formei há 45 anos e, para mim, foi uma revolução. Alguns dos meus pacientes mais antigos tinham contraindicação para as outras medicações. Um deles estava com psoríase há 20 anos, um mês depois da primeira aplicação, ele voltou e chorou. Ele nunca tinha visto a pele melhorar tanto", afirma Luiza Keiko.

A professora de dermatologia relata uma grande transformação na vida desse paciente após a psoríase ter sido controlada. "Ele ficou tão bem que começou a fazer ginástica e emagreceu."

Milena Fiori também sentiu essa mudança positiva desde que iniciou a terapia com imunobiológicos há dois anos. "Minha vida é diferente hoje, a autoestima melhorou muito. Minha pele está boa, posso até depilar a perna, o que antes era impossível. Hoje vou à praia e consigo levar uma vida super normal."

Milena também se empoderou como paciente e, assim como a colega de trabalho que a ajudou a descobrir novos tratamentos para a sua condição, passou também a espalhar a mensagem. "É importante dizer para as pessoas que existem diversos tratamentos e eles estão disponíveis para qualquer pessoa, tanto no SUS como pelos planos de saúde."

SERVIÇO:

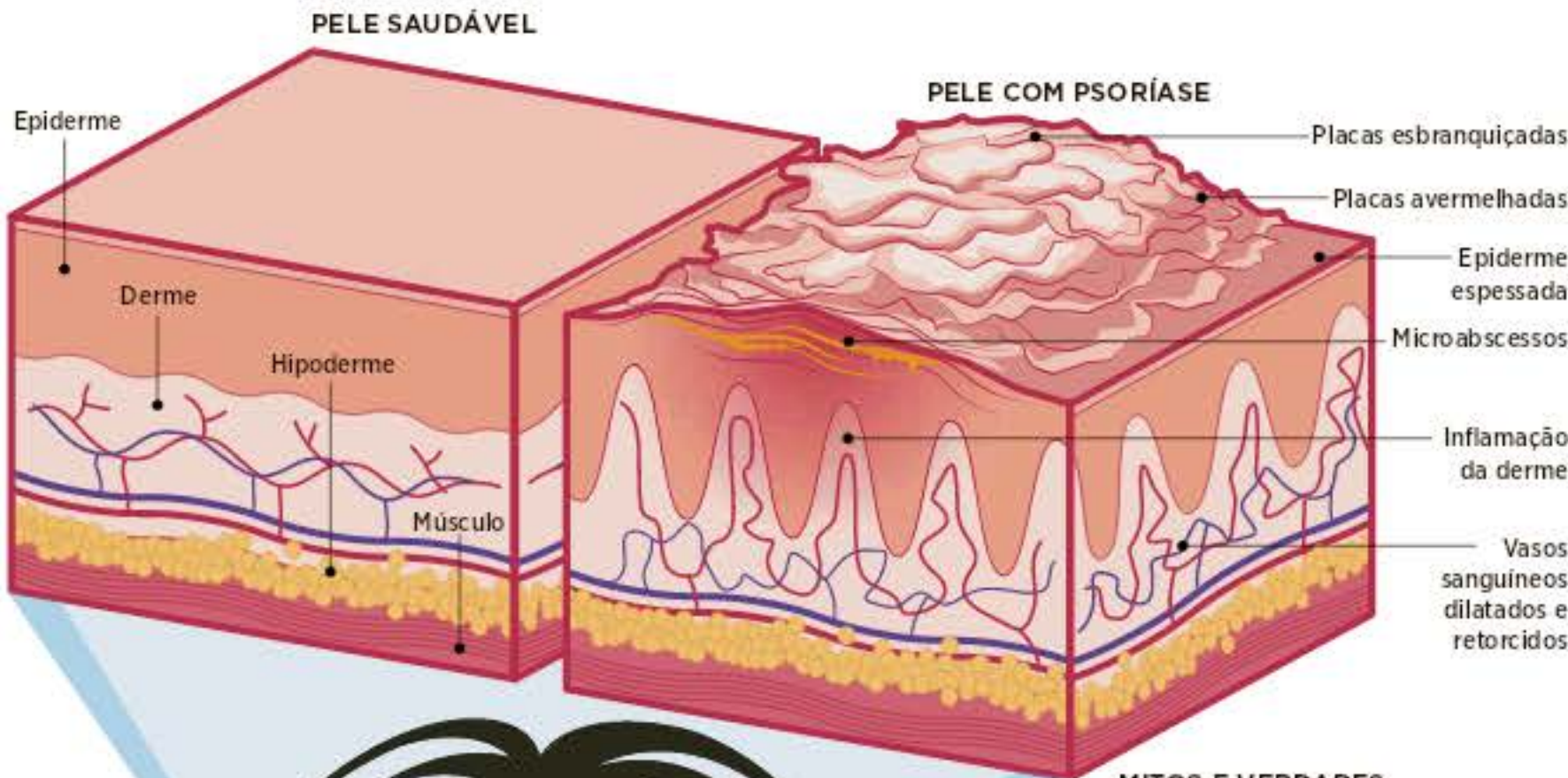
LIVE "Psoríase e artrite psoríásica: diagnóstico e tratamento"

Quando: Dia 29, às 11h

Onde: Folha.com e YouTube

Para mais informações acesse: www.transformeapsoriase.com.br

O QUE É A PSORÍASE

Normalmente a pele se renova a cada 30 dias, mas em quem tem psoríase esse processo é acelerado e as escamas de queratina se acumulam na epiderme

MITOS E VERDADES

É possível curar a psoríase? Mito, mas há tratamentos efetivos que podem controlar as inflamações na pele

Tratamentos caseiros resolvem o problema? Mito. A psoríase é uma doença sistêmica que precisa de acompanhamento médico

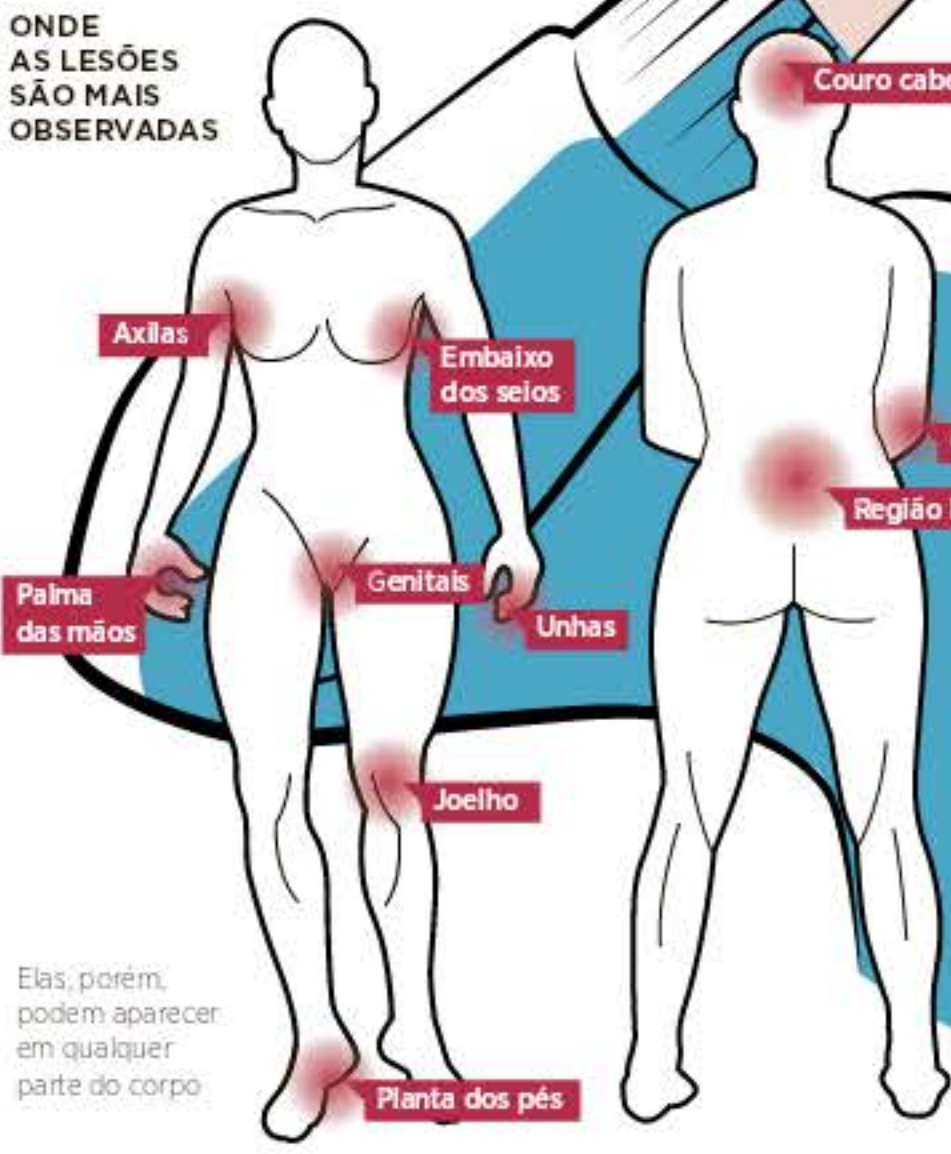
Os sintomas podem ser persistentes? Verdade. Em alguns pacientes, a inflamação pode ficar ativa por muito tempo. Mas há opções de tratamento que fazem os ciclos de remissão durarem períodos menores

O estresse tem relação com a doença? Verdade. O estresse pode desencadear a psoríase ou mesmo piorar as lesões já existentes

Outras doenças funcionam como gatilho? Verdade. Além do estresse, infecções graves, como HIV e hepatite, alguns medicamentos, entre eles o lítio, e traumas na pele podem desencadear o problema

O sol faz mal para quem tem psoríase? Mito. Pelo contrário, com cuidado e moderação, tomar sol ajuda a amenizar os sinais e sintomas

A psoríase só acomete a pele? Mito. Em 30% dos casos o quadro evolui para artrite psoriática, doença nas articulações que pode gerar deformações

Há outras complicações? Verdade. Estudos mostram que pacientes que sofrem com psoríase têm mais chance de desenvolver diabetes, hipertensão, depressão e ansiedade

Propostas da CPI contra desinformação podem gerar erros, dizem especialistas

Com textos genéricos, projetos dão espaço para interpretações equivocadas sobre fake news

Carol Macário e Nathália Afonso

AGÊNCIA LUPA Ao criticar o impacto negativo da desinformação durante a pandemia, o relatório final da CPI da Covid no Senado propõe mudanças na legislação para punir criminalmente a produção e disseminação de fake news.

Os dois projetos de lei sugeridos pelo relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), no documento, no entanto, usam termos genéricos sobre esse tema. Na prática, isso pode dar espaço para interpretações equivocadas na identificação de conteúdos e na punição dos responsáveis.

Uma das proposições legislativas indicadas pretende alterar o Código Penal e o Código de Processo Penal. A ideia é tipificar como crime a criação ou divulgação de "notícia que sabe ser falsa para distorcer, alterar ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à segurança, à economia ou a outro interesse público relevante". Segundo especialistas, esse trecho tem dois problemas.

O primeiro é a própria definição do que seria uma "notícia que sabe ser falsa". Segundo o presidente do Observatório Permanente da Liberdade de Imprensa da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Pierpaolo Cruz Bottini, a compreensão do que é falso é complexa e por isso existem debates em andamento para se chegar a um projeto coeso de combate à desinformação no país.

"Ainda estamos amadurecendo o conceito sobre o que é verdade ou mentira e se o direito tem legitimidade para fazer essa distinção", diz o advogado. "Realmente é difícil legislar nessa área porque a definição de fake news e como ela é feita é complicada. Na maior parte das vezes, uma notícia não é 100% falsa. E ela ganha 'credibilidade' e projeção justamente por isso."

A outra parte questionável do projeto diz respeito a quem classificaria uma informação como falsa. O texto não indica se essa identificação será feita por alguma entidade independente ou por um órgão público.

Nesse último caso, a análise de um post que circula nas redes sociais, por exemplo, poderia ser influenciada pelos partidos que estiverem no governo. Como não há clareza sobre como todo esse processo ocorreria na prática, publicações desfavoráveis poderiam ser taxadas como falsas e sofrer censura.

Nesse primeiro projeto proposto no relatório da CPI está prevista a prisão de seis meses a dois anos, além de multa, para quem criar ou divulgar informação falsa.

Nos casos em que a desinformação afetar a saúde pública, a pena aumentaria para de dois a quatro anos de prisão, mais multa, e seria ampliada se o responsável for um funcionário público ou "pessoa que desenvolva atividade de comunicação de maneira profissional".

Enquanto não existe um tipo penal para quem compartilha informações falsas, a legislação brasileira age apenas quando existe algum dano em consequência desse conteúdo.

"E aí existe uma série de crimes específicos, como crime da honra, relacionados à calúnia e difamação, por exemplo; crime de estelionato, quando tem prejuízo financeiro; ou ainda crimes relacionados à manipulação de mercado, crime no campo eleitoral", explica Bottini.

O relatório da CPI destaca ainda a necessidade de se identificar a pessoa responsável pela desinformação compartilhada nas redes sociais, o que é proposto em outro PL, que altera o Marco Civil da Internet e a lei da lavagem de dinheiro.

A justificativa é que "somente a partir da devida identificação do eventual infrator é que se pode responsabilizá-lo por seus atos e exigir a reparação dos danos causados". Contudo, a iniciativa não leva em consideração os diferentes tipos de perfis que compartilham uma informação falsa. Isso pode ser um equívoco, segundo especialistas.

"Você coloca em pé de igualdade a indústria de fabricação de desinformação, seja por fins comerciais, seja por fins políticos, com a pessoa que é enganada por essas peças de desinformação e que compartilha ingenuamente. [...] Corre-se o risco de simplificar demais com essa tipificação um tema que é muito complexo", afirma Adriana Barsotti, jornalista e professora do curso de jornalismo da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Para evitar isso, Bottini entende que, seja qual for a lei que eventualmente venha a ser aprovada nessa área, ela vai exigir dolo do sujeito, ou seja, a pessoa que dissemina conteúdo falso tem que ser consciente de que a informação que vai divulgar é mentirosa.

"Se um sujeito não tem a ciência clara de que é falso, ficará fora da criminalização. A ideia, portanto, é que exija sempre o dolo, a comprovação de que a pessoa conhecia o caráter de falsidade", diz.

Divulgado em setembro de 2020, um balanço publicado pela Unesco indicou que pelo menos 28 países haviam aprovado legislação relacionada à desinformação, seja atualizando alguma lei já existente ou aprovando uma nova.

O relatório afirma que é necessário ter cuidado para não criar leis abusivas, que podem acabar sendo utilizadas por governos para censurar opositores.

Alguns estudos já tentam entender como a aplicação de leis afeta o combate à desinformação.

Em junho deste ano, um levantamento liderado pelo pesquisador Peter Cunliffe-Jones, da Universidade de Westminster, analisou leis e regulamentos sobre fake news estabelecidos em 11 países da África subsaariana entre 2016 e 2020. Os pesquisadores avaliaram as normas adotadas e identificaram que tinham uma abordagem punitiva, com penas de prisão de até dez anos.

Cunliffe-Jones e os outros autores do estudo concluíram que as leis aplicadas naqueles países restringiram a liberdade de expressão. Os governos foram arbitrários na aplicação da lei, muitas vezes classificando como falsas as informações verdadeiras de opositores.

Ou seja, o objetivo maior não era corrigir uma publicação enganosa ou melhorar o acesso a conteúdos de qualidade sobre um determinado tema. Com isso, a autocensura aumentou e a desinformação não foi inibida.

Senadores fazem um minuto de silêncio durante a última sessão da CPI da Covid Pedro França - 26.out.21/Agência Senado

AGÊNCIA LUPA | lupa@lupa.news

Em última sessão, senadores fazem afirmações falsas sobre a pandemia

Senadores voltaram a fazer afirmações falsas sobre temas desmentidos seguidas vezes na última sessão da CPI da Covid, realizada nesta terça-feira (26). Alguns parlamentares defenderam medicamentos sem eficácia comprovada contra a doença, como a hidroxicloroquina. Também tentaram isentar o governo federal de responsabilidade na condução da crise sanitária, culpando o STF (Supremo Tribunal Federal) por ter supostamente impedido a atuação do presidente da República —o que é falso.

A Lupa verificou algumas das principais declarações dos senadores durante a sessão. A reportagem contatou a assessoria dos parlamentares, mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.

*

"Mais de 1.200 indígenas perderam a vida [na pandemia]" Fabiano Contarato (Rede-ES)

VERDADEIRO Até segunda-feira (25), a pandemia da Covid-19 provocou a morte de 1.222 indígenas no Brasil, aponta um levantamento independente do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, organizado pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

O número é consideravelmente maior que o informado pela Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), vinculada ao Ministério da Saúde, que contabiliza 826 óbitos até a mesma data. De acordo com a Apib, a diferença se deve ao fato de que o levantamento oficial exclui indígenas vivendo nas cidades ou em territórios não homologados.

"A decisão do STF quanto às responsabilidades na definição das ações no combate à pandemia, deixando aos estados e municípios tais responsabilidades (...)" Eduardo Girão (Podemos-CE)

FALSO Durante a pandemia, o STF (Supremo Tribunal Federal) não o decidiu que os estados e municípios deveriam ter toda a responsabilidade de traçar estratégias para barrar o avanço da Covid-19 no Brasil.

Essa informação falsa circula pelas redes sociais desde o ano passado e foi compartilhada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O que, de fato, aconteceu foi que o STF julgou três ações e entendeu que governadores e prefeitos têm autonomia para traçar planos de combate ao vírus em seus respectivos territórios, incluindo o fechamento do comércio.

O entendimento dos ministros é que a União também pode traçar estratégias de abrangência nacional. Ou seja, o Supremo não determinou que todas as ações fossem tomadas pelos governadores e prefeitos, e sim que o governo federal não poderia interferir em ações locais, como o estabelecimento de quarentenas e o fechamento do comércio.

"Testes de Covid-19. Foram adquiridos 40.504.836, a um valor total de R$ 1.360.721.959, distribuídos aos estados e municípios" Marcos Rogério (DEM-RO)

EXAGERADO Em 9 de outubro, o Ministério da Saúde divulgou que, desde o começo da pandemia, foram entregues 40 milhões de testes para Covid-19, um investimento equivalente a R$ 1,5 bilhão. O boletim epidemiológico mais recente da pasta sobre o novo coronavírus, no entanto, divulgado em 16 de outubro, indicou que entre 5 de março de 2020 e 16 de outubro de 2021 foram distribuídos 26.101.212 testes RT-qPCR (página 95), cerca de 13,9 milhões a menos que o divulgado.

Muitos dos testes adquiridos pelo governo federal não chegaram a ser distribuídos por estarem vencidos.

Em maio deste ano, alguns desses testes ainda não tinham sido distribuídos, e o Ministério da Saúde reconheceu que 1,7 milhão de unidades seriam inutilizadas. Cinco meses depois, em setembro, mais 18 mil kits de testes da doença foram desperdiçados.

Ainda em setembro, o governo anunciou o Plano Nacional de Expansão da Testagem para a Covid-19. O objetivo era chegar a 60 milhões de testes distribuídos em todo o país até o final do ano. Contudo, passado um mês do lançamento do projeto, apenas 13% do total de kits para diagnósticos previstos até o final de 2021 foram entregues.

"Apesar de não haver resultados conclusivos sobre a eficácia de determinadas drogas [contra a Covid-19], como a hidroxicloroquina e a azitromicina" Marcos Rogério (DEM-RO)

FALSO Diversos estudos publicados em revistas científicas prestigiadas já concluíram a ineficácia da hidroxicloroquina e da azitromicina na prevenção e no tratamento da Covid-19. Existe um amplo consenso científico de que as substâncias não são indicadas para esses fins. Um estudo realizado no Reino Unido e publicado pelo New England Journal of Medicine em novembro de 2020, por exemplo, concluiu que a hidroxicloroquina não reduziu a mortalidade em pacientes hospitalizados com Covid-19.

Em artigo publicado em março no periódico The BMJ, do Reino Unido, especialistas da OMS não só concluíram que a hidroxicloroquina tem pouco ou nenhum efeito na prevenção da Covid-19, como alertaram que seu uso pode causar efeitos adversos.

"Apresento no meu relatório 137 estudos, com média de 63% de melhoras obtidas com tratamento de ivermectina" Luís Carlos Heinze (PP-RS)

FALSO Além de levar em consideração trabalhos reunidos em uma meta-análise, que aglutina dados de diversas pesquisas menores, cuja legitimidade não é reconhecida por especialistas, o relatório alternativo apresentado por Heinze soma mais de uma vez alguns estudos para chegar em 137.

As informações foram traduzidas do inglês do site Ivmmeta.com, que lista 63 estudos. Destes, 30 eram ensaios clínicos randomizados controlados. Dentre os mesmos 63 trabalhos, 44 foram revisados por pares. Isso acontece porque alguns dos materiais listados são o estudos randomizados que foram revisados.

O ivmmeta.com apresenta meta-análise de vários artigos e estudos sobre a ivermectina e calcula a eficácia do fármaco a partir dos resultados de RR, sigla para risco relativo.

A versão mais recente dessa página, atualizada em 26 de outubro, analisou 64 estudos. As informações sobre eficácia da ivermectina apresentadas pelo site foram questionadas por diversos especialistas.

"Essa foi uma matéria publicada na revista Exame com o seguinte título: 'Algumas vacinas contra a Covid-19 podem aumentar o risco de HIV', no dia 20 de outubro de 2020. (...) E ele [Jair Bolsonaro] numa live faz menção a essa matéria. E no entanto o ódio se volta contra Bolsonaro e não contra a revista, que fez a fake news, que inventou a mentira, que publicou a mentira" Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ)

FALSO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não citou especificamente a revista Exame ao falsamente afirmar que relatórios do governo britânico indicam que pessoas totalmente vacinadas contra a Covid-19 estariam desenvolvendo a síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids) mais rápido do que o previsto.

Diante das críticas, Bolsonaro argumentou que teria tirado as informações de uma notícia recente sobre o assunto publicada pela revista. O conteúdo ao qual o presidente posteriormente atribuiu a culpa pelo equívoco, no entanto, foi distorcido.

O texto da Exame foi publicado em outubro de 2020, e não de 2021, e noticiava um artigo da Lancet no qual pesquisadores alertavam sobre o Ad5, um adenovírus que é usado em alguns tipos de imunizante de vetor viral, e um possível risco de vacinas com essa estrutura aumentarem o risco de contrair o vírus da Aids em caso de exposição ao HIV. Essa suposição não foi comprovada. Atualmente, a russa Sputnik V e a chinesa Convidecia, do laboratório CanSino, utilizam esse adenovírus.

Diferentemente do que sugere Flávio Bolsonaro, o conteúdo do ano passado da revista Exame não é falso. O mesmo assunto foi abordado por outros sites, como o da revista Forbes. Em nenhum momento o texto da revista menciona relatórios do governo britânico indicando que pessoas vacinadas estão desenvolvendo Aids —justamente uma das informações genéricas citadas por Bolsonaro.

Checagem por Bruno Nomura, Carol Macário e Nathália Afonso

VERDADEIRO A informação está comprovadamente correta. FALSO A informação está comprovadamente incorreta.

Filha de Bolsonaro poderá entrar em colégio militar sem seleção

Exército diz que ingresso excepcional de Laura é amparado em regulamento

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atendeu ao pedido de Jair Bolsonaro e autorizou que a filha do presidente, Laura Bolsonaro, 11, seja matriculada no Colégio Militar de Brasília de forma excepcional, sem passar pelo processo seletivo existente.

O pedido de Bolsonaro ao Exército por tratamento especial à filha foi revelado pela **Folha** em reportagem publicada em 25 de agosto.

O Centro de Comunicação Social do Exército confirmou à reportagem, no fim da tarde desta quarta-feira (27), que a decisão do comandante foi favorável ao pleito do presidente. Também foi favorável ao pedido o parecer prévio elaborado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército, o Decex, que subsidiou a decisão de Oliveira.

"O Decex apresentou parecer favorável à solicitação de matrícula. Posteriormente, o caso foi submetido ao gabinete do comandante do Exército para análise. Cumpridas as etapas descritas, o processo foi levado ao comandante, que emitiu despacho decisório deferindo a solicitação de matrícula em caráter excepcional", afirmou a Força na nota enviada à **Folha**.

A matrícula em caráter excepcional baseia-se no regulamento dos colégios militares, o R-69, segundo o Exército.

"A menor é dependente legal do presidente da República, comandante supremo das Forças Armadas, nos termos do inciso XIII do artigo 84, da Constituição Federal. O regulamento mencionado faculta ao comandante do Exército apreciar casos considerados especiais, ouvido o Decex, conforme justificativa apresentada pelo eventual interessado", afirmou o Exército na nota.

Há restrição de acesso ao processo aberto a partir do pedido de Bolsonaro, conforme a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, segundo a Força.

O ingresso em colégios militares do Exército se dá por meio de processo seletivo a que são submetidos meninos e meninas que disputam as vagas abertas nas unidades.

A matrícula de Laura, no ano letivo de 2022, repete o benefício dado ao filho da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). No ano passado, o menino de 11 anos foi matriculado no colégio, sem seleção, para cursar o sexto ano.

Zambelli é uma das principais apoiadoras de Bolsonaro. A deputada admitiu o privilégio, mas negou irregularidades. Ela alegou que se tratava de uma questão de segurança: o filho sofreria ameaças desde 2016, conforme a mãe.

A autorização em caráter excepcional foi dada pelo então comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, e publicada em um boletim interno de acesso restrito.

O Colégio Militar de Brasília é uma unidade do Exército. Os concursos para seleção de crianças para estudarem na unidade e em mais 13 colégios —Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Santa Maria (RS), Fortaleza, Manaus, Belo Horizonte, Juiz de Fora (MG), Salvador, Recife, Curitiba, Campo Grande e Belém— abriram inscrições em 18 de agosto. As inscrições prosseguiram até 24 de setembro.

Em Brasília, conforme o manual do candidato, estavam disponíveis apenas 15 vagas para o sexto ano do ensino fundamental. As crianças candidatas foram submetidas a três etapas: exame intelectual, que tem caráter eliminatório e classificatório; revisão médica e odontológica, eliminatória; e "comprovação dos requisitos biográficos dos candidatos", também eliminatória.

O exame intelectual consiste em 12 questões de matemática, 12 de língua portuguesa e uma redação de 15 a 30 linhas.

Já os exames médicos, para os classificados, incluem: radiografia do tórax, glicose, hemograma completo, sumário de urina, parasitologia de fezes, eletrocardiograma e exame clínico e odontológico. A biografia consiste na análise do histórico escolar.

Filhos e filhas de militares também podem ser matriculados nos colégios do Exército em condições específicas, independentemente de seleção, como órfãos, dependentes de militares que mudaram de sede e dependentes de militares aposentados por invalidez.

Essas previsões estão no R-69, vigente desde 2008 por meio de uma portaria editada pelo comandante do Exército. Ele prevê ainda acesso a anos escolares para os quais não há processo seletivo, conforme regulação do departamento de ensino da Força.

Para esses casos, são feitos sorteios, mediante inscrição direta dos interessados no Colégio Militar. O de Brasília, por exemplo, publicou em agosto um comunicado com informações sobre sorteios para eventuais vagas ociosas no sétimo, oitavo e nono anos do ensino fundamental, além de segundo e terceiro anos do ensino médio, todas elas para 2022. O sorteio inclui os casos especiais previstos no R-69.

O mesmo R-69 é usado para as autorizações excepcionais, as matrículas de alunos por decisão direta do comandante do Exército.

As vagas nos colégios militares são disputadas. Em 2017, na unidade em Brasília, houve 1.212 candidatos para 25 vagas ofertadas para o sexto ano, ou 48 candidatos por vaga.

Bolsonaro se levanta e deixa programa o Pânico, da Jovem Pan, após pergunta sobre "rachadinha" Reprodução

'Rachadinha' faz presidente abandonar programa de TV

Marianna Holanda e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) abandonou uma entrevista do programa Pânico da Jovem Pan, nesta quarta (27), após ser cobrado pelo comediante André Marinho a responder a uma pergunta sobre "rachadinha" e em meio a um bate-boca dos participantes da transmissão.

O desentendimento começou porque Marinho havia perguntado amtes, sem citar o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), se quem pratica "rachadinha" deveria ser preso.

Já irritado, o presidente disse que não iria responder nem cair em provocação. Bolsonaro participava da entrevista por vídeo, de Manaus.

O presidente afirmou ainda que o pai do comediante, o empresário Paulo Marinho, estaria interessado no cargo do senador.

"Marinho, você sabe que eu sou presidente da República e eu respondo sobre os meus atos, tá ok? Então não vou aceitar provocação tua, você recolha-se aí ao teu jornalismo, não vou aceitar", disse Bolsonaro.

Paulo Marinho é suplente de Flávio e foi um dos principais apoiadores do presidente em 2018. Depois, rompeu com o clã e se filiou ao PSDB.

Flávio foi acusado pelo Ministério Público fluminense de operar um esquema de devolução de salários em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A apuração está suspensa.

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho 02 do presidente, também é investigado pelo Ministério Público do Rio por suspeita de "rachadinha".

A insistência de Marinho para que Bolsonaro respondesse à pergunta levou a um bate-boca com o comentarista Adrilles Jorge.

TSE reforça kit anti-Trump ao julgar chapa Bolsonaro-Mourão

Objetivo é criar jurisprudência contra uso das redes para manipular eleições

O presidente Jair Bolsonaro discursa durante evento de pastores evangélicos no Amazonas Isac Nóbrega/Divulgação Presidência

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) está usando o julgamento das ações eleitorais que pedem a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão como uma vacina contra campanhas em redes sociais que tentam deslegitimar a eleição de 2022.

O relator das ações, ministro Luís Felipe Salomão, propôs a tese jurídica de que "o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando a promover disparos em massa contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato pode configurar abuso de poder econômico ou uso indevido dos meios de comunicação social e pode gerar cassação de chapa".

Os dois ministros que votaram depois de Salomão, Mauro Campbell e Sergio Banhos, o acompanharam, e a maioria dos demais ministros, entre eles o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e o ministro Alexandre de Moraes, devem apoiar a tese jurídica.

A ideia é que a tese se torne jurisprudência para punir prováveis abusos de redes sociais e aplicativos de mensagens durante a campanha de 2022.

Por isso, o relator das ações, Salomão, afirmou não haver dúvidas de que a campanha bolsonarista cometeu "ilicitude" a partir do momento "em que se promoveu o uso dessas ferramentas com objetivo de minar indevidamente candidaturas adversárias, em especial a dos segundos colocados" —ainda que ele tenha votado pela absolvição da chapa, por não se poder comprovar a gravidade do ato, elemento necessário para a cassação.

Segundo Salomão, não há "margem para dúvidas de que a campanha dos vencedores das eleições presidenciais de 2018 assumiu caráter preponderante nos meios digitais, mediante utilização indevida, dentre outros, do aplicativo de mensagens WhatsApp para promover disparos em massa em benefício de suas candidaturas, valendo-se de estrutura organizada e capilarizada composta por apoiadores e pessoas próximas ao primeiro representado".

O TSE está montando um kit anti-Trump para impedir que se repita no Brasil o que ocorreu na eleição presidencial americana de 2020, em que o então presidente se valeu de disseminação em massa de teorias da conspiração para contestar o resultado.

Dentro do kit anti-Trump da Justiça Eleitoral, além da tese jurídica montada nos votos sobre as Aijes (ações de investigação), há duas outras ferramentas —o julgamento da chapa do deputado estadual Fernando Francischini (PSL-PR) e o inquérito do TSE que apura as acusações infundadas de Bolsonaro sobre fraudes nas urnas eletrônicas.

A Aije contra Fernando Francischini, cujo julgamento foi pausado após pedido de vista, pede cassação da chapa do deputado estadual por ele ter usado uma live no Facebook em 2018 para dizer que duas urnas estavam fraudadas e não estariam permitindo o voto em Bolsonaro.

Uma provável decisão pela cassação de chapa cristalizaria o entendimento de que redes sociais são meios de comunicação social equivalentes a rádios, TVs e jornais e, portanto, são passíveis de utilização indevida, o que pode gerar cassação da chapa seguindo a Lei das Inelegibilidades.

Outro entendimento desse caso seria que ameaças à integridade eleitoral, por meio de campanhas de desinformação digital que colocam em dúvida a lisura do pleito, também se enquadram em elementos passíveis de cassação de chapa.

Já o inquérito administrativo sobre as acusações inverídicas de Bolsonaro de supostas fraudes na urna eletrônica será mantido aberto, com investigações em andamento durante o ano que vem —e pode ser a "espada de Dâmocles" citada pelo vice-presidente Hamilton Mourão.

O relator, o corregedor-geral Salomão, que está de saída, deixou um relatório parcial do inquérito, em que lista cinco frentes de apuração: a live do presidente contra as urnas eletrônicas, a desmonetização de blogs e sites que espalham notícias falsas, os ataques ao sistema eleitoral no 7 de Setembro, possível ingerência política na EBC e investigação das motociatas por suspeita de propaganda eleitoral antecipada.

Ele também pediu ao ministro Alexandre de Moraes o compartilhamento das provas colhidas no inquérito das fake news do STF.

Salomão será sucedido pelo ministro Mauro Campbell na relatoria do inquérito. Campbell, em seu voto sobre as Aijes, também ressaltou a importância de coibir disparos em massa de mensagens e lamentou que as campanhas eleitorais tenham se tornado "campanhas de ódio".

Com esse kit, a Justiça Eleitoral espera ter ferramentas para lidar com a avalanche de desinformação que deve fazer parte da campanha presidencial de 2022, e não ser surpreendida como foi em 2018.

'A que ponto chegou o TSE?', diz Bolsonaro sobre julgamento

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro criticou, nesta quarta-feira (27), o julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) das ações que pedem a cassação do mandatário e do vice Hamilton Mourão por participação em esquema de disparo em massa de fake news nas eleições de 2018.

Para Bolsonaro, o tribunal nem sequer deveria ter pautado o julgamento.

"Olha os problemas que eu enfrento, olha o julgamento no TSE de ontem [terça]. A que ponto chegou o TSE? Tem certas coisas que nem tem que colocar em pauta, tem que arquivar. Estão atrás de mim ainda achando que eu cometi fake news durante a campanha, queriam cassar a chapa", disse Bolsonaro, em entrevista à emissora Jovem Pan News.

As ações em julgamento são de autoria do PT e foram apresentadas após a **Folha** publicar reportagem que revelou que empresas compraram pacotes de disparos em massa de mensagens contra o partido via WhatsApp. Os contratos chegavam a R$ 12 milhões.

O TSE, assim como o STF (Supremo Tribunal Federal), foi alvo de seguidos ataques de Bolsonaro nas semanas anteriores aos atos de raiz golpista do 7 de Setembro. O presidente acusou, sem provas, fraude nas urnas eletrônicas e chegou a fazer ameaças às eleições de 2022.

Depois do feriado da Independência, porém, em meio à crise institucional, Bolsonaro divulgou uma nota na qual recuou, afirmou que não teve "nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes" e atribuiu palavras "contundentes" anteriores ao "calor do momento". Desde então, tem evitado ataques ao Judiciário.

Durante a entrevista desta quarta, Bolsonaro disse que "atendeu" a vontade do Congresso ao sancionar, sem vetos, o projeto que abranda a Lei de Improbidade Administrativa. A proposta avalizada por Bolsonaro exige que se comprove a intenção de lesar a administração pública para que se configure crime. Também estabelece que apenas o Ministério Público poderá entrar com uma ação por improbidade administrativa.

"Eu atendi integralmente os deputados e senadores. Essas questões aí que vêm do Parlamento, quando trata disso e de lei eleitoral, qualquer voto nosso é derrubado lá [no Congresso]", declarou Bolsonaro.

"Tudo é improbidade administrativa, tudo! Tem coitado de prefeito aí que não tem muita cultura —ou é de uma cidade muito pequena, ou outra cidade qualquer— [que] quando deixa o mandato de prefeito o outro que assume entulha o anterior. Tudo, não tem o que escrever, escreve lá improbidade administrativa."

O presidente comentou ainda o relatório da CPI da Covid, aprovado na terça (26). O documento final da comissão atribui crimes ao governo federal e pede a responsabilização de vários agentes, sobretudo do próprio Bolsonaro.

"Quem tem um pouco de juízo sabe que foi uma palhaçada aquilo lá. Foi a CPI do Renan [Calheiros, relator do colegiado]", disse Bolsonaro.

Ele voltou a se queixar que a investigação da CPI impacta na imagem internacional do país. "Para fora do Brasil a imagem é péssima. Acham que [as pessoas] estão vivendo aqui uma ditadura, acham que eu estou prendendo jornalista, cerceando a liberdade de expressão; [acham] que eu matei gente na Covid. Isso influencia, gente que quer investir no Brasil não investe. Gente que quer fazer turismo no Brasil não faz. Prejudica a todos nós", afirmou.

A entrevista foi interrompida durante alguns minutos devido a um intervalo comercial. Bolsonaro manteve a transmissão aberta nas suas redes sociais durante esse período, momento em que conversou com auxiliares que o acompanhavam em Manaus.

Em determinado momento, enquanto comentava a cobrança de pedágios para motociclistas, Bolsonaro questionou os presentes: "quanto acha que vale a vaga para o Supremo?"

"Pedágio de moto no Paraná: R$ 9. Agora o que eu apanho por causa disso. Para mim é fácil, [gesticula como se estivesse falando no telefone] 'manda um sapato número 43 pra mim, meu número aqui'. Resolveu o problema, chega um sapato número 43 cheio de notinha de R$ 100 verdinha dentro", disse.

"Quanto você acha que vale a vaga —presta atenção pessoal!— quanto acha que vale a vaga para o Supremo...?"

Ele não concluiu a frase e apontou para a câmera. "Então é isso daí, é o Brasil. A gente apanha pra cacete."

Bolsonaro oscila no centrão, mas avança sobre filiação ao PP

Marianna Holanda e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) avançou nas conversas para sua filiação ao PP em reunião no Palácio do Planalto, na segunda-feira (25), com o ministro da Casa Civil Ciro Nogueira e seu filho senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também acompanhou o encontro, que foi fora da agenda das autoridades, apesar de não estar participando ativamente das negociações.

Após a reunião, interlocutores disseram à **Folha** que a probabilidade de filiação ao PP é grande.

Há mais de dois anos sem partido, o chefe do Executivo disse a interlocutores que gostaria de resolver o imbróglio partidário antes de embarcar nesta quinta-feira (29) para a reunião do G20 em Roma.

Segundo relatos, Bolsonaro teria feito uma enquete com seus auxiliares mais próximos, e a maioria teria dado parecer favorável à filiação ao partido de Ciro Nogueira.

A prioridade do presidente é ter liberdade para escolher candidatos nos estados, em especial para o Senado.

Em entrevista à emissora Jovem Pan News nesta quarta-feira (27), o presidente confirmou que atualmente pende entre entrar no PP ou no PL.

"Eu tenho que ter um partido de qualquer maneira. Eu não sei se vou disputar reeleição ou não, tá cedo ainda. Hoje em dia está mais para o PP ou PL, me dou muito bem nos dois partidos. Fiquei no PP uns 20 anos, a decisão passa por aí", disse.

"Tenho interesse, caso dispute a reeleição, de ter uma bancada de federal, que não vai ser minha —vai ser daquele partido. Tenho interesse em indicar metade dos candidatos ao Senado, pessoas alinhadas conosco, que vão ter uma posição lá conservadora; uma posição que interesse realmente o destino do Brasil. E estou atrasado nisso. Mas a escolha de um partido é que nem um casamento. Mesmo escolhendo às vezes a gente tem problema, imagina se a gente fizer de atropele essas questões?"

Apesar de terem demonstrado otimismo com a negociação com PP, auxiliares admitem que o presidente ainda está indeciso —e tem histórico de dificuldade para tomar decisões desta natureza.

Até o fim de semana, o clã estava mais próximo de se filiar ao PL de Valdemar da Costa Neto. O dirigente, ex-aliado do PT preso no escândalo do mensalão, divulgou um vídeo na segunda com um convite público ao presidente, seus filhos e "fiéis seguidores".

Depois do gesto, Flávio Bolsonaro foi ao Twitter para agradecer o convite, mas reforçar que continua conversando com o partido do ministro da Casa Civil.

"Agradeço o honroso convite de Valdemar para filiação ao PL! Sigo aguardando a decisão do Presidente @jairbolsonaro sobre nosso futuro partidário, que também pode passar pelo PP. Meu desejo é estarmos juntos, numa grande frente para continuar melhorando nosso país", escreveu o senador.

O presidente vem oscilando nas últimas semanas entre os dois partidos do centrão, PP e PL.

Eles fazem parte da base do governo e têm representantes no Palácio do Planalto: Nogueira, na Casa Civil, é presidente nacional do partido; e Flávia Arruda, eleita deputada federal e parte da Secretaria de Governo, é presidente do PL no DF.

Uma das maiores preocupações de Bolsonaro hoje seria com o palanque em São Paulo.

No cenário em que se desenha de o presidente ir para o PP, a chapa poderia envolver o ex-governador tucano Geraldo Alckmin para governador, via PSD, e o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) para o Senado.

A composição foi classificada como imbatível por defensores da ida do presidente ao partido de Arthur Lira.

Nos diretórios do Nordeste, havia uma resistência inicial à filiação de Bolsonaro ao PP, que participa de governos de oposição ao Planalto nos estados. Mas, segundo dirigentes da legenda, apenas um deputado se mantém contrário à filiação do presidente hoje.

Com isso, dirigentes do partido esperam chegar a 92 deputados na janela partidária em abril do ano que vem. Nas contas, há uma expectativa de filiar ainda mais de 25 congressistas da União Brasil —partido da fusão do PSL com o DEM.

Entretanto, para isso, é preciso que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprove o registro do novo partido.

Há quem defenda, no entorno do presidente, que o anúncio público de qual partido se filiará só ocorra quando a União Brasil for oficializada no tribunal, para poder fazer um grande ato.

A legislação eleitoral permite que congressistas deixem sua sigla, fora da janela partidária, sem perder o mandato, quando há fusão.

O maior temor de auxiliares palacianos, se for confirmada a filiação de Bolsonaro ao PP, é o afastamento do partido de Valdemar da Costa Neto do Planalto nas eleições do ano que vem.

As duas legendas consideram que só será possível fazer uma bancada forte no Congresso, em especial na Câmara, se o presidente estiver filiado ao partido.

Destruição ambiental na COP26

Delegação brasileira embrulha vandalismo do ambiente com tagarelice verde

Conrado Hübner Mendes
Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Um presidente verde, acompanhado de ministros e milicos verdes, vocacionados a proteger uma Amazônia pouco verde, acabam de apresentar ideia de vanguarda para assumir a liderança global na mitigação da mudança climática: o Programa Nacional de Crescimento Verde (decretos 10845 e 10846/2021).

A tagarelice verde foi a arrojada estratégia encontrada pelo governo brasileiro para pousar em Glasgow de cabeça erguida. Lá se realiza, nos próximos dias, a COP26, encontro internacional anual para negociação de compromissos estatais em política climática. O plano quer "consolidar o Brasil como a maior potência verde do mundo".

Os decretos não estabelecem metas, deveres, mecanismos de accountability, transparência e participação. Adotam a técnica jurídica do "é verde esse bilete", também conhecida como "la garantía verde soy yo". Economia verde, emprego verde, projeto verde, o que mais você quiser verde entraram nesse conceituário ambiental renovado pelo toque da desfaçatez bolsonarista. Só faltaram empobrecimento verde e fome verde para espelhar o país.

"Narrativas verdes" não vão conquistar a COP26 nem podem esconder sangue e cinzas. Em 2015, o Brasil assinou o Acordo de Paris. Países do mundo assumiram compromissos voluntários de redução de emissões que, no agregado, tentam atenuar tragédia climática. Traduzida em números, almeja-se que aumento de temperatura não passe de 1,5°C em relação à época pré-industrial (estamos hoje na faixa de 1,2 °C).

Os compromissos estatais assumidos em 2015, insuficientes para atingir a meta global, devem ser revisados por cada país, em sentido progressivo, a cada cinco anos. Essa hora chegou.

A deslealdade brasileira com o regime de direito internacional já pisca aqui: por meio de contabilidade ambiental criativa, ou "pedalada climática", o país apresentou compromissos nominalmente melhores, concretamente piores. O truque foi mudar metodologia e base de cálculo (ver "Análise Científica e Jurídica da Nova NDC Brasileira", do Instituto Clima e Sociedade, ou "Clima e Desenvolvimento", do Instituto Talanoa).

O desempenho do governo Bolsonaro no incentivo ao desmatamento chama atenção do mundo. Se comparado o período de agosto de 2020 a junho de 2021 com o período de agosto de 2019 a junho de 2020, o aumento foi de 51%. Se comparado o desmatamento em março de 2021 com março de 2020, houve aumento de 216% (ver boletins de desmatamento do Imazon). Explosão meteórica no espaço de um ano.

Até a ministra da Agricultura tem dito que "não precisamos desmatar para comer, basta aumentar produtividade". O governo, contudo, concentra dinheiro público (créditos, subsídios, anistias) em atores que desmatam (ver estudos do Instituto Escolhas). Para zerar desmatamento se deve combater ilegalidade. Mas delinquência é aliada do governo.

A recente resolução 140 do Banco Central estabelece vedações para o crédito rural. Não terá crédito, por exemplo, quem tem imóvel dentro de unidade de conservação, em terra indígena ou quilombola, quem fez desmatamento ilegal ou praticou trabalho escravo. O truque mal intencionado está aí: os requisitos jurídicos e formais para se atestar as condicionantes facilitam, na prática, crédito para qualquer um. A resolução tem a espinha ruralista.

A devastação não é gratuita. O autoritarismo ambiental brasileiro tem destaque mundial. Traduz-se no desfinanciamento da fiscalização, no assédio a fiscais, na produção de desinformação e apagamento de dados, na leniência com a criminalidade e na desregulamentação, legal ou infralegal, da proteção do meio ambiente.

Enquanto líderes mundiais se preparam para o encontro de cúpula do ano, Jair Bolsonaro está mais preocupado com seus problemas criminais.

Alvo de mais de cem pedidos de impeachment, de cinco representações no Tribunal Penal Internacional, indiciado por dez crimes no relatório da CPI do Senado (à luz da conduta que permitiu 600 mil mortes na pandemia), acaba de ter a mensagem "vacina transmite Aids" excluída das plataformas do Facebook, Twitter e YouTube.

Mas a delegação brasileira, órfã de presidente, pretende mostrar ao mundo a que veio. No seu trottoir em Glasgow, colocará a seguinte proposta na mesa: vocês pagam a proteção, nós financiamos e incitamos a destruição. É pegar ou largar, COP26.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes
| **SEX. Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida**, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Pacheco se filia ao PSD e critica polarização sem declarar candidatura

Washington Luiz

BRASÍLIA O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (MG), se filiou nesta quarta-feira (27) ao PSD e deu mais um passo rumo a uma possível candidatura à Presidência da República em 2022.

Sem se declarar candidato, o senador fez um discurso com críticas à polarização política e à situação atual do país.

"Estamos cansados de viver em meio a tanta incerteza, a tanta incompreensão e intolerância. Uma sociedade dividida, em que cada um não admite o contrário e não aceita a existência do outro, nunca irá chegar a lugar algum", afirmou.

Dentro do PSD, Pacheco é visto como uma terceira via para romper a disputa entre Lula (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Sem citar o governo, ele disse que o país enfrenta "um dos momentos mais difíceis da história" e defendeu união para superá-lo.

Pacheco fez o discurso para aproximadamente 300 pessoas em um auditório do Memorial JK, onde estão os restos mortais do político mineiro, que também foi filiado ao antigo PSD. Atrás dele, no palco, havia um painel com fotografias de JK. A neta do ex-presidente, Anna Christina Kubitschek, presenteou o senador com um broche do PSD. Anna Cristina é casada com Paulo Octávio, que preside o partido no DF.

Pacheco integrava o DEM, mas já era tratado como presidenciável pelo PSD antes mesmo de anunciar que deixaria a sigla. Na semana passada, ele confirmou a troca.

Apesar da vontade do novo partido, o senador evita afirmar publicamente que irá concorrer ao Planalto.

Kassab, no entanto, faz questão de dizer que o senador será o candidato da sigla em 2022. "Em off aqui, ele será candidato e será presidente da República", brincou Kassab ao discursar no evento.

O presidente do PSD ainda descartou o interesse em indicar o vice para compor uma possível chapa com Lula.

Desde o início de 2020, o senador preside o Congresso Nacional. Ele se beneficiou do fracasso de Davi Alcolumbre (DEM-AP) de conseguir viabilizar juridicamente a possibilidade de se candidatar à reeleição ao comando do Senado.

Escolhido pelo político do Amapá, acabou herdando praticamente toda a articulação montada por Alcolumbre e foi eleito facilmente no início de 2021 —57 votos contra 27 de Simone Tebet (MDB).

Como presidente do Senado, Pacheco tem adotado um estilo moderado e tem tentado blindar o Senado de influências do Executivo. Nos últimos meses, pautas consideradas relevantes para Bolsonaro foram barradas na Casa.

Prévias eleitorais do PSDB expõem racha entre João Doria e Eduardo Leite no ABC

Gaúcho ganha apoios em reduto de Alckmin, enquanto paulista divulga ampla adesão de prefeitos

Carolina Linhares

SÃO PAULO A divisão entre partidários de João Doria (PSDB) e Eduardo Leite (PSDB) nas prévias do PSDB está refletida no ABC paulista, onde os prefeitos das duas principais cidades, São Bernardo do Campo e Santo André, integram a campanha do paulista e do gaúcho, respectivamente.

Orlando Morando, 47, prefeito de São Bernardo, e Paulo Serra, 48, prefeito de Santo André, vieram do mesmo grupo político e foram eleitos pela primeira vez em 2016, na onda que pintou de azul a região metropolitana a partir da vitória de Doria para a Prefeitura de São Paulo.

Ambos se reelegeram em primeiro turno em 2020. Na opinião de tucanos ouvidos pela **Folha**, o racha entre Doria e Leite no ABC tem como pano de fundo a rivalidade local antiga entre Morando e Serra, além da identificação pessoal de um e outro com seus candidatos nas prévias.

Enquanto o prefeito de São Bernardo é descrito como alguém incisivo, que busca fazer valer suas vontades e tem pretensões políticas maiores, lembrando o estilo de Doria, o prefeito de Santo André é visto como um conciliador, ligado a nomes históricos do PSDB, assim como Leite é definido.

Santo André se tornou a base de Leite. Serra é responsável por coordenar as articulações e os eventos do governador gaúcho no estado e conseguiu expandir os apoios para os diretórios de São José dos Campos e Jacareí, inclusive com voto declarado de um deputado federal paulista, Eduardo Cury. Os demais sete deputados do estado devem votar em Doria.

Os apoios vêm da região do Vale do Paraíba, área de influência do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), que se tornou um desafeto de Doria e impulsiona Leite nas prévias. Alckmin já admitiu que irá deixar o partido, mas seus aliados acreditam que ele deve aguardar, antes, as prévias.

Outros tucanos paulistas ligados a Alckmin declararam voto em Leite, como o vice-presidente do PSDB-SP Evandro Losacco e os ex-presidentes do PSDB-SP Pedro Tobias e Antonio Carlos Pannunzio.

Dois vereadores da capital paulista também estão com o gaúcho, Xexéu Tripoli e Daniel Annenberg.

Ainda no ABC, Leite obteve apoio das bancadas de vereadores de Ribeirão Pires e Diadema. Aliados de Leite calculam que ele pode ter até 25% dos votos no estado.

Já os estrategistas de Doria veem uma vitória praticamente unânime para o governador paulista, que têm mais dois prefeitos, além de Morando, atuando em sua coordenação no estado — Duarte Nogueira, de Ribeirão Preto, e Luiz Fernando Machado, de Jundiaí.

Neste mês, Doria divulgou uma carta de apoio com a assinatura de 230 de 237 prefeitos tucanos paulistas e 120 de 147 vice-prefeitos tucanos paulistas. No entanto, há dúvida se 51 desses prefeitos e 41 desses vice-prefeitos poderão votar nas prévias, já que aliados de Leite acusam o diretório paulista de filiá-los após a data limite permitida.

A rixa entre Morando e Serra gira em torno da disputa de protagonismo e influência em órgãos conjuntos no ABC, como o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, entidade que reúne as cidades da região para ações e decisões conjuntas, e a Fundação ABC, órgão filantrópico de saúde.

Serra, que iniciou a carreira política como vereador em 2005, chegou a coordenar campanhas de Morando, que foi vereador de 1997 a 2003 e deputado estadual de 2003 a 2017. Depois de atuar em dois mandatos na Câmara, o atual prefeito de Santo André foi secretário na gestão do petista Carlos Grana, mas deixou o cargo por discordar das interferências do PT e acabou derrotando o então prefeito na eleição de 2016.

Os prefeitos Orlando Morando (PSDB), de São Bernardo do Campo, e Paulo Serra (PSDB), de Santo André Divulgação

Naquele pleito, Serra e Morando fizeram campanha embalados pelo resultado de Doria em São Paulo. Até hoje Morando se mantém próximo do governador e busca espaço para ser candidato a vice-governador na chapa de Rodrigo Garcia em 2022.

Serra também teve a participação de Doria em sua campanha de 2016. O prefeito de Santo André, no entanto, diz não ter a intenção de ser candidato a vice-governador no momento. Segundo ele, seu futuro na política depende das próximas eleições.

Serra, ao contrário de Morando, se distanciou de Doria e diz ter mais identidade com o PSDB raiz, do resgate da social-democracia e da defesa do legado tucano, do que com o novo PSDB defendido pelo governador paulista.

O prefeito de Santo André diz ter escolhido Leite por ter um perfil semelhante ao do gaúcho e também por uma questão pragmática. Para ele, sem Leite, o PSDB não vai conseguir se apresentar como uma terceira via possível.

"Nesta eleição, para sair dessa polarização, a gente não precisa de um terceiro polo de radicalização, a gente precisa de alguém que tenha a maior capacidade de agregar e de unir, minha escolha foi por isso. Não vejo os outros candidatos com características competitivas para o momento que estamos vivendo", disse à **Folha**.

Na avaliação de Morando, que defende Doria, o país precisa de um "governo com seriedade, respeito e equilíbrio".

"Não tenho dúvidas que a população brasileira buscará uma nova opção para administrar o país, que não seja o petismo e nem o bolsonarismo. Neste contexto, o governador João Doria reúne maior experiência para uma gestão equilibrada e que atenda aos anseios da nossa sociedade. Aliado a isso, demonstrou coragem de enfrentar todo um negacionismo e agir em prol das vidas brasileiras", afirmou à reportagem em nota.

Morando declarou ainda ter amizade com Doria e ter recebido com alegria o apoio do tucano na eleição de 2016.

"Temos similaridades na vida política, nos aspectos de ser combatente ao PT e encarar essa onda negacionista", afirma, ressaltando que ambos levam a gestão pública a sério, "sem tapinhas nas costas, mas com planejamento e resultados".

Questionado sobre sua relação com Morando, Serra afirmou que "muito mais por parte dele existe uma espécie de disputa fria, branca; mas da nossa parte não". "A minha decisão de apoiar Leite não teve nenhuma relação com a decisão dele [de apoiar Doria]."

O prefeito de Santo André disse que ambos se tratam cordialmente. "Já tivemos uma proximidade muito maior no passado, antes de virarmos prefeitos", completou, lembrando ser padrinho de casamento de Morando e ter trabalhado em suas campanhas para deputado.

O prefeito de São Bernardo não respondeu especificamente sobre suas intenções de ser candidato a vice ou de, futuramente, ocupar o cargo de governador.

Disse apenas querer "seguir contribuindo na vida pública" e afirmou que sua gestão devolveu "o orgulho aos nossos moradores, que estava enterrado, por abandono, desrespeito e ingerência de oito anos de gestão pública do PT".

Já Serra, ao comentar seus planos futuros, alfinetou Morando e Doria. "Imagino terminar meu mandato com avaliação boa, o que vem depois é consequência. O projeto político não pode ser pessoal, uma coisa só da vaidade", disse, afirmando que o rival local se apega mais à política do que à gestão.

"Quero continuar na vida pública e dar minha contribuição, tem inúmeras alternativas: Congresso Nacional, Assembleia, no Governo do Estado. Mas é consequência de construção, não é uma imposição. Não pode ser um projeto 'eu desejo e vou fazer de tudo', acredito mais na linha pacificadora. Não tenho pretensão definida", completou.

Doria diz que Leite está chorando sobre suspeita em prévias

DUBAI E SÃO PAULO O governador de São Paulo, João Doria, acusou seu adversário nas prévias para a indicação presidencial do PSDB de estar "chorando e reclamando" acerca de supostas filiações irregulares de 92 prefeitos e vice-prefeitos paulistas.

Sem citar o nome do rival, o governador Eduardo Leite (RS), Doria descartou em Dubai (Emirados Árabes Unidos) a hipótese de rever as filiações.

"De forma alguma. Eleição não se ganha no grito, se ganha no voto. Vamos à votação", disse Doria nesta quarta-feira (27), na primeira manifestação direta sobre a polêmica.

O presidente do PSDB, Bruno Araújo, decidiu, nesta quarta, que a comissão responsável pelas prévias presidenciais irá decidir caso a caso sobre a participação na votação interna dos 92 prefeitos e vice-prefeitos.

Essa decisão ainda será submetida à executiva nacional do partido nesta quinta-feira (28). As prévias estão marcadas para 21 de novembro.

Da parte da comissão, a ideia é ter o auxílio da parte jurídica do partido e tomar uma decisão já na próxima semana. Nos bastidores, membros do colegiado veem indícios de que as filiações ocorreram fora do prazo.

Araújo chegou a decidir vetar a participação desses 92 nomes, segundo o site Antagonista, mas voltou atrás após extensa negociação. Araújo e Doria estão em Dubai, onde trataram do assunto. O Governo de São Paulo participa da feira Expo Dubai.

Com isso, fica afastada de Doria a acusação de irregularidade sugerida por aliados de Leite, numa possível solução salomônica sobre a questão — no caso da inabilitação dos 92 eleitores.

Segundo aliados do tucano em São Paulo, o governador não foi consultado acerca da solução encontrada.

"Por que ter medo do voto? Em vez de ficar reclamando, chorando, acusando, estamos trabalhando. Prefiro assim", afirmou Doria.

Em entrevista à imprensa nesta quarta, o presidente do PSDB-SP e secretário da gestão Doria, Marco Vinholi, afirmou confiar na decisão da comissão e evitou responder se o diretório paulista irá à Justiça caso o resultado seja negativo para Doria.

A pressão pela revisão cresceu com o surgimento de comprovações, como as recolhidas pela **Folha** no fim de semana, de que prefeitos podem ter tido suas datas de filiação alteradas, presumivelmente para serem elegíveis a votar nas prévias — o limite era 31 de maio. **Igor Gielow e CL**

A deputada Tabata Amaral em ato contra Bolsonaro na Paulista Reprodução/Facebook

'PT ignora machismo dependendo do agressor', diz Tabata sobre candidatura de Zé de Abreu

Mariana Schreiber

BRASÍLIA | BBC NEWS BRASIL No início de outubro, numa típica quarta-feira, dia mais intenso de atividades no Congresso, a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) salta de um compromisso a outro, se dividindo entre reuniões internas, entrevista a uma rádio e atividades de comissões e de um grupo de trabalho para prevenção de suicídios entre jovens.

Tabata recebeu a BBC News Brasil em seu gabinete no início de outubro, num momento em que passa por um novo turbilhão de ataques vindos da direita à esquerda, situação que atribui ao fato de não rezar fielmente a cartilha de nenhum dos lados, intensificada por sua condição de jovem mulher.

Seu potencial para atrair jovens para a política é um dos fatores que despertou o interesse do PSB em tê-la em seus quadros, contou à reportagem o presidente do partido, Carlos Siqueira. A deputada acaba de ingressar na sigla, após o desgaste que sofreu no PDT devido a sua posição a favor da reforma da previdência em 2019. Seus planos na nova casa incluem disputar a reeleição para a Câmara em 2022 e assumir a presidência do diretório municipal de São Paulo.

Sofrer ataques e questionamentos é uma realidade que Tabata conhece desde 2017, quando participou da criação do Movimento Acredito, defendendo o combate à redução das desigualdades sem cair na "disputa simplista entre Estado grande e mínimo".

Os piores ataques na época vinham pela direita, em especial do MBL (Movimento Brasil Livre), o que levou a então jovem de 23 anos a deletar suas redes sociais. Após ser eleita pelo PDT em 2018, as agressões se intensificaram também por parte da esquerda, quando ela classificou o governo da Venezuela como ditadura e votou a favor da reforma da Previdência.

Num dos episódios recentes mais graves, no final de setembro, após a deputada defender a necessidade de "furar a bolha da esquerda e da direita" e "chegar ao povo", o ator José de Abreu compartilhou um tuíte de outro perfil que dizia querer socar a parlamentar. O caso gerou grande solidariedade à Tabata, mas um retumbante silêncio de parte das lideranças da esquerda, inclusive de deputadas feministas, assim como da cúpula do PT, partido ao qual o ator é filiado desde 2013.

Não só a sigla não repudiou sua atitude publicamente, como José de Abreu anunciou pouco depois que pretende se candidatar à Câmara dos Deputados.

"Toda vez que alguém se silencia diante de um caso como esse, a pessoa é conivente com o que está acontecendo. Então, na hora que as principais lideranças do PT silenciam sobre o que ele fez e o apresentam como candidato à Câmara dos Deputados, o partido está mostrando que, na prática, não só não é comprometido contra o machismo, como despreza essa luta dependendo de quem é o alvo e dependendo de quem é o agressor", criticou Tabata.

Após a ampla repercussão, José de Abreu publicou um artigo na **Folha** com o título "Peço desculpas, Tabata; errei redondamente", em que diz que agiu por "impulso", argumenta que retuitar mensagem "não é endosso" e faz críticas a sua atuação parlamentar.

Para Tabata, "as desculpas ficam apenas no título".

"Incitação à violência é crime. Nunca fiquei sabendo de crime que foi resolvido porque alguém escreveu um pedido de desculpas. Então, para mim, não muda nada", acrescentou, decidida a não recuar de providências judiciais contra o ator. A reportagem procurou a presidente do PT por ligação e WhatsApp, mas não obteve retorno.

mundo

Portugal deve antecipar eleição após Parlamento reprovar Orçamento

Crise no Legislativo marca fim da geringonça, coalizão que manteve esquerda no poder

Giuliana Miranda

LISBOA O Parlamento de Portugal reprovou nesta quarta-feira (27) a proposta do Orçamento para 2022 apresentada pelo governo. Assim, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa deve dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas antecipadas.

A rejeição ao projeto orçamentário apresentado pelo primeiro-ministro António Costa, do PS (Partido Socialista), já era esperada. O PCP (Partido Comunista Português) e o Bloco de Esquerda, legendas que viabilizaram o governo nos últimos anos, já haviam anunciado que votariam contra a proposta.

Foram 117 votos contrários ao Orçamento de Estado, 108 a favor do texto e 5 abstenções.

Embora a dissolução do Parlamento não seja obrigatória em caso de reprovação do Orçamento, o presidente português reiterou diversas vezes nas últimas duas semanas que optaria por essa alternativa.

Nos últimos 20 anos, Portugal teve pleitos antecipados em três ocasiões: 2001, 2004 e 2011.

Como não se trata de um processo automático, Rebelo de Sousa terá de respeitar um longo trâmite de formalidades. Elas incluem um encontro com o atual premiê e o presidente da Assembleia da República, que estava agendado para a noite desta quarta; reuniões com representantes dos partidos políticos, marcadas para o sábado (30); e a convocação do Conselho de Estado, na semana que vem —esse órgão consultivo reúne ex-presidentes, chefes do Legislativo e do Judiciário, lideranças regionais e representantes dos cidadãos.

Respeitados os prazos estabelecidos na Constituição, os portugueses não devem ir às urnas antes de 8 de janeiro.

Ao final da votação, Costa fez um pronunciamento breve, sem abrir espaço para perguntas de jornalistas. "O governo sai dessa votação de consciência tranquila e de cabeça erguida", disse o premiê. "Cá estaremos para respeitar o que resultar da decisão do presidente da República."

O debate que antecedeu a votação do Orçamento teve trocas de acusações acaloradas entre deputados governistas e representantes de outras siglas. Líder parlamentar do PS, a deputada Ana Catarina Mendes apontou o dedo sobretudo ao Bloco de Esquerda, que acusou de mentir.

Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, por sua vez, culpou o PS pelo fim da união à esquerda. "É preciso um caminho de compromisso. Fizemos [em 2015] um contrato para quatro anos, um acordo que o premiê dispensou nesta legislatura. A geringonça foi morta pela obsessão pela maioria absoluta", afirmou.

A reprovação do Orçamento socialista significa o fim da inédita aliança de esquerda que possibilitou a chegada de Costa ao poder, em novembro de 2015. Apelidada de "geringonça" devido à sua aparente fragilidade, a coalizão formada pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU (coligação dos comunistas e do Partido Ecologista Os Verdes) resistiu aos quatro anos da legislatura.

Em 2019, embora não tenha obtido maioria absoluta (foram 108 assentos entre os 230 da Assembleia), os socialistas optaram por não formalizar acordo com outras legendas,

> Fizemos [em 2015] um contrato para quatro anos, um acordo que o premiê dispensou nesta legislatura. A geringonça foi morta pela obsessão pela maioria absoluta
>
> **Catarina Martins**
> deputada do Bloco de Esquerda, que se opôs ao Orçamento

negociando individualmente em cada votação. Nos dois últimos Orçamentos, o governo já havia tido dificuldades para chegar à aprovação.

Embora represente o fim da geringonça, o projeto rejeitado é considerado por analistas a proposta de Orçamento mais à esquerda já apresentada pelo atual governo. O texto incluía aumento de investimentos no Serviço Nacional de Saúde, alterações no imposto de renda e mais apoios a crianças e famílias.

Representantes do PCP e do Bloco de Esquerda defendiam, no entanto, que o governo oferecesse mais aos portugueses. Alguns dos principais pontos de divergência foram na legislação laboral e no aumento do salário mínimo nacional. Em debate no Parlamento na terça (26), Costa admitiu que o fim da geringonça seria "uma frustração pessoal". "Não tenho nenhum pudor em reconhecê-lo", completou.

Na avaliação de Francisco Pereira Coutinho, professor da Universidade Nova de Lisboa, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa tem boa parcela da responsabilidade sobre o atual impasse político.

"Todo o problema nasce porque o presidente português diz que vai dissolver a Assembleia se o Orçamento não for aprovado. O poder de dissolução é discricionário. O presidente resolver dizer isso para condicionar o debate orçamental, para forçar os partidos à esquerda a um entendimento, dizendo que existiriam consequências políticas imediatas se não se aprovasse o Orçamento", afirma ele.

Esta foi a primeira vez, considerando-se os 22 governos eleitos pelos portugueses desde a Revolução dos Cravos (1974), que um Orçamento de Estado foi rejeitado no Parlamento.

Em 1979, durante um governo de iniciativa presidencial —como premiê indicado pelo presidente—, um plano paralelo ao orçamento chegou a ser rejeitado, mas acabou aprovado após modificações.

Costa já antecipou que não renunciará. O atual premiê será também o candidato dos socialistas para o cargo de primeiro-ministro caso novas eleições sejam confirmadas.

Os socialistas têm a seu favor a alta aprovação popular de António Costa, o baixo nível de desemprego e a situação controlada da pandemia. Com 86% da população totalmente vacinada, o país praticamente acabou com as restrições relacionadas à Covid-19.

O primeiro-ministro de Portugal, António Costa, deixa o plenário após derrota do governo na votação do Orçamento Patricia de Melo Moreira/AFP

EUA emitem primeiro passaporte para pessoas não binárias

GUARULHOS Os Estados Unidos emitiram o primeiro passaporte com a letra "X", que simboliza a neutralidade, no lugar dos tradicionais "F" (feminino) e "M" (masculino) no campo de gênero, um avanço na conquista de direitos da população não binária —que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher.

O anúncio foi feito nesta quarta (27) pelo porta-voz do Departamento de Estado americano, Ned Price. "O órgão continua o processo de atualização de suas políticas com relação aos marcadores de gênero para melhor atender a todos os cidadãos dos EUA, independentemente de sua identidade de gênero", disse.

Há quatro meses, em junho, o secretário de Estado, Antony Blinken, havia dito que o departamento se preparava para pôr de pé medidas que promovessem os direitos LGBTQIA+. Na ocasião, afirmou que a decisão ia ao encontro do governo de Joe Biden, que, "desde que assumiu o cargo, realizou várias ações executivas que demonstram o compromisso com os direitos humanos e orientou agências a adotar ações concretas para promover e proteger os direitos de pessoas LGBTQIA+".

Segundo informou Ned Price na quarta, a opção do marcador "X" estará disponível para todos os solicitantes de passaporte a partir do início de 2022, quando devem ser concluídas as atualizações do sistema que organiza os formulários a serem preenchidos.

No site do Departamento de Estado referente a assuntos consulares, onde é possível requisitar o passaporte, está descrito que o solicitante pode selecionar o gênero que deseja imprimir no documento, mesmo que seja diferente do gênero listado na documentação que será usada no processo —como certidão de nascimento ou passaporte antigo. "Não exigiremos mais certificado médico para alterar o marcador de gênero em seu passaporte americano", diz o texto.

Até o momento, os marcadores disponíveis eram o feminino e o masculino, o que muda com as alterações recém-anunciadas que começam a valer no próximo ano.

O porta-voz informou que o departamento deve trabalhar em estreita colaboração com outras agências governamentais para "garantir a experiência de viagem mais tranquila possível para todos os portadores de passaporte, independentemente de sua identidade de gênero".

Questionado sobre qual foi a primeira pessoa a receber o passaporte "X" nos EUA, Price disse que não poderia fornecer a informação por questões de privacidade. Em 2015, o caso de Dana Zzyym, ativista intersexual que requeria esse direito, tornou-se conhecido.

Dana nasceu com características sexuais físicas ambíguas e foi uma criança tratada como menino. Aos 53 anos, alterou a certidão de nascimento para atestar que seu gênero é "desconhecido" e adotou pronomes no plural que, em inglês, não distinguem gêneros —"they" e "them", que podem ser traduzidos para o português tanto como "eles/deles" quanto como "elas/delas".

> É uma ótima notícia para todas as pessoas intersexuais e não binárias, porque basicamente diz que podemos conseguir nossos passaportes. Não precisamos mentir para obtê-los. Podemos ser apenas quem somos
>
> **Dana Zzyym**
> ativista intersexual

No ano de 2014, entrou com o processo para tirar seu primeiro passaporte. Ao encontrar apenas os campos feminino e masculino no marcador de gênero, decidiu deixá-los em branco. Teve o documento negado por duas vezes, até que entrou na Justiça para reclamar o direito de manter a lacuna sem especificação. O caso ainda tramita.

Em entrevista à rádio pública NPR, Zzyym afirmou considerar a medida do governo americano um alívio.

"É uma ótima notícia para todas as pessoas intersexuais e não binárias, porque basicamente diz que podemos conseguir nossos passaportes. Não precisamos mentir para obtê-los. Podemos ser apenas quem somos."

São poucos os países que, à semelhança do que foi feito agora pelos EUA, oferecem a alternativa de preencher o campo de gênero como "X" na hora de solicitar o passaporte.

Levantamento da Rede de Empregadores para Diversidade de Inclusão (enei, na sigla em inglês) de 2020 mostrava 11 nações compondo a lista, entre elas Canadá, Alemanha, Dinamarca, Argentina, Nova Zelândia e Austrália. O Reino Unido discute a ideia.

No caso brasileiro, pessoas não binárias não encontram a possibilidade de tirar o passaporte "X", inexistindo uma alternativa de gênero para elas.

Punir ou banir

Como proteger o público de governantes nas redes sociais?

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Presidentes que postam mentiras, com risco à segurança ou à saúde pública, devem ser excluídos das redes sociais operadas por empresas privadas? Senadores brasileiros na oposição argumentam que Jair Bolsonaro tem cometido abusos além dos que provocaram a expulsão de Donald Trump depois da invasão terrorista do Capitólio.

Trump testa seu exílio pela segunda vez na Justiça, com uma ação na Flórida contra o Twitter. A plataforma baniu para sempre o ex-presidente americano dois dias após a tentativa de golpe de Estado do dia 6 de janeiro, para impedir mais "incitamento à violência".

Facebook e Instagram mantêm Trump banido até pelo menos o final de 2022, isto é, até depois da eleição legislativa do ano que vem que ele se esforça regularmente para tumultuar, mas com repercussão emudecida pela falta do megafone.

O ex-presidente alega que o Twitter viola, além de leis estaduais que regulam as redes na Flórida, a Primeira Emenda da Constituição, que protege a liberdade de expressão. Analistas constitucionais acham que a ofensiva tem pouca chance de sucesso, porque o texto protege contra a censura imposta por governos, não por empresas privadas.

Em dezembro de 1791, quando a Primeira Emenda era adotada à luz de velas, os fundadores da República não podiam imaginar um país com um chefe do Executivo mentindo para 60 milhões de seguidores. A emenda sofreu testes sucessivos em tribunais, especialmente no século 20, mas a Presidência Trump —cujas mentiras compiladas diariamente passavam de 30 mil no final do mandato— atraiu novo debate sobre seus desafios constitucionais na era digital.

Com o republicano reduzido a emitir comunicados incoerentes para uma plateia reduzida, a rede Fox News, a mais assistida do país, é hoje a principal usina diária de desinformação extremista e mentiras sobre a pandemia de Covid e a eficácia de vacinas. O que fazer com um horário nobre recheado de Alexandres Garcias —menos senis, mas não menos velhacos— que chega a 2,3 milhões de pessoas nos Estados Unidos?

Se a solução for ferir a Primeira Emenda, ela não deve encontrar apoio entre juristas e historiadores constitucionais. Uma ação contra a Fox, movida por uma ONG de proteção à ética em jornalismo, no estado de Washington, usou o argumento de "fraude contra o consumidor" durante a pandemia e foi sumariamente derrotada em 2020 por ferir a liberdade de expressão.

Mas há discursos que a Primeira Emenda da Constituição americana não protege, como incitamento (é proibido gritar "Fogo!" num teatro lotado) ou difamação.

Ações judiciais em curso que tratam de desinformação ainda podem ferir a bilionária família Murdoch, proprietária da Fox, onde mais dói, o bolso. Foram movidas por empresas de urnas eletrônicas: a Smartmatic, que pede US$ 2,7 bilhões por alegações falsas sobre um suposto roubo de votos para favorecer o candidato legitimamente vitorioso, Joe Biden; e a Dominion Voting Systems, que pede US$ 1,6 bilhão em alegação semelhante.

Especialistas duvidam de indenizações em bilhões. Mas pelo menos uma vitória envolvendo soma expressiva seria um alerta para a mídia de ultradireita que vende aos anunciantes trolagem como jornalismo?

A escala e a velocidade da desinformação hoje são riscos inegáveis. Mas o zelo por banir governantes de praças públicas digitais deve passar por um filtro simples. Você gostaria de conferir a qualquer um, repito, qualquer um dos atuais pré-candidatos brasileiros à Presidência o poder de definir o que é jornalismo?

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | **SEX. Tatiana Prazeres** | SÁB. Jaime Spitzcovsky

Supremo da UE multa Polônia em 1 milhão de euros por dia

País descumpriu ordem do bloco de suspender câmara disciplinar de juízes

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), principal corte do bloco, condenou nesta quarta-feira (27) a Polônia a pagar multa de 1 milhão de euros (cerca de R$ 6,5 milhões) por dia em que continuar descumprindo a ordem de suspender sua câmara disciplinar de Justiça.

O órgão, que faz parte de uma série de reformas promovidas pelo governo polonês na Justiça do país, é controlado pelo partido nacionalista conservador Lei e Justiça (PiS) e pode punir e até afastar juízes.

A Comissão Europeia, o Poder Executivo da UE, considerou que as reformas comprometem a independência do Judiciário polonês e ferem o Estado de Direito, um dos valores fundamentais do bloco de 27 países, e entrou com uma ação no TJUE em abril deste ano.

Enquanto não há uma decisão definitiva, a Comissão pediu que a câmara disciplinar cessasse de funcionar provisoriamente, o que foi determinado pela Suprema Corte do bloco em 14 de julho.

A suspensão da câmara disciplinar foi ordenada em caráter liminar, "para evitar danos graves e irreparáveis à ordem jurídica da União Europeia e aos valores sobre os quais essa União se funda, em particular o do Estado de Direito".

O governo polonês, no entanto, recusou-se a cumprir a determinação, entrou com recurso no TJUE e contestou em seu próprio Tribunal Constitucional a primazia do Supremo da UE. Em reação, a Comissão pediu ao TJUE que multasse a Polônia por não obedecer à decisão liminar.

No começo do mês, o TJUE negou o recurso da Polônia e nesta quarta-feira determinou a multa diária de 1 milhão de euros, a partir do momento em que for notificada e até que cumpra a liminar de julho —ou, se houver recusa, até que haja uma sentença final.

Na decisão mais recente, o TJUE afirma que "um Estado-membro não pode invocar disposições, práticas ou situações que prevalecem em seu ordenamento jurídico interno para justificar o descumprimento das obrigações decorrentes de Legislação da UE". O trecho é uma resposta à decisão deste mês do Tribunal Constitucional polonês, de que o TJUE não se sobrepõe à Constituição da Polônia.

> “Um Estado-membro não pode invocar [...] seu ordenamento jurídico interno para justificar o descumprimento das obrigações decorrentes de Legislação da UE
>
> **Tribunal de Justiça da UE**
> em decisão de multar a Polônia por descumprimento de liminar

Em rede social, o vice-ministro da Justiça polonês, Sebastian Kaleta, chamou a sentença de "usurpação e chantagem". Segundo ele, o tribunal europeu "desrespeita e ignora completamente a Constituição polonesa e as decisões do Tribunal Constitucional". "Ele opera fora de suas competências e abusa da instituição de multas e medidas provisórias", acrescentou.

Christian Wigand, porta-voz da Comissão Europeia, disse esperar que o governo da Polônia cumpra a decisão de 14 de julho e interrompa as análises na câmara disciplinar.

Os atritos recentes esquentaram ainda mais conflitos jurídicos e políticos entre o Executivo europeu e o país da Europa central, levando a discussões sobre um possível "polexit" —um divórcio entre a Polônia e a União Europeia semelhante ao brexit.

Analistas que acompanham o contexto do país, porém, consideram pouco provável que a Polônia abandone o bloco regional, porque isso afetaria interesses econômicos e seria contrário à vontade de 80% de sua população.

Na semana passada, o conflito provocado pela Polônia foi também discutido pelos líderes dos 27 membros da UE, em reunião do Conselho Europeu, mas não apareceu no documento final do encontro.

A Comissão está sob pressão do Parlamento Europeu para acionar o mecanismo de condicionalidade, um recurso legal que lhe permitiria bloquear repasses do Orçamento do bloco a países que violem o Estado de Direito, se aprovado por maioria qualificada dos países membros.

Mas Ursula von der Leyen, presidente do órgão, afirmou que não tomará medidas desse porte até que aconteça o julgamento final do TJUE. A estratégia é prosseguir agora por caminhos menos drásticos, como fazer advertências e manter as ações na Justiça.

Como instrumento de pressão, a Comissão está também segurando o repasse do fundo de recuperação pós-pandemia, de 36 bilhões de euros, uma ação que o premiê polonês, Mateusz Morawiecki, chamou na semana passada de uma "arma apontada para a cabeça" da Polônia.

A arma mais dura que poderia ser usada contra o governo polonês é o Artigo 7, que prevê até a retirada do direito de voto de um país-membro. No entanto, a punição precisa ser aprovada por unanimidade pelos outros líderes no Conselho, o que praticamente a torna inviável.

A Comissão já desencadeou um procedimento de Artigo 7 contra a Polônia em 2017, mas o governo da Hungria, que também é alvo do mesmo instrumento, evita que ele seja aprovado, contando com a reciprocidade polonesa.

+ Linha do tempo

20.dez.19 Polônia aprova reforma do Judiciário para criar câmara disciplinar de juizes
29.abr.20 UE abre investigação sobre reforma do Judiciário polonês
31.mar.21 UE processa Polônia e pede suspensão de reforma do Judiciário
7.out.21 Justiça polonsesa decide que tratados da UE ferem soberania
10.out.21 Atos pró-UE reúnem 100 mil na Polônia
27.out.21 Supremo da UE condena Polônia a pagar multa por descumprir ordem

PRESIDENTE DO EQUADOR PEDE DIÁLOGO APÓS PROTESTOS DE INDÍGENAS
Alvo de manifestações nos últimos dois dias, Guillermo Lasso disse nesta quarta (27) que 'o momento é de união'; ele acionou tropas para liberar bloqueios em estradas Rodrigo Buendia/AFP

mercado

Copom eleva Selic em 1,5 ponto percentual, maior alta desde 2002

Em dezembro daquele ano, juros subiram 3 pontos percentuais; taxa agora é de 7,75% ao ano

Larissa Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica (Selic) em 1,50 ponto percentual, a 7,75% ao ano, nesta quarta-feira (27). Esta é a maior alta desde dezembro de 2002, quando os juros subiram 3 pontos percentuais —de 22% para 25% ao ano.

A elevação é maior que a indicada pelo BC na reunião anterior, em setembro, quando sinalizou que subiria novamente a Selic em 1 ponto percentual. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e diretores reiteraram em eventos dos quais participaram ao longo das últimas semanas que o plano era manter esse ritmo nas decisões seguintes.

Diante da manobra do governo para driblar o teto de gastos na semana passada, no entanto, o BC teve que mudar a postura para tentar levar a inflação de 2022 e 2023 à meta.

A decisão veio em linha com as projeções do mercado. Na semana passada, economistas revisaram as expectativas para a decisão desta quarta e passaram a esperar uma resposta mais agressiva da autoridade monetária diante da elevação do risco fiscal.

A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg projetava elevação de 1,5 ponto percentual.

As revisões ocorreram após governo e seus aliados no Congresso inserirem, na última quinta-feira (21), na PEC (proposta de emenda à Constituição) que adia o pagamento de precatórios uma mudança na regra de correção do teto de gastos que, na prática, expande o limite das despesas federais.

A manobra tem como objetivo abrir espaço orçamentário e turbinar o Auxílio Brasil, programa social que vai substituir o Bolsa Família.

O ruído em torno de uma possível mudança de regime fiscal elevou o chamado o prêmio de risco à curva de juros, custo adicionado para cobrir eventuais impactos, e afetou as expectativas para a inflação.

Para este ano, há consenso no mercado e no BC de que a inflação deve estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,75% —com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

De acordo com o relatório Focus do BC desta semana, em que são coletadas projeções do mercado, os economistas consultados revisaram mais uma vez para cima as expectativas para a inflação de 2021, agora para 8,96%, 3,71 pontos percentuais acima do teto da meta. No boletim anterior, as expectativas estavam em 8,69%.

Hoje, o Copom já mira o controle de preços de 2022 e 2023, no chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária pode fazer efeito, com metas de 3,5% e 3,25%, respectivamente.

Para 2022, as projeções também aumentaram para 4,40%, ante 4,18% da pesquisa anterior. Para 2023, as estimativas, que seguiam estáveis em 3,25%, aumentaram pela primeira vez, para 3,27%.

A escalada de preços no país começou no fim do ano passado decorrente de uma série de choques, como mudança na demanda por alimentos na pandemia, problemas em safras com chuvas e geadas, elevação nos preços das commodities acompanhada de desvalorização do real, e agora a crise hídrica, que encareceu a conta de luz do brasileiro.

Segundo economistas, o risco fiscal tem agravado a situação e passou a ser o principal fator para a elevação das expectativas de 2022 e 2023.

Em setembro, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), alcançou dois dígitos no acumulado de 12 meses, com 10,25%.

O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

Em agosto do ano passado, a Selic alcançou o menor nível da história, de 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19. A taxa permaneceu no patamar até março deste ano, quando o BC iniciou o ciclo de alta.

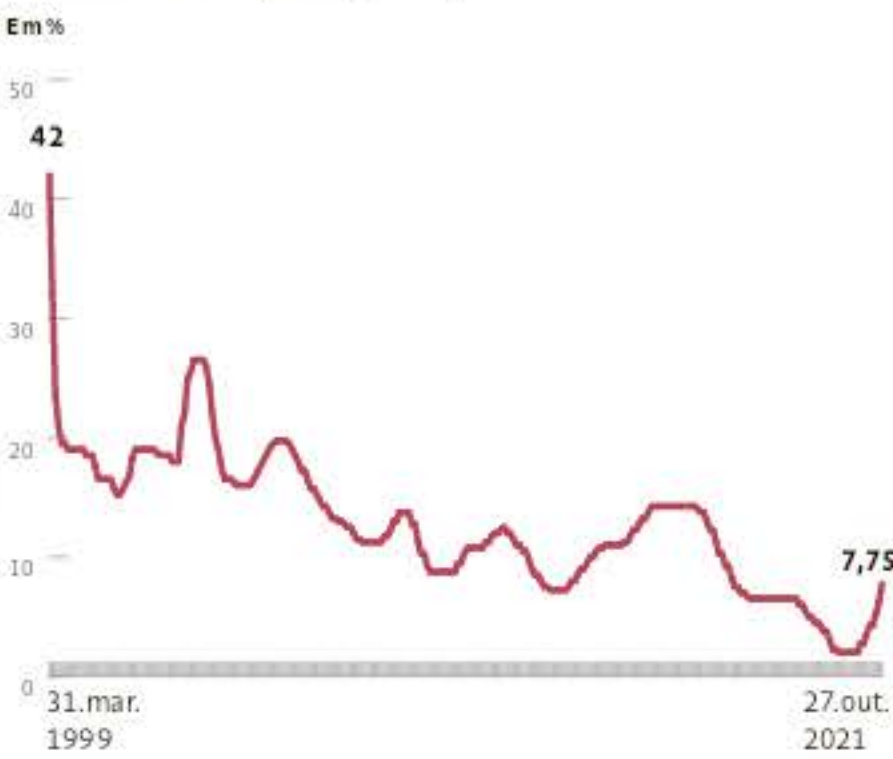
Em junho, a Selic voltou ao patamar em que estava até 18 de março de 2020 (4,25%), quando o Copom começou a cortá-la em reação aos efeitos da crise sanitária sobre a economia.

Sede do Banco Central em Brasília Adriano Machado - out.19/Reuters

Taxa básica de juros (Selic)

Em %

50 / 42 / 40 / 30 / 20 / 10 / 7,75 / 0

31.mar. 1999 — 27.out. 2021

Elevação da Selic por reunião

Variação da Selic por período, em ponto percentual

20 / 15 / 10 / 5 / 3 / 1,5 / 0 / -5 / -10

31.mar. 1999 — 17.dez. 2002 — 27.out. 2021

Fontes: Bloomberg e Banco Central

Ciclo atual de aumento de juros deve ser o mais agressivo em quase 20 anos

BRASÍLIA Ao elevar a taxa básica (Selic) em 1,5 ponto percentual, a 7,75% ao ano nesta quarta-feira (27), o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central reforçou a tese de que o ciclo atual de alta de juros deve ser o mais agressivo desde 2002.

De acordo com o relatório Focus desta semana, em que o BC divulga projeções do mercado, economistas esperam que a Selic alcance 9,75% ao longo de 2022, 7,75 pontos percentuais acima de quando o BC voltou a elevar os juros, em março deste ano. Na época, a taxa básica estava no menor nível da história, a 2% ao ano.

Para os analistas, 2022 deve fechar com os juros a 9,50%.

Algumas instituições financeiras e casas de análise já consideram que os juros devem alcançar os dois dígitos no próximo ano, o que ampliaria ainda mais a distância entre a taxa inicial e a final deste ciclo.

Entre outubro de 2002 e maio de 2003 a Selic escalou 8,5 pontos percentuais. O período começou com 18% e terminou com 26,5% ao ano, segundo série histórica da autoridade monetária.

O ciclo foi marcado por elevações bruscas. Já na primeira reunião, que foi extraordinária (fora do calendário), o BC acrescentou à taxa 3 pontos percentuais, que foi para 21%.

Na época, a autarquia tentava conter a alta do dólar, que ficou próximo de R$ 4 diante da crise de confiança do mercado com as eleições daquele ano, em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vitorioso.

Na reunião seguinte o BC manteve a taxa e elevou em 1 ponto percentual no encontro de novembro de 2002. Na decisão de dezembro, o BC elevou novamente a Selic em 3 pontos percentuais, para 25%.

Mesmo com o choque de juros, a inflação fechou aquele ano em 12,53%, bem acima da meta estabelecida pelo (CMN) Conselho Monetário Nacional de 3,5% com tolerância de 2 pontos para cima e para baixo.

Desde a criação do regime de metas de inflação, em 1999, o Brasil teve seis ciclos completos de alta da taxa básica de juros e passa agora pelo sétimo ciclo, que tem sido mais intenso que o previsto.

O BC começou a usar a Selic como forma de política monetária em março de 1999. Naquele mês, a meta para a taxa básica passou por ajuste, com choque de 20 pontos percentuais, ao passar de 25% para 45% ao ano, sob Armínio Fraga.

No primeiro dia no cargo, Fraga convocou reunião extraordinária do Copom e mudou a forma de definir os juros e passou a adotar a Selic, modelo que havia sido desenhado em fevereiro de 2002 por meio de declaração conjunta entre o governo e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Antes, havia um sistema de bandas de juros em que o BC fixava duas taxas, a Tban (Taxa de Assistência), que era o teto, e a TBC (Taxa Básica), que era o piso.

Naquele ano a inflação fechou em 8,94%, acima do centro da meta, que era de 6%, mas dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos para cima e para baixo.

O último ciclo de alta antes do atual, entre 2013 e 2015, governo de Dilma Rousseff (PT), terminou com elevação de 7 pontos percentuais —de 7,25% a 14,25% ao ano. O patamar foi mantido até outubro de 2016. Durante o período, contudo, as elevações a cada reunião não passaram de 0,5 ponto percentual.

Em 2013 e 2014 a inflação encerrou dentro do limite estabelecido pelo CMN, embora perto do teto. Em 2015, entretanto, os preços subiram 10,67%. LG

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Baldeação

O Metrô de SP prepara a entrada no mercado de capitais para buscar R$ 400 milhões. A companhia vai realizar uma assembleia extraordinária em 3 de novembro para votar a autorização da abertura do capital na categoria B, em que a empresa segue a lei das SAs, mas só pode negociar emissões de dívidas que não sejam conversíveis em ações e tem regras de transparência mais brandas do que as da categoria A. A reunião também vai tratar da aprovação da primeira oferta pública de debêntures.

FREIO Em meio às ameaças de paralisação de caminhoneiros na próxima semana, o presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Vander Costa, se reuniu nesta terça (26) com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, para falar sobre a segurança da movimentação de cargas em uma eventual greve de motoristas autônomos.

ESTRADA No encontro, Costa voltou a dizer ao ministro que não apoia o movimento grevista. Falou também que, com segurança, as transportadoras não vão parar, descartando a hipótese de desabastecimento, e o encontro foi bem recebido no ministério.

ASFALTO Esse tipo de sinalização é valorizada por quem acompanha as ameaças de greve nas estradas porque a grande manifestação de 2018 (que os motoristas nunca mais conseguiram reproduzir, apesar das frequentes tentativas) foi também um locaute com envolvimento de empresários do setor de transportes, segundo integrantes do governo Michel Temer, na época.

PRATELEIRA Os mercados de bairro e estabelecimentos de porte menor estão enfrentando um obstáculo a mais no avanço da inflação, segundo o Sincovaga (sindicato que reúne supermercados de todos os portes em São Paulo).

ESTOQUE É que os negócios pequenos costumam ser mais jovens, ou seja, muitos não têm experiência com o problema, porque não viveram o passado inflacionário, afirma Alvaro Furtado, presidente do sindicato. Segundo ele, com a oscilação nos preços, os comerciantes perdem referência, o que pode dificultar o abastecimento das lojas.

CALCULADORA "Ao contrário dos comércios tradicionais, que atravessaram décadas, muitos dos pequenos nunca viveram um pico inflacionário. Surge uma dificuldade na operação e na sobrevivência. Para se abastecer, eles precisam vender a um preço competitivo o suficiente para não perderem vendas, mas não pode ser tão barato a ponto de não conseguirem repor depois", diz Furtado.

SUSTO Às vésperas do Halloween, a instituição financeira britânica YBS (Yorkshire Building Society) divulga uma pesquisa que mostra como as casas localizadas nas ruas Elm Street no Reino Unido são vendidas por um preço até 70% menor do que a média local. É que o nome da via também dá título à franquia de terror "A Hora do Pesadelo", que, em inglês, se chama "Nightmare on Elm Street" e é protagonizada pelo vilão Freddy Krueger.

FANTASIA A pesquisa da YBS analisou as vendas de residências nos últimos dez anos nas 46 Elm Streets do Reino Unido. Segundo a instituição, em média, as propriedades nessas vias foram 40% mais baratas do que as outras na redondeza, com diferença de até 160 mil libras em uma das cidades.

TOMADA A Nestlé vai expandir o uso de veículos elétricos e movidos a biocombustível para a equipe de vendas. Neste mês, cerca de 1.700 carros passam a ser abastecidos com etanol. Segundo a companhia, a iniciativa vai evitar a emissão de 1.700 toneladas de dióxido de carbono por ano, contribuindo para a meta de reduzir em 7.400 a emissão anual do gás de efeito estufa até 2050.

ORQUÍDEA Com a reabertura dos cemitérios, as vendas das floriculturas no Dia de Finados devem superar o resultado da data no ano passado, mas enfrentam obstáculos como inflação e pandemia.

ROSA A cooperativa Veiling Holambra, que reúne mais de 400 produtores, diz que é possível alcançar o patamar pré-pandemia. A expectativa é avançar 20% em relação à data de 2020. Segundo a cooperativa, no feriado de 2019 foram comercializadas cerca de 15 milhões de unidades. No ano passado, com as restrições da Covid, as vendas caíram 15%.

TULIPA O mercado de flores Ceaflor diz que a oferta de produtos subiu 60% ante 2020, mas o volume atual não chega à metade do que foi vendido em 2019. E a inflação deve corroer parte dos ganhos. Nas redes Extra e Pão de Açúcar, a expectativa é de aumento de dois dígitos na venda de flores em relação à data de 2020.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

Alta dos juros favorece investimento em renda fixa indexada à inflação

Títulos de dívidas de empresas oferecem a maior rentabilidade na classe, segundo levantamento buscador de aplicações Yubb

Clayton Castelani e Lucas Bombana

SÃO PAULO O aumento da taxa Selic pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) nesta quarta-feira (27) em 1,5 ponto percentual, para 7,75% ao ano, colocou a renda fixa, em especial as debêntures incentivadas, em larga vantagem em relação aos demais investimentos, segundo levantamento do buscador de aplicações financeiras Yubb.

Diante do cenário de incertezas, entretanto, os analistas reforçam suas recomendações por investimentos em renda fixa de perfil conservador, com destaque para os títulos públicos indexados à inflação.

Com a Selic em 7,75%, as debêntures incentivadas têm um ganho anual real estimado em 2,38%, segundo o Yubb.

Os demais investimentos avaliados estão negativos: poupança (-3,24%), Tesouro Selic (-2,61%), CDB de banco médio (-0,92%), CDB de banco grande (-3,73%), Letra de Câmbio (-0,36%), Letra de Crédito do Agronegócio (-1,34%), Letra de Crédito Imobiliário (-1,06%) e Recibo de Depósito Bancário (-0,58%).

Criados em 2011 para atrair investidores privados (pessoas jurídicas ou físicas) para colocar dinheiro em projetos de infraestrutura do país, os títulos de debêntures incentivadas têm como diferencial a isenção de Imposto de Renda sobre os retornos auferidos.

Esses papéis costumam pagar taxa prefixada mais a variação da inflação, o que vem dando vantagem a eles nesse período de alta de preços.

Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb, explica que o levantamento retrata o momento em que os principais títulos de renda fixa perdem para a inflação, uma vez que a Selic ainda não está acima do aumento no custo de vida.

A análise considera a inflação acumulada em 8,96% em 2021, bem como a possibilidade de que o índice termine o ano acima ou muito próximo dos 10%.

Pascowitch alerta, porém, que as debêntures são ativos de riscos mais elevados, pois são títulos de dívida corporativa sem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

"A gente está olhando justamente para o risco de crédito, a qualidade do crédito da empresa emissora. Então, trata-se de ativos muito mais arriscados, sem nenhum tipo de garantia no comparativo com os outros títulos", argumenta.

"Entretanto, como tudo em investimentos, existe a relação entre risco e retorno: quanto maior o risco, maior o potencial de retorno", acrescenta o analista.

Diretora de investimentos da gestora de patrimônio Sonata, Patrícia Palomo afirma que tem recomendado aos seus clientes que reduzam a alocação em fundos multimercados, os quais, de modo geral, têm maior dificuldade de entregar resultados destacados em cenários de alta dos juros.

Na outra ponta, a especialista do Sonata explica que o dinheiro sacado dos fundos do tipo multiestratégia deve ser destinado especialmente neste momento principalmente para as oportunidades na renda fixa, que, em sua avaliação, mostram-se cada vez mais atraentes.

"Os investidores deveriam aproveitar a janela que a renda fixa está oferecendo", diz a especialista.

Frente a um risco crescente de desancoragem das expectativas de inflação para 2022, ela indica opções de títulos públicos com taxa preestabelecida, além da variação do IPCA (índice oficial de inflação do país), de modo a garantir o poder de compra do investidor.

No Tesouro Direto, programa digital de compra e venda de títulos públicos, papéis como o Tesouro IPCA para 2026 ofereciam nesta quarta-feira (27) juro real de 5,4% ao ano.

Palomo acrescenta que os níveis de dois dígitos em taxas prefixadas no Tesouro Direto chamam a atenção, mas que é preciso ter uma dose maior de cautela nesse caso, frente ao risco de a inflação seguir pressionada por mais um bom tempo.

Ela explica, ainda, que, diante dos prêmios oferecidos na renda fixa de baixo risco nos títulos públicos, é preciso avaliar com cuidado alternativas no crédito privado —a diretora afirma que a taxa de rentabilidade excedente em relação aos papéis do governo giram hoje ao redor de 1 ponto percentual, o que não é considerado um patamar suficientemente atrativo pela especialista.

Seguindo na mesma linha, Carlos Belchior, estrategista-chefe da G5 Partners, explica que, a despeito da especialidade da casa no segmento de crédito privado, tem privilegiado para a carteira dos investidores os títulos públicos indexados à inflação de médio prazo, com vencimentos entre 2028 e 2030, de menor volatilidade em comparação aos vértices mais longos.

Ele cita a oferta de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) da empresa J Macêdo nesta semana, realizada no mercado, em que a demanda superou em cerca de quatro vezes o tamanho da oferta de cerca de R$ 200 milhões.

A procura foi tanta que achatou o prêmio do ativo de uma proposta inicial ao redor de 3 pontos percentuais, ante os juros dos títulos públicos indexados à inflação, para algo perto de 1,25 p.p., diz Belchior.

"Diante das taxas nas NTN-Bs [títulos indexados à inflação, temos trocado o risco de crédito privado pelo público", afirma o especialista. "O Brasil é um lugar de juro, não é um lugar de Bolsa."

Paloma Brum, analista da Toro Investimentos, destaca que a alta da Selic beneficiará o investidor com maior exposição a títulos pós-fixados, que acompanham a taxa básica de juros.

"Para quem tem títulos prefixados ou atrelados à inflação, a Selic mais alta prejudica somente o valor atual destes títulos", diz Brum.

Já para a Bolsa de Valores, a expectativa não é das melhores. Vitor Duarte, diretor de investimentos da Suno Asset, lembra que o aumento dos juros, além de reduzir o número de investidores interessados na classe de renda variável, reduz o valor presente das ações, frente à projeção de uma taxa de desconto mais elevada no longo prazo.

"A média da Bolsa é para baixo, mas dentro dessa média existem oportunidades", afirma Duarte, que enxerga o setor financeiro, como bancos e seguradoras, em preços bastante descontados e com perspectivas positivas frente ao cenário de juros mais altos.

+ INDÚSTRIA DIZ QUE AUMENTO PREJUDICA RETOMADA

Entidades que representam o setor produtivo e trabalhadores classificaram o aumento no ritmo de alta da taxa básica de juros anunciado nesta quarta-feira (27) pelo Banco Central como excessivo. Para elas, o movimento compromete a recuperação de uma economia ainda fragilizada. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) disse que considera equivocada a decisão do Copom. "Os aumentos anteriores da taxa de juros já começaram a ter reflexos na economia. Percebemos que a atividade econômica dá sinais de desaquecimento e, nos próximos meses, os efeitos defasados do aumento da Selic vão continuar contribuindo para desestimular o consumo e desacelerar a inflação", diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Para ele, com novos aumentos expressivos da Selic, o BC põe em risco a recuperação econômica e aumenta a probabilidade de uma recessão em 2022.

Tesouro vê risco-Brasil maior e investidores cobrando mais caro após drible no teto de gastos

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Tesouro Nacional observou elevação da curva de juros em outubro, refletida em investidores cobrando mais caro para emprestar ao país, após a operação de governo e parlamentares para driblar o teto de gastos e expandir despesas em ano eleitoral.

O coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luis Felipe Vital, disse que a alta na curva de juros foi observada em meio à maior preocupação do mercado com o cenário das contas públicas. "Essa performance pior do Brasil pode ser explicada por questões domésticas, principalmente fiscais", afirmou.

Os números do Tesouro indicam que as taxas médias cobradas por investidores nas emissões de títulos públicos ao fim de setembro já eram recordes desde, pelo menos, 2018 —alcançando 11,16% ao ano no caso das NTN-F com vencimento em 10 anos. Em outubro, no leilão mais recente, houve uma taxa ainda maior para o papel (de 11,89%).

Tanto as partes intermediárias como as longas da curva de juros tiveram alta. "A gente teve movimento expressivo nos juros, alta considerável", disse Vital, lembrando que o aumento na curva de juros se reflete nos leilões do Tesouro.

"Ela basicamente traduz o noticiário fiscal, intenso e com muitas incertezas principalmente sobre trajetória fiscal", afirmou, lembrando que o cenário afeta as expectativas sobre a política monetária.

> **Esse noticiário fiscal mais intenso responde por boa parte desse aumento de juros**
>
> **Luis Felipe Vital**
> coordenador-geral de Operações da Dívida Pública

"Em resumo, esse noticiário fiscal mais intenso responde por boa parte desse aumento de juros", disse.

Outros indicadores monitorados pelo Tesouro corroboram a maior percepção de risco em outubro e um movimento destoante em relação aos de pares emergentes acompanhados pelos técnicos.

O CDS (Credit Default Swap, indicador de risco-país) do Brasil apresentou alta de 10,8% sobre o mês anterior, alcançando o valor de 228 pontos na última terça-feira (26). Enquanto isso, todos os outros países acompanhados tiveram melhora. Assim, o Tesouro teve que ajustar leilões, reduzindo lotes em alguns casos para não pagar tão caro e aguardar momentos de maior estabilidade do mercado.

INDICADORES

JUROS

Out., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência outubro

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín.	R$ 1.100,00	20%	R$ 220,00
Valor máx.	R$ 6.433,57	20%	R$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 16 nov

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.100	5%	R$ 55,00

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.100	7,5%
De R$ 1.100,00 a R$ 2.203,48	9%
De R$ 2.203,49 a R$ 3.305,22	12%
De R$ 3.305,23 a R$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19 nov. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Dedução, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.nov. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Entenda o impacto da alta do dólar na Black Friday, em remédios e carros

Empresas enfrentam o dilema de escolher entre repassar os custos elevados e aquecer as vendas

Daniele Madureira

BRASÍLIA A recente disparada do dólar –a moeda americana chegou a fechar a R$ 5,668 no último dia 21– acendeu o sinal de alerta no setor privado. Há cerca de quatro meses, em 25 de junho, por exemplo, o dólar estava em R$ 4,938. Até o fechamento desta quarta-feira (27), quando ficou em R$ 5,560, a alta acumulada é de quase 13%.

Sem saber até onde vai o câmbio, empresas com dívidas em dólar ou com insumos cotados na moeda estrangeira ficam com o seu planejamento comprometido. Da mesma maneira, quem compra produto importado para revender no Brasil precisa dosar a mão para não repassar todo o aumento ao consumidor final e naufragar nas vendas.

"Parte dos lojistas está com o seu estoque limitado para a Black Friday, especialmente em eletroeletrônicos, já que muitos itens são importados", diz Luiz Augusto Ildefonso, diretor institucional da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping).

Segundo ele, em alguns casos, não vale a pena abastecer as lojas com o dólar neste preço, porque não será possível repassar tudo ao consumidor.

Para Idelfonso, na data promocional de 26 de novembro, o público "pode não encontrar o desconto que gostaria", por conta do câmbio. Ao mesmo tempo, diz, a disponibilidade de estoque tende a ser afetada pelo nó logístico envolvendo a falta de contêineres.

Movimento fraco no Tietê Shopping na última Black Friday Rubens Cavallari - 27.nov.20/ Folhapress

O economista Ulisses Ruiz de Gamboa, da ACSP (Associação Comercial de São Paulo), lembra que o atual cenário de aumento do risco fiscal e de turbulência política influencia diretamente a cotação da moeda, justo em um momento de retomada importante para o comércio.

"Os lojistas estão preocupados em relação a quanto do aumento de custos pode ser repassado ao consumidor agora, quando a demanda ainda não se fortaleceu", diz.

Segundo ele, o comportamento do varejo tem se mostrado heterogêneo. "Alguns setores, como vestuário e calçados estão se recuperando, enquanto o de supermercados, móveis e eletrodomésticos tiveram queda", afirma.

Como reflexo, o consumidor tende a encontrar menor diversidade de produtos e uma faixa de preço mais elevada, uma vez que os varejistas procuram manter suas margens.

Principal acionista e fundador da rede de farmácias Pague Menos, o empresário Deusmar Queiroz diz que alta do dólar vai influenciar no reajuste de preços dos medicamentos em abril do ano que vem. No Brasil, o preço dos remédios é tabelado e o reajuste ocorre todos os anos a partir de abril.

"A variação cambial não interfere diretamente no caixa da nossa empresa, no entanto, vai influenciar no reajuste de preço da indústria farmacêutica, cuja matéria-prima é predominantemente importada", afirmou Queiroz à **Folha**.

Já o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Luiz Carlos Moraes, diz que a entidade parou de fazer conta do impacto do câmbio sobre o setor em março do ano passado –período em que o dólar chegou a R$ 4,60 e iria causar um rombo de R$ 8 bilhões no ano para a indústria.

"A pressão atual sobre os custos é incalculável e ainda não foi repassada totalmente aos preços dos veículos", diz Moraes, destacando que, no ano passado, por exemplo, as importações de componentes somaram cerca de US$ 13 bilhões.

"Essa questão nos preocupa tanto quanto a escassez de componentes, como os semicondutores", diz o presidente da Anfavea. "Além disso, a desvalorização impacta ainda mais a inflação e provoca aumento da taxa de juros, reduzindo substancialmente a chance da retomada de crescimento".

A pressão que a volatilidade da moeda exerce sobre a inflação também preocupa a indústria da construção civil. "Isso pode significar maior incremento na taxa de juros e, consequentemente, um desestímulo aos investimentos nas atividades produtivas, como a construção civil", diz Ieda Vasconcelos, economista da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

A especialista ressalta que o principal problema que o setor vem enfrentando há cinco trimestres consecutivos é o "aumento exagerado" do preço dos insumos. A alta do dólar impacta parte desses itens, como cobre e minério de ferro, commodities que seguem a cotação do mercado internacional.

Colaborou Clayton Castelani, de São Paulo

Inflação da indústria desacelera para 0,40% em setembro

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A inflação de mercadorias utilizadas na indústria desacelerou para 0,40% no mês de setembro, mostram dados do IPP (Índice de Preços ao Produtor) divulgados nesta quarta-feira (27).

A taxa é a menor registrada desde o mês de dezembro de 2020 (0,39%), informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelo levantamento.

Das 24 atividades que são pesquisadas pelo instituto, 20 tiveram variação positiva nos preços em setembro. Em agosto, quando o IPP foi de 1,89%, as 24 haviam registrado alta.

Apesar da perda de fôlego, o indicador ainda acumula disparada de 30,59% em 12 meses. Em período menor, de janeiro a setembro, a alta é de 24,08%.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na "porta de entrada das fábricas", sem efeito de impostos e fretes. Ou seja, capta os valores de mercadorias usadas nas linhas de produção.

Em setembro, as maiores altas nos preços foram registradas em outros produtos químicos (4,41%), alimentos (2,48%) e fumo (2,40%). Indústrias extrativas (-16,48%), por outro lado, registraram a maior queda.

Já os principais impactos negativos ou positivos no índice de setembro foram de indústrias extrativas (-1,24 ponto percentual), alimentos (0,58 p.p.), outros produtos químicos (0,39 p.p.) e refino de petróleo e produtos de álcool (0,18 p.p.).

Desemprego cai, mas renda encolhe, aponta IBGE

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (27).

Segundo o instituto, a baixa foi puxada pelo aumento de pessoas ocupadas, principalmente em postos de trabalho informal. Mas a abertura de vagas, contudo, veio acompanhada por quedas recordes, em termos percentuais, no rendimento médio.

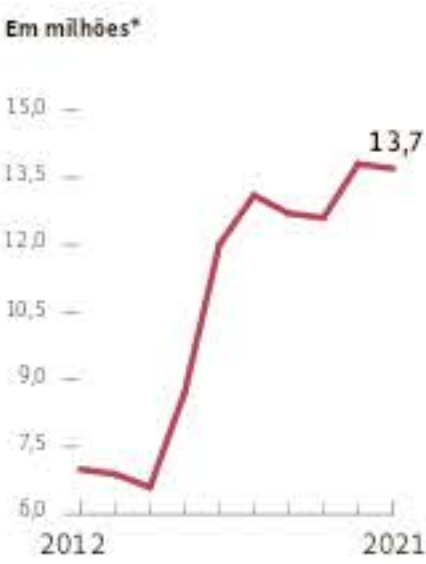
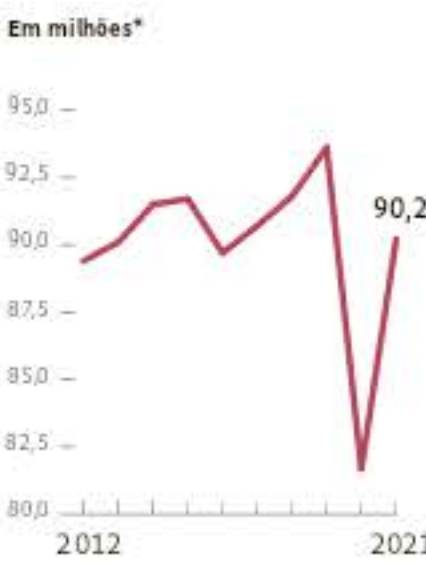
Ou seja, houve maior geração de empregos, mas com renda inferior. Isso guarda relação com a volta do trabalho informal, que costuma ter salários menores, e inflação mais alta.

No trimestre anterior, até maio, a taxa de desemprego estava em 14,6% (1,4 ponto percentual acima da mais recente). O indicador era de 14,4% no intervalo de junho a agosto de 2020.

Com o novo resultado, o número de desempregados foi estimado em 13,7 milhões no país. O resultado representa baixa de 7,7% (menos 1,1 milhão de pessoas) ante o trimestre terminado em maio e indica estabilidade na comparação anual.

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Nas estatísticas oficiais, um trabalhador é considerado desocupado se não está atuando e segue em busca de novas oportunidades, com ou sem carteira assinada ou CNPJ.

A taxa de desemprego até agosto (13,2%) veio abaixo do nível esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam indicador de 13,4%.

No trimestre, a população ocupada chegou a 90,2 milhões de pessoas. A marca significa alta de 4% (mais 3,5 milhões de pessoas) ante maio e crescimento de 10,4% (mais 8,5 milhões) no ano.

Dos 90,2 milhões de ocupados, 53,1 milhões (58,9%) eram formais. Os demais 37,1 milhões (41,1%) eram informais.

Em relação ao trimestre anterior, até maio, é possível observar um aumento mais consistente no grupo de trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ. A alta foi de 6,9% (mais 2,4 milhões).

Na mesma base de comparação, o avanço foi de 2,1% entre os formais (mais 1,1 milhão).

De acordo com a pesquisadora Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura das atividades econômicas vêm estimulando a retomada da população ocupada.

"A expansão da ocupação fez com que a taxa de desocupação cedesse."

O IBGE ponderou que o rendimento real habitual dos trabalhadores ocupados recuou para R$ 2.489 no trimestre até agosto. A marca corresponde a quedas de 4,3% frente ao trimestre anterior (R$ 2.602) e de 10,2% frente a igual período de 2020 (R$ 2.771).

Segundo o instituto, as baixas foram as maiores em termos percentuais na série histórica, iniciada em 2012, em ambas as comparações.

"A população ocupada está avançando, mas ainda há indicadores associados à força de trabalho que apresentam um quantitativo desfavorável. A gente está operando, por exemplo, com rendimento em queda", afirmou Adriana.

O número de trabalhadores por conta própria voltou a bater recorde, atingindo 25,4 milhões. A quantia soma a fatia que atua com CNPJ (6 milhões) e a parcela sem o registro (19,4 milhões), mais numerosa.

A chegada da pandemia, em 2020, atingiu em cheio o mercado de trabalho. Com as restrições e a paralisação de empresas, houve destruição de vagas em diferentes setores, e mais brasileiros foram forçados a procurar emprego.

Na visão de analistas, a melhora consistente do quadro depende em grande parte do desempenho do setor de serviços. Esse segmento, o principal empregador do país, sofreu com as restrições na crise porque reúne atividades dependentes da circulação de clientes.

Bares, restaurantes, hotéis e eventos são exemplos de serviços prejudicados pelo coronavírus. As atividades, agora, têm expectativa mais positiva devido ao avanço da vacinação contra a Covid-19.

Contudo, o aquecimento da economia como um todo, necessário para a melhora do mercado de trabalho, é colocado em xeque por uma série de dificuldades. A preocupação de parte dos analistas com o cenário macroeconômico ganhou força na semana passada.

O motivo foi a decisão do governo Jair Bolsonaro de driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

"Ainda há um contingente de desempregados muito alto, 13,7 milhões de pessoas. O quanto elas vão ser afetadas para conseguir ocupação vai depender da dinâmica da economia. A gente sabe que a questão do juro, da inflação, acaba comprometendo planos de expansão de investimentos", comentou Beringuy.

Auxílio-gás para baixa renda passa na Câmara

Danielle Brant

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (27) o projeto que subsidia em pelo menos 50% o valor do botijão de gás para famílias de baixa renda, com objetivo de aliviar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar.

O texto é do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ), rejeitou uma das alterações feitas no Senado e retomou a previsão de que a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) seja uma fonte de recursos do programa.

A votação foi simbólica e o projeto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Para bancar o Gás dos Brasileiros, nome do programa, também serão utilizados os dividendos pagos pela Petrobras à União, as parcelas dos royalties devidos à União em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e o bônus de assinatura nas licitações de áreas para a exploração de petróleo e de gás natural.

Entre os beneficiários devem estar famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou que tenham entre seus membros quem receba BPC (benefício de prestação continuada da assistência social). O repasse deverá ser concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas.

Resistência do centro ameaça votação da PEC dos precatórios

Proposta tem objetivo de permitir expansão de despesas em ano eleitoral

Thiago Resende, Danielle Brant e Ranier Bragon

BRASÍLIA A resistência de partidos de centro, como MDB e PSDB, e o baixo quórum na Câmara dos Deputados ameaçam o plano do governo de votar nesta semana a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que abre espaço no Orçamento para aumentar o valor do novo Bolsa Família.

Mesmo na base aliada do governo não há, até o momento, alinhamento para que a proposta possa ser aprovada com facilidade na Câmara. Por isso, aliados do Palácio do Planalto contavam com o apoio na ala independente da Casa.

O relator da proposta, deputado Hugo Motta (PB), líder do Republicanos, se reuniu nesta quarta-feira (27) com o MDB e PSDB. Apesar de ter explicado e defendido a PEC, essas bancadas ainda estão resistentes ao projeto.

Ministros do governo pressionam deputados da base a comparecerem à sessão desta quinta, em nova tentativa de votar o texto. Para adiantar a tramitação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), iniciou a discussão da PEC nesta quarta-feira.

Um dos termômetros que medem quórum para votação, o requerimento para tentar acelerar a discussão da PEC mostrou a dificuldade de obter votos para sua aprovação: foram 256 votos a favor e 163 contra. Para a PEC ser aprovada, são necessários no mínimo 308 votos, em dois turnos.

A intenção inicial era promulgar o texto que cria um teto para o pagamento de precatórios —dívidas reconhecidas pela Justiça— a tempo de permitir que o auxílio turbinado começasse a ser pago já em novembro. Inicialmente, a previsão é que o Auxílio Brasil, que vai substituir o Bolsa Família, seja concedido até dezembro de 2022.

Mas entraves na negociação adiaram a votação da PEC na comissão especial e agora no plenário.

Um dos pontos de divergência é a garantia do pagamento de dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Há cerca de R$ 15,6 bilhões em precatórios desses para Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

A oposição usa isso como discurso de que professores perderão recursos se a PEC dos Precatórios for aprovada.

Diante da resistência, inclusive em partidos de centro e da base do governo, Motta passou a avaliar retirar essa verba do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

A tese é que o dinheiro para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) não é considerado no cálculo do limite de gastos federais.

"Eu não acho que isso seja bom", disse Motta sobre a proposta de retirar os recursos de precatórios do Fundef fora do teto de gastos. "Minha ideia é votar o texto como ele está, porque na minha avaliação ele está muito bom."

Há dúvidas se essa mudança garantiria os 308 votos necessários para aprovar a PEC nesta semana. Por alterar a Constituição, a proposta precisa de 60% dos 513 deputados.

No MDB, a resistência tem entre suas origens o descontentamento do partido com a votação do texto que mudou o cálculo de tributação do ICMS para fixar a incidência do tributo sobre o valor médio do combustível nos últimos dois anos. A legenda era contrária à mudança e argumentou que Lira e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), descumpriram acordo de votar outra proposta.

O PSDB, por sua vez, rejeita violar a regra do teto de gastos e também teme a pressão de professores. Somadas, as duas bancadas têm 66 deputados. Às 19h09, havia 446 deputados presentes na sessão, quórum considerado baixo para votação de PEC.

Por causa da falta de quórum e de votos no plenário da Câmara, líderes governistas passaram a negociar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um ato para retomar nesta semana a possibilidade de votação remota.

"Essa é uma possibilidade", admitiu o relator da PEC.

O governo calcula que há cerca de 50 deputados da base fora de Brasília. O recuo de Lira em relação à votação presencial nesta semana permitiria que esses deputados votassem a favor da PEC.

Com o prazo curto para viabilizar o aumento para R$ 400 do Auxílio Brasil, os ministros João Roma (Cidadania) e Ciro Nogueira (Casa Civil) foram à Câmara em busca de uma solução. O governo quer tentar aprovar a PEC ainda nesta semana. Depois a proposta precisa passar pelo Senado, onde precisa de pelo menos 49 votos, em dois turnos.

Na noite desta quarta, Ciro Nogueira voltou à Câmara para tentar negociar os entraves à votação da PEC. Ele confirmou que a votação do texto principal foi novamente adiada, mas mostrou expectativa de votar nesta quinta. "Essa é nossa intenção", disse.

Deputados dizem que Lira prometeu pôr de 490 a 500 parlamentares no plenário nesta quinta para votar o texto. Mas o quórum preocupa, pois quinta-feira é um dia em que os parlamentares costumam voltar às suas bases.

Líderes governistas avaliam que a resistência da oposição, PSDB e MDB à PEC está ligada a um clima de antecipação das eleições de 2022. A abertura de mais espaço no Orçamento pode fortalecer Bolsonaro na corrida presidencial.

Vice-líder da Maioria, o deputado Neucimar Fraga (PSD-ES) afirma que a orientação é tentar marcar um dia em que os deputados estejam na capital. "Até sugerimos aos ministros do governo que evitem viajar na semana de votação de PEC, porque cada um que faz uma viagem leva cinco, seis, sete deputados para o estado dele, e os deputados não voltam", disse.

"Então, enquanto não votar essas matérias importantes que requerem um quórum qualificado, que os ministros não façam viagem às bases eleitorais para não levar os deputados com eles."

A PEC foi aprovada na noite de quinta-feira (21) na comissão especial da Câmara. Desde então, nesta terça (26), Motta faz um tour nas bancadas de partidos da base, independentes e de oposição ao governo.

A varredura prévia não mostrou, por enquanto, margem para que a votação da PEC no plenário seja garantida, e sem chances de derrota.

Por isso, governistas estão adotando tom de cautela em relação à previsão de análise da proposta nesta quarta.

A PEC foi editada para alterar as regras de pagamento de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto, o que garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

O conjunto das alterações previstas —mudança na regra dos precatórios e no teto— cria um espaço orçamentário de R$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022.

Texto pode ir direto ao plenário, diz Pacheco

Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assim que for aprovada pelos deputados, a PEC dos precatórios será apreciada pelos senadores com a "celeridade devida". "Talvez, diante da celeridade que precisa se dar [...], nós possamos invocar o normativo que existe hoje, a possibilidade de ser direto ao plenário do Senado", prometeu.

Guedes chama Pontes de burro e diz questionar o próprio papel

Camila Mattoso, Guilherme Seto e Julia Chaib

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (27) que não falta dinheiro para o país, mas falta gestão.

Em reunião em sua sala, ele chamou colegas do próprio governo de incompetentes, se referiu a Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) como burro, e disse que "às vezes eu mesmo me pergunto o que estou fazendo aqui".

As frases foram ditas durante encontro com integrantes da comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, que brigam para ter de volta R$ 600 milhões de recursos retirados do ministério da área. No local estavam deputados da base e de oposição.

Nesse contexto, Guedes afirmou que há muita incompetência na gestão do dinheiro público, que ministros não executam os recursos que estão disponíveis e deixam valores parados, sem utilização.

Especificamente sobre a Ciência e Tecnologia, o titular da Economia se referiu a todo tempo a Pontes sem citar seu nome, mas chamando-o de astronauta. Ele deu a entender que o colega de Esplanada vive no "espaço" e não entende nada de gestão.

Guedes criticou a reclamação sobre o corte nos valores da pasta, dizendo que cerca de 50% da execução orçamentária até agora não foi feita. Ele se queixou das prioridades do ministério, afirmou que sempre defendeu o investimento em ciência, mas que o dinheiro foi parar em "foguetes". Nesse momento, usou a palavra "burro" para classificar o gestor.

O ministro da Economia usou Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) como exemplo da boa utilização dos recursos públicos, afirmando que tudo que entra na pasta, logo sai para investimentos na área.

Além das críticas à Ciência e Tecnologia, Guedes também citou outros dois ministros como exemplos que já foram negativos de gestão.

Um deles foi Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). Segundo versão contada pelo titular da Economia e relatada ao Painel, Jair Bolsonaro pediu no início do ano que arrumasse R$ 1 bilhão para a Infraestrutura. Depois de alguns estudos, Guedes declarou que decidiu que teria que tirar da pasta de Marinho.

Guedes atrelou a frustração do colega da Esplanada pelo corte a um problema de saúde que ele teve em seguida. De acordo com essa história, o ministro do Rio Grande do Norte pediu para tirar férias logo após perder os recursos e foi para a Bahia, onde teve um "piripaque" e teve que passar por uma cirurgia cardíaca.

Marinho fez uma cirurgia no coração em julho.

Outro exemplo citado como negativo foi o de Onyx Lorenzoni (Trabalho).

Um parlamentar presente na reunião mencionou que Lorenzoni se preocupou em gastar dinheiro fazendo campinhos de futebol e campeonatos pelo país. Guedes concordou imediatamente, dizendo que era exatamente essa a questão, falando que havia distribuição de medalhas e de troféu (nos supostos campeonatos organizados), em vez de pensar em outras prioridades.

De acordo com relatos feitos ao Painel, Guedes mencionou que tentaram derrubá-lo recentemente (em meio à crise envolvendo o teto de gastos) e que a todo momento tentam culpá-lo pelos fracassos do governo. Nesse contexto, ele falou que "às vezes eu mesmo me pergunto o que estou fazendo aqui."

O ministro da Economia deixou claro aos presentes, ainda, que não é político, nem nunca foi, e que quem decide para onde vai o dinheiro é a Casa Civil, comandada por Ciro Nogueira (PP-PI). Ele afirmou que é de Nogueira a ordem de colocar ou tirar recursos das pastas.

Guedes também disse que pode conversar para devolver o dinheiro cortado do Ministério da Ciência, mas especificou que não negociará com o "astronauta", mas apenas com técnicos que entendam do assunto.

Procurado, Pontes não respondeu até a conclusão desta edição.

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Evair de Melo (PP) afirma que Guedes não estava irritado, mas agoniado, e que suas falas foram no sentido de incentivar os apoiadores da gestão Bolsonaro.

"O ministro Paulo Guedes precisa ter execução orçamentária. A palavra não é irritado, mas agoniado. O ministro está vendo que chegou novembro e nós precisamos dar agilidade às execuções orçamentárias. É atitude de quem é responsável. O Paulo Guedes vai ser cobrado no final de ano pelo todo. Ele está fazendo o papel dele de botar pilha e cobrar dos ministros as execuções financeiras."

O titular da Economia passou uma apresentação com slides mostrando que a Ciência e Tecnologia só empenhou até o momento 59% do montante que tem.

"A irritação dele é mais um discurso de autoestima, vamos lá, vamos virar 24h, vamos empenhar, vamos definir prioridades. É o capitão motivando o time", disse o vice-líder do governo na Câmara, em defesa de Guedes.

Sobre Guedes ter chamado ministros de incompetentes e o astronauta de burro, afirmou que "isso é como time de futebol. Não tem ninguém ofendendo ninguém, não. Quem te passou isso passou em um tom jocoso e de maldade. Isso é palavra no dia a dia de uma empresa. Nós viemos do setor privado."

"O Ministério de Ciência e Tecnologia precisa, sim, melhorar a execução financeira e orçamentária. É palavra de motivação, não é nenhuma crítica pontual", acrescentou.

Questionado sobre o termo "burro" usado na reunião, o parlamentar afirmou que "isso é Paulo Guedes, rapaz."

Melo ainda disse que o próprio Guedes se chamou de burro. "Ele falou 'eu era um burro de política pública, de burocracia interna do órgão, era um incompetente. E aí fui estudar e ler'."

> "A irritação dele é mais um discurso de autoestima, vamos lá, vamos virar 24h, vamos empenhar, vamos definir prioridades. É o capitão motivando o time
>
> **Evair de Melo (PP)**
> vice-líder do governo na Câmara

Os ministros da Ciência, Marcos Pontes (esq.), e da Economia, Paulo Guedes, em Brasília
Washington Costa - 14.out.20/Ministério da Economia

Santander Brasil lucra R$ 4,3 bilhões no terceiro trimestre, alta de 12,5%

Carteira de crédito do banco avançou 13,3% no período, para R$ 450 bilhões, puxada por pessoa física

Lucas Bombana

SÃO PAULO O Banco Santander Brasil registrou lucro líquido de R$ 4,3 bilhões no terceiro trimestre de 2021, o que corresponde a um crescimento de 12,5% na comparação com igual período do ano passado, e de 4,1%, ante o trimestre imediatamente anterior.

O resultado do banco foi sustentado por uma expansão de 13,3% na carteira de crédito, em bases anuais, e de 2,4% na margem, para R$ 450,2 bilhões.

O maior crescimento dentro da carteira de crédito veio do segmento de pessoas físicas, que responde por 44% do total, e em que o Santander Brasil reportou um avanço de 21,3% no ano contra ano, e de 5,5% ante o segundo trimestre, chegando a um volume de R$ 200,1 bilhões.

Crédito imobiliário (+26,1%), crédito pessoal/outros (+24,9%), cartão de crédito (+21,5%) e consignado (+13,4%) foram os produtos mais demandados pela pessoa física no último trimestre.

Já o índice de inadimplência acima de 90 dias se situou em 2,4% ao fim de setembro, contra 2,1%, em igual período do ano passado, e 2,2% em junho.

Entre as pessoas físicas, o índice de inadimplência foi de 3,3%, enquanto entre as empresas, o percentual recua para 1,3%.

Como resultado, o indicador NPL (non-performing loan, ou crédito não produtivo), que corresponde aos créditos que não foram quitados pelos clientes, atingiu R$ 5,2 bilhões no terceiro trimestre, aumento de 27,6% no ano, e de 54,6% no trimestre.

O Santander Brasil alcançou um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 22,4% no trimestre, maior patamar histórico do banco, com evolução de 1,4 ponto percentual na comparação anual, e de 0,8 p.p. no trimestre.

A instituição informou ainda que as receitas de serviços de conta corrente alcançaram R$ 975 milhões, queda de 4,6% em relação ao mesmo período do ano passado, em razão, principalmente, do crescimento da transacionalidade via Pix.

"Alcançamos 51,8 milhões de clientes suportados pela velocidade na conquista de novos clientes, com o recorde de aquisição de mais de 870 mil clientes por mês, dos quais 24% das aquisições no digital são clientes não bancarizados", diz o relatório de resultados do Santander Brasil.

A plataforma digital do banco registrou uma média de 600 mil novas contas abertas por mês, alta de 217% no ano. Por outro lado, o banco encerrou o trimestre com uma rede com 2.029 agências, ante 2.168 há um ano, e 2.065 no final de junho.

Sérgio Rial, presidente do Santander Brasil; banco lucrou R$ 4,3 bi no trimestre Eduardo Knapp - 7.abr.16/Folhapress

Presidente do banco prevê desaceleração do crédito em 2022

Diante de um cenário econômico mais desafiador previsto para o país em 2022, o ritmo da concessão de crédito às pessoas físicas deve passar por alguma acomodação mais à frente.

A previsão é de Sérgio Rial, presidente do Santander Brasil. O executivo disse nesta quarta (27) que espera por uma desaceleração no ritmo de crescimento da carteira de crédito de pessoas físicas do banco nos próximos meses.

No terceiro trimestre de 2021, essa da carteira avançou 21%, na comparação anual, mas, segundo Rial, parte do resultado observado se deve ao represamento da atividade econômica em 2020.

"[O crescimento da carteira de crédito às pessoas físicas] deve voltar para níveis de maior normalidade, que têm sido de um dígito alto, entre 9% e 12%", afirmou Rial em entrevista à imprensa para tratar dos resultados do terceiro trimestre.

Em um ambiente de taxa básica de juros de volta à casa dos dois dígitos, o crédito imobiliário deve ser um dos segmentos mais afetados negativamente, prevê o presidente do Santander, que em janeiro de 2022 passa o bastão para Mario Leão, que hoje lidera a área de corporate banking.

No terceiro trimestre, a categoria imobiliária foi um dos destaques de crescimento para o resultado da carteira de crédito do banco, com expansão de quase 30%.

Rial disse também que espera por momentos mais difíceis em termos de inadimplência. "Isso não significa que seja uma realidade inevitável, vai depender da qualidade de gestão [do banco]", afirmou.

Rial disse ainda ter a expectativa de que a alta da Selic em curso pelo BC reduza a alta volatilidade do dólar.

"O problema não é onde o câmbio está, o problema é a velocidade com que ele se move. Isso cria deslocamentos importantes para várias multinacionais que investiram no Brasil", afirmou, dizendo ainda que as variações bruscas no câmbio aumentam as incertezas e retroalimentam a inflação.

O executivo disse que apenas a política monetária não é suficiente para trazer o equilíbrio necessário para o quadro macroeconômico do país. O trabalho do Banco Central precisa vir acompanhado de uma política fiscal mais disciplinada, assinalou.

"O que eu gostaria é de um choque de política fiscal, não de política monetária."

Rial comentou ainda que o fato de a narrativa do governo mudar a todo tempo tem gerado grande dificuldade para o mercado traçar os próximos passos para a política econômica à frente.

"Me preocupa a questão da inconsistência da narrativa. É importante ter uma linha de narrativa reformista, mas que também tenha um viés de inclusão social".

Sobre a queda de 4,6% na receita de serviços de conta corrente por causa do crescimento da transacionalidade via Pix, Rial afirmou que, em sua avaliação, o novo instrumento teve um impacto, na média, positivo para a sociedade.

"Você captura [o cliente] de outras formas, a vinculação não passa simplesmente pelo TED e pela DOC", disse.

Tendo reportado uma média de cerca de 870 mil novos clientes por mês no terceiro trimestre, Rial afirmou que o banco projeta alcançar a marca de 1 milhão de novos clientes ao mês em novembro.

Leilão do 5G deve ter 15 empresas e duas frentes

Julio Wiziack

BRASÍLIA A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) recebeu, nesta quarta-feira (27), 15 propostas de empresas interessadas em arrematar frequências no leilão do 5G, marcado para o início de novembro.

Frequências são avenidas no ar por onde as operadoras fazem trafegar seus dados.

A lista divulgada pela agência mostra que haverá dois tipos de disputa no certame. De um lado, estarão as grandes operadoras (Claro, Vivo e Tim) que farão lances pelas frequências 5G "puras", aquelas que permitirão velocidades elevadas —particularmente 3,5 GHz (gigahertz).

De outro, estarão fundos de investimento, como o Pátria (Winity II Telecom), empresas e provedores regionais de internet, interessados especialmente nas frequências de 700 MHz, que permitem cobrir grandes áreas mas com velocidades mais baixas de conexão.

De acordo com as propostas apresentadas, haverá disputa, por exemplo, entre a Highline (NK108 Empreendimentos e Participações) e a Brisanet em cidades menores, principalmente no Nordeste.

A participação da Highline só foi possível graças a uma mudança nas regras do edital, permitindo que a empresa possa começar a operar 5G em cidades menores. A agência abriu uma exceção para os blocos de cobertura regional.

Nos blocos de cobertura nacional, continua valendo a regra de instalação das redes 5G a partir de cidades mais populosas.

Outra surpresa foi a participação do empresário Nelson Tanure. Ele está presente no capital da Sercomtel e do Consórcio 5G Sul, grupo de que faz parte a Copel, empresa de energia e telecomunicações. Ambas atuam no Paraná.

Tanure foi um dos acionistas da Oi que tentou adquirir o controle da operadora em meio ao processo de recuperação judicial. A estratégia não funcionou.

A empresa, que vendeu seu braço de telefonia celular para a Claro, Vivo e Tim, aguarda aval do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da Anatel para concluir o negócio.

No processo de reestruturação da Oi, ela se transformou em uma companhia de infraestrutura de telecomunicações, fornecendo insumos (redes e cabos, dentre outros) para as demais operadoras.

Por esse motivo, havia expectativa de que a Oi fizesse lances para adquirir frequências de longo alcance (como 26 GHz). No entanto, a empresa não se apresentou.

O grupo de pequenos provedores associados na Iniciativa 5G (Mega Net Provedor de Internet e Comércio de Informática) também entregou propostas. Eles afirmam ter investidores capazes de aportar mais de R$ 19 bilhões em redes de quinta geração. Ainda não se sabe quem são esses investidores.

A Datora Telecomunicações, especializada em internet das coisas e comunicação entre máquinas (M2M), se habilitou para o leilão por meio da empresa VDF Tecnologia da Informação.

Os demais interessados que entregaram propostas foram Algar Telecom, Brasil Digital Telecomunicações, Cloud2U, On Telecom (Neko Serviços) e Fly Link.

Pelas regras do edital, as empresas tinham de entregar suas propostas nesta quarta-feira e apresentar as garantias para os lances que farão no leilão, no dia 4 de novembro.

Caberá à agência nos próximos dias avaliar as empresas, as garantias e as propostas apresentadas. Caso haja alguma pendência ou descumprimento de regras do edital, a empresa pode ser desqualificada.

No leilão, serão vendidas licenças nas faixas de 700 MHz (megahertz); 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz. As licenças custam R$ 45,7 bilhões e os compromissos atrelados a elas exigirão investimentos de cerca de R$ 37 bilhões —valor que será abatido das licenças. Na prática, a União deverá receber cerca de R$ 8,7 bilhões pelas outorgas. Ou seja: não será um leilão arrecadatório, como foi nos EUA.

Ao todo, foram dois adiamentos, o que levou à postergação da data do leilão por duas vezes, desgastando o ministro Fábio Faria (Comunicações) no Congresso —que chegou a montar um grupo especial de monitoramento da implantação do 5G no país.

Naquele momento, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pretendia impor restrições à participação da chinesa Huawei da construção de redes 5G no país.

Bolsonaro estava alinhado com o então presidente Donald Trump, dos EUA, país que, agora na gestão de Joe Biden, ainda trava uma disputa geopolítica com a China.

A ideia de Bolsonaro, influenciado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, era impedir que os chineses vendessem equipamentos no país.

Segundo as teles, isso levaria à troca de todos os equipamentos de tecnologias anteriores (3G e 4G), o que custaria quase R$ 100 bilhões e atrasaria a implantação do 5G em pelo menos três anos.

Essa situação levou à criação da frente parlamentar e a saída apresentada pelo ministro Fábio Faria foi a construção de uma rede privativa destinada à administração pública federal.

A primeira proposta de edital da Anatel foi aprovada pelo conselho em fevereiro deste ano e encaminhada para o TCU (Tribunal de Contas da União). A área técnica do tribunal sofreu forte pressão do governo para que deliberasse em um prazo menor do que o previsto. Ao final, foi aprovada em agosto pelo plenário, com diversas alterações relevantes.

Duas delas levaram o conselheiro da Anatel, Moisés Moreira, a pedir vista por uma semana. Para ele, era preciso que o governo entregasse o projeto completo da rede privativa para a administração federal e o programa de conexão da Amazônia (Pais). Ambos foram mantidos como compromissos obrigatórios de investimento no edital.

Regras de ferrovias mudam por pressão de senadores

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O Ministério da Infraestrutura decidiu alterar a portaria que estabelece regras para autorizar a construção de novas ferrovias após pressão do Senado. O modelo proposto pelo governo era questionado também no TCU (Tribunal de Contas da União) e pela Rumo Logística, uma das maiores empresas do setor.

A portaria permite investimentos em ferrovias apenas com autorização do governo, sem necessidade de leilões de concessão, e é a base do programa federal Pró-Trilhos, que já tem 23 requerimentos de novos trechos, com investimentos totais de R$ 100 bilhões.

Segundo seus críticos, ela contraria tanto a medida provisória que estabeleceu as autorizações ferroviárias quanto lei aprovada no Senado sobre o mesmo tema, ao priorizar a outorga dos projetos por ordem de chegada dos pedidos.

Alegando que o modelo não traz o melhor resultado para o país, o relator do projeto de lei, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) articula a edição de um decreto parlamentar para sustar seus efeitos. Mesma visão tem a representação do Ministério Público no TCU, que também pediu mudanças nas regras.

Prates esperava votar o decreto nesta quarta-feira (27) mas concedeu ao governo mais um dia para melhorar o texto após pedido do líder do governo no Congresso, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE). Suas críticas ganharam apoio do senador José Aníbal (PSDB-SP).

"O procedimento usado é: quem chegou primeiro leva. É algo absolutamente inaceitável", disse Aníbal à Agência Senado. "É tão óbvio que essa portaria está errada, que é deletéria ao introduzir um critério que se sobrepõe à análise dos projetos, mas o ministro está autorizando."

O novo texto da portaria dará prioridade por ordem de chegada na análise dos projetos e não mais nas outorgas. O ministério não explicou se fará concorrências quando houver mais de um interessado pelo mesmo trecho, conforme prevê o projeto de lei.

A pressão do Senado levou à mudança mesmo após vitória do governo em primeira instância ação movida pela Rumo, que tem interesse em dois trechos requeridos primeiro pela VLI Logística. Na ação, a Rumo acusava o governo de acelerar o processo para beneficiar a concorrente.

O Pró-Trilhos foi lançado pelo governo Bolsonaro no início de setembro e é celebrado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Almeida, como ponto de inflexão na logística brasileira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

CURITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 137/2021- FEAS

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde - Feas torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico. Processo Administrativo n. 278/2021 – Feas. Critério de julgamento: Menor valor por item. Ampla concorrência.
OBJETO: Seleção de propostas para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de portaria (Porteiro), com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos a serem executadas de forma contínua nas dependências da Feas, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: O valor máximo estimado é de R$ 831.528,72 (oitocentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).
DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTA: a partir do dia 28 de outubro de 2021 das 10h até o dia 12 de novembro de 2021, às 09h29, horário de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: As propostas serão abertas às 09h30 do dia 12 de novembro de 2021.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 12 de novembro de 2021, a partir das 10h, horário de Brasília/DF.
AS PROPOSTAS deverão respeitar a data e horários determinados acima.
O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Feaes: http://www.publinexo.com.br, bem como no sítio eletrônico da Feaes: http://www.feaes.curitiba.pr.gov.br.
INFORMAÇÕES contatar pelos fones: (41) 3316-5967/ (41) 3316-5927.
Curitiba, 27 de outubro de 2021.

Janaina Barreto Fonseca
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar de **Audiência Pública Virtual** da Comissão para discutir as seguintes matérias:

- **PL 391/2021** – Executivo – RICARDO NUNES - "Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências."
- **PL 659/2021** – Executivo – RICARDO NUNES - "Dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Educação Infantil, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação - QPE."
- **PL 685/2021** - Executivo - RICARDO NUNES – "Dispõe sobre Planta Genérica de Valores, alterações na legislação tributária municipal, Contragarantias em Operações de Crédito e Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo."
- **PL 744/2020** – Ver. ARSELINO TATTO (PT), Ver. FARIA DE SÁ (PP), Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PSC), Ver. RUBINHO NUNES (PSL), Ver. ELY TERUEL (PODE), Ver. SANDRA TADEU (DEM), Ver. FERNANDO HOLIDAY (NOVO), Ver. EDIR SALES (PSD), Ver. RODRIGO GOULART (PSD) – "Dispõe sobre o sepultamento dos animais domésticos no Município de São Paulo."
- **PL 577/2021** - Ver. ROBERTO TRIPOLI (PV),Ver. FERNANDO HOLIDAY (NOVO),Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PSC),Ver. SANDRA TADEU (DEM),Ver. ELY TERUEL (PODE) – "Dispõe sobre o sepultamento de cães, gatos e animais domésticos de pequeno porte, em cemitérios do Município de São Paulo."
- **PL 672/2021** - Ver. FABIO RIVA (PSDB), Ver. RODRIGO GOULART (PSD), Ver. PAULO FRANGE (PTB), Ver. RUBINHO NUNES (PSL), Ver. FARIA DE SÁ (PP), Ver. ADILSON AMADEU (DEM),Ver. AURELIO NOMURA (PSDB), Ver. DR SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE), Ver. EDIR SALES (PSD), Ver. ELISEU GABRIEL (PSB), Ver. FELIPE BECARI (PSD), Ver. GEORGE HATO (MDB), Ver. GILSON BARRETO (PSDB), Ver. ISAC FELIX (PL), Ver. MARLON LUZ (PATRIOTA), Ver. RINALDI DIGILIO (PSL), Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PSC), Ver. SANDRA TADEU (DEM), Ver. THAMMY MIRANDA (PL) – "Regulamenta no âmbito do município de São Paulo os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária, de acordo com a Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017 e o Decreto Federal nº 9.310, de 2018, e dá outras providências."

Data: **03/11/2021**
Horário: **11h00**
Local: **Auditório Prestes Maia e Auditório Virtual**

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório, considerando o protocolo de segurança sanitária vigente. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online], e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube [www.youtube.com/camarasaopaulo].

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo, por videoconferência, através do Portal da CMSP na internet, em: [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes]. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: ccj@saopaulo.sp.leg.br

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP

CNPJ nº 62.088.042/0001-83 - NIRE nº 35300032071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14.05.2021

1. Data, Hora e Local: No dia 14 de maio de 2021, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Pamplona, 227 - 16º andar, São Paulo/SP. **2. Convocação:** Conforme Edital de Convocação publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo", nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2021. **3. Quorum:** Os acionistas representando 94,73% do capital social, conforme assinaturas registradas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Composição da Mesa: Tomás Bruginski de Paula**, Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Laura Baracat Bedicks**, Procuradora do Estado de São Paulo, representante do acionista Fazenda do Estado de São Paulo; **Gilberto Antonio Gonçalves Pucci**, Diretor-Presidente; **Marcel Brasil de Souza Moura**, Secretário. **5. Documentos Disponibilizados aos Senhores Acionistas:** a) Carta Homologatória Eletrônica nº 8/2021/SUSEP; b) Cópia das Publicações do Edital de Convocação nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo". **6. Ordem do Dia:** Autorização da Administração da Companhia para adoção das providências necessárias ao cancelamento da autorização para funcionamento como sociedade seguradora. **7. Deliberação:** Antes de iniciar a deliberação sobre a ordem do dia, a Procuradora do Estado Sra. Laura Baracat Bedicks, representante do acionista Estado de São Paulo, consignou que a pauta da Assembleia fora submetida à apreciação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que, nos autos do Processo Eletrônico SFP-PRC-2021/09189, exarou o Parecer CODEC nº 043/2021, que orienta o voto a ser proferido. Colocadas em discussão e votação a matéria constante da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade dos votos presentes na Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram por aprovar a pauta, conforme os exatos termos do mencionado Parecer CODEC nº 043/2021, vazado no seguinte texto, em sua literalidade: "Primeiramente, cumpre observar que Lei estadual nº 13.286, de 18 de dezembro de 2008, alterada pela Lei estadual 13.917, de 22 de dezembro de 2009, e a Lei estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, autorizou o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à liquidação e consequente extinção da COSESP, em conformidade com a Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.). Nos termos do artigo 2º, do Decreto estadual nº 64.418, de 28 de agosto de 2019, coube ao CODEC a adoção das medidas necessárias à efetivação da operação societária definida nas leis autorizativas. Conforme consta dos documentos encaminhados pela COSESP ao CODEC para dar cumprimento à normatização, em 17/03/2009, foi protocolizado perante SUSEP - Superintendência de Seguros Privados pedido de autorização prévia para instauração de procedimento de liquidação, tendo sido indeferido em 13/05/2009, sob a fundamentação de que a COSESP possuía riscos vigentes, representados principalmente pelas realizações de apólices, de seguros ordenadas pelo Poder Judiciário. Novamente, a COSESP formulou pedido de reconsideração dessa decisão e mais uma vez foi negado pelo Conselho Diretor da Susep em reunião em 08 de janeiro de 2015. No último dia 12 de abril de 2021, a SUSEP, em resposta aos argumentos apresentados em dezembro de 2020 pela COSESP, homologou o processo de consulta prévia para o cancelamento da autorização para funcionamento no mercado segurador com base nas exigências das Resoluções CNSP nº 330/2015 e 388/2020, conforme Carta Homologatória nº 8/2021/SUSEP, tornando-se necessária a convocação de Assembleia Geral de Acionista para deliberar sobre o assunto. A matéria a ser deliberada no item 'único' da pauta versa sobre 'Autorização da Administração da Companhia para adoção das providências necessárias ao cancelamento da autorização para funcionamento como sociedade seguradora'. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de abril de 2021 manifestou favoravelmente ao protocolo do processo definitivo de cancelamento da autorização para funcionamento no mercado segurador. Considerando as justificativas apresentadas pela direção e a manifestação do Conselho de Administração, o Senhor Procurador do Estado poderá acolher a matéria, autorizando a administração da Companhia a adotar as providências necessárias ao cancelamento da autorização para funcionamento como sociedade seguradora. Ainda, fica autorizado o Senhor Procurador do Estado a firmar a 'declaração de propósito' na forma prevista na Resolução CNSP 330, de 2015. Finalmente, por oportuno, cumpre lembrar que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação deste CODEC". A Procuradora do Estado Sra. Laura Baracat Bedicks firmou a "Declaração de Propósito" conforme autorizado no Parecer CODEC nº 043/2021, na forma prevista na Resolução CNSP 330, de 2015. **8.** A Procuradora do Estado Sra. Laura Baracat Bedicks, representante do acionista Estado de São Paulo, destacou que seu voto foi proferido nos termos do Parecer CODEC nº 043/2021 e que nesta Assembleia Geral Extraordinária não poderiam ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se a presente ata no livro próprio que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os acionistas presentes e pelos membros da Mesa: Tomás Bruginski de Paula, Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; Laura Baracat Bedicks, Procuradora do Estado de São Paulo, representante do acionista Fazenda do Estado de São Paulo; Gilberto Antonio Gonçalves Pucci, Diretor-Presidente; Marcel Brasil de Souza Moura, Secretário. "Os subscritores declaram que se trata de cópia autêntica da Ata de Assembleia Geral Extraordinária arquivada em livro próprio na sede da Companhia". **Tomás Bruginski de Paula** - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Marcel Brasil de Souza Moura**, Secretário. **JUCESP** nº 479.582/21-0 em 06/10/2021. Gisela Simiema Ceschin, Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.799/2021
TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais diversos para manutenção de motosserras e embarcações em atendimento à Secretaria de Segurança Urbana. Em atendimento à lei complementar nº 123/06 alterada pela lei complementar nº 147/14, há cotas para microempresas ou empresas de pequeno porte. Data da sessão: 18/11/2021. Horário de início da sessão: 09:00 horas. Local da realização da sessão: Sala de reuniões da Secretaria de Administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-SP. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. Taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 26 de outubro de 2021. Emerson Elias. Secretário Municipal de Segurança Urbana

---

OITAVO Oficial de Registro de Imóveis
www.oitavo.com.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO

O 8º Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, a requerimento do credor-fiduciário **BANCO INTER S/A, inscrito no CNPJ nº 00.416.968/0001-01**, com base e para fins do artigo 26 e parágrafos da Lei 9.514/97, tendo em vista encontrarem-se em local ignorado, incerto ou inacessível, vem **intimar, CAIO RAFAEL SEVERINO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, policial militar, CNH/SP nº 04003533933, CPF nº 371.543.368-02, para pagar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da última publicação deste edital, na forma das instruções contidas adiante, o débito correspondente aos encargos vencidos e os vincendos até a data do respectivo pagamento, consoante cálculo elaborado pelo Credor-Fiduciário no processo de intimação (**protocolo nº 769009 - senha 135**) decorrentes do contrato de financiamento imobiliário, firmado em 09/09/2014, garantido por alienação fiduciária registrada sob nº 4, na matrícula nº 180.400, livro 2, desta Serventia, referente ao **apartamento nº 25 (tipo I), da TORRE 1, denominada EDIFICIO BRISA, integrante do CONDOMINIO PARADISO, situado na Avenida Elisio Teixeira Leite nº 960, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do O. Instruções para pagamento e purga da mora: 1.-** Local: 8º Oficial de Registro de Imóveis, Rua Bento Freitas, 256, República - fone: 3291-6060; **2.- Horário:** 9 às 16 horas; **3.-** A liquidação do débito atualizado poderá ser em moeda corrente nacional ou através de cheque administrativo emitido em favor do credor-fiduciário **BANCO INTER S/A**, pagável nesta Capital; **4.-** Além do débito atualizado, o pagamento deverá incluir as despesas de intimação. **ALERTA: O não pagamento no prazo legal importará na consolidação da propriedade do imóvel em nome do credor-fiduciário BANCO INTER S/A, nos termos da já citada legislação.** Dado e passado nesta Capital do Estado de São Paulo, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um. **(Maria Aparecida de Freitas Lima Assis - escrevente).**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT RC 55945/2021 - DL00807/2021
Objeto: BASE SUPORTE PARA DISPOSITIVO AMOSTRADOR SMART OMNI-SAMPLER, PARA ESPECTRÔMETRO NICOLET IS10 MARCA THERMO FISHER SCIENTIFIC.
Data Final para Entrega das Propostas: 03/11/2021 até as 17:00h.
Contato: teresafm@ipt.br.

Cotação - Processo IPT Nº DL00812.2021 - RC56902.2021
Objeto: Fornecimento de junta de vedação para conexão flangeada.

Cotação - Processo IPT Nº DL00814.2021 - RC56899.2021
Objeto: Contratação de serviço de projeto de adequação de hardware, fabricação de placas de circuito impresso, componentes eletrônicos, montagem e testes elétricos e funcionais para construção de sistema de monitoramento Geoelétrico Automático.

Cotação - Processo IPT Nº DL00815.2021 - RC56215.2021
Objeto: Fornecimento de equipamentos e insumos para amostragem de água subterrânea.

Cotação - Processo IPT Nº DL00816.2021 - RC56222.2021
Objeto: Fornecimento de equipamento levelogger e interface para leitura de água subterrânea.

Cotação - Processo IPT Nº DL00817.2021 - RC56387.2021
Objeto: Fornecimento de sonda multiparâmetros para água.
Data Final para apresentação de proposta: 03/11/2021 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br e (11) 3767-4023 - edurocha@ipt.br - Departamento de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS - ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO MUNICIPAL E PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SAÚDE
AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.287/2021 (COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.287/2021 – Processo nº 36.343/2021-83, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de RAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS DO PLANTEL DO ORQUIDÁRIO MUNICIPAL. O encerramento dar-se-á em 12/11/2021, às 08:30h.
O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e" sob o nº: 904589. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5133 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.288/2021 (COTAS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP/COOP E COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.288/2021 – Processo nº 45.747/2021-11, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de RATICIDA, INSETICIDA E FORMICIDA, para a Seção de Vigilância e Controle de Zoonoses - SEVICOZ. O encerramento dar-se-á em 12/11/2021, às 08:30h. O Edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904581. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5137 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.289/2021 (COTAS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP/COOP E COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.289/2021 – Processo nº 39.060/2021-75, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de medicamentos: IPRATRÓPIO 0,025 %, NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML, MICONAZOL, NITRATO 20MG/ML LOÇÃO, CREME COM UREIA 10%, FUROSEMIDA 20 MG / 2 ML, ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625 MG, MORFINA, SULFATO 0,2MG/ML, HALOPERIDOL 1 MG, LEVOMEPROMAZINA 25 MG, RISPERIDONA 1MG, LORATADINA 5MG/5ML XAROPE, FINASTERIDA 5MG, COMPLEXO B AMPOLA, CARBONATO DE CÁLCIO 500MG, GLICAZIDA 30MG LIBERAÇÃO PROLONGADA e DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG. O encerramento dar-se-á em 12/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904582. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5135 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.
Santos, 27 de outubro de 2021.
TATHIANA SILVA PEREIRA
Presidente da Comissão Municipal e Permanente de Licitação – Saúde

Anúncio pago com dinheiro do contribuinte: R$24,00 por cm/col.

DESENVOLVE SP

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 - PROCESSO ADM Nº 098/2020: ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO para processamento e julgamento da concorrência do tipo melhor técnica, cujo objeto é a contratação de empresas para prestação de serviços de publicidade para o Desenvolve SP, com os seguintes integrantes: **Presidente:** Marcos Siqueira Neves; **1º membro:** Eduardo Pugnali Marcos; **2º membro:** Paulo André Aguado; **3º membro:** Hélia Figueiredo de Araújo; **4º membro:** Carlos Alberto Buzano Balladas, na qualidade de representante da sociedade civil; **Suplente:** Paulo Roberto da Silva.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/21 - Processo Nº 12298/21

Objeto: implantação de registro de preços para aquisição de materiais de construção diversos e ferramentas, em atendimento a Secretaria de Obras, Trânsito e Transportes, desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 16/11/2021 às 09h00. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8250.
Hamilton César de Paula Roza - Pregoeiro

PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SEDUH
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES - GGLIC

Aviso de Licitação. Processo Licitatório Nº 004/2021, CPL – Tomada de Preços Nº 003/2021 - Objeto: "contratação de empresa de engenharia para execução das obras de infraestrutura urbana para pavimentação em paralelepípedo no município de Riacho das Almas/ PE". **Sessão Inicial:** 16/11/2021, às 10h30. **Valor Estimado**: R$ 258.260,49. **Local**: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, sito à Estrada do Barbalho, nº 889-A, Iputinga, Recife/PE. O Edital estará à disposição dos interessados no site: www.licitacoes.pe.gov.br ou na sala da GGLIC/SEDUH, no endereço já mencionado, através de contato prévio pelo telefone (81) 3181-3311 ou pelo e-mail cpl@seduh.pe.gov.br, mediante entrega de um CD-R/DVD-R virgem e preenchimento de formulário com dados da empresa. Recife, 27/10/2021. **François Mitterrand Cabral da Silva. Presidente da CPL – SEDUH/PE.**

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO SAA Nº 7939/2021 – CONCORRÊNCIA GSA Nº 04/2021

Encontra-se aberta na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por intermédio do Gabinete do Secretário e Assessorias, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo TÉCNICA E PREÇO, para a contratação de serviços de engenharia nas atividades de Gerenciamento, Fiscalização e Serviços Complementares de Obras de Adequação e Conservação de Estradas Rurais do Estado de São Paulo. A Sessão Pública será realizada no dia **13/12/2021 às 9:00 horas**, na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, Centro - São Paulo/SP. O Edital poderá ser consultado nos endereços eletrônicos https://www.imprensaoficial.com.br e https://www.agricultura.sp.gov.br/produtos-e-servicos/editais-e-convenios/, podendo também ser solicitado através do e-mail suprimentosagricultura@sp.gov.br, ou ainda, pessoalmente, no Departamento de Administração – Divisão de Suprimentos no endereço acima, das 8:00 às 17:00 horas, mediante apresentação de mídia para gravação do arquivo eletrônico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 245/2021 – Proc. Adm. nº. 894/2021

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de inventário florestal, monitoramento ambiental e supressão de vegetação, conforme Plano de Supressão do Processo de licenciamento Cetesb nº 83.677/2021-86 nas áreas destinadas à implantação de sistema viário da Avenida São Pedro, em atendimento à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 28/10/2021, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba empresas, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 12/11/2021, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 27 de outubro de 2021.
ORDENADOR DE PREGÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES DE DELEGADOS SINDICAIS DO SEESP

A diretoria do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo renovará seu corpo de delegados sindicais na Sabesp para a gestão 2022/2025, e atendendo ao que dispõe o regulamento do delegado sindical dos engenheiros da SABESP divulga as seguintes deliberações: 1) **Datas da Eleição:** de 23 a 25 de novembro de 2021; 2) **Sistema de Votação:** A votação será pela internet; 3) **Horário de votação:** da zero hora do dia 23 de novembro de 2021 às 18h00 do dia 25 de novembro de 2021. As instruções para exercício do voto pela internet serão enviadas aos eleitores até 19/11/2021 por e-mail; 4) **Dos Eleitores:** É eleitor todo associado que na data da eleição a) pertença à categoria do SEESP; b) estiver quite com o SEESP; c) tiver mais de seis meses de inscrição no quadro social. 5) **Registro de Candidatos:** Os pedidos de registros das chapas de candidatos, atendidos os requisitos do Estatuto e do Regulamento do Delegado Sindical dos Engenheiros da SABESP, deverão ser entregues aos delegados sindicais de cada área de atuação ou pessoalmente, no Sindicato, na Gerência de Ação Sindical, nos dias úteis do período de 03 a 17 de novembro de 2021, das 9h às 17h; 6) **Requisitos para ser candidato:** a) ser membro do quadro de empregados ativos e inativos da Empresa; b) estar quite com as anuidades do Sindicato, inclusive a de 2021; c) que não esteja cumprindo aviso prévio; d) que não esteja à disposição de outros órgãos; e) que comprove o pagamento das contribuições assistenciais de 2020 e 2021; f) que não tenha sofrido perda do mandado de delegado sindical em gestão anterior; 7) Todo o processo eleitoral será regido pelo regulamento do delegado sindical dos engenheiros da SABESP. Os casos omissos ou duvidosos serão dirimidos pela Diretoria do SEESP, que também prestará as informações aos interessados. **São Paulo, 28 de outubro de 2021. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente.**

CULTURA

AVISO - ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061-SMC-G-2021 - Processo SEI: 6025.2021/0008442-9 - OC nº 801003801002021OC00104
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, situada na Rua Libero Badaró, 346 - Centro, São Paulo, Capital, CEP: 01009-000 torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO TOTAL ANUAL, objetivando a Contratação de empresa especializada em sonorização e sua operacionalização (mão de obra), com fornecimento (locação) de equipamentos necessários para este fim, para o Teatro Municipal da Lapa Cacilda Becker - TCB e o Teatro Municipal da Vila Mariana João Caetano - TJC.
A sessão será realizada no dia **11/11/2021 às 10:00 horas.**
Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

COMMONWEALTH DE MASSACHUSETTS
O Tribunal de Primeira Instancia
Departamento de Sucessões e Vara de Familia

Convocação por Publicação

Comarca de ESSEX. REGISTRO: ES21A0229SJ

Rafael Junio Lima Martins. **Reclamante (s)**
V.
Jose Carlos Lemes Martins. **Réu (s)**

Para o Réu mencionado acima: Jose Carlos Lemes Martins

A Reclamação foi apresentada a este Tribunal pelo Autor Rafael Junio Lima Martins pleiteando Custodia e Requerimento Especial.

Requer-se que você se apresente a **advogado Tyler Quenel**, no seguinte endereço **235 Marginal St, Chelsea, MA 02150** e forneça a sua resposta até o dia **2 de Dezembro de 2021.**

Se não o fizer, o tribunal procederá a audiência e julgamento desta ação. Você também deve apresentar uma copia de sua resposta no escritório de Registro desta Corte em Salem, MA.

Testemunha, Jennifer M.R. Ulwick, Esquire, Primeira Juiza desta Corte em Salem, neste dia 7 de Outubro de 2021.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 08/11/2021 às 10h15/2º Público Leilão: 09/11/2021 às 14h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial – mat. Jucesp nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 – 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, autorizado por **BANCO INTER S/A**, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, para leilão Online e/ou Presencial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, os seguintes imóveis urbano em lote único: Apartamento Duplex nº 44-B, do Bloco B, do Condomínio Residencial Jardim Fátima, situado na Avenida Papa João Paulo I nº 7517 em Guarulhos/SP, com área privativa construída de 69,600m² e área total construída de 94,167m². Imóvel devidamente registrado na matrícula sob nº 126.246 no 1º Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. Número de Contribuinte 101.04.31.0172.02.016. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PUBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 399.952,95 (Trezentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos); 2º PUBLICO LEILÃO: R$ 199.976,48 (Cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. Os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. Venda ad corpus. Imóveis ocupados, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Pendências Judiciais e Extrajudiciais - No caso de ações judiciais relativas aos imóveis arrematados, distribuídas antes ou depois da arrematação, com decisões transitadas em julgado que invalidem a consolidação da propriedade e/ou anulem a arrematação do imóvel pelo comprador e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, conforme o caso, a arrematação do comprador será rescindida, responsabilizando-se o vendedor pela evicção de direitos restrita ao reembolso pelo vendedor ao comprador: (i) dos valores efetivamente pagos pelo comprador pela arrematação do imóvel, excluída a comissão do Leiloeiro Oficial que será restituída diretamente pelo Leiloeiro Oficial; (ii) reembolso de valores comprovadamente despendidos pelo(s) ARREMATANTE(S) a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que comprovado pelo(s) ARREMATANTE(S) o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. Referidos valores serão atualizados pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança desde o dia do desembolso do(s) ARREMATANTE(S) até a data da restituição, não sendo conferido ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002. A evicção não gera indenização por perdas e danos. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. Ficam os fiduciantes **GILBERTO RODRIGUES DA SILVA, CI 36.213.599-X expedido pelo SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 289.704.228-11**, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net).

BC ainda crê que teto sobrevive

Instituição acelera alta de juros, mas evita choque pois acha que plano pode cair

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O Banco Central fez o mínimo ou o básico. Aumentou a taxa de juros básica, a Selic, para 7,75% ao ano. Aumentou o ritmo também: vinha na casa de 1 ponto percentual por reunião, foi para 1,5 ponto agora. Em dezembro, afora milagres, repete essa dose. A Selic então terminaria este 2021 em 9,25% ao ano, o maior nível desde meados de 2017.

Foi o maior salto da Selic em 19 anos, desde que Lula da Silva estava para assumir o governo, depois do pânico da eleição, desvalorização brutal do dólar e "medo do socialismo".

O salto apenas não foi maior porque o pessoal do BC ainda parece acreditar que Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e o centrão não vão conseguir chutar o pau do teto. Hum.

Por que "mínimo" ou "básico"? Na praça financeira ou, pelo menos, entre seus porta-vozes, um aumento menor do que 1,5 ponto percentual significaria que o Banco Central teria jogado a toalha quanto à inflação de 2022, correndo o risco de perder o controle para 2023.

A fim de temperar esse "mínimo" ou "básico", deixou uma porta aberta para um aumento maior do que 1,5 ponto na próxima decisão, em dezembro. Isto é, não deu de barato que governo e Congresso vão mudar de vez o teto de gastos federais. Por ora, na linguagem do comunicado em que o BC explicou sua decisão, o BC chamou o sururu de "recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal", que "elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos".

Isto é, o risco de o teto cair pode levar a inflação mais alta, mas não está certo que vá cair, considera o BC, ao menos da boca para fora. O estrago já feito nas expectativas e no crédito do governo seria compensado pela alta de 1,5 ponto da Selic agora e em dezembro. A inflação estouraria de longe a meta deste 2021, ficando em 9,5% (meta de 3,75%), mas ficaria razoavelmente no alvo em 2022 (4,1%) e praticamente na mosca em 2023 (3,1%).

Em resumo, o Banco Central pediu um tempo e vai pensar na "relação" antes de chutar o pau da política monetária. O projeto de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e Arthur Lira ainda seria apenas um "questionamento" do teto.

O que não sabemos, a esta altura da noite da quarta-feira, é se os donos do dinheiro e seus administradores vão gostar dessa conversa (a leitora pode não gostar de "o mercado", mas é na praça financeira, no mercado de dinheiro, que a coisa se decide).

Segundo alguns palpites de gente informada, parece que sim, os donos do dinheiro vão dar um tempo também. Não se sabe apenas se os juros da praça vão descer do nível calamitoso de agora ou ficar na mesma.

E daí se não gostarem? Teremos juros mais altos na praça e, assim, o pessoal estará dizendo que o BC foi em certa medida desmoralizado.

No breve comunicado desta quarta-feira, o BC diz que a inflação pode vir a ser menor se os preços de commodities derem uma acalmada e, como parece estar acontecendo, a atividade econômica aqui continuar sendo mais fraca do que o esperado. Ou seja, se for um tanto ruim, vai ser bom (para a inflação).

Como disse Bolsonaro ainda nesta quarta-feira, "o mercado é um nervosinho. Um nervosinho. Qualquer negocinho aumenta a taxa de juros a longo prazo, perdeu mais de R$ 50 bilhões. É assim que acontece".

Vamos ver o que vai ser dos nervosinhos. Em um mês, a taxa de juro de um ano subiu 2,3 pontos percentuais, um massacre. Junto de outros estragos (dólar, Bolsa, percepção de risco, desconfiança geral dos patetas perversos no poder), foi o bastante para jogar as previsões de crescimento de muito pouco para nada (redução da renda, PIB, per capita) ou recessão mesmo.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

COMUNICADO IMPORTANTE – ALERTA DE FRAUDE

A empresa, **INOLEX DO BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE MATÉRIA PRIMA NA ÁREA DE COSMÉTICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.216.262/0001-50, sediada na Rua Simpatia, 53 – Sala 02 – São Paulo/SP CEP 05436-020, e sua filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.216.262/0001-50, com endereço Rua Tavares Persano Galvão, 91 – Pouso Alegre/MG CEP 37.556-012, informa à praça em geral e, especialmente, aos fabricantes de produtos químicos, que de forma ilegal, fraudadores estão realizando compras de produtos em seu nome. As Autoridades Policiais estão sendo comunicadas.

Sendo assim, solicitamos que qualquer pedido de compra de produtos em nome da INOLEX deverá ser submetido a confirmação através dos seguintes canais de comunicação (11) 3034-0520 (11) 3647-0107, e-mails: rbernardo@inolexbr.com; marques@inolex.com; admin3@inolexbr.com

---

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

Encontra-se aberto o Credenciamento GEPIN.2 nº 003/2021 - Processo ADM nº 131/2021 - Objeto: Credenciamento para a contratação de sociedades especializadas para prestação de serviços para análise de viabilidade econômica-financeira de projetos de investimento. O prazo para a entrega dos documentos mencionados no subitem 3.1. do edital será iniciado no dia 28/10/2021. O edital está disponível no site www.desenvolvesp.com.br.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 451/2021

Processo: 123/2021. OBJETO: Concessão Remunerada de Uso para diversas Áreas Vagas do ETSP - Entreposto Terminal de São Paulo – Grupo C2, conforme quantidades e especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Edital: a partir de 28/10/2021 das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1.946 - EDSED III – SELIC - Vila Leopoldina - São Paulo/SP ou https://www.ceagesp.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 28/10/2021 às 08h30 no site www.caixa.gov.br. Visita: até 16/11/2021. Abertura das Propostas: 17/11/2021 às 09h30 no site www.caixa.gov.br.

Laudo Natel Iasulaitis
Pregoeiro

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 452/2021

Processo: 123/2021. OBJETO: Concessão Remunerada de Uso para diversas Áreas Vagas do ETSP - Entreposto Terminal de São Paulo – Grupo C2, conforme quantidades e especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Edital: a partir de 28/10/2021 das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1.946 - EDSED III – SELIC - Vila Leopoldina - São Paulo/SP ou https://www.ceagesp.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 28/10/2021 às 08h30 no site www.caixa.gov.br. Visita: até 17/11/2021. Abertura das Propostas: 18/11/2021 às 09h30 no site www.caixa.gov.br.

Laudo Natel Iasulaitis
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA n.º 283-2021. Abertura: 26 de novembro de 2021, às 9h. Objeto: Contratação de empresa, sob regime de empreitada por preços unitários, para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ, na Estrada Municipal n.º 306, na localidade de Cerro da Glória. **Os recursos são oriundos do Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF.** O edital está disponível na Central de Licitações - CENLIC ou no site www.caxias.rs.gov.br. Maiores informações pelo fone (54) 3218-6000. Caxias do Sul, 26 de outubro de 2021. Daniela Viviane Gomes Reis Secretária de Recursos Humanos e Logística.

ERRATA: ESSE TEXTO DEVERIA TER SIDO PUBLICADO ONTEM 27/10/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2062/2021
CONTRATO C.M. Nº 06/2021
TERMO ADITIVO Nº 06-01/2021
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL.
CONTRATADA: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE.
OBJETO: Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Execução e de Vigência do Contrato CM nº 06/2021, que possui como escopo a contratação de estudos especializados para a elaboração de Diagnóstico Consolidado sobre as recentes revisões organizacionais e da legislação de suporte às atividades administrativas e de assessoramento parlamentar na Câmara Municipal de São Caetano do Sul, bem como a produção de um estudo Cronológico sobre a evolução dos esforços de conformidade aos parâmetros de constitucionalidade e legalidade adotados no âmbito de controle externo, a partir de 2003.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 30 (trinta) dias, com início em 14 de outubro de 2021 e término em 13 de novembro de 2021.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: não há alteração no valor global do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.01.01.031.0001.2089.33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Jurídica.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 13 de outubro de 2021

São Caetano do Sul, 26 de outubro de 2021.

ECLERSON PIO MIELO - Presidente em exercício

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO CM Nº 3958/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de Tela Interativa 75", com implantação e garantia técnica do fabricante, nos termos das especificações técnicas do Termo de Referência (Anexo I) do Edital, pelo período de 12 (doze) meses.

O Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul torna público a todos os interessados que o processo licitatório Pregão Presencial nº 06/2021, Processo CM nº 3958/2021, com sessão pública para abertura de envelopes prevista para o dia **27 de outubro de 2021 às 10:00 horas**, pelas razões encartadas aos autos, encontra-se **SUSPENSO "SINE DIE"**.

São Caetano do Sul, 26 de outubro de 2021.

ECLERSON PIO MIELO
Presidente em exercício

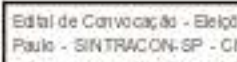
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/21 - Processo Nº 7129/21

Objeto: implantação de registro de preços, prestação de serviços especializados em impressões gráficas para produção de folders, flyers, pastas, manuais, apostilas, jornais, convites, formulários de uso geral, certidões, talonários, adesivos e afins para utilização nas repartições públicas desta municipalidade, em atendimento à Secretaria de Governo/Diretoria de Comunicação e Eventos, desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **16/11/2021 às 09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8223.

Magali Aparecida Mereu de Rossi - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.499/2021

TIPO: MENOR PREÇO – Objeto:Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Seguro Veicular para as ambulâncias do SAMU. Data Da Sessão: 16/11/2021. Horário De Inicio Da Sessão: 09:00 Horas. Local da realização da sessão: sala de reuniões da secretaria de administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-SP. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 30 de Setembro de 2021. Reinaldo Alves Moreira Filho - Secretario Municipal da Saúde

---

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210200

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20210200 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área de serviço de vigilância armada da CAGECE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 17662021, até o dia 16/11/2021, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Outubro de 2021. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

Edital de Convocação - Eleições Sindicais - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP - CNPJ 60.505.260/0001-40. O Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber que se realizarão as eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP, nos dias 08, 09, 10 e 11 de fevereiro de 2022, em 1º escrutínio, no horário das 08h às 17h, na sede do Sindicato e nos locais de trabalho, para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Federação (efetivos e suplentes), nos termos dos artigos 57º e seguintes do estatuto. Fica aberto o prazo de 05 dias para o registro de chapas que começa na data da publicação deste edital e encerra no dia 05/11/2021. As inscrições deverão ser efetivadas no horário das 09hs às 16hs, na Secretaria Eleitoral, localizada na sede social do Sindicato, na Rua Conde de Sarzedas, nº 286, 5º andar, Centro, São Paulo, SP. Os candidatos deverão apresentar requerimento em 03 vias dirigido ao Presidente, junto com a ficha de qualificação de todos os membros da chapa, com cópia autenticada da carteira profissional para comprovar o exercício na profissão há mais de 02 anos, além de outros documentos mencionados no artigo 66º do estatuto. O modelo da ficha de qualificação será fornecido pela Secretaria Eleitoral, com pessoas gabaritadas para orientar e esclarecer dúvidas sobre o processo eleitoral. Não atingindo o quórum estatutário, outra eleição se realizará, em 2º escrutínio, nos dias 22, 23, 24 e 25 de fevereiro de 2022, nas mesmas condições anteriores. São Paulo, 28 de outubro de 2021. Antonio de Sousa Ramalho - Presidente

---

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - SETUR
SECRETARIA DO TURISMO - AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 004/2021 da Diretoria Geral. Nº BB: 904399. Abertura: 11/11/2021 às 10h00min (Horário de Brasília) Órgão Interessado: SETUR/BA Local: Site: **www.licitacoes-e.com.br**. Objeto: Contratação de Postos de Vigilância e Segurança Patrimonial para atender as demandas dos equipamentos do PRODETUR. Família: 03.25. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, na Avenida Tancredo Neves nº 776, Bloco A, 5º Andar Caminho das Árvores, Salvador - Bahia, telefones: (71) 3116-4183, telefax: (71) 3116-4114, das 09:00h às 17:00h, ou pela internet **www.comprasnet.ba.gov.br** e/ou **www.licitacoes-e.com.br**. Salvador, 27/10/2021. Isa Behrens - Pregoeira.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20211847

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20211847 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 18472021, até o dia 16/11/2021, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Outubro de 2021. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

ATENÇÃO - REPUBLICAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES

O INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IDDS, comunica a realização da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23/2021**, relativa ao Processo n° 27/2021, nos moldes do RCC vigente no Instituto, sob o regime de menor preço por item.

O **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ ATÉ O DIA 05/11/2021 através do e-mail "editais.compras@institutodds.org"**.

O objeto contratado é a Contratação de empresa que forneça **MICROCOMPUTADORES DO TIPO DESKTOP** para utilização da Secretaria Municipal de Educação do Município de Betim.

O edital completo está disponível no site https://institutodds.org/localidade-edital-fornecedores/betim/, e ainda, disponível no setor de Compras, situado na Av. Raja Gabaglia, 4943, sala 101, Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, no horário de 10h às 16h.

Educação quilombola

Pandemia traz desafios especiais a essas comunidades

Cida Bento
Conselheira do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

O relatório "Análise sobre a Educação Quilombola e o Censo Escolar", divulgado nesta semana, coordenado pela profa. dra. Givânia Maria da Silva, lança luz sobre os desafios para a garantia do direito à educação e cultura da população quilombola.

A partir de um universo de 275 mil estudantes, 51.252 professores e 2.526 escolas quilombolas no Brasil, o estudo revela dados fundamentais para o entendimento dos desafios que nosso país enfrenta no campo de uma educação básica qualificada e equânime.

Somente 21% das escolas quilombolas possuem biblioteca ou sala de leitura; no entanto, esses equipamentos estão presentes em 81,4% das escolas públicas estaduais e em 100% das escolas federais. Existem quadras esportivas em 95,7% das escolas federais, em 66,7% das escolas estaduais e em apenas 11,6% das escolas quilombolas.

O estudo aponta ainda as dificuldades para consolidar nas escolas quilombolas a formação de professores e gestores com os elementos concretos e simbólicos da cultura quilombola, pois apenas 3,2% dos professores pesquisados fizeram esses cursos.

Se em tempos de pandemia se agravou o problema de reduzido acesso à internet e a equipamentos como computador e tablet por grandes contingentes da população brasileira, no caso das escolas quilombolas a realidade é mais preocupante, pois apenas 15% das escolas quilombolas tem internet para ensino e aprendizagem, como nos mostra o relatório liderado pela profa. Givânia, do projeto Quilombos e Educação.

Esse importante estudo foi um dentre os 15 projetos selecionados no edital Equidade Racial na Educação Básica, coordenado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em parceria com Itaú Social, Instituto Unibanco, Fundação Tide Setubal e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Efetivar a educação quilombola é valorizar o patrimônio material e imaterial de um Brasil imenso e diverso, com singular e extraordinária riqueza, que é imprescindível numa perspectiva de desenvolvimento que conjugue cuidado com o meio ambiente e efetivação dos direitos humanos.

Temos que lembrar que as comunidades quilombolas são sujeitos de direito, garantidos pela Constituição Brasileira, onde está preconizado que é dever do Estado brasileiro assegurar os territórios dos quilombos, assim como proteger seus modos de viver, fazer e criar bens materiais e imateriais associados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

No campo da educação, podemos destacar a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) alterada pela lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas do território nacional bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, de 2012.

Os quilombos são territórios de resistência e guardam a memória de um Brasil profundo complexo e cheio de desafios. Tanto a memória que o país quer lembrar e propagar quanto aquela que o país quer colocar debaixo do tapete.

E o conceito de aquilombamento utilizado na atualidade por coletivos negros de artistas, pesquisadores e educadores remete a esse território de memória viva, sobre um legado histórico que é completamente diferente para as populações negras e brancas brasileiras, que vem lá do passado, é transmitido para as novas gerações, mas não é reconhecido como central na estruturação das desigualdades contemporâneas que vivemos.

E é nesse contexto que o papel das instituições públicas, do investimento social privado e o engajamento da sociedade civil podem fazer diferença para assegurarmos o direito à educação quilombola. Como cantavam Aldir Blanc e Maurício Tapajós "O Brasil não conhece o Brasil... o Brasil nunca foi ao Brasil". Assim é que reconhecer e preservar o legado ancestral de mais de 56% da população brasileira é ajudar o Brasil a se encontrar com o Brasil.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos |TER. Michael França, Cecilia Machado |QUA. Helio Beltrão |QUI. Cida Bento, Solange Srour |**SEX. Nelson Barbosa** |SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Para Bolsonaro, Petrobras dá dor de cabeça e só serve a acionistas

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Com a alta do preço dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quarta-feira (27) que a Petrobras só dá "dor de cabeça" e que está "prestando serviço para acionistas e ninguém mais".

Ele falou durante entrevista à emissora Jovem Pan News.

"É uma estatal que com todo respeito só me dá dor de cabeça. Nós vamos partir para uma maneira de quebrarmos mais monopólio, quem sabe até botar no radar da privatização", disse, sugerindo não ter como interferir na política de preços da empresa.

"É uma empresa que hoje em dia está prestando serviço para acionistas e ninguém mais. A chance de vocês perderem algo na Petrobras é zero. Só o governo federal está pegando R$ 11 bilhões, uma quantia equivalente a essa está indo a acionistas".

Não foi sua primeira fala sobre privatização da Petrobras.

Em 25 de outubro, disse que privatizar a empresa seria uma "complicação enorme".

"Quando se fala em privatizar a Petrobras, isso entrou no nosso radar. Mas privatizar qualquer empresa não é como alguns pensam, pegar a empresa, colocar na prateleira e amanhã quem dá mais leva embora. É uma complicação enorme, ainda mais quando se fala em combustível", disse na ocasião.

"Se você tirar do monopólio do Estado e botar no monopólio de uma pessoa apenas, particular, fica a mesma coisa —ou talvez até pior".

Antes, ele declarou ter "vontade" de privatizar a empresa.

"Já tenho vontade de privatizar a Petrobras, tenho vontade. Vou ver com a equipe da economia o que a gente pode fazer", disse na ocasião.

Bolsonaro também voltou a atacar o mercado.

"O mercado é um nervosinho. (...). Qualquer negocinho aumenta a taxa de juros a longo prazo, perdeu mais de 50 bilhões de reais. É assim que acontece. A dívida nossa está em seis trilhões de reais. Como é que a gente trabalha desta maneira?", questionou o mandatário.

606.726 mortes
País registrou 433 óbitos entre terça e quarta

21.765.420 casos
Mais 17.117 infecções foram detectadas em 24 horas

São Paulo avança na vacinação contra Covid e se aproxima de países desenvolvidos
Estado já tem maior proporção de totalmente vacinados que EUA e Reino Unido

*tomou duas doses ou vacina de dose única. Fonte: Our World in Data e Consórcio de veículos de imprensa

SP tem mais vacinados contra Covid que EUA, Reino Unido e Alemanha

Estado é líder no país e tem desafio de diminuir diferença entre pessoas com uma e duas doses

DELTAFOLHA

Ana Bottallo, Flávia Faria e Diana Yukari

SÃO PAULO A imunização contra a Covid-19 em São Paulo tem sido tão eficiente quanto em países ricos com alta cobertura vacinal. Em todo o estado, 87% da população adulta já foi completamente vacinada até esta quarta (27).

Entre a população de 12 anos, que é o público-alvo da campanha atualmente, essa taxa fica em 78,5% segundo os dados até 26 de outubro — ou cerca de 4 em cada 5 moradores do estado.

No total, mais de 38 milhões de pessoas com 12 anos ou mais receberam ao menos uma dose, o que equivale a 98,1% da população nessa faixa etária. Ao considerar as duas doses ou dose única, são quase 31 milhões de pessoas que receberam as injeções.

Isso coloca São Paulo no mesmo patamar de países desenvolvidos que já chegaram próximo ou ultrapassaram a taxa de 80% da população com mais de 12 anos vacinada.

O levantamento feito pela **Folha** analisou a população com 12 anos ou mais, a taxa vacinal com pelo menos uma dose e aquela com duas doses nos países: EUA Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Espanha e Canadá.

Comparando com os países acima, São Paulo é o quinto no ranking de totalmente vacinados, atrás de Espanha, Canadá, França e Itália. As taxas de cobertura com duas doses desses países são de, respectivamente: 88%, 84%, 79% e 79%. Abaixo do estado estão Alemanha (75%), EUA e Reino Unido (ambos com 68%).

Fila para vacinação em Santo Amaro, na zona sul da capital paulista Rivaldo Gomes - 7.jul.21/Folhapress

Apesar de ter começado a campanha de vacinação cerca de um mês depois do restante dos países analisados no levantamento —Canadá e EUA iniciaram a imunização na primeira quinzena de dezembro do ano passado; os países europeus, em 27 de dezembro de 2020—, o estado de São Paulo é hoje o líder em vacinação em todo território brasileiro, tanto em porcentagem da população vacinada quanto em pessoas com pelo menos uma dose dos imunizantes.

No Brasil, a vacinação contra Covid teve início no dia 17 de janeiro, em um evento simbólico no Hospital das Clínicas, na cidade de São Paulo, justamente o local que hoje tem a maior taxa de cobertura vacinal —92,2% dos paulistanos já receberam o esquema completo. Esse avanço da vacinação fez com que a quantidade de pessoas internadas por Covid no estado caísse para 3.500, a menor desde abril do ano passado.

Apesar disso, há ainda uma quantidade de pessoas que tomaram a primeira dose e não retornaram para a segunda.

Carlos Magno Fortaleza, infectologista e professor da Faculdade de Medicina da Unesp de Botucatu, no interior do estado, aponta que a diferença no Brasil como um todo entre pessoas com primeira dose do imunizante que ainda esperam para receber a segunda é menor do que nos EUA.

"Em geral, os americanos que não tomaram a vacina é porque não querem e não vão tomar, e nós temos ainda um excedente de pessoas com a primeira dose aguardando a segunda por conta do prazo do intervalo", explica.

Para tentar mitigar esse problema, o governo do estado optou por reduzir o intervalo das vacinas da AstraZeneca, de 12 para oito semanas —como fez também o governo federal no início de outubro—, e de oito semanas para três no caso da Pfizer.

A medida pode ajudar a convencer o contingente de faltosos, diz a infectologista do Instituto de Infectologia Emilio Ribas, Rosana Ritchmann.

"É adequado reduzir o intervalo porque sabemos que, com a variante delta, precisamos ter o maior número possível de pessoas com duas doses da vacina, de 80% a 85%", explica. Considerando apenas a população adulta, o estado já ultrapassou essa faixa, com 87%, nesta quarta (27).

"Estamos vendo com isso uma diminuição expressiva de hospitalização, internação em Unidades de Terapia Intensiva e mesmo na taxa de óbitos devido à vacinação."

Para Brigina Kemp, doutora em saúde coletiva, ex-coordenadora do departamento de vigilância em saúde de Campinas e membro do Observatório Covid-19 BR, o maior desafio hoje que o estado enfrenta é exatamente aplicar a segunda dose nessas pessoas.

"Considerando a população acima de 40 anos, já estamos com mais de 90% da população totalmente vacinada, mas os números pioram abaixo de 20 anos. Isso pode ser porque há confusão com os intervalos ou mesmo falta uma campanha coordenada para dizer que você só está completamente imunizado com as duas doses da vacina", afirma ela, que é também assessora técnica do Cosems (Conselho de Secretários Municipais de Saúde do estado de SP).

Para ela, as cidades do estado fizeram um grande esforço para conseguir realizar uma campanha de vacinação exitosa. "Os municípios se esforçaram muito, as equipes estão muito cansadas de tanto que trabalharam em meio a uma situação adversa que é, por um lado, o atendimento dos doentes com Covid na atenção básica, prontos-socorros e hospitais e, por outro lado, o combate às fake news e a tentativa de fazer uma campanha de vacinação nesse cenário."

O mesmo trabalho e empenho dos funcionários da saúde é reconhecido pelo epidemiologista e professor titular da Faculdade de Medicina da USP, Paulo Lotufo. "Nós temos aqui uma tradição grande e um comprometimento com vacinação. A organização nos municípios [para a vacinação] foi louvável", diz.

Lotufo reforça, assim como Ritchmann, a importância de vacinar as crianças e os adolescentes. A FDA (a agência americana que regula medicamentos) deve liberar em breve a aplicação da vacina da Pfizer em crianças de 5 a 11 anos, e a expectativa é que, na sequência, isso ocorra também no Brasil.

"O ideal seria se a gente conseguisse avançar na vacinação nos adultos e adolescentes até o final do ano e, em fevereiro, tivesse as crianças já vacinadas para o começo do ano letivo de 2022. Isso vai ser uma maravilha para reduzir a circulação do vírus", diz Lotufo.

'Trending topic' negacionista é ser contrário a passaporte vacinal

OPINIÃO

Pedro Hallal
É epidemiologista, professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas

Um total de 125 países exigem vacinação contra a febre amarela para os brasileiros que queiram visitá-los. Estranhamente, isso nunca foi questionado pelos negacionistas, que agora, de uma hora para outra, viraram defensores das liberdades individuais.

Muitas escolas exigem comprovante de vacinação para matricular as crianças. Estranhamente, isso nunca foi questionado pelos pseudocientistas, que utilizam o aplicativo WhatsApp para circularem as mais recentes "descobertas" da ciência.

Aqui na Califórnia, de onde escrevo essa coluna, o passaporte vacinal já é realidade. Muitos eventos esportivos, cinema, supermercados, shows de música, entre outros, exigem o comprovante de vacinação contra a Covid-19.

O motivo é simples: a vacinação já evitou centenas de milhares de mortes por Covid-19. Aliás, se as vacinas da Pfizer e a Coronavac tivessem sido compradas logo que foram oferecidas pela primeira vez, o Brasil teria evitado cerca de 100 mil mortes por Covid-19. A vacinação fez com que a média móvel, que chegou a mais de 2 mil mortes por dia, hoje seja abaixo de 400 mortes por dia.

Mesmo assim, o "trending topic" negacionista é ser contrário ao passaporte vacinal. O argumento é que a liberdade individual, de ser ou não vacinado, deve ser respeitada.

Vamos aprofundar um pouco o assunto. Qual das situações a seguir você julgaria aceitável?

1) Um fumante deseja exercer a sua liberdade individual de fumar dentro do avião;

2) Um indivíduo deseja exercer sua liberdade individual de tomar um porre e dirigir;

3) Um motorista deseja exercer sua liberdade individual de andar de carro à noite com todos os faróis queimados.

Em todos os casos, a resposta é a mesma: é proibido uma pessoa exercer sua liberdade individual se essa escolha coloca outras pessoas em risco.

O caso da vacina contra a Covid-19 é absolutamente idêntico. Não há qualquer dúvida na literatura de que pessoas não vacinadas possuem maior risco de contágio e de transmissão em comparação aos vacinados.

Todos os motoristas bêbados causam acidentes? Obviamente que não, da mesma forma como nem todos os não vacinados se infectam com Covid-19 e transmitem a doença. Mas é lógico também que motoristas bêbados têm maior risco de causarem acidentes, assim como pessoas não vacinadas têm mais risco de transmitirem Covid-19.

Talvez ainda chegue o dia em que não seja necessário proibir as pessoas de fumarem em avião, ou de dirigirem bêbadas, ou de dirigirem com os faróis apagados à noite, pois as pessoas farão isso por conta própria, compreendendo que suas liberdades não podem colocar os outros em risco.

Mas esse dia ainda não chegou. E por isso, o passaporte vacinal é obrigatório.

Quem quer exercer sua liberdade individual de não se vacinar, infelizmente, não poderá ir ao estádio de futebol, ao cinema, ao baile de Carnaval, viajar de avião, visitar outros países, sentar em bares e restaurantes.

A outra opção é deixar de ser negacionista e tomar a vacina logo.

A liberdade para escolher é sua!

Pfizer pedirá à Anvisa aval para vacinação em crianças

Empresa deve enviar em novembro pedido para aplicação na faixa de 5 a 11 anos

Raquel Lopes

BRASÍLIA A Pfizer informou que deve solicitar no mês de novembro à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a aplicação da sua vacina contra a Covid, a ComiRNAty, em crianças entre 5 a 11 anos.

"A submissão do pedido junto à Anvisa para a aprovação do uso da vacina ComiRNAty, da Pfizer/Biontech, para crianças entre 5 e 11 anos deve ocorrer ao longo do mês de novembro de 2021", disse a farmacêutica em nota.

Atualmente, a vacina da Pfizer é única aplicada em adolescentes com 12 anos ou mais no Brasil. O uso para quem tem de 12 a 15 anos foi autorizado em junho deste ano.

O Ministério da Saúde planeja vacinar crianças contra a Covid em 2022, caso a Anvisa aprove a imunização. Para esse público, a previsão é de 70 milhões de doses.

Ainda não há pedidos na Anvisa para que libere a aplicação de doses em crianças.

O Instituto Butantan chegou a pedir a liberação da Coronavac em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos na agência reguladora, mas o aval foi negado e o processo de tramitação foi encerrado em agosto.

Técnicos da agência apontaram que faltavam dados para confirmar segurança e eficácia da aplicação das doses neste grupo etário.

A Pfizer já havia pedido à FDA, agência reguladora dos Estados Unidos, a autorização de uso emergencial de sua vacina contra a Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos.

Um painel médico de especialistas formado por assessores do governo americano apoiou nesta terça-feira (26) o uso do imunizante nesse público-alvo, abrindo o caminho para que a faixa etária se vacine em poucas semanas.

Os especialistas independentes concluíram que os benefícios —tanto diretos, para a saúde das crianças, quanto indiretos, para pôr fim às interrupções escolares— superavam os riscos conhecidos.

A recomendação do comitê tem caráter consultivo, mas é incomum que a FDA (Agência de Alimentos e Drogas dos Estados Unidos) não a siga.

Por isso, espera-se que a agência autorize em breve o uso da vacina para esta faixa etária, tornando 28 milhões de crianças elegíveis a receber a vacina a partir de meados de novembro.

"Para mim está bastante claro que os benefícios superam o risco quando ouço falar de crianças que estão ingressando na terapia intensiva, que têm efeitos de longo prazo depois de sofrer de Covid, e que estão morrendo", disse Amanda Cohn, dos CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças), que votou a favor da medida.

"A questão não é saber tudo, mas saber o suficiente", disse Paul Offit, pediatra do Hospital Infantil da Filadélfia, que também votou a favor, mas refletiu sobre o fato de que com o tempo estariam disponíveis dados de segurança mais completos.

Acrescentou que muitas crianças de alto risco poderiam se beneficiar, além de que o risco teórico de miocardite, o efeito colateral mais preocupante, seria provavelmente muito baixo, em vista da dose reduzida de 10 microgramas, em comparação com os 30 microgramas aplicadas em pessoas com mais idade.

No entanto, vários especialistas relativizaram seus votos, dizendo que não seriam favoráveis a um amplo mandato da vacinação nas escolas e que a imunização devia continuar sendo uma decisão das famílias.

Mais cedo, o principal cientista da FDA, Peter Marks, tinha dito que as crianças menores estavam "longe de se livrar dos danos da Covid-19".

Marks acrescentou que neste grupo houve nos Estados Unidos 1,9 milhão de infecções e 8.300 hospitalizações, das quais aproximadamente um terço precisou de cuidados intensivos.

Também houve cerca de cem mortes, o que tornou a Covid uma das dez principais causas de morte entre as crianças, acrescentou.

Um estudo da Pfizer compartilhado pela FDA mostrou que a vacina tinha eficácia de 90,7% para prevenir a Covid-19 sintomática e não apresentava problemas de segurança graves.

O cientista da FDA Hong Yang apresentou um modelo mostrando que, com as taxas de infecção atuais, a vacina evitaria muito mais hospitalizações por Covid do que as que a miocardite poderia causar nos vacinados.

Se a transmissão da comunidade caísse a níveis muito baixos, esta relação poderia mudar, mas mesmo então, a vacinação poderia valer a pena, devido aos riscos de longo prazo relacionados com os casos não hospitalizados, acrescentou Yang.

Entre estes riscos de longo prazo da Covid está a síndrome inflamatória multissistêmica em crianças (MIS-C), uma complicação rara, mas grave, que afetou mais de 5.000 crianças de todas as idades e matou 46.

A Pfizer avaliou os dados de segurança entre 3.000 voluntários e os efeitos colaterais mais comuns da vacina foram leves ou moderados, como dor no local da injeção, fadiga, dor de cabeça, dores musculares e calafrios.

Não houve casos de miocardite ou pericardite (inflamação ao redor do coração). A empresa reiterou, porém, que não havia voluntários suficientes para poder detectar efeitos colaterais muito raros.

Os casos muito raros de miocardite foram detectados apenas em adolescentes, depois que a vacina foi autorizada em junho e está sendo administrada em milhões de pessoas dessa faixa etária.

Matthew Oster, pesquisador dos CDC, fez uma apresentação do que se sabe até agora sobre os efeitos colaterais nos grupos que já têm autorização para se vacinar.

Dos 877 casos de miocardite induzidos pela vacina em menores de 29 anos, 829 foram hospitalizados, segundo dados oficiais.

A grande maioria teve alta, mas cinco continuam em terapia intensiva.

É provável que a taxa deste efeito colateral seja menor no grupo etário de 5 a 11 anos do que entre os adolescentes do sexo masculino porque acredita-se que está relacionado com a testosterona.

A reunião ocorre enquanto os Estados Unidos saem de sua última onda de casos, provocada pela variante delta, mais transmissível.

Mas a pandemia continua se espalhando rapidamente nos estados do norte, como Alaska, Montana, Wyoming e Idaho, com climas mais frios e taxas de vacinação mais baixas.

Nos Estados Unidos, 57% da população está completamente vacinada contra a Covid-19. A confiança nos imunizantes aumentou nos últimos meses, mas o país segue atrás dos outros do G7 em percentual da população vacinada.

+ Reforço com dose da fabricante tem melhor resposta imune, diz estudo

Um estudo do Ministério da Saúde em parceria com a Universidade de Oxford mostrou que a vacina de RNA mensageiro da Pfizer apresentou melhor resposta imune na dose de reforço que a vacina de vetor viral, como os imunizantes da Janssen e da AstraZeneca.

A análise foi divulgada nesta quarta-feira (27) pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e a coordenadora do estudo, Sue Ann Clemens, na Universidade de Oxford, no Reino Unido.

O Ministério da Saúde anunciou o estudo em julho deste ano para avaliar a necessidade de uma terceira dose em pessoas que receberam a vacina Coronavac.

Os testes foram feitos em pessoas que receberam duas doses da vacina da Coronavac. A dose de reforço envolveu o mesmo imunizante e também as outras três vacinas aprovadas no país: AstraZeneca, Janssen e Pfizer.

Queiroga disse que o estudo deve ser publicado em breve, após os dados estarem completos, e vai orientar a campanha de vacinação.

Criança recebe imunizante contra Covid em Handan, na China, que começou a aplicar dose em público a partir de 3 anos AFP

Santa Casa de São Paulo vende operação do Hospital Santa Isabel

Wesley Faraó Klimpel

SÃO PAULO A mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que controla a Santa Casa de São Paulo, aprovou nesta quarta-feira (27), por unanimidade, a venda da operação do Hospital Santa Isabel por R$ 280 milhões à Rede D'Or São Luiz.

Fundada em 1972, a unidade de Santa Isabel é voltada exclusivamente ao atendimento de clientes de planos de saúde e de pacientes particulares. O prédio tem 124 leitos, sendo 35 unidades de terapia intensiva (UTI)

A Santa Casa pretende usar o dinheiro da venda e também do aluguel do imóvel à Rede D'Or para abater sua dívida, que está na faixa dos R$ 400 milhões, e também investir no atendimento aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde).

A **Folha** apurou que o aluguel da unidade do Santa Isabel trará à Santa Casa uma receita anual de R$ 10 milhões, acima dos R$ 8 milhões que o Hospital Santa Isabel recebe atualmente. As negociações começaram há cerca de 60 dias.

Além do aluguel, a Rede D'Or se comprometeu a investir na reforma de aproximadamente 3.000 m2 do complexo hospitalar para o atendimento de pacientes do SUS.

Em nota, a Santa Casa afirma que a Rede D'or é um dos maiores empregadores do país, e que os funcionários do Hospital Santa Isabel deverão manter suas atividades profissionais normalmente. A unidade fica no bairro de Higienópolis, no centro de São Paulo.

"A instituição está saneando seu endividamento bancário e com isso seguirá na busca de sustentabilidade, retomará a capacidade de investimento e atendimento aos pacientes do SUS, através da modernização e ampliação de nossas instalações, reforçando a sua missão e o legado de 460 anos a serviço da saúde", afirma a nota.

Fundada em 1977, a Rede D'Or tem atualmente 60 hospitais no país. Em julho, a empresa fechou acordo para a compra do Hospital Santa Emília, em Feira de Santana, a segunda cidade mais populosa da Bahia.

No fim de 2020, o grupo precificou, até então, o maior IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) de uma companhia brasileira desde 2013. A operação avaliou a companhia em R$ 112,5 bilhões, o que o coloca entre as 10 maiores empresas do país entre as listadas na Bolsa.

A compra de uma unidade hospitalar da Santa Casa por um grande grupo empresarial pode também levar a outras negociações semelhantes na área.

> “A instituição está saneando seu endividamento bancário e com isso seguirá na busca de sustentabilidade, retomará a capacidade de investimento e atendimento aos pacientes do SUS
>
> **trecho de nota da Santa Casa**

Em 2017, o governo federal criou uma linha de crédito de R$ 10 bilhões para hospitais filantrópicos e Santas Casas, que tinham uma dívida total estimada de R$ 21 bilhões.

Em 2018, em meio à sua maior crise financeira, a Santa Casa tinha dívida de R$ 700 milhões, com um déficit mensal de R$ 14 milhões.

Sem dinheiro para pagar por insumos de cirurgias, como agulhas, fios de sutura e luvas, o hospital chegou a lançar um projeto no qual pessoas físicas e jurídicas podiam doar kits cirúrgicos para atender pacientes.

Trata-se de dar um trato na língua

Escreve bem quem escreve claro, não quem tenta emperiquitar o verbo

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "O Drible" e "Viva a Língua Brasileira"

"Os livros da coleção tratam-se de obras-primas da literatura." Pode ser, mas quando formula desse jeito seu veredito empolgado o crítico cai em descrédito como juiz de trabalhos que envolvam linguagem.

Usada de forma incorreta, como na frase acima, a locução "trata-se de" é um dos casos mais comuns de hipercorreção no português brasileiro de hoje. Ao tratar dela, pago uma dívida antiga da coluna.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a palavra hipercorreção não se refere ao que está muito certo. Damos esse nome à escolha linguística do falante que, ansioso por acertar —mas sem saber como—, recorre àquilo que parece mais rebuscado, mais difícil, menos popular. E erra.

Esse tipo de erro é especialmente constrangedor porque representa uma traição à gramática intuitiva, familiar, "natural", sem chegar a merecer as graças da gramática normativa a que aspira. Fica no meio do caminho.

Convém deixar claro que a palavra erro, aqui, não significa delito, pecado ou deficiência cognitiva, mas simplesmente desvio da norma culta.

Nas palavras do linguista Marcos Bagno em sua "Gramática de Bolso do Português Brasileiro" (Parábola), "é considerado erro tudo aquilo que não pertence às variedades urbanas de prestígio".

Vale notar que Bagno, expoente da sociolinguística brasileira, costuma ser citado —em vão, como se vê— por quem reage a textos como o desta coluna com variações da seguinte bronca: "Se você estudasse mais, saberia que erro não existe!".

Estudar mais é sempre bom. No referido livro, Bagno dedica um capítulo inteiro ao fenômeno da hipercorreção e suas manifestações mais frequentes, que chama de "erros a corrigir".

Segundo ele, a hipercorreção, que é filha da insegurança linguística, aparece "com muito mais força nas classes médias baixas" e em grupos socialmente discriminados.

Bagno não diz, mas digo eu, que o fenômeno parece estar em alta acentuada no Brasil, país violentamente estratificado e de educação precária, onde a insegurança linguística é mato.

Nunca "possuímos" tantas coisas que até outro dia costumávamos ter: dúvidas, resfriados, filhos, anos. Hoje raramente estamos em algum lugar —mesmo perdidos, é mais provável que "nos encontremos" lá.

Valeria investigar como todo esse entulho vocabular se relaciona com a crescente —e desoladora— valorização de breguices juridiquentas como "outrossim" em redações de vestibular.

No caso específico de "trata-se de", dois tipos de uso equivocado andam na moda –a frase lá de cima faz uma combinação deles. Sendo uma locução impessoal, ela deve estar sempre no singular e não tem sujeito.

Não dizemos "tratam-se de usos incorretos", mas "trata-se de usos incorretos". E mergulha fundo na hipercorreção quem usa a locução para substituir o verbo ser numa frase como "o filme trata-se de uma comédia" em vez de "o filme é uma comédia".

A boa notícia sobre a hipercorreção é que esse tipo de erro, por mais enrolado que seja em suas raízes psicossociais, é sempre fácil de corrigir do ponto de vista da gramática.

Basta dar preferência às formulações mais simples e "naturais", ou seja, próximas da oralidade. Aquilo é. Eu tenho. Você está. Escreve e fala bem quem se expressa de forma clara e fluente, não quem tenta emperiquitar o verbo.

Trata-se de uma lei universal: quer dar um trato na língua, chame-a de você e não de Vossa Senhoria.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Em SP, pais se opõem a turmas com mais crianças em creches

Eles argumentam que salas com mais alunos para um só professor vão precarizar o ensino infantil na cidade

Isabela Palhares

SÃO PAULO Contrários à decisão da Prefeitura de São Paulo de criar turmas multietárias com maior número de crianças na educação infantil, pais organizaram um abaixo-assinado para impedir a mudança.

O documento criado no domingo (24) contava até o fim da tarde desta terça (26), com mais de 8.800 assinaturas. O deputado Carlos Gianazzi e o vereador Celso Gianazzi, ambos do PSOL, entraram com um mandado de segurança na Justiça para suspender os efeitos da decisão.

Eles também fizeram uma representação no Ministério Público, que já apura outras ações da gestão municipal para a expansão das matrículas na educação infantil.

A **Folha** mostrou que a SME (Secretaria Municipal de Educação) comunicou às escolas na semana passada que, a partir do próximo ano, poderão organizar turmas com maior número de alunos por sala nas creches e com crianças de idades diferentes.

As turmas multietárias poderão ser formadas por até 19 crianças, de 2 a 4 anos, no próximo ano letivo. Um único professor será responsável pelo grupo inteiro.

Atualmente, a regra da prefeitura estabelece que as turmas do mini grupo 1 (com crianças de 2 a 3 anos) tenham no máximo 12 alunos para cada educador. As turmas do mini grupo 2 (de 3 a 4 anos) atendem até 25 crianças.

A secretaria diz que a mudança serve apenas para adequar o sistema no qual são registradas as matrículas para uma prática que já é adotada há alguns anos em creches da cidade, onde existem turmas multietárias. A pasta também diz que a mudança não permite apenas o aumento de crianças por turma, mas também a redução naquelas que atendem alunos mais velhos.

Professores e servidores avaliam que a mudança é uma estratégia para acomodar as crianças matriculadas em vagas virtuais criadas durante a pandemia. Em outubro do ano passado, a **Folha** mostrou que a prefeitura estava contabilizando novas matrículas para vagas que ainda não existiam fisicamente.

Os pais são contrários à medida por entender que ela precariza o atendimento das crianças. Eles também afirmam que a mudança não foi discutida com os professores e gestores das escolas.

"Os professores, que estão nas creches com as crianças, não foram ouvidos ou consultados. Não houve diálogo para saber se a mudança vai beneficiar a qualidade do ensino", diz Ailton Amorim, pai de aluno da rede municipal e presidente do Crece (Conselho de Representantes de Conselhos de Escolas) de Santo Amaro.

Para ele, a falta de diálogo mostra que não há uma preocupação com a qualidade do ensino, mas, sim, em acomodar um maior número de crianças nas escolas. "Aqui na minha região, não vemos creches sendo construídas, mas as matrículas continuam crescendo", afirma Amorim.

Um dos argumentos da secretaria é o de que a criação de turmas multietárias qualifica o trabalho da educação infantil por propiciar a interação e o brincar de crianças de idades diferentes.

Para Rebeca Castiglione, 29, mãe de uma aluna de 3 anos e professora de educação infantil, a interação entre crianças de diferentes idades é positiva do ponto de vista pedagógico, desde que haja um número adequado de alunos.

"Essa interação é proveitosa se houver um número reduzido de crianças ou mais educadores para atendê-las. Do contrário, os professores só vão conseguir fazer estritamente o necessário para a sobrevivência das crianças dentro da creche, dar comida, trocar fralda, evitar que se machuquem."

> Os professores só vão conseguir fazer estritamente o necessário para a sobrevivência das crianças dentro da creche, dar comida, trocar fralda, evitar que se machuquem
>
> **Rebeca Castiglione**
> professora de educação infantil

Castiglione destaca ainda que o aumento de crianças por turma prejudica a educação inclusiva, de alunos com deficiência, imigrantes ou de alta vulnerabilidade social. Sua filha, Marina, é portadora da Síndrome de Angelman, que provoca atrasos no desenvolvimento motor.

"Ela precisa de uma atenção mais individualizada dos professores para se desenvolver, como isso vai ser possível com turmas maiores? Os números atuais já são altos", diz.

Na ação que pede a suspensão imediata da medida, o argumento é de que a mudança fere a lei do PME (Plano Municipal de Educação de São Paulo), onde estão estabelecidas as quantidades de alunos para cada etapa da educação infantil.

"O que tenta-se com este ato é burlar a lei, assim como despejar em cima dos educadores a responsabilidade do estado, no caso a prefeitura, em disponibilizar vagas ao total de matriculados, como acordado com este Tribunal", argumenta o pedido.

Em 2017, a prefeitura, ainda sob o comando de João Doria (PSDB), assinou um acordo com o Tribunal de Justiça em que se comprometia a criar 85,5 mil vagas em creche na cidade até o fim de 2020.

Em 2019, o então prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou ter ultrapassado a meta, com a abertura de 91 mil vagas. A determinação para que as crianças fossem matriculadas em vagas que ainda não existiam foi dada por sua gestão poucos meses antes da sua reeleição.

Em nota, a SME diz que a mudança na formatação e tamanho das turmas será facultativa. Também afirma que não haverá alteração no número de turmas praticado atualmente.

Mulher fica atolada em obras na Praia Central de Balneário Camboriú, em SC Reprodução

Mulheres atolam em obra que amplia faixa de areia em Balneário Camboriú

PORTO ALEGRE Duas mulheres ficaram presas em um trecho ainda em obra de ampliação da faixa de areia na orla de Balneário Camboriú, no litoral catarinense, e precisaram ser resgatadas por guarda-vidas, por volta das 10h30 desta terça-feira (26).

Por meio de nota, a prefeitura municipal informou que o trecho da Praia Central, entre a rua 4000 e Pontal Norte, onde ocorreu o caso, ainda não está liberado para o público, com sinalização indicando o mesmo.

Em um vídeo de pouco mais de um minuto, uma das mulheres, que parece estar presa até a cintura na areia, é puxada por um guarda-vidas com auxílio de um cabo de salvamento, enquanto a outra aguarda. Elas não tiveram ferimentos, segundo o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

O capitão Marcus Vinicius Abre, subcomandante do 13º Batalhão de Bombeiros Militar, disse que as mulheres foram avistadas pelos guarda-vidas que ficam em um posto a cerca de 300 metros de distância do local.

O subcomandante afirma ainda que há relatos de outros casos de pessoas presas na areia, em situações semelhantes, mas que conseguiram sair sozinhas e por isso não houve registro de ocorrência.

"[É necessário] Que as pessoas respeitem a sinalização. O local está muito bem isolado pela empresa responsável, tem diversas placas, tem cercado, as pessoas estão burlando. O risco não é só de atolamento, mas também de acidentes envolvendo o maquinário e viaturas que trabalham na obra", ressalta ele.

A prefeitura também reforça que sinaliza o local com uso de cerquites, espécie de tapumes de plástico, para que as pessoas não avancem sobre a praia porque a areia precisa de tempo para se estabilizar.

"É imperioso que as pessoas se conscientizem que existe risco, que respeitem esse tempo e não façam uso nos primeiros dias após a execução desse aterro de praia", explica o coordenador da obra, Rubens Spernau.

Com pouco mais de cinco quilômetros no total, até o momento a obra de alargamento da faixa de areia em Balneário Camboriú teve dois quilômetros liberados para a circulação. A obra iniciada em agosto deve triplicar a faixa de areia, passando de 25 metros até o mar para 75 metros.

Segundo Spernau, a obra foi feita para acomodar o movimento de veranistas, turistas ou moradores, que já não cabiam no espaço disponível da faixa de areia. Ele ressalta que questões como erosão marinha, por ação do homem ou não, afetaram a orla em diversos pontos da costa brasileira nas últimas décadas.

"Nós precisávamos recuperar a praia. Na verdade, ela está tomando a forma que ela teve na década de 1950, quando era uma praia praticamente sem ocupação. A gente está recompondo, por isso a gente chama de recuperação de praia essa obra", explica o coordenador.

Concessão de parques da avenida Paulista é questionada por empresa

Patrimônio Paulista, que perdeu disputa, aponta problemas de documentação do Borboletas

Francesca Angiolillo

SÃO PAULO Embora já tenha exposto seus planos para os parques Tenente Siqueira Campos, o Trianon, e Mário Covas, ambos na região da avenida Paulista, o empresário Alexandre Allard ainda não tem o caminho totalmente liberado para sua execução.

O outro competidor no certame, o consórcio Patrimônio Paulista entrou com recurso contra a decisão de 5 de outubro que cedeu a concessão das duas áreas verdes por 25 anos ao empreendedor responsável pelo Cidade Matarazzo, complexo de luxo a poucas quadras dos parques.

O Patrimônio Paulista pede a inabilitação do consórcio Borboletas, de Allard e Michel Farah, apontando problemas de documentação que conflitam com as regras do edital.

O recurso está classificado como restrito no SEI, base de processos eletrônicos da Prefeitura de São Paulo. A **Folha** contudo teve acesso ao teor do documento, que levanta aspectos segundo os quais o Borboletas não estaria apto para a concessão.

O consórcio de Allard tinha até a última terça (26) para apresentar um contrarrecurso. A partir dessa data, corre o prazo de cinco dias úteis para que a CEL (Comissão Especial de Licitação) da prefeitura tome uma decisão.

Procurado pela **Folha** para comentar os pontos expostos no recurso, o Borboletas não expôs os argumentos apresentados à CEL.

Na concorrência, o Patrimônio Paulista havia proposto R$ 2,3 milhões de outorga fixa. Formado pela empresa de engenharia Progen e pelo fundo Savona, de Eduardo Barella —empresário que, com a concessionária Allegra gere o estádio do Pacaembu—, o consórcio perdeu para a oferda de R$ 3,3 milhões do Borboletas. O valor mínimo proposto pelo edital era de R$ 163 mil.

O primeiro problema apontado pelo Patrimônio Paulista é de que o Borboletas apresentou declaração falsa de que as empresas que o compõem —Social Service Comunicação MKT de Responsabilidade Ltda e BM Varejo Empreendimento SPE S.A.— não estão inscritas no CCM (Cadastro de Contribuintes Mobiliários) do município de São Paulo e não têm débitos com a Fazenda.

O CCM permite verificar e controlar a situação dos tributos mobiliários devidos pelas empresas ao município — ISS e as taxas de fiscalização.

O texto do recurso afirma que o comprovante de inscrição da Social Service no CCM foi inclusive juntado à documentação de habilitação do Borboletas ao edital. O da BM Varejo, não, mas o documento, público, foi incluído pelo Patrimônio Paulista como anexo ao recurso.

A inscrição das empresas no CCM não impedia a participação no edital, mas este dispõe que a declaração de não cadastramento e inexistência de débitos com a Fazenda municipal só deveria ser apresentada em caso de empresas não cadastradas.

Parque Trianon, na avenida Paulista Bruno Santos - 22.out.21/Folhapress

O recurso frisa ainda a "falsidade em si da declaração" firmada pelas empresas do Borboletas, que teria "consequências jurídicas negativas diversas, inclusive na própria esfera penal".

"Sendo apresentada declaração evidentemente falsa como essa, surgem questionamentos também quanto à veracidade e fidedignidade das demais declarações e informações apresentadas pelo Consórcio Borboletas."

O segundo ponto levantado no recurso diz respeito ao fato de que a BM Varejo é uma SPE (sociedade de propósito específico) cujo objeto não é compatível com a concessão.

Para participar de uma concorrência desse gênero, não é necessário ter uma SPE. Sociedades desse tipo são criadas, como indica o nome, com finalidade única, em geral após o resultado da concessão, para a gestão do bem em questão.

No caso do Pacaembu, por exemplo, ao vencerem a concorrência, a Progen e o fundo Savona constituíram a Allegra; para a gestão de parques como o Ibirapuera, a Construcap criou a Urbia.

A BM Varejo, como atesta seu estatuto social, presente entre os documentos de habilitação, foi criada para a administração de partes do complexo Cidade Matarazzo —no caso, o centro comercial e uma das garagens do complexo.

A seguir, o recurso contesta o atestado de qualificação técnica apresentado. Esse atestado é o documento que comprovaria que o pretendente à concessão tem capacidade de assumir o negócio.

O Borboletas apresentou um atestado correspondente à ciclofaixa do rio Pinheiros o que, na argumentação do Patrimônio Paulista, não comprovaria a capacidade do consórcio escolhido para lidar com a gestão dos dois parques.

O último ponto diz respeito ao seguro-garantia. Esse tipo de seguro pode ser acionado pela prefeitura caso o concessionário descumpra o edital ou não firme o contrato, funcionando assim como uma espécie de indenização.

Segundo o recurso, o seguro tem como tomador apenas a BM Varejo, sem mencionar a Social Service ou o consórcio; além disso, a apólice não estava vigente no dia da entrega dos envelopes para a concorrência.

O recurso aponta ainda que o seguro-garantia apresentado pelo Borboletas contraria o edital ao limitar-se a oferecer ressarcimento caso o consórcio não firme o contrato — mas sem prever a indenização em caso de descumprimento de obrigações do edital.

Além disso, o documento indica que faltam declarações, por parte da seguradora contratada, de que conhece os termos, condições e normas de pagamento previstas no edital.

O recurso interposto pelo consórcio Patrimônio Paulista lista ainda a ausência de documentos relativos à eleição de diretores das empresas do consórcio vencedor.

Em nota enviada à reportagem, o consórcio Borboletas diz que "questionamentos de boa-fé são bem-vindos e importantes, pois reforçam o Estado Democrático de Direito".

"Cabe à Comissão de Licitação averiguar e assegurar que todo o processo corra dentro dos parâmetros legais e temos plena convicção que se dará dessa forma. Da nossa parte, estamos tranquilos e empenhados em realizar mais um projeto de melhoria urbana para São Paulo, de maneira transparente e com a excelência de sempre", afirma.

Igreja abandonada vira ocupação de sem-teto no centro de SP

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Deitada no sofá em frente a uma das amplas janelas do imóvel onde funcionava uma igreja de imigrantes nigerianos, no centro de São Paulo, Cibele Ribeiro da Silva, 31, olha os três filhos sentados no chão em frente à televisão. Um deles é Adrian, 10, portador de paralisia cerebral.

Grávida do sexto filho, Cibele é uma das moradoras da ocupação aberta há cerca de um mês em imóvel fechado ao menos desde 2018, quando os inquilinos deixaram de pagar aluguel. O endereço fica em frente à praça Princesa Isabel, atualmente, o retrato da crise de moradia na capital paulista, tomada por barracas de sem-teto.

O imóvel de dois andares tem dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), de água e luz, e também é alvo de disputa na Justiça entre herdeiros.

O espaço interno está sendo repartido entre as famílias com uso de divisórias de madeira e paredes de tijolos. A maioria é imigrantes, idosos e mães solteiras. Cada um paga cerca de R$ 150 para morar lá, abaixo da média de R$ 300 cobrada em outras ocupações.

A líder da ocupação batizada de "Unidos para Vencer" é Janaína Xavier, 41, ex-usuária de drogas que se tornou referência de assistência à moradia para quem vive na região da cracolândia.

Na semana passada, após ação de despejo que deixou 30 pessoas desabrigadas na cracolândia, foi ela quem ajudou a abrigar a família de Josimar Cruz Moraes. Ele, a mulher e os quatro filhos conseguiram uma vaga em uma ocupação na avenida São João. "Ela, agora, é como uma mãe para mim", diz Moraes.

Uma das primeiras moradoras de ocupação foi Cibele. Vítima de violência doméstica, ela vive com a companheira Talita que a ajuda com as crianças e na reciclagem, único meio de sustento da família.

Janaína Xavier, 41, líder da ocupação na região central da capital paulista Danilo Verpa/Folhapress

Elas saíram da outra ocupação onde viviam, na avenida São João, porque não conseguiam pagar o valor cobrado todo mês, e também pela falta de segurança. "Roubaram a cadeira de rodas do Adrian na ocupação", diz ela, que passou a usar um carrinho de supermercado para se locomover com o filho.

No andar de cima, vive a colombiana Rosa Gonzalez, 67. Ela tem artrose nos joelhos e problema no quadril após sofrer uma queda. Devido à locomoção limitada, ela evita sair da ocupação para não ter que subir os dois lances de escada. Rosa vive no Brasil há seis anos com a neta e o sobrinho, Jaime Gonzalez, 42.

A família também foi atraída pelo baixo valor cobrado na nova ocupação. "Com o dinheiro que pagávamos na outra ocupação, conseguimos comprar tijolos, cimento e areia", diz o sobrinho enquanto ergue uma parede de alvenaria no meio do salão onde antes funcionava a igreja.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Brasileiro de alma suíça foi pai de todos e um progressista

TITUS MEILI (1947-2021)

Priscila Camazano

SÃO PAULO Quarto filho de um casal de suíços, o engenheiro civil Titus Meili foi considerado um pai para muitas pessoas. Com carinho e tempo disponível, estava sempre pronto para ajudar.

Além das duas filhas biológicas, tratou como filha uma vizinha que conheceu há 20 anos —e que sempre quis adotar.

Ele faleceu no dia 13 de outubro, aos 74 anos, após ficar 43 dias internado no hospital.

O nome de herança suíça dificilmente era acertado de primeira. "Todo mundo errava o nome do meu pai. Até na missa de sétimo dia o padre errou", afirma sua filha Luciana Meili, 49, gestora cultural e dona de uma editora.

Nascido em São Paulo, estudou no Colégio Visconde de Porto Seguro e depois se formou em engenheira.

Um de seus hobbies era velejar na represa de Guarapiranga. "Ele tinha um barco na categoria standard. Depois que se casou com a minha mãe, o vendeu para cuidar da gente", relembra a filha.

Como engenheiro civil, fez muitos projetos de fábricas e indústrias. No começo da carreira, ele trabalhou junto com seu pai, o suíço Eurico Meili, um calculista de estruturas de concreto, que uniu-se a grandes arquitetos modernistas como Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas. "Eles [pai e filho] juntos fizeram muitos projetos relevantes para a história da arquitetura do Brasil", afirma Luciana.

Conhecido por ter ideias malucas, ele foi um engenheiro que fazia projetos de arquitetura para seus clientes que sempre eram aprovados.

Ele morava na Vila Madalena e fez muitos amigos pelo bairro. Cliente fiel do Empanadas Bar, estabelecimento que serve petiscos clássicos argentinos, era chamado de Luís pelo garçom, que errou uma vez o seu nome, mas ele preferiu não corrigir.

Durante a cerimônia de cremação, Luciana disse que ele tinha sido um pai para muitas pessoas e ouviu a confirmação delas. "Ele ajudou muita gente com carinho e tempo. Era uma sensação que eu tinha e que foi confirmada", afirma. "Ele tinha todas essas facetas: engenheiro, velejador e pai para muita gente."

Segundo Luciana, ele era um brasileiro com alma suíça e totalmente de esquerda. "Ele era um progressista que acreditava em um projeto de esquerda para o Brasil".

O engenheiro civil paulistano deixa a ex-esposa, duas filhas, dois irmãos, sete sobrinhos e nenhum neto, a sua grande frustração.

"Ele era muito amado pela comunidade, pelos amigos, pela família e clientes, todo mundo gostava demais do meu pai."

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

ambiente

Emissões do país são maiores se contar degradação florestal

Incêndio e efeito de borda na Amazônia liberam tanto CO_2 quanto desmatamento

Giovana Girardi

SÃO PAULO O desmatamento da Amazônia é —hoje e historicamente— a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa do Brasil, mas outros danos profundos causados à floresta que permanece em pé podem estar jogando na atmosfera quase a mesma quantidade de carbono que a emitida pelo corte raso.

Se esse cálculo fosse incluído nos inventários de emissões, a responsabilidade do Brasil sobre o aquecimento global ficaria bem maior.

O alerta é de um grupo de cientistas brasileiros que estudam a questão. Eles sugerem que a degradação da floresta —causada por incêndios florestais, a retirada ilegal de madeira e o empobrecimento das árvores que ficam na fronteira de áreas já inteiramente derrubadas (conhecido como efeito de borda)— deveria ser considerada nas discussões da COP26, que será realizada em Glasgow, na Escócia, a partir deste domingo (31).

Na reunião em que 196 países vão tentar avançar no combate às mudanças climáticas, está em jogo quanto cada um vai se esforçar para reduzir suas emissões. O Brasil é cobrado especialmente pela redução do desmatamento —que sozinho responde atualmente por cerca de 44% das emissões do país, de acordo com o Seeg (Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa) do Observatório do Clima.

Mas, para os cientistas, o país, assim como outras nações com florestas tropicais, deveria apresentar metas também para combater a degradação.

Em carta divulgada em setembro na revista Nature Geoscience, 33 dos principais especialistas do país em mudança do uso do solo sugeriram que esse debate comece a ser feito já —sob o risco de uma fatia importante de emissões simplesmente ser ignorada.

O problema disso é bem real. Não é porque uma dada quantidade de carbono não entrou na conta que na prática ela já não esteja engrossando a camada de CO_2 que aquece o planeta.

Na publicação, eles apontam que a área degradada na Amazônia já supera a desmatada (cerca de 20% da floresta já desapareceu).

"A degradação florestal causada pelo homem é o principal fator de empobrecimento socioambiental na Amazônia, e sua extensão está aumentando", escreve o grupo, que é liderado pelo engenheiro ambiental Celso Silva Junior, doutorando no programa de Sensoriamento Remoto do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Na correspondência, os pesquisadores compilaram os resultados de diversas pesquisas realizadas nos últimos anos que buscaram calcular o impacto da degradação. Em duas delas, foram estimadas, para o período de 2003 a 2015, as emissões provenientes de incêndios florestais e pelo efeito de borda (que resseca e fragiliza as árvores, reduzindo sua capacidade de fotossíntese).

Juntas, alertamos pesquisadores, as duas formas de degradação representaram 88% do que foi emitido por desmatamento no mesmo período.

O orientador de Silva Junior, Luiz Aragão, chefe da Divisão de Observação da Terra do Inpe, que também assina a carta, foi pioneiro nas pesquisas que tentaram calcular o efeito dos incêndios florestais, analisando o que acontece com parcelas de vegetação ao longo de vários anos depois que tinham sido queimadas.

"A Amazônia, ao contrário do cerrado, não evoluiu com o fogo. A casca fina das árvores não é feita para queimar. E o fogo que ocorre no sub-bosque é lento, o contato com as árvores acaba sendo mortal. Elas podem não sofrer a combustão no primeiro momento, mas a emissão vai ocorrer anos depois", afirma a pesquisadora Ane Alencar, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), também signatária da carta.

Um dos trabalhos de uma das alunas de Aragão, Camila Silva, observou que, mesmo 30 anos depois de ser queimada, a floresta continuava emitindo carbono. Alencar, que faz parte, no Seeg, do grupo que calcula as emissões por mudanças do uso do solo no Brasil, vem tentando incluir a degradação na estimativa.

Outra pesquisa recente que chamou a atenção para o problema foi a da pesquisadora Luciana Gatti, também do Inpe. Ela mostrou que as porções nordeste e sudeste da Amazônia já emitem mais carbono do que absorvem.

O estudo publicado na revista Nature em julho deste ano acendeu vários sinais de alerta e ganhou repercussão em todo o mundo porque um dos principais serviços prestados pela floresta é justamente o de retirar carbono da atmosfera durante a fotossíntese.

Gatti, ao contrário de Aragão, que calcula emissões no solo, mediu a quantidade de carbono na atmosfera sobre a Amazônia, a partir de sobrevoos realizados desde 2010.

"A região leste tinha sido, em média, 27% desmatada até dezembro de 2018. Nem pegamos os desmatamentos mais recentes. Já a região oeste tinha perdido 11% da cobertura florestal. Mas a emissão de carbono que calculamos para a região leste é dez vezes maior do que no lado oeste", diz.

"Se a emissão de carbono fosse provocada só pelo desmatamento, ela deveria ser no máximo o triplo. O que indica que mais coisas estão em jogo", afirma Gatti.

Esse é exatamente um dos efeitos de borda. "Quando o cara desmata e depois de um tempo taca fogo, a floresta ao lado, que não foi desmatada, mas está super seca, queima junto e isso não é computado nas emissões. Mas, ao queimar, ela já lança um monte de gás carbônico para a atmosfera e, depois, ao longo dos anos, ela vai morrendo e lançando mais CO_2 como decomposição", explica.

Os dados de Gatti foram incluídos no boletim de emissões mundiais divulgado pela Organização Mundial de Meteorologia. A concentração de gases de efeito estufa do planeta em 2020 bateu um novo recorde, chegando a 413,2 partes por milhão.

> Dentro desses 80% tem uma área gigantesca degradada, talvez na mesma ordem de magnitude da que foi desmatada, e que parcialmente perdeu suas funções de floresta
>
> **Luiz Aragão**
> chefe da Divisão de Observação da Terra do Inpe

Emissões além do desmatamento

Degradação empobrece a vegetação e faz com que a floresta emita mais gás carbônico (CO_2) do que o contabilizado oficialmente

Incêndios florestais
Se referem ao fogo que se propaga sem controle pela mata após escapar de pastagens ou áreas recém-desmatadas queimadas pelo homem

Efeito de borda
É o que ocorre em uma faixa de até cem metros da floresta que fica na borda de uma área já desmatada, com algum uso ou descoberta; essa parte da vegetação fica desprotegida, exposta à ação do vento e à incidência da luz solar. Sua temperatura aumenta e a umidade diminui, o que leva, eventualmente, à morte dessas árvores

Estudo que comparou emissões do leste da Amazônia, bastante desmatado, com o oeste, mostrou que as partes mais impactadas do bioma já emitem mais carbono que absorvem

Fontes: Amazonian forest degradation must be incorporated into the COP26 agenda, Nature Geoscience, 2/9/2021; Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change, Nature, 14/7/2021

Unesco diz que 10 florestas liberam mais carbono do que absorvem

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Dez florestas consideradas patrimônio mundial já emitem mais carbono do que absorvem e contribuem para a mudança climática no planeta, sendo a principal causa disso os incêndios, concluiu um estudo inédito feito pela Unesco (braço de educação, ciência e cultura das Nações Unidas).

Os cientistas calcularam pela primeira vez a quantidade de CO2 sugada, armazenada e lançada na atmosfera nos últimos 20 anos pelas 257 áreas ao redor do mundo que são protegidas por sua importância natural e cultural.

Por um lado, descobriu-se que essas florestas são responsáveis por absorver 230 milhões de toneladas do gás anualmente. Por outro, constatou-se que elas emitiram cerca de 40 milhões de toneladas por ano nesse período.

Subtraindo um valor do outro, o saldo é de 190 milhões de toneladas retiradas da atmosfera todos os anos por essas áreas protegidas, o que equivale à metade das emissões anuais do Reino Unido por combustíveis fósseis.

Na lista das dez florestas com saldo negativo estão parques famosos como o do Grand Canyon e o de Yosemite, nos EUA, além de áreas em Honduras, Indonésia, África do Sul, Malásia, Rússia, Mongólia, Austrália e na ilha caribenha Dominica. Patrimônios brasileiros não aparecem.

Os cientistas chegaram a esses resultados por meio de dados de satélites. Foi usado um algoritmo que permite calcular emissões de carbono causadas pela perda da cobertura de árvores.

Eles cruzaram as informações com centenas de relatórios de monitoramento local produzidos pela Unesco anualmente nessas áreas consideradas patrimônios.

Caminhão leva árvores em região incendiada de floresta perto de Groveland, na Califórnia (EUA) Robert Galbraith-30.jul.2014/Reuters

ESPORTE AO VIVO

8h ATP de Viena
Tênis, STAR+

18h Praia Clube x Pinheiros
Superliga fem. vôlei, TV NSPORTS

19h RB Bragantino x Sport
Série A, PREMIERE

Minas anuncia rescisão do contrato do jogador de vôlei Maurício Souza

Atleta fez publicações homofóbicas no Instagram e não convenceu clube e patrocinadores em sua retratação

Marcos Guedes

SÃO PAULO O Minas Tênis Clube anunciou nesta quarta (27) a rescisão do contrato do atleta de vôlei Maurício Souza. O central de 33 anos havia publicado mensagens homofóbicas em seus perfis nas redes sociais, em episódio que gerou grande repercussão, e não convenceu na retratação exigida pelo time e por seus patrocinadores.

"Vim para pedir desculpas a todos os que se sentiram ofendidos com a minha opinião, por eu defender aquilo em que acredito", resumiu o atleta, em um vídeo disponibilizado no Instagram. Em pouco menos de quatro minutos, ele demonstrou que a contrição era, no máximo, protocolar e repetiu uma série de preconceitos.

Foi a gota d'água para a direção do Minas, que se via em uma situação desconfortável com seus parceiros comerciais. A Fiat e a Gerdau, que bancam a equipe masculina de vôlei da agremiação, exigiam uma posição mais firme da diretoria, que inicialmente apenas publicara uma nota condenando a homofobia de forma genérica e defendendo a "liberdade para se expressar" de seus atletas.

Pressionados, os dirigentes anunciaram na terça (26) o afastamento temporário de Maurício e a exigência do pedido de desculpa. A primeira retratação foi feita em um perfil no Twitter que contava com apenas 51 seguidores no momento da postagem, não no Instagram, no qual a conta de Souza é verificada e tinha 251 mil seguidores —nesta quarta já passava dos 335 mil.

A retratação rendeu mais repercussão negativa. Foi cobrado, então, que o jogador se posicionasse no próprio Instagram, rede social na qual havia feito os comentários originais que causaram a comoção. Neles, o atleta criticava o anúncio da DC Comics de que o novo Super-Homem, filho do Super-Homem original, vai se descobrir bissexual nas próximas edições dos quadrinhos.

"Ah, é só um desenho, não é nada demais. Vai nessa que vai ver onde vamos parar", escreveu Maurício, em publicação que se recusou a apagar e continua disponível.

"Infelizmente, a gente não pode mais dar opinião, não pode mais colocar os valores acima de tudo, os valores da família", afirmou, já no vídeo do suposto pedido de desculpa.

Logo após o anúncio do Minas, Souza confirmou a demissão. "Agradeço aos meus companheiros, à comissão técnica, ao meu fisioterapeuta, ao meu diretor, à presidência e aos sócios por tudo. Sigo meu caminho plantando o que acredito, meu legado continua! O que deixarei para meus filhos e netos é o que conta no final."

Apoiador do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com quem se encontrou recentemente em Brasília, o central tem um histórico de declarações e publicações consideradas homofóbicas. "Puta que o pariu, impressionante, né? Tudo é homofobia, tudo é feminismo", disse Bolsonaro, em defesa do jogador, horas antes da divulgação da rescisão.

Maurício Souza, quando ainda era atleta do Minas Reprodução

Àquela altura, o caso já havia tomado uma proporção grande. O texto sobre o Super-Homem bissexual foi publicado por Maurício em 12 de outubro. Houve, então, uma espécie de discussão virtual com Douglas Souza, seu companheiro de seleção brasileira na última edição dos Jogos Olímpicos e membro da comunidade LGBTQIA+.

"Engraçado que eu não virei heterossexual vendo super-heróis homens beijando mulheres", escreveu Douglas, que hoje joga no voleibol italiano. "Hoje em dia, o certo é errado, e o errado é certo... Não se depender de mim. Se tem que escolher um lado, eu fico do lado que eu acho certo! Fico com minhas crenças, valores e ideias", respondeu Maurício.

Novas publicações foram feitas, o que incomodou bastante os patrocinadores do Minas Tênis Clube. O time foi pressionado a se posicionar e o fez duas semanas após a publicação original sobre o Super-Homem. A cobrança aumentou, e Maurício deixou claro que não deixaria de apresentar o seu ponto de vista.

"Assim como vocês defendem aquilo em que vocês acreditam, eu também tenho o direito de defender aquilo em que eu acredito. Certo? E precisamos brigar por isso", afirmou. "Os valores de vocês a gente tem que respeitar a qualquer custo ou a gente é tachado como homofóbico, como preconceituoso. Eu não concordo com isso."

Aplaudido por Bolsonaro, Souza recebeu reações majoritariamente negativas no mundo do vôlei. A central Carol Gattaz, que atua no time feminino do Minas Tênis Clube e é bissexual, foi uma das vozes que se levantaram em reação às frases do jogador, cobrando respostas firmes por parte do clube e da sociedade.

"Enquanto mascaram esse preconceito como forma de opinião, as pessoas são mortas nas ruas. Liberdade de expressão é uma coisa. Mas, se sua opinião oprime, mata, limita a existência do outro, você não é livre para expressá-la. Não é. É crime. Está na lei", disse Gattaz.

Maurício, por fim, mostrou-se tranquilo a respeito do prosseguimento de sua carreira. Ainda no vídeo da suposta retratação, antes do anúncio do seu desligamento do Minas, ele já previa que teria de buscar uma nova equipe. "Eu jogo é porque sou competente, assim como homossexuais jogam porque são competentes, não porque são homossexuais, certo?", afirmou.

Na seleção brasileira, porém, já não parece haver espaço para Maurício. O técnico Renan dal Zotto disse ao jornal O Globo ter se informado sobre o caso e ficado "decepcionado". "É inadmissível essa conduta. Em se tratando de seleção brasileira, não tem espaço para profissionais homofóbicos."

Atletas e federações se unem contra presidente da confederação de surfe

João Gabriel

SÃO PAULO Enquanto o surfe brasileiro vive seu momento de maior glória, com título olímpico e mundial, atletas, paratletas, federações estaduais e membros do corpo técnico desse esporte pressionam pelo fim da gestão do atual presidente da Confederação Brasileira de Surf (CBSurf), Adalvo Argolo, 59.

Também foi determinado que um novo pleito fosse realizado e que novas comissões, independentes, fossem criadas. O problema é que, sete meses depois da ordem, ainda não há uma data para a eleição. A comissão eleitoral diz que Argolo é o responsável pela convocação, mas ele afirma que o grupo é que tem o poder para tal.

Enquanto segue o impasse, já que a Justiça não impôs prazo para nova votação, Argolo se mantém no cargo.

Por isso, em setembro, 12 das 15 federações estaduais de surfe publicaram manifesto contra a atual gestão e clamando por novas eleições.

No mês seguinte foi a vez dos profissionais de equipes técnicas (como juízes, árbitros, locutores, seguranças, operadores de sistema, profissionais da comunicação e outros), reunirem mais de 70 assinaturas.

Já paratletas do surfe adaptado afirmam que foram impedidos, pela gestão de Argolo, de se candidatar para a comissão de atletas. Para pleitear um posto na comissão, a confederação exige a participação em competições nacionais nos últimos dois anos. Os atletas, porém, reclamam que a entidade não organizou nenhuma competição de parasurfe nesse período.

Argolo foi eleito pela primeira vez em 2010. Venceu o pleito de 2020, anulado pela Justiça, e deve ser novamente candidato —votam as federações e a comissão de atletas.

Além da falta de transparência no processo de escolha das comissões eleitoral e de atletas —esta última deveria ser escolhida pelos surfistas, que alegam descumprimento no rito—, federações consideradas de oposição à gestão Argolo reclamam de terem sido impedidas de votar em razão de pendências delas com a entidade, não explicadas.

O presidente da comissão eleitoral no pleito do ano passado era Marcelo Franklin, advogado de Argolo. O local designado no edital para entrega de documentos relativos à eleição estava errado, reclama a chapa de oposição: não era a sede da CBSurf, mas uma empresa de consultoria sem relação com o pleito.

Também há problemas na prestação de contas da entidade nos últimos anos, que impedem a confederação de receber recursos públicos.

O balanço financeiro mais recente no site da entidade é de 2019, assim como o último relatório de gestão e o parecer do conselho fiscal referentes às contas da instituição. O documento sobre destinação de recursos é de 2018. No portal de transparência da confederação, na parte de informações sobre remuneração, há só um cargo listado: o de presidente, com salário de R$ 13 mil.

Procurada, a CBSurf respondeu que todos os seus funcionários são terceirizados, que as contas de 2020 foram aprovadas em reunião do Conselho Fiscal na última segunda (25) e que não era possível publicar o balanço financeiro do período antes disso. No entanto, não foi dada uma data de publicação para o documento.

Sem prazo da Justiça, Argolo se mantém no cargo amparado por artigo do estatuto da CBSurf que diz que "o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente durará de sua posse até a passagem oficial do cargo ao seu substituto".

A CBSurf diz que "não tem autonomia para convocar eleições", que cumpre todas as solicitações da comissão eleitoral e que esta é quem deveria organizar o novo pleito.

Em documentos, a comissão cobra de Argolo (o mais recente no último dia 20) a realização de um novo processo eleitoral. O colegiado não respondeu aos contatos da reportagem para comentar a nota da confederação.

Teco Padaratz, que será candidato à presidência pela oposição, afirma que Argolo agora tenta postergar a eleição até, pelo menos, 1º de janeiro de 2022. Isso porque a atual comissão de atletas tem um mandato tampão, que expira em 31 de dezembro deste ano.

"Se ele enrolar para depois de dezembro, ele pode usar o argumento de que essa comissão não tem legitimidade e precisa eleger uma nova. Se entendermos que há essa má fé, iremos à Justiça. Queremos uma eleição justa e transparente", explica Vantuil Gonçalves, advogado do escritório Trengrouse e Gonçalves, que representa as federações.

Para Padaratz, quem sente o prejuízo dessa situação são os surfistas. Na gestão Argolo, por exemplo, o Brasil já ficou de fora de competições internacionais por falta de verba e documentação.

Medina e Italo reclamam que não há torneios de base fortes como quando eles competiam no país e que o circuito brasileiro está desprestigiado.

Na nota enviada à reportagem, a CBSurf afirma haver "oportunistas políticos" tentando "descredibilizar a gestão" Argolo. "Está em curso uma campanha de difamação contra a nossa gestão, que está sendo gloriosa para o surfe nacional. O surfe brasileiro nunca obteve tanta projeção nacional e internacional."

Nikão, do Athletico, comemora um dos dois gols que fez na vitória contra o Flamengo Delmiro Junior/Photo Premium/Agência O Globo

Athletico deixa Flamengo em crise e avança à final

FLAMENGO 0
ATHLETICO 3

SÃO PAULO O Athletico estabeleceu uma crise no Flamengo, que já era criticado pelo desempenho e agora está eliminado da Copa do Brasil. A equipe paranaense teve uma noite muito feliz, na quarta (27), no Rio de Janeiro, venceu por 3 a 0 e avançou à decisão.

Os gols de Nikão (2) e Zé Ivaldo credenciaram os comandados de Alberto Valentim a enfrentar o Atlético-MG na final, nos dias 12 e 15 de dezembro. E fizeram o técnico dos donos da casa, Renato Gaúcho, ouvir estridentes e impublicáveis xingamentos dos torcedores presentes no Maracanã.

Na outra semifinal, o Atlético-MG avançou com facilidade. Depois encaminhar sua classificação com uma goleada por 4 a 0 no jogo de ida, em Belo Horizonte, confirmou a vaga fazendo 2 a 1 no Fortaleza, na capital cearense, gols de Diego Costa e Hulk. Romarinho descontou.

Já o lado rubro-negro da chave teve mais equilíbrio, ao menos na primeira meta. O duelo começou com um empate por 2 a 2 em Curitiba, na semana passada.

No Rio, os visitantes foram mais organizados e construíram boa vantagem ainda na etapa inicial, com dois gols de Nikão. O primeiro saiu aos dez minutos, de pênalti, e o segundo, já nos acréscimos, aos 52, após contra-ataque.

Houve vaias nas arquibancadas, como reflexo da fase ruim do time dirigido por Renato Gaúcho. A um mês de disputar a final da Libertadores com o Palmeiras, no dia 27 de novembro, o Flamengo amarga uma desclassificação e chega ao quarto jogo seguido sem vencer, entre partidas pelo Brasileiro e pela Copa do Brasil.

Pai de Ayrton Senna morre em São Paulo, aos 94

SÃO PAULO Milton da Silva, pai de Ayrton Senna, morreu nesta quarta (27), em São Paulo, aos 94 anos. A informação foi divulgada pelo perfil da família do ídolo no Instagram. "Causas naturais" foram a causa da morte de Milton, que deixa a esposa Neyde Joanna Senna e os filhos Viviane e Leonardo.

Presente na carreira de Ayrton desde cedo, Milton se dividia entre a família, as corridas do piloto e a empresa metalúrgica que fundou.

Santos supera o Fluminense e sai da zona de rebaixamento

SANTOS 2
FLUMINENSE 0

SÃO PAULO O Santos iniciou bem, nesta quarta-feira (27), uma dura sequência que vive na tentativa de escapar do rebaixamento no Campeonato Brasileiro. Na Vila Belmiro, o time dirigido por Fábio Carille venceu o Fluminense por 2 a 0 e deixou o grupo dos quatro últimos colocados.

Madson e Diego Tardelli, que marcou o primeiro gol dele com a camisa alvinegra, definiram o placar. Foi apenas o sétimo triunfo da equipe praiana em 28 jogos no Nacional. Com 11 empates e 10 derrotas, soma agora 32 pontos e ocupa a 16ª posição, três pontos acima do Juventude, o 17º, com 29.

No próximo sábado (30), o time de Carille vai enfrentar o Athletico, o 12º. Depois, terá mais três jogos em sequência contra rivais que hoje figuram na primeira metade da tábua de classificação — Palmeiras, Red Bull Bragantino e Atlético-GO.

50 anos do grito parado no ar

Não que o "Galoooo" desaparecera; mas desde 1971 ficou preso no fundo d'alma

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Não há no Brasil um grito de torcida tão impressionante como o da torcida do Atlético Mineiro na câmara acústica do Mineirão.

O "Galoooo" sai da garganta, gutural, mas, na verdade, vem do fundo d'alma, sofrido, mistura de incentivo e sofrimento, da massa que exala confiança e, ao mesmo tempo, sentimento de povo perseguido.

Perseguido pelos juízes, pelas traves, pelas botinas adversárias, pela injustiça esportiva, tantas e tantas vezes próximo da felicidade e impedido do desabafo final.

O grito primal!

O que liberta a dor mais profunda e a transforma no orgasmo da conquista libertadora, para sempre.

O país o conheceu em 1971, no Maracanã, quando a vitória sobre o também alvinegro Botafogo concedeu ao Atlético o primeiro título do campeonato chamado Brasileiro também pela primeira vez.

Dádiva e praga porque, depois, nunca mais.

Querem os deuses dos estádios que a graça volte a ser concedida 50 anos depois.

Não que o "Galoooo" tenha emudecido durante meio século, pois ecoado pelo continente americano em 2013, quando canonizou São Victor, ou na Copa do Brasil do ano seguinte, a mais épica das conquistas do torneio, ao vencer o Palmeiras, virar jogos impossíveis contra Corinthians e Flamengo e derrotar o arquirrival Cruzeiro na final.

Só o torcedor sabe sem saber o que são certos sentimentos inexplicáveis.

Uma Libertadores não vale mais que o Campeonato Brasileiro?

Pode ser que sim, pode ser que não e, no caso atleticano, não. Definitivamente, não!

Porque quem ganhou o primeiro não pode ter ganhado o único, ou o último. E é só por isso que o segundo será o maior de todos os títulos. O que virá depois importa, e muito, mas não importa nada.

Vale curtir agora cada uma das 11 derradeiras rodadas, saborear lentamente cada passo até o grito final, gutural, primal.

Porque uma das qualidades do campeonato em pontos corridos é a que permite ir sentindo o gosto aos poucos, sem o desespero do mata-mata, matar ou morrer, tudo ou nada, êxtase ou desgraça.

Como explicar o inexplicável? Como o corintiano mais vivido convence o mais jovem que o título estadual de 1977 é mais importante que todos os que se seguiram, mais importante até que o do Brasileiro de 1976, que poderia ter vindo em Porto Alegre, depois da histórica invasão do Maracanã?

Pois o bicampeonato nacional do Atlético será mais importante do que seria o bi continental, perdido de maneira inédita, invicto.

Renato, Humberto Monteiro, Grapete, Vantuir e Oldair, Vanderlei, Humberto Ramos, Ronaldo, Lola, Dario e Tião, os campeões de 1971, além de Beto, Spencer e Cincunegui, comandados pelo inatacável Telê Santana, encontraram seus sucessores. Em Everson, Mariano, Junior Alonso, Nathan Silva, Guilherme Arana, Nacho Fernández, Zaracho, Allan, Hulk, Keno, Savarino, Diego Costa, Vargas, Rafael, Réver, Igor Rabello, Guga, Dodô, sob a batuta de Cuca —este ainda deve pedido de desculpas às mulheres do planeta.

Ao cabo de 2021, seja quem for o campeão da Copa do Brasil, e da Libertadores, ninguém terá dúvida de que o melhor time da temporada vive em Belo Horizonte, capital das Minas Gerais.

Pode ser que alguém ache a coluna precipitada, porque em futebol tudo pode acontecer como, de fato, pode.

Então, restará ao autor dizer que o "Galoooo" preso mais um ano se libertará em 2022, junto com o Brasil.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | **SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo** | SÁB. Marina Izidro

Mouratoglou vê futuro de Serena incerto e conta como é treiná-la

Treinador desde 2012 da americana multicampeã do tênis defende Tsitsipas, 'coaching' e mudanças no esporte

ENTREVISTA
PATRICK MOURATOGLOU

Daniel E. de Castro

SÃO PAULO Há quase uma década como técnico de Serena Williams, Patrick Mouratoglou, 51, já teve conversas duras com a tenista, viveu muitos momentos especiais ao seu lado e sofreu com derrotas doloridas. Também viu de perto como uma das maiores atletas de todos os tempos levou seus feitos além do tênis.

Enquanto a americana de 40 anos e vencedora de 23 torneios do Grand Slam —recorde da era aberta e um a menos do que Margaret Court— se recupera de uma lesão e não tem data prevista para voltar às quadras, Mouratoglou está pela primeira vez no Brasil.

O francês palestrou em evento do banco BTG e participou de ações com clientes. No país, também aproveitou para viajar a lazer e bater bola com celebridades, como Ronaldo e o cantor Thiaguinho.

Na última sexta (22), ele recebeu a reportagem da **Folha** para esta entrevista, na qual relembrou momentos marcantes da parceria desde 2012 com Serena, comentou as críticas recebidas por Stefanos Tsitsipas —cuja carreira supervisiona— e suas visões sobre o futuro do tênis, além dos planos para a Mouratoglou Academy, um dos principais centros de treinamento do esporte no mundo.

*

Nicolas Tucat - 23.set.21/AFP

Patrick Mouratoglou, 51
Francês de ascendência grega, o treinador trabalha com Serena Williams desde 2012 e participou de 10 conquistas de Slams com a americana. Atualmente, supervisiona as carreiras de Stefanos Tsitsipas e Coco Gauff e comanda a Mouratoglou Academy, na Riviera Francesa

Com você sintetiza a experiência de trabalhar com Serena Williams? É uma honra, claro. Acho que ela personifica como ninguém os valores de alto nível. É incrivelmente ambiciosa, tem uma ótima autoestima, põe a barra muito alta nos treinamentos e se recusa a baixá-la. Eu a ajudei a atingir o que ela queria atingir e ela me ajudou muito a crescer como um treinador de tênis.

Você conta que teve uma conversa honesta e dura com ela logo no início da parceria. Foi um momento decisivo para a relação? Acho que ela gostou do fato de eu ter sido capaz de dizer a verdade, porque as pessoas têm medo de dizer a verdade para grandes estrelas. Eu não tive medo e ela me respeitou muito por isso. Eu disse logo no começo que o desempenho dela estava baixo, que ela já havia feito muito melhor no passado e que não é aceitável ser OK quando você é excepcional. Então colocamos a barra mais alta.

Quais foram os momentos mais especiais e os mais duros da sua trajetória com Serena? O mais especial foi Wimbledon-2012, o primeiro título de Grand Slam em que estive como treinador. Quando começamos, ela não ganhava um Grand Slam havia dois anos e tinha perdido na primeira rodada de Roland Garros. Eu pude sentir olhando para ela que, em termos de emoção, era quase como se tivesse ganhado o primeiro Grand Slam. E logo depois ela conquistou a medalha olímpica em simples e duplas jogando de uma maneira inacreditável. A derrota mais difícil foi a que ela sofreu na semifinal do US Open-2015 para Roberta Vinci. Se vencesse o torneio ganharia os quatro [Slams] no mesmo ano e cinco em sequência. Foi muito inesperado e difícil. Estava a duas vitórias de fazer história.

O que você aprendeu com Serena fora das quadras, dado seu papel de ícone em lutas feministas e antirracistas? Ela nunca teve medo de falar alto onde outras pessoas não fazem isso. Sempre defendeu as pessoas negras e abriu portas. Se você olhar para o tênis nos EUA hoje há muitas mulheres negras jogando, e isso graças a Serena e Venus [Williams], que abriram portas. Ela também projeta a imagem de uma mulher que é uma ótima mãe e uma mulher trabalhadora, com muitas responsabilidades no esporte e nos negócios. Ela personifica e representa muitas coisas e por isso é muito mais do que tênis.

O que ainda podemos esperar de Serena em quadra? É uma boa pergunta, e eu não sei a resposta para ela. Não sei quanto ela quer estar de volta numa quadra de tênis, quanto quer ganhar mais Grand Slams, quanto está preparada para colocar isso como sua prioridade número um. Eu não sei e não estou certo de que ela saiba. Ela no momento está pensando no que quer para o futuro.

Stefanos Tsitsipas foi bastante criticado recentemente por longas pausas para ir ao banheiro quando as partidas não estão boas para ele. Existem limites sobre o que se pode fazer mesmo dentro do permitido pelas regras? Se você joga dentro das regras, para mim não há problema. Todos os jogadores, quando estão em quadra, pensam em vencer. Não pensam se o oponente gosta ou não gosta do que ele está fazendo. Rafa [Nadal] leva muito tempo antes de sacar. Ele faz isso contra o oponente? Não. Faz isso porque para ele é bom. Andy Murray leva muito tempo entre o primeiro e o segundo saques. Se a pausa para o banheiro, demorar entre os saques, andar devagar ou rápido ajudarem, mesmo se o seu oponente não gostar, está bem, porque é a regra. O problema com as pausas para o banheiro é que a regra não é clara o suficiente. Eles têm que colocar uma regra, não sei, três minutos e não mais. E aí não haverá discussão. Para o público não deveria ser muito longa [a pausa]. Mas você não pode culpar um competidor por fazer algo que o faz se sentir bem em quadra.

Outra discussão recorrente sobre mudanças de regras é permitir que o técnico possa orientar o jogador em quadra, o chamado "coaching". Por que você defende essa permissão? Primeiro, porque no circuito a imensa maioria faz isso o tempo todo e é tolerado, os árbitros de cadeira sabem disso e deixam. Se existe uma regra e ela não é respeitada, ou você a faz ser respeitada ou a regra não existe. Para mim, ter uma regra que não é respeitada não faz sentido. Segundo, porque é bom para os fãs, para o show. Em outros esportes, o momento de "coaching" é muito importante, um momento emocionante, em que você entende melhor a estratégia, vê a interação entre jogadores e técnicos e há algumas conversas estimulantes que são motivadoras.

[Na final do US Open de 2018, uma orientação passada por Mouratoglou a Serena provocou enorme discussão entre a americana e o árbitro de cadeira, Carlos Ramos, levando a punições para a tenista por mau comportamento.]

Em 2020, você organizou o Ultimate Tennis Showdown, uma liga com regras diferentes para o placar e alusão a elementos de e-Sports. Por que o tênis precisaria dessas mudanças, ele está chato? Não. Eu amo o tênis da forma como ele é. Não é um julgamento do tênis. Todo ano a média de idade dos fãs aumenta. Essas pessoas [mais jovens] não consomem conteúdos com formatos longos, lentos, com muitos momentos de inatividade, que não sejam imersivos ou autênticos. Acho que temos que ter duas ligas diferentes. Uma para os fãs tradicionais, com ATP, WTA e Grand Slams, e outra muito mais moderna e emocionante para as novas gerações. Acho que o UTS seria perfeito, porque se as pessoas jovens começarem a amar tênis pelo UTS talvez depois irão assistir também a ATP, WTA e Grand Slams.

Além de treinador, você comanda a Mouratoglou Academy, com sedes na França, Grécia e em Dubai. Como funcionam essas unidades? A Mouratoglou Academy no sul da França é um centro de treinamento, onde temos programas de tênis e escolares. São 200 estudantes em tempo integral na academia, que vivem lá e podem ter um modelo escolar francês ou americano. Quando você joga tênis num bom nível, todos os dias tem que controlar o estresse, competir, lutar, trabalhar duro e personificar os valores que foram passados. Não é a teoria, é real, então funciona como um bom complemento para a educação clássica. E também fazemos muitos campos de treinamento para pessoas de diferentes idades e famílias ao longo do ano. O que fazemos em Dubai e na Grécia é operar em grandes resorts. Cuidamos dos clientes deles para que tenham uma experiência pessoal de tênis, mas as pessoas vão lá a lazer e também podem jogar. Na Mouratoglou Academy a razão número 1 é o tênis.

Esta terra ainda vai se tornar um imenso Portugal

FOLHA, 100
COMO CHEGAR BEM AOS 100

Alexandre Kalache
Médico gerontólogo, presidente do Centro Internacional de Longevidade no Brasil (ILC-BR)

Acabei de chegar a Lisboa. É a minha primeira viagem depois de quase dois anos em confinamento rigoroso. Fico dois dias aqui e sigo para Madri, onde estarei por mais dez, cumprindo a quarentena até meu destino, Londres.

Estou ansioso para chegar lá, abraçar e beijar meus filhos e netas e conhecer o Dylan, meu neto nascido em plena pandemia. O trabalho continuará em modo remoto, afinal, já não importa onde estejamos, para nós, os privilegiados do mundo virtual, basta estar atento à diferença de fuso horário.

Minha primeira visita a Portugal foi há 45 anos. Quantas mudanças! Sento-me na varanda de um café longe dos pontos turísticos, observando o ir e vir de gente.

Conheci Portugal ainda muito pobre. A expectativa de vida ao nascer era a mais baixa da Europa ocidental, 67 anos. Em 2019, subiu para 82 anos e se tornou uma das mais altas. No Portugal que primeiro visitei, grassava tuberculose e a mortalidade infantil era a mais alta dos países do OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

As marcas ainda podem ser observadas hoje. Olho de novo à minha volta. Os mais velhos são baixinhos, atarracados. Seus netos, altos e fortes. Nenhuma diferença genética que explique, os mais jovens apenas não sofreram na infância e adolescência a subnutrição como seus avós.

Conheci um Portugal que exportava gente. Naquela época, na Suíça, na França e na Alemanha, eram os imigrantes portugueses que nos serviam em restaurantes e hotéis, ou limpavam as ruas e toilettes públicos. Migravam também para Canadá, EUA. Até o Brasil ainda os atraía.

As taxas de analfabetismo absoluto ou funcional seguem presentes entre os mais idosos, que tinham com frequência 8, 10 ou mais filhos. Hoje a taxa de natalidade está muito abaixo da reposição. Falta gente. O país é agora um destino cobiçado pelos imigrantes internacionais, que digamos nós, brasileiros.

Portugal retrata a revolução da longevidade. Para ela, contribuíram a ênfase no ensino público, a implementação de um sistema universal de saúde (moldado, como o combalido SUS, no sistema britânico), combate à desnutrição e a modernização com a entrada na União Europeia. E às vacinas que antes não existiam.

Enquanto tomo meu expresso com um pastel de nata de comer ajoelhado, observo três idosos que, quase certamente, foram vítimas da poliomielite. São da minha geração, quando ainda não existiam as vacinas Salk e Sabin.

Era pura roleta russa: todos se infectavam, alguns morriam, a maioria passava ilesa enquanto outros desenvolviam a temida e então chamada paralisia infantil.

Outras vacinas se somaram, coqueluche, rubéola, pneumococo, gripe, meningite, hepatite A e B, HPV (vírus papiloma), varicela (herpes zoster). E há ainda quem negue os benefícios das vacinas, como constatamos no Brasil com a Covid-19. Até quando perdurarão o negacionismo e a falta de letramento científico?

Em 1973, Chico Buarque compôs "Fado Tropical", com um trecho declamado pelo cineasta e escritor moçambicano radicado no Brasil Ruy Guerra. Eles driblavam a censura dos anos de chumbo e antecipavam a Revolução dos Cravos do ano seguinte.

Na letra, vaticinavam: "Ai, esta terra ainda vai cumprir o seu ideal. Ainda vai tornar-se um imenso Portugal". Ora pois, que assim seja!

+ Seção discute questões da longevidade

A seção Como Chegar Bem aos 100 é dedicada à longevidade e integra os projetos ligados ao centenário da **Folha**, celebrado neste ano de 2021. A curadoria da série é do médico Alexandre Kalache, ex-diretor do Programa Global de Envelhecimento e Saúde da OMS (Organização Mundial da Saúde).

NOVA DELHI, CAPITAL INDIANA, ULTRAPASSA A MARCA DOS 1.000 CASOS DE DENGUE EM 2021 COM 665 SÓ EM OUTUBRO
Para especialistas, alta é comum no período seguinte às chuvas; autoridades fazem fumigações para matar o mosquito vetor da doença Anushree Fadnavis/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
28.out.1921

Estados Unidos cobram Portugal após vários assassinatos de líderes

A situação política em Portugal é muito mais grave do que pode deixar supor a calma relativa que reina no país depois da série de assassinatos de líderes portugueses.

Os EUA fizeram sentir ao presidente de Portugal, António José de Almeida, a necessidade de mandar prender o assassino de Sidónio Pais, morto em 1918 quando era presidente. Acredita-se que a impunidade daquele crime tenha encorajado os grupos que mataram o ex-presidente do conselho dos ministros (premiê) António Granjo e outros líderes no dia 19 de outubro.

Diplomatas de vários países ameaçaram o envio de forças estrangeiras a Lisboa.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM **acervo.folha.com.br**

A velhofobia está cada vez mais cruel

Precisamos aprender a arte de 'escutar bonito' em tempos de ódio, intolerância e ignorância

Mirian Goldenberg
Antropóloga, professora da UFRJ e autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Achei muito estranho quando uma amiga me perguntou: "Por que você está tão triste? O que está acontecendo? Por que você não está fazendo terapia?"

Tive vontade de gritar: "Como assim, o que está acontecendo? Em que mundo (ou em que bolha) você vive?"

Foi ainda pior quando ela perguntou: "Por que você não faz uma plástica? Parece que você envelheceu vinte anos na pandemia. Você está muito velha e acabada!"

Meu primeiro impulso foi responder que tristeza e velhice não são doenças e que, por isso mesmo, não tem cura. Já fiz análise ininterruptamente dos 21 aos 45 anos e não consegui me curar da tristeza, nem da ansiedade excessiva ou dos meus medos mais profundos. Não quero continuar ruminando os traumas da minha infância infeliz e violenta, especialmente agora.

No entanto, percebi que estou experimentando um intenso processo terapêutico.

Já contei aqui que, desde 15 de março de 2020, dedico muitas horas do meu dia só para escutar os nonagenários. Adoro quando eles me chamam de "escutadora dos velhinhos".

"Escutar bonito" meus amigos — especialmente o Guedes, de 98 anos, e a Thaís, de 96 —, é a minha melhor terapia. Eles me ajudam a me curar do pânico e do desespero com seus conselhos generosos e amorosos, com as poesias e as músicas que cantam para mim, e, especialmente, com suas risadas gostosas. Eles me ensinam a ter mais coragem, paciência e equilíbrio para lidar com pessoas tóxicas e egoístas e para deletar os parasitas e vampiros emocionais da minha vida. Eles me mostram os caminhos para me adaptar a uma cruel realidade, para continuar focada nos meus propósitos de vida, para ter alegria e gratidão por viver um dia de cada vez com tudo o que faz bem. Eles me provam, todos os dias, que não estou sozinha na minha dor e sofrimento.

Se "escutar bonito" é terapêutico, escrever é ainda mais. Desde os meus 16 anos, passo muitas horas do meu dia só escrevendo. Tornei-me antropóloga para pesquisar a cultura brasileira, pois preciso da escuta e da observação da realidade para conseguir escrever. Não sei escrever ficção.

Escrevo e reescrevo inúmeras vezes minhas colunas para a Folha, com o desejo de dizer algo que seja relevante e — quem sabe? — também bonito. Passo dias buscando uma questão que aponte algum caminho de libertação dos nossos medos, sofrimentos e prisões. Procuro mostrar que grande parte dos nossos sofrimentos não é um fracasso pessoal, mas resultado de uma cultura que nos aprisiona em determinados modelos de sucesso, beleza e felicidade.

Tive um momento de Eureka quando percebi que meu processo terapêutico é baseado em dois verbos que começam com a letra "e": escutar e escrever. Mas tem um terceiro "e" importante: existir.

"Escutar bonito" está me ajudando a cuidar dos meus amigos e amores; escrever está me desafiando a ter coragem de ser o máximo e o melhor de mim mesma. Escrever não é o que eu faço; escrever é o que eu sou.

Foi uma pequena epifania: estou fazendo a autoterapia do "És"!

E o que é "És", além da segunda pessoa do singular do presente do indicativo do verbo ser? O mesmo que existes, vives, fazes, relacionas, significas, representas.

Lembrei-me então do célebre pensamento de Nietzsche: "Torna-te quem tu és!"

Quando ainda estava impactada com a descoberta da autoterapia do "És", fiquei muito emocionada quando o querido Jairo Marques fez uma sensível entrevista comigo: "A velhofobia escancarou e saiu do armário" e ainda escreveu uma linda coluna no "Assim como você" lançando a campanha dos meus sonhos "Escute o seu velho".

Eu tenho um sonho que um dia todos os brasileiros irão "escutar bonito" os mais velhos e que iremos viver em uma nação em que as pessoas não serão julgadas pelas rugas da sua pele e sim pela beleza da sua alma. Livres, somos livres enfim!

Querido Jairo, o que podemos fazer para a nossa campanha "Escute bonito os mais velhos" viralizar?

ilus

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2021 C1

A arte de saber esperar

Teatro Oficina volta a receber o público com a peça 'Paranoia', e Zé Celso estrela os filmes 'Esperando Godot' e 'Fédro', em que aparece pelado com Reynaldo Gianecchini

> **'Godot' é uma peça messiânica, porque eles vivem esperando Godot, que nunca vem e eles continuam esperando. Eu 'desmessianizei' a peça. Não sei se vão admitir**
>
> **Zé Celso**
> ator, diretor e dramaturgo, sobre sua versão para 'Esperando Godot'

Zé Celso, fundador do Teatro Oficina, durante ensaio de 'Paranoia', monólogo de Marcelo Drummond que marca a reabertura do local ao público Karime Xavier/Folhapress

Nelson de Sá

SÃO PAULO O Teatro Oficina reabre nesta quinta-feira, dia em que celebra o aniversário de 63 anos da companhia, depois de um ano e nove meses fechado pela pandemia. Além da peça "Paranoia", estreia em seguida "Esperando Godot", filmado no próprio teatro, em junho passado, para o streaming. E, depois, em dezembro, "Fédro", com Zé Celso como ator e filmado antes da pandemia, chega ao Star+.

"Está tudo voltando, eu saquei isso e fiquei nervoso, excitado", diz Zé, de 84 anos. "O teatro já lotou, todos os dias. Fico assustado como as pessoas compraram ingressos. Eu ainda estou pulsando em outro ritmo. Tenho que me conter, se não o coração explode."

"Paranoia", monólogo com Marcelo Drummond, faria cinco e agora fará nove apresentações, num "teste sanitário".

"As pessoas estão doidas para sair de casa", diz o ator. "E quem conhece o Oficina sabe que é mais seguro, porque abre janelas, aquela porta de vidro imensa, o teto." As apresentações vão oferecer a ventilação e exigir cartão de vacinação e uso de máscaras.

A peça foi encenada por Drummond do livro de mesmo nome, de Roberto Piva, que morreu em 2010, pouco antes de ela estrear. O poeta foi amigo de Zé desde a pré-adolescência, quando passava férias e Carnaval em Araquarara, no interior paulista, e também de sua irmã Lala.

"Nos conhecemos na piscina, garotos", diz Zé. "E voltamos a ser amigos em São Paulo. Ele me ligava, me dava aulas pelo telefone, tinha uma cultura enorme. Era um excelente professor, mas andou cantando os alunos e foi expulso."

Zé dedicou a Piva a primeira montagem de "Mistérios Gozosos" e acrescentou versos dele ao espetáculo "Ela", que protagonizou. "Eu sou uma metralhadora em estado de graça/ Eu sou a pomba-gira do Absoluto", dizia, em trecho acrescentado a "Paranoia".

O monólogo, resume Drummond, "é um poeta em São Paulo, uma São Paulo que crescia loucamente, movimentada", quando Piva escreveu, no início dos anos 1960.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

SIMPLES LEMBRANÇA

O empresário Paulo Marinho afirma que não houve ameaça a Jair Bolsonaro no vídeo que ele divulgou na quarta (27) para responder a ataques do presidente.

LEMBRANÇA 2 Mais cedo o filho dele, André Marinho, fez perguntas ásperas a Bolsonaro em um programa de rádio. O presidente respondeu afirmando que "o teu pai quer a cadeira do Flávio Bolsonaro [Marinho integrou a campanha de Bolsonaro e foi eleito suplente do senador]".

LEMBRANÇA 3 Em sua resposta, Marinho citou o ex-ministro Gustavo Bebianno, um dos homens fortes da campanha de 2018 e com quem Bolsonaro acabou rompendo. Bebianno morreu em 2020. Paulo Marinho era seu confidente.

LEMBRANÇA 4 "Você lembra do nosso amigo Gustavo Bebianno?", perguntou o empresário, dirigindo-se a Bolsonaro. "Quando você estiver chorando no banheiro do Palácio [da Alvorada, residência oficial do presidente], lembra dele [do Bebianno], capitão. Ele não te esqueceu", seguiu o empresário. "Não teve ameaça alguma na minha fala", diz Paulo Marinho à coluna.

LEMBRANÇA 5 Ele afirma que apenas se recordou de Bebianno, que era espírita. "A fé dele me impressionava muito. E eu tenho certeza de que a alma do Bebianno ainda está pairando naquele Palácio [da Alvorada]. Talvez seja esse o motivo de Bolsonaro chorar no banheiro daquele palácio assombrado", finaliza ele.

VISITA O ator Sami Outalbali, que interpreta o personagem Rahim na série "Sex Education" (Netflix), vem ao Brasil para participar do Festival Varilux de Cinema Francês, que acontece entre os dias 25 de novembro e 8 de dezembro, em São Paulo.

NA TELA Ele apresentará "Um Conto de Amor e Desejo", da diretora Leyla Bouzid. A produção foi selecionada para a Semana da Crítica de Cannes deste ano e ganhou o prêmio de melhor filme no Festival Du Film Francophone d'Angoulême 2021. No Brasil, o longa tem previsão de estreia para 2022, com distribuição da Bonfilm.

CINE QUEBRADA A CUFA (Central Única das Favelas) fará dois documentários sobre duas das maiores favelas de São Paulo, Heliópolis e Paraisópolis. Moradores das duas comunidades estão na direção: Cláudia Raphael e Guga, na de Paraisópolis, e Laura e Marcivan Barreto, na de Heliópolis. As filmagens começam em novembro.

CINE QUEBRADA 2 Ambas produções da Favela Holding, elas terão como codiretor Jhon Oliveira. "A ideia é que esses documentários sirvam de incentivo para as CUFAs do Brasil inteiro fazerem produções audiovisuais de suas ações. Temos muita história pra contar", diz Preto Zezé, presidente nacional da central.

ESTILO O filme "Fause Haten.doc", que aborda como a pandemia de Covid-19 influenciou o trabalho do estilista Fause Haten, estreia no dia 12 de novembro no Feed Dog Brasil: Festival Internacional de Documentário de Moda. A direção é de Renato Rossi.

À FRANCESA

Fotos Gegê Produções

Gilberto e Flora Gil receberam o ex-ministro francês Jack Lang e sua esposa, Monique Buczynski **1**, no camarim após o show do cantor na Filarmônica de Paris, na segunda (25). Nino e Sereno Gil **2** estavam na plateia do avô. Adriana Calcanhotto **3** abriu o show do baiano

DE OLHO O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) solicitou ao STF (Supremo Tribunal Federal) sua admissão como amicus curiae (amigo da corte) em ação da Fundação Palmares que pede que a corte derrube a decisão da Justiça do Trabalho que afastou Sérgio Camargo da gestão de servidores da Palmares.

DE OLHO 2 O Iara quer acompanhar o processo. O advogado Humberto Adami, diretor do instituto, questiona o uso da estrutura da Advocacia-Geral da União e da própria Palmares em demandas jurídicas, ao mesmo tempo em que não há esforços da instituição em questões como a demarcação de terras quilombolas. "Seria desejável que tivessem essa mesma disposição e energia para atuar nos processos culturais de responsabilidade da fundação", diz Adami.

REALEZA O ator Jude Law será um dos protagonistas de "Firebrand", do diretor brasileiro Karim Aïnouz, ao lado de Michelle Williams. O longa sobre Catarina Parr, última esposa do rei Henrique 8º da Inglaterra, é o primeiro projeto internacional de Aïnouz.

MÃOS DADAS O Sesc-SP e o MAM (Museu de Arte Moderna) de SP fecharam parceria para ações conjuntas. A primeira é a exposição "Ausente Manifesto: Ver e Imaginar na Arte Contemporânea", com 30 obras do museu, no Sesc Mogi das Cruzes (SP), em novembro.

com Lígia Mesquita, Victoria Azevedo, Bianka Vieira e Manoella Smith

A arte de saber esperar

Continuação da pág. C1

Ensaiado a partir de janeiro, "Godot" era para ter sido filmado em fevereiro, mas foi sendo adiado pela diretora Monique Gardenberg diante da Covid. Zé dirigiu Drummond, Guilherme Calzavara, Pascoal da Conceição, Danilo Grangheia e Raphael Moreira via Zoom, no computador que foi sua ligação com o mundo desde março do ano passado.

"Eu trabalhei muito, mas no Macintosh", conta. Iniciou um livro, "A Origem da Tragikomediorgya", e uma adaptação para teatro de "Heliogábalo", que acabou adiando para se dedicar a lives que ajudaram a pagar as contas. Os poucos ensaios de "Godot" no teatro e a filmagem tomaram algumas semanas, em pleno inverno e com portas e janelas escancaradas. "Um frio", diz Zé.

Ele já havia dirigido a peça de Samuel Beckett há 20 anos no Rio de Janeiro, convidado por Gardenberg. Mas a encenação está diferente, "porque a situação é outra". "A primeira fez sucesso, virou comédia, que é o que eu queria. Agora é cômica, mas nem tanto, porque a gente ensaiou muito e entendeu melhor a peça. Fomos descobrindo outras coisas."

Mas ele se recusa a revelar o quê. "É um spoiler que eu não posso dar", diz. "'Godot' é uma peça messiânica, porque eles vivem esperando Godot, que nunca vem e eles continuam esperando. Eu 'desmessianizei' a peça. Não sei se vão admitir."

Depois do teste com "Paranoia", é o espetáculo que Zé quer pôr em cartaz no Oficina, quando o filme já tiver sido exibido o bastante via streaming. "Nós vamos fazer", diz, "mas a encenação vai mudar, porque ficou muito mais bonito no lugar que tem agora lá, que é onde estão as portas de vidro, um portal para o terreno" ao lado, de Silvio Santos.

"Fédro" é o que deixa Zé mais inseguro. Diz que ainda não viu o filme inteiro. "Eu tinha visto logo, muita coisa, e tive um choque", conta. "Detestei, porque me achei muito velho. Aí vi de novo e vi que estava bom. E começou a vir muito elogio, da [atriz] Maria Padilha, agora a [cantora Maria] Bethânia. Comecei a ter outra visão de mim mesmo."

No filme, ele é Sócrates e Reynaldo Gianecchini é Fédro, pelo menos era essa a ideia. "Se passa com os dois indo para o campo, onde se deitam debaixo de uma árvore, conversam sobre o amor, nasce o amor", diz. "Mas o Gianecchini ficou muito esquisito. Teve um momento em que a gente devia deitar na cama, os dois nus. Nossa, demorou para ele tirar a roupa. Afinal ele tirou, mas não encostei nele."

Gianecchini estreou profissionalmente no Oficina, em 1998, em "Cacilda", e no ano seguinte atuou em "Boca de Ouro". O reencontro com o diretor acabou mudando o filme.

"Eu fui improvisando", diz Zé. "Não se falou em sexo, mas em exposição. Eu caí de pau, mas de uma maneira elegante, me veio uma lucidez."

Tanto quanto livros, peças e filmes, o que preocupa o diretor neste momento é uma cirurgia da próstata, que ainda não tem data marcada, mas ocupou suas últimas semanas, entre consultas e exames.

"Estou na fase pré-cirurgia. E é demorado, fiz um exame no Fleury, mais milhares no Prevent Senior. Agora acabei."

Zé acredita que tanta coisa indica que "começou uma nova era". Que "o que fizeram com o equipamento cultural foi um terror", mas não sufocou a cultura. "Eu acho que ela está viva. Eu sinto em mim."

Paranoia
Teatro Oficina - r. Jaceguai, 520, São Paulo. Em 28, 29 e 30 de outubro e 5, 7 e 9 de novembro, às 20h. R$ 100

Esperando Godot
De 5 de novembro a 31 de dezembro, no Sympla Play. R$ 19,99 (pré-venda)

Fédro
Estreia em 15 de dezembro, no Star+

Sonia Ushiyama e Marcelo Drummond durante ensaio de 'Paranoia', que estreia no Teatro Oficina Karime Xavier/Folhapress

Gilberto Braga cutucou feridas da ditadura em 'Anos Rebeldes'

Mesmo pouco politizado, o escritor, morto aos 75, ajudou a Globo a brigar contra a imagem de canal dos militares

ANÁLISE

Laura Mattos

Uma jovem militante de esquerda abre a camisa diante do pai, um banqueiro que apoiava a ditadura, e mostra os seios queimados por cigarro após ter sido presa e torturada. É de perder o fôlego essa cena de "Anos Rebeldes", com Cláudia Abreu e José Wilker, uma das mais poderosas da teledramaturgia brasileira.

Escrita por Gilberto Braga, morto aos 75 anos nesta terça, a minissérie marcou a história da TV ao ter como protagonista uma crítica mordaz ao regime militar. Foi exibida em 1992 pela emissora que, nas passeatas contra a ditadura, havia figurado em cartazes e no famoso grito "o povo não é bobo, abaixo a rede Globo".

A "TV da ditadura", aquela que havia apoiado o golpe e crescido a partir de seus incentivos, tinha também pecados mais recentes à ocasião —a tentativa de omitir as Diretas Já em sua fase inicial e a edição do último debate das eleições de 1989, feita pelo Jornal Nacional, que prejudicou Lula e favoreceu Collor.

Um parêntese se faz necessário —não foi só a Globo. As emissoras, assim como a maior parte da imprensa, se beneficiaram da política de incentivos fiscais do governo e da instalação da Embratel, que facilitou a transmissão do sinal. A televisão era vista como estratégica pelos ditadores, capaz de unificar o território e facilitar o controle político.

A Globo foi a primeira a se tornar uma rede nacional, cresceu mais do que as outras e ganhou poder sem precedentes. Sobrou para ela ser "a TV da ditadura", ainda que, mais do que as concorrentes, tenha dado espaço a críticas políticas, especialmente nas telenovelas, e sofrido pressão via censura. Se até hoje esse é um tema de discussões acaloradas, quando "Anos Rebeldes" foi ao ar, em 1992, a ferida estava ainda mais aberta.

Com a cena das marcas de tortura de Cláudia Abreu, a da morte de sua personagem, metralhada por um militar, e tantas outras, a série teve impacto nunca alcançado pelas diversas iniciativas institucionais da Globo para se reabilitar politicamente, desde tentativas de driblar os fatos e reescrever a história, passando por revisões mais equilibradas e até chegando ao reconhecimento sincero de alguns erros.

Foram o talento de Gilberto Braga e a força da teledramaturgia que combateram, de uma forma inédita, teses simplistas que embasavam o slogan "o povo não é bobo".

A repercussão de "Anos Rebeldes" teve impacto imediato. Ao retratar o movimento estudantil dos anos 1960, engajou jovens nas passeatas que defenderam o impeachment de Collor. Curiosamente, Braga não fazia parte do grupo de esquerdistas que a emissora havia abrigado ao longo da ditadura, sendo o dramaturgo comunista Dias Gomes o mais célebre deles —havia à época, no país, um domínio da arte engajada de esquerda, que teve suas intenções revolucionárias incorporadas e diluídas pela indústria cultural.

No livro "Anos Rebeldes – Os Bastidores da Criação de uma Minissérie", da editora Rocco, Braga diz que foi "totalmente alienado nos anos 1960". Teve a ideia de escrever uma obra sobre a ditadura por considerar que formaria uma trilogia com suas duas produções anteriores, "Anos Dourados", sobre a década de 1950, e a novela "Vale Tudo", um retrato do país pós-ditadura militar.

Pediu ao Boni, diretor da Globo, para trabalhar com o tema, e só conseguiu autorização, em sua avaliação, pelo fato de não ser "nada politizado". "Não acredito que desse sinal verde, por exemplo, para Dias Gomes fazer uma minissérie sobre a época", escreveu.

Enquanto o Brasil enfrentava a ditadura, Braga estava no escurinho do cinema, vendo um filme por dia —a linguagem cinematográfica se tornaria uma grande influência. Dos anos 1960, conhecia a cultura, os costumes, mas precisava entender o contexto político. Três foram suas leituras iniciais, nas quais se baseou para criar a minissérie — "O que É Isso, Companheiro?", de Fernando Gabeira, "Os Carbonários", de Alfredo Sirkis, e "1968 – O Ano que Não Terminou", de Zuenir Ventura.

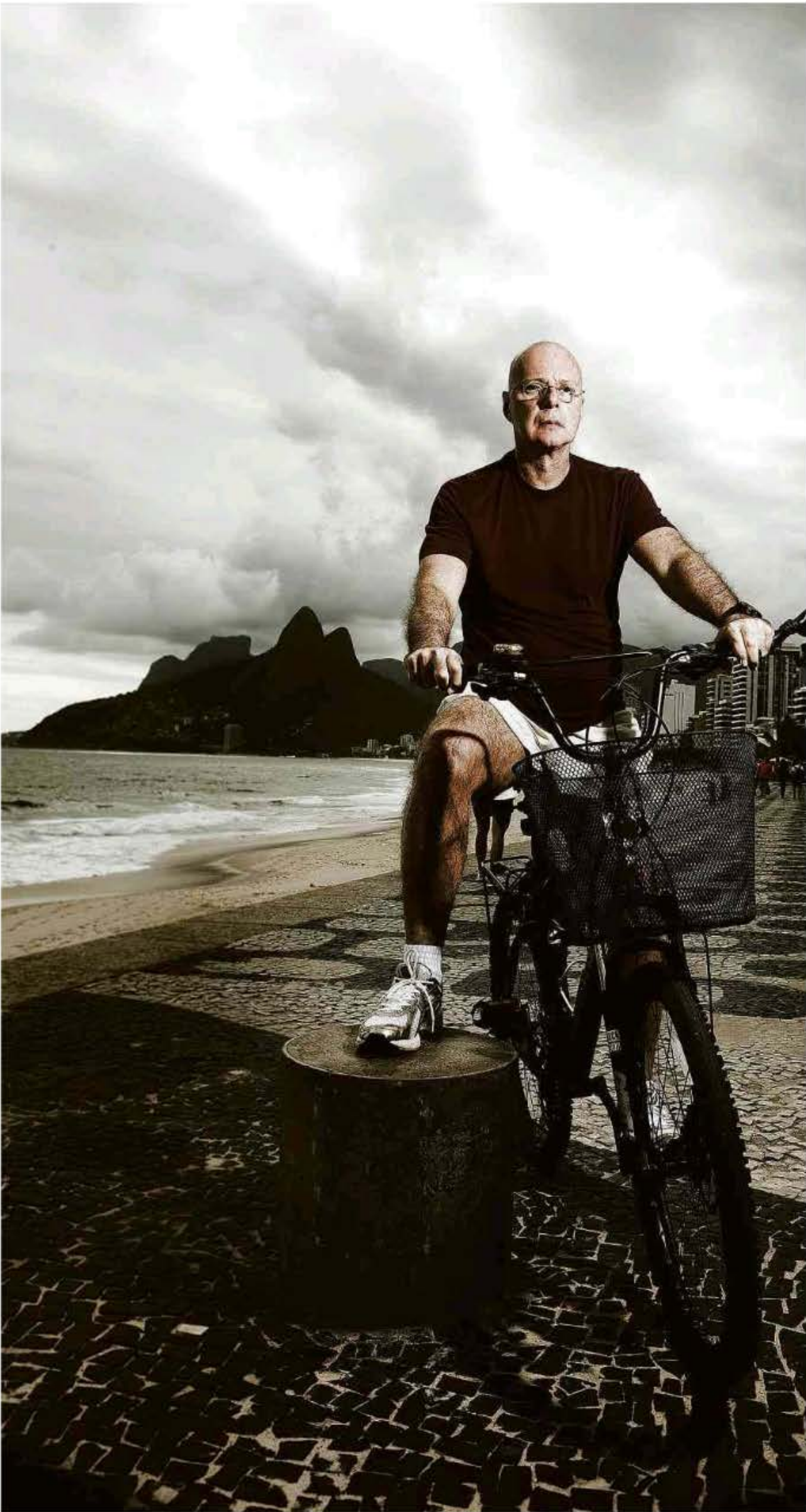
Na minissérie, a política, obviamente, teria de vir embalada por uma história de amor, que foi protagonizada por Malu Mader, no papel de uma mocinha conservadora, e Cássio Gabus Mendes, jovem idealista que se engajou em movimentos de oposição.

Como apontou Artur Xexéo no prefácio do livro sobre "Anos Rebeldes", Braga foi engenhoso ao criar um triângulo amoroso em que o rapaz se divide entre o amor pela garota e o sonho da revolução. Ele manteve seu objetivo de fazer com que o público não soubesse pelo que torcer.

Ainda que tenha feito da ditadura a grande vilã, Braga era herdeiro da veia folhetinesca de Janete Clair mais do que do tom diretamente político do marido da escritora, Dias Gomes. Boni, em sua autobiografia, conta que apresentou Braga a um chef de um restaurante de Nova York como "um grande autor brasileiro", ao que ele retrucou "não sou um autor, sou simplesmente um escritor de folhetim".

Autor ou escritor de folhetim, é considerado o primeiro nome da teledramaturgia brasileira formado exclusivamente na TV —os outros vieram do rádio ou do teatro. No mesmo livro sobre a minissérie, ao escrever sobre suas influências, mencionou, além do cinema, Nelson Rodrigues e best-sellers americanos, contra os quais não tinha preconceito, "como era o caso do Dias". "Ele só elogiava Brecht, que às vezes me parece chato."

Ainda que Braga não fosse da turma politicamente engajada, não foi sem censura que escreveu "Anos Rebeldes". Roberto Marinho determinou que suavizasse episódios que retratavam o momento do AI-5.

No livro, confessou que, apesar do alarde na imprensa, as restrições foram pouco significativas e em menor quantidade do que ele próprio afirmou à época. "Devemos ter reescrito algo como dois capítulos e dito que reescrevemos cinco", contou. "É preciso saber lidar com o poder."

O dramaturgo Gilberto Braga em passeio de bicicleta pela orla do Rio de Janeiro, em 2010 Daryan Dornelles/Folhapress

Trabalhos do autor fizeram moda brasileira sair do mato e ajudaram a fundar o vaivém de estilos

Pedro Diniz

SÃO PAULO Quando a moda era mato, o país já tinha Gilberto Braga. Não havia nem passarela brasileira, mas "Pátria Minha", de 1994, se esforçou para reproduzir uma com o ajambrado minimalismo de Calvin Klein muito em voga naquela época.

Antes dela, o autor conduziu o rebranding do Rio de Janeiro em "Água Viva", de 1980, fundando com Manoel Carlos a estética Leblon chique enquanto alfinetava conservadores com cenas de topless. E, quando nem se falava em merchandising, meteu sandálias de plástico e lurex nos pés de Sônia Braga, transformando "Dancin' Days", de 1978 —e, soubemos depois, a Melissa—, em fenômeno.

Dos lugares-comuns que permeiam a história da moda no Brasil, boa parte do crédito da ideia de que as novelas moldaram o estilo nacional no século 20 é compartilhado por ele e duas figurinistas definitivas em sua trajetória —Marília Carneiro (de "Brilhante", "Celebridade" e "Dancin'") e Helena Gastal (de "Vale Tudo", "Paraíso Tropical" e "Água Viva").

Tão importantes quanto a narrativa e o modo como seus personagens reproduziram os estereótipos das elites e do proletariado, as roupas serviam como espécie de extensão das histórias. Se o trabalho de caracterização parece mais vistoso quando se reconstrói o passado em novelas de época, o autor mudou o estratagema quando o guarda-roupa passou a virar notícia e modismo.

"Mesmo que, de vez em quando, brigássemos, adorávamos um ao outro. Lembro de Gilberto dizer que pensava ter feito uma novela sobre duas irmãs [Dancin' Days], mas havia acabado fazendo uma sobre um par de meias", lembra Carneiro, sobre a história que mudou sua carreira e impôs o colorido das discotecas como a última moda no Brasil do final da década de 1970.

A história de Julia, papel de Sônia Braga, e Iolanda, vivida por Joana Fomm, impactou o país de tal forma que detonou nas ruas a transição dos anos 1970 para os 1980. Os cabelos volumosos da personagem principal, Carneiro diz, foram uma pedra no sapato e uma "decepção" para Gilberto Braga, "que queria uma Rita Hayworth", mas concordou e, sem saber, inaugurou, o novo estilo da década.

Continua na pág. C5

Por décadas, roteirista retratou o jeitinho e a desesperança brasileira

Enredos do autor escancararam a corrupção e o moralismo de um Brasil que parece não ter mudado ao longo dos anos

ANÁLISE

Cristina Padiglione

Interessado nas perversidades que desenham o comportamento humano, Gilberto Braga ocupou espaço nas conversas de sua imensa plateia sem depender de retuítes. Na pré-história da internet, a viralização de seus enredos se consumava pela atemporalidade. E, quando o mundo passou a disputar atenção do espectador por meio das telas, aqueles personagens de outros tempos ganharam voz como se tivessem nascido ontem.

Revisitada pelo Viva em 2010 e em 2018, "Vale Tudo", de 1988, alcançou eco nas redes sociais e gerou perfis que até hoje fazem sucesso no Twitter. A repercussão do folhetim atingiu uma geração que não conhecia a história criada a partir de uma premissa de Braga e escrita com Aguinaldo Silva e Leonor Bassères. "Vale a pena ser honesto no Brasil?", questionava a sinopse. A sobrevivência do dilema, ainda hoje, é uma celebração para a dramaturgia e uma lástima para o país.

Nem por isso as criações de Braga estão calçadas pelo pessimismo. A contemporaneidade da obra é o que faz de seus títulos uma lista de clássicos.

A exposição trazida por ele sobre a impunidade de uma corrupção incrustada no jeito brasileiro, costurada pela trilogia de "Vale Tudo", "O Dono do Mundo", de 1991, e "Pátria Minha", de 1994, haveria de demonstrar uma esperança de país que não daria certo.

Em 1989, o empresário Marco Aurélio, papel de Reginaldo Faria, infrator de toda ordem, fugia do risco de ser preso ao decolar em seu jatinho. Enquanto "dava uma banana" ao país, a câmera mostrava a baía de Guanabara, com a voz de Gal Costa —"Brasil, mostra a tua cara [...]/ Brasil, qual é o teu negócio, o nome do teu sócio, confia em mim". Em solo, os empregados de baixo clero de Marco Aurélio eram algemados e levados aos chiqueirinhos dos camburões.

Corta. Mais de 20 anos depois, Horácio Cortez, o empresário vivido por Herson Capri em "Insensato Coração", de 2011, tenta repetir a cena de Marco Aurélio, mas é algemado assim que dá sua banana no cruzar de braços, já dentro do jatinho. O avião não decola. "O Brasil não aceita mais a impunidade de 20 anos atrás", justificou o autor.

Entre uma novela e outra, o Brasil elegeria quatro presidentes e ejetaria um da cadeira, ato corroborado pelos caras-pintadas que foram às ruas contra Fernando Collor, cantando "Alegria Alegria". A trilha era inspirada pela minissérie "Anos Rebeldes", de 1992, do autor, que pela primeira vez levava à tela da Globo uma obra de ficção sobre a ditadura militar brasileira.

Corta. Em 2018, quando questionado sobre o sucesso que "Vale Tudo" tinha feito no Viva, Braga foi lacônico. "O Brasil não mudou nada desde 1989." O impeachment de Collor, na vida real, e a prisão de Horácio em 2011, na ficção, pareciam indicar novos caminhos, mas isso não se confirmou como ele imaginou.

Em 2015, sua última novela, "Babilônia", voltaria a caprichar na corrupção sistêmica com escândalos no mundo da construção civil. O cenário do folhetim vinha a calhar para o noticiário da época.

O enredo, porém, passou longe da repercussão dos anteriores, sendo ofuscado pela discussão sobre o par lésbico de Fernanda Montenegro e Nathalia Timberg. Muita gente ia às ruas para gritar contra a corrupção, mas estava mais atenta aos valores da dita família tradicional brasileira.

A resistência à abordagem se uniu ao discurso persuasivo e maniqueísta de Moisés, que no mesmo horário mostrava "Os Dez Mandamentos", na Record. Igrejas evangélicas chegaram a promover campanha de boicote a "Babilônia".

A direção da Globo na época reformou os rumos de "Babilônia" para recuar na reflexão de questões de comportamento e atender aos conservadores, o que representou um retrocesso da ousadia que marca a obra do autor.

A TV que ditou moda no passado pelas meias lurex de Sônia Braga em "Dancin' Days" hoje mais obedece do que manda. Agora, que os chefes da Globo não venham dizer que Gilberto Braga fará falta. Falta faz alguma ousadia. Braga teve pelo menos três projetos engavetados pela emissora nos últimos sete anos de sua vida.

Sonia Braga em cena da novela 'Dancin' Days', de 1978 Fotos Divulgação

Cláudia Abreu e Betty Lago em cena da minissérie 'Anos Rebeldes'

Tarcísio Meira e Eva Wilma na novela 'Pátria Minha' Mirian Monteiro/Agência O Dia

Excelente observador, Braga trouxe a alta sociedade carioca de carne e osso para a TV

ANÁLISE

Tony Goes

Na novela "O Semideus", escrita por Janete Clair e exibida em 1973, Nívea Maria vivia uma moça pobre chamada Soninha. Convidada para uma festa da alta sociedade, Soninha não se conteve. "A piscina está cheia de champanhe", gritava ela, deslumbrada.

Janete Clair era uma grande autora, mas não entendia muito do universo dos ricaços. Seus endinheirados tinham hábitos bizarros, que funcionavam como diversão, mas sem paralelo com a vida real.

Não era só ela —com exceção de Braulio Pedroso, que criou grã-finos críveis para tramas como "Beto Rockefeller" e "O Cafona"—, nenhum roteirista conhecia por dentro os códigos da elite brasileira.

Gilberto Braga não gostava de ser apontado como especialista em socialites. Preferia ser lembrado como o autor de sucessos como "Escrava Isaura" ou "Dancin' Days". Mas o fato é que seus personagens da alta roda também eram de carne e osso, longe de qualquer estereótipo. Mesmo quando eram vilões, como a Odete Roitman de "Vale Tudo" ou o Felipe Barreto de "O Dono do Mundo".

Ele não nasceu nesse meio. Vinha de uma família de classe média, mas teve uma educação requintada. Era um leitor voraz e um cinéfilo renitente. Falava francês tão bem que lecionou no curso Aliança Francesa. Também tentou a carreira diplomática antes de se tornar crítico de teatro e cinema.

Ainda nos anos 1970, foi morar com o decorador Edgar Moura Brasil, este, sim, vindo de um clã aristocrático. Os dois formaram um casal bastante visível numa época em que o casamento entre pessoas do mesmo sexo nem sequer estava em discussão. Chegaram a aparecer no "Sociedade Brasileira", um livrinho publicado anualmente que trazia nomes e endereços de figurões da sociedade carioca.

Observador, Gilberto Braga se inspirou nesses tipos para criar alguns de seus personagens. Beki Klabin, a primeira socialite a desfilar como destaque numa escola de samba, serviu de base para Stella Fraga Simpson, excêntrica milionária vivida por Tonia Carrero em "Água Viva", de 1980.

Houve tantos rumores de que o inescrupuloso Felipe Barreto de "O Dono do Mundo", de 1991, era espelhado no cirurgião plástico Ivo Pitanguy que Braga precisou incluir no texto um diálogo em que dois médicos comentavam o desprezo que Pitanguy "sentia" por seu colega ficcional.

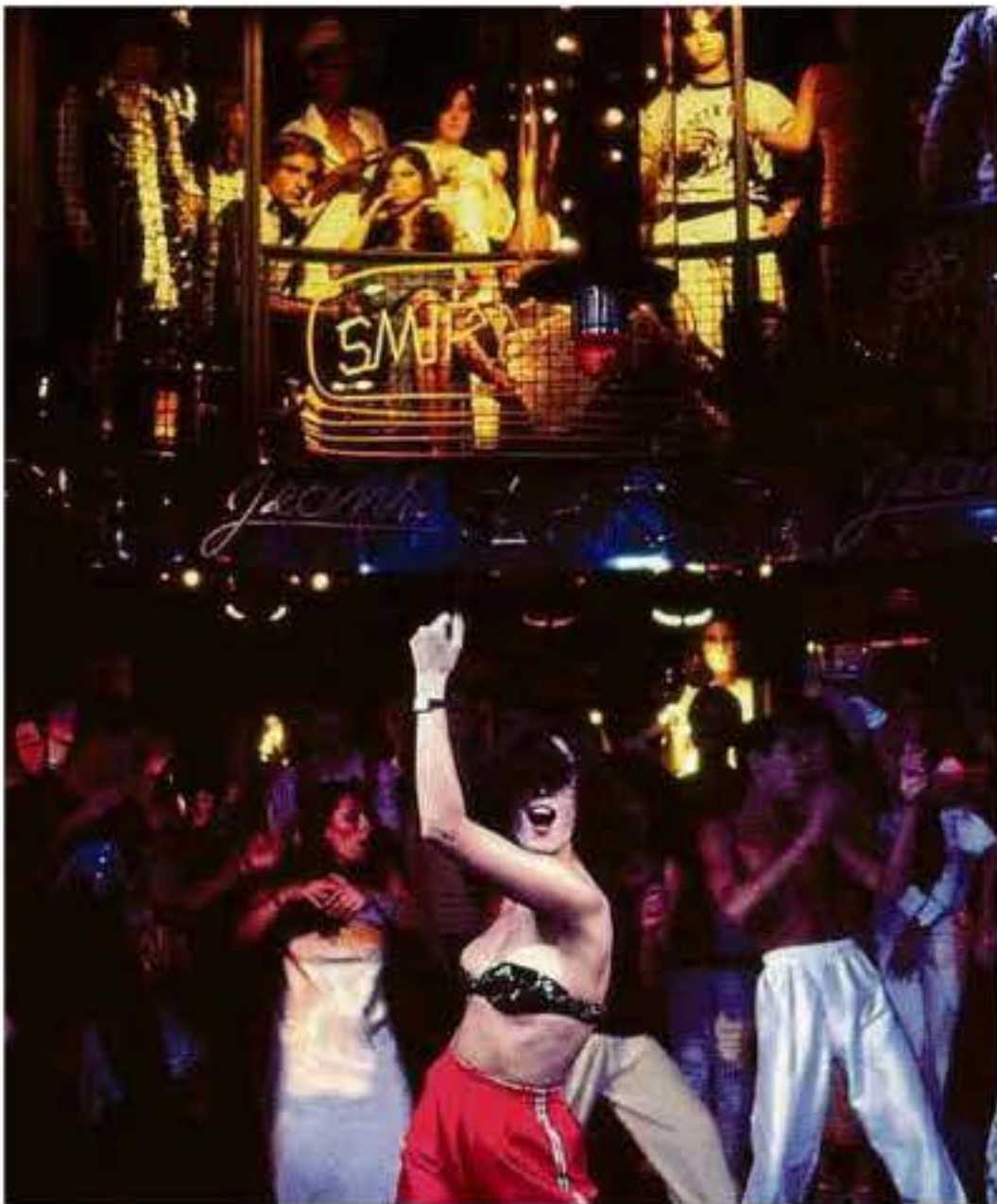
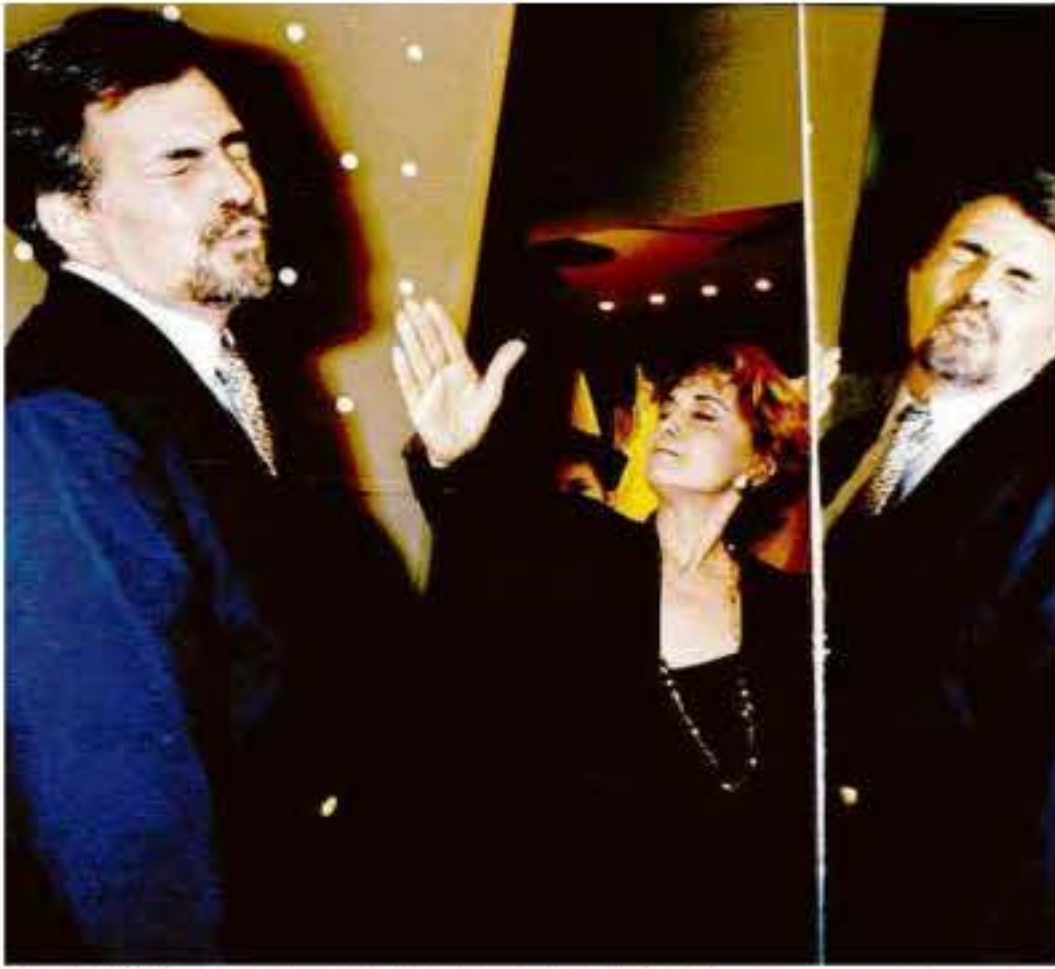
Gilberto Braga também tentou retratar a si mesmo por meio de personagens homossexuais totalmente resolvidos. Foi dele o primeiro gay mais ou menos assumido de uma novela brasileira, o Inácio Newman de "Brilhante", de 1981, encarnado por Dennis Carvalho. Mais ou menos porque a censura da época não deixava o personagem dizer com todas as letras o que de fato vivia. Depois de uma trajetória sofrida, ele embarcava para Nova York com um namorado no último capítulo.

Em depoimento à série "Orgulho Além da Tela", disponível no Globoplay, Braga diz que se arrepende um pouco de Everaldo, o afetadíssimo mordomo vivido por Renato Pedrosa em "Dancin' Days", de 1978. "Ele não ajudou ninguém", lamenta o autor. Mesmo assim, um outro mordomo afetado ainda surgiu em sua obra, se bem que com mais camadas —Eugênio, papel de Sérgio Mamberti em "Vale Tudo", de 1988.

Mas, de modo geral, os gays e as lésbicas das tramas de Gilberto Braga eram distantes dos clichês e da caricatura. Não eram marginais. Todos viviam inseridos na sociedade, produzindo e se dando ao respeito. Era nítida a vontade do escritor em normalizar a situação que ele mesmo vivia em sua intimidade.

Nem sempre dava certo. Em "Insensato Coração", de 2011, o par formado por Marcos Damigo e Rodrigo Andrade se casa no papel, mas sem direito a beijo em frente às câmeras. Quatro anos depois, em "Babilônia", o mundo veio abaixo quando Nathalia Timberg e Fernanda Montenegro se beijaram já no primeiro capítulo.

Gilberto Braga se foi sem ter tido a chance de apagar o gosto amargo da última novela, retalhada pela Globo e rejeitada pelo público mais careta.

Ele deixou, no entanto, uma trama pronta. Agora é torcer para que seja logo produzida.

Continuação da pág. C4

A inspiração nos jeans Fiorucci, sucesso no exterior e trazidos ao Brasil pela empresária Gloria Kalil, impulsionou a cara da juventude oitentista do lado de cá.

Avesso às amarras do pudor e crítico da imagem engessada, independentemente da época de suas novelas, apostava na dualidade de estilo das vilãs e mocinhas.

Uma de suas vilãs, Odete Roitman, reproduziu a nobreza pútrida em colares de pérolas, ombreiras voluptuosas e um senso de elegância em tecido de tweed que se tornaria estereótipo.

Que ele mesmo quebrou, lembremos, quando pôs a vilã Laura, a "cachorra" de "Celebridade", trajada com lencinhos no pescoço e um guarda-roupa minimal em tons off-white. Cobrir os lobos com peles de cordeiro era uma de suas especialidades.

A coleirinha usada por Cláudia Abreu, Carneiro explica, auxiliava o texto desinibido e o pendor sadomasoquista da relação com Marcos, vivido por Márcio Garcia. Era um elemento da interação sexual entre os personagens, que rapidamente ganhou corpo nas cenas e, também, o gosto das ruas.

Saíram daí também as minissaias de Darlene, vivida por Deborah Secco, cujo guarda-roupa fundou a periguete dos anos 2000 e pôs a Miss Sixty e os conjuntos sensuais de cintura baixa em voga. Não haveria Tom Ford com sua Gucci hipersexualizada que fosse páreo para um personagem braguiano.

O look seria atualizado poucos anos depois em "Paraíso Tropical", de 2007, na qual Bebel, construída por Camila Pitanga, jogou os metalizados, as botas de cano alto e o visual hoje do funk carioca no gosto das festeiras.

A bandana de Vera Fischer em "Brilhante", de 1981, os cortes "long bob" que volta e meia adornam a dramaturgia —aquele ondulado Gisele, só que na altura do pescoço—, o look angelical rebelde de "Anos Dourados", de 1986, e o tipo vilã da alta-costura de Glória Pires em "Babilônia", em 2015, são outras linhas da contribuição do autor no vaivém de estilos do país.

Tudo isso está aí como prova que, antes dele, era mesmo tudo meio mato e, depois dele, surgiu uma passarela inteira de criações copiadas e revistas até os dias de hoje.

Werner Herzog explora mundo de simulacros

Entre documentário e ficção, 'Uma História de Família' acompanha empresa que aluga amigos e familiares no Japão

CINEMA
Uma História de Família
★★★★★
EUA, 2019. Direção: Werner Herzog. Com: Yuichi Ishii e Mahiro Tamimoto. Nos cinemas. 12 anos

Inácio Araujo

Desde seus primeiros filmes, Werner Herzog se deixa fascinar por um mundo que lhe parece sempre estranho. Ele pode estar na Alemanha ou na América do Sul, nos Estados Unidos, na Rússia ou na África. Isso vale para a ficção ou para os documentários que faz e nos quais pode eventualmente correr.

Mesmo nos objetos mais cotidianos de nossa vida, traz até o espectador o insólito. E insólito é a palavra que melhor pode definir sua incursão pela cultura japonesa, "Uma História de Família".

Logo no início assistimos ao encontro entre a jovem Mahiro, de 12 anos, e Ishii, o pai que nunca conheceu. Durante a conversa ele explica à jovem que hoje tem outra família, mas que ela é sua primogênita, muito querida et cetera. A cena, como outras envolvendo a garota, traz uma música tolamente melosa.

Na verdade, Ishii representa a Family Romance, empresa especializada em fornecer familiares substitutos. Por exemplo, um rapaz fará o papel de noivo em um casamento a que o noivo não poderá comparecer.

Mas há outras circunstâncias. Um substituto pode receber uma humilhante advertência no lugar do funcionário que errou ao soltar um trem-bala alguns segundos antes da hora certa. Também pode juntar uma penca de supostos paparazzi para fotografar uma candidata a "celebridade" numa rua movimentada.

Mas o essencial de sua empreitada se volta para Mahiro e sua mãe. Profissional exemplar, Ishii acompanha o desenvolvimento da menina, se torna mesmo seu confidente. Existe entre a filha e o suposto pai uma aproximação, o que leva a mãe a admirar o trabalho dele.

Enquanto isso, Ishii se dedica a outros trabalhos, mais passageiros. Mas não é apenas trabalho o que o leva a uma empresa que produz robôs atendentes de hotel. Esta não é uma tecnologia perfeitamente bem desenvolvida, embora os robôs sejam capazes de substituir os recepcionistas de hotel.

Em todo caso, se trata de tecnologia estranha e promissora o bastante para despertar a atenção de Ishii e Herzog. De Ishii porque ele é, como os robôs, substituto de alguma coisa. E de Herzog porque esse mundo de duplos mecânicos o fascina e aterroriza. Não será por acaso que Ishii se debruça sobre o aquário de robôs-peixes. Ele sabe que é isso, algo que não é um peixe, mas se parece com isso. Que não é um pai, mas se parece com isso.

Eis o ponto —um mundo de simulacros que representam algo que um dia foi verdadeiro. Um pai, uma recepcionista, mas deixou de ser. Tudo se tornou um ente robótico, como robóticos podem ser os peixes, enquanto destruímos os verdadeiros. Enfim, se existe uma série de profissionais que simulam desempenhar certos papéis —atendentes de marketing telefônico, por exemplo, são praticamente robotizados—, por que não imaginar um mundo futuro ocupado por esses inquietantes duplos produzidos pela informática?

Não é por acaso que Ishii perguntará ao representante da empresa de robôs se eles têm sonhos, como nós. E o homem responderá apenas que é impossível saber.

Uma resposta inquietante, como inquietante será o final, em que toda a vida de Ishii parece se dobrar sobre ele como uma onda. Pois aqui tudo se duplica, produz realidade, como o artista ao pintar um quadro ou gravar um filme.

"Uma História de Família" estaria ainda mais à altura das preocupações de Werner Herzog se ele tivesse uma produção um pouco maior. Aqui ele foi, além de diretor, roteirista, fotógrafo e operador de câmera, de onde resulta uma fotografia por vezes decepcionante —como no início da era digital— e movimentos de câmera na mão também imprecisos.

Se isso (assim como a música) produz por vezes a impressão de trivialidade num filme, no fim, nada trivial, o melhor é desfrutar das ideias do inquieto cineasta alemão e relevar os problemas —assim são as produções hoje, quando não se dedicam aos personagens da Marvel.

Yuichi Ishii em cena do filme 'Uma História de Família', de Werner Herzog Fotos Divulgação

Mix Brasil terá 'Benedetta', filme de Paul Verhoeven, e vencedor da Palma Queer

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO O Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, evento gratuito voltado a filmes, peças, shows, livros e outras atrações que discutem diversidade sexual e de gênero, trará ao Brasil o filme "Benedetta" para abrir sua 29ª edição. O evento acontece entre os dias 10 e 21 de novembro.

Exibido no último Festival de Cannes, o filme acompanha uma freira do século 17 que começa a ter visões religiosas e eróticas que a perturbam. Ela é, então, auxiliada por uma outra freira, com quem desenvolve uma relação amorosa intensa e carnal.

Adaptado de um livro pelo provocateur Paul Verhoeven, o longa foi visto na Riviera Francesa como uma história calculada para criar escândalo, com seu cartaz que exibe uma freira com os seios de fora e várias cenas de sexo.

Também é destaque do Mix Brasil o francês "A Fratura", de Catherine Corsini, que arrematou a Palma Queer, prêmio para tramas com temática LGBTQIA+ em Cannes. Nele, duas mulheres que estão prestes a se separar precisam ir ao hospital durante um protesto dos coletes amarelos.

Já o documentário "Instruções de Sobrevivência", coprodução entre Alemanha e Geórgia que levou o último prêmio do júri do Teddy —seção pró-diversidade do Festival de Berlim—, acompanha Alexandre, que, por ser constantemente submetido a transfobia, decide mudar de país.

Ao todo, são 21 filmes estrangeiros. Dos Estados Unidos vêm "Being BeBe - A História de BeBe Zahara Benet", "O Canto do Cisne" e "Potato Sonha com a América". A Alemanha aparece com "Bliss", "Boy Meets Boy", "Genderation" e "Gendernauts". Ainda da Europa vêm o romeno "Campo de Papoulas", o norueguês "Hello World", o francês "Os Amores de Anaïs", o espanhol "Sedimentos" e o britânico "Sweetheart". A Coreia do Sul apresenta "Um Lugar Distante" e o Canadá, "No Ritmo da Vida".

A América Latina é representada pelo colombiano "Leading Ladies" e os argentinos "Canela" e "Esse Fim de Semana", coprodução com o Brasil. Com o Panamá, os brasileiros também produziram "Wigudun, Alma de Dois Espíritos".

Daphne Patakia e Virginie Efira em cena do filme 'Benedetta', que integra o Mix Brasil

Um soco na cara e a revanche

Briga na infância forjou o estilo combativo de Roberto Marinho, indica livro

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

Roberto Marinho tinha seis anos quando foi agredido por um colega de escola, um certo Mongaguá, com um soco forte, que o derrubou. É a "pancada inaugural", como diz o título do primeiro capítulo do recém-publicado perfil biográfico do empresário, de autoria de Eugênio Bucci ("Roberto Marinho", Companhia das Letras, 334 págs., R$ 84,90).

"No dia em que foi a nocaute, o aluninho do Paula Freitas se transformou e entendeu de uma vez o sentido da palavra coragem", registra Bucci. O episódio merece seis páginas do livro e é retomado no último parágrafo do capítulo final, coroando a narrativa. "Foi a memória oculta, inconfessa, da criança nocauteada que o impeliu para o combate".

Leonencio Nossa, o principal biógrafo de Marinho ("O Poder Está no Ar") não dá maior atenção ao assunto—"o aluno se tornou um criador de casos e brigas com os colegas", resume. Pedro Bial, o biógrafo oficial ("Roberto Marinho"), dedica 11 linhas ao caso, registrando o soco e a revanche, cerca de 15 anos depois.

A fonte dos três autores são anotações que Marinho pôs no papel pensando em escrever uma autobiografia ("Condenado ao Êxito"). Falando de si na terceira pessoa, o empresário anotou que, um dia, em Copacabana, reconheceu o colega que o agredira.

"Desferiu em seguida uma série de socos e chutes, aplicados com furor e técnica, que deixou o tal sujeito arriado, quase desfalecido na calçada. Tudo isso sem dizer uma palavra. Quando se deu por vingado e recompensado, afastou-se sem pressa."

Bucci vislumbra: "Bater foi prazeroso. Mongaguá despencou. De alma lavada, a criança indefesa do colégio Paula Freitas tinha se transformado num rapaz alinhado, namorador, bon vivant, vaidoso e violento. Já não tremia na hora do coice". Diferentemente de uma biografia, que busca o retrato mais completo possível, o perfil costuma ser uma tentativa de propor um desenho a partir da escolha de alguns traços que o autor julga definidores. Não cabe tudo.

Bucci, creio, foi bem-sucedido no seu esforço. Certamente será criticado por deixar de lado ou minimizar alguns problemas essenciais, mas enfrentou tópicos sensíveis, como o impulso que a Globo registrou durante a ditadura militar e a fidelidade de Marinho ao regime até o fim. Assim como a sua habilidade em continuar influindo e se beneficiando do poder na transição para a democracia.

Não há muita novidade factual em relação aos livros publicados antes, mas Bucci apresenta reflexões originais. Ao tratar da grave crise que levou à moratória da empresa, em 2002, o autor mostra como os filhos de Marinho, então no comando, agiram preocupados em preservar a credibilidade do grupo.

"Nesse ponto, os filhos se diferenciavam do pai. O velho Roberto Marinho não tinha uma compreensão elaborada desse conceito abstrato que leva o nome de credibilidade. Para o pai, o segredo do sucesso da Globo passava por um bom trânsito com o poder político e uma dose superior de arte e engenho para agradar a classe média."

Compreensivelmente restrito ao personagem, que morreu, aos 98 anos, em agosto de 2003, Bucci não avança na análise sobre a Globo pós-Roberto Marinho. Mas não deixa de ser sugestivo que tenha dado tanta importância ao episódio do nocaute no colégio.

Num ambiente de disputa global, o maior grupo de comunicação do país hoje parece uma criança pequena diante de alguns rivais muito maiores. Os desafios são complexos, e o cenário não parece favorável à empresa brasileira. Coragem certamente será uma qualidade indispensável a Paulo Marinho, neto de Roberto Marinho, que assumirá a presidência da empresa em 2022.

Agência Falsificadora de Notícias

Bolsonaro diz que florestas causam impotência para abafar o desmatamento

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

No início da semana, o Facebook tirou do ar o vídeo em que o presidente Jair Bolsonaro faz uma relação absurda entre a vacina contra Covid-19 e Aids. O YouTube também decidiu suspender o canal do presidente por uma semana.

A iniciativa das duas plataformas não foi tão mal recebida pelo Palácio do Planalto. As afirmações polêmicas desviaram os holofotes dos desastres mais recentes do governo, como o furo do teto de gastos por Paulo Guedes, que levou à debandada de quatro secretários e a queda de 4% na Bolsa de Valores.

Não é a primeira nem a 50ª vez que Bolsonaro fala disparates para camuflar seu governo catastrófico.

Ele já postou vídeo com golden shower, na mesma época do anúncio do PIB abaixo do esperado. Insinuou que a vacina pode transformar pessoas em répteis, para justificar ter ignorado ofertas do imunizante pela Pfizer. Também disse que o isolamento social é "frescura", para encobrir o atraso da campanha de vacinação.

Vendo a eficiência de suas declarações em propagar o caos, o presidente aproveitou o ócio de uma semana sem produzir lives para fundar a Agência Falsificadora de Notícias.

Como diz o nome, a função da AFN é criar notícias falsas para encobrir calamidades do governo. A técnica desenvolvida pela agência é pegar um assunto de extrema importância para o país, mas abandonado pelo governo, e associá-lo a um tema temido por seus apoiadores.

Na próxima live, para encobrir o relatório da CPI da Covid —no qual foi indiciado por crimes contra a humanidade—, Bolsonaro pretende anunciar que membros da comissão são contra a família e, na madrugada, realizam rituais satânicos.

Já para conseguir abafar os números recordes de desmatamento, ele deve insinuar que florestas causam impotência e que o tamanduá-bandeira é comunista.

No mês seguinte, para camuflar a evasão escolar recorde em 2021, o presidente pretende divulgar dados que comprovam que o método Paulo Freire leva à queda capilar.

As fake news vão continuar até o final de 2022, quando ele pretende retomar a notícia falsa de fraudes nas urnas eletrônicas para camuflar sua humilhante derrota. Elas devem parar quando ele sair da Presidência direto para os tribunais internacionais. Aí não vai ter mentira que cole.

Galvão Bertazzi

|DOM. Ricardo Araújo Pereira |SEG. Bia Braune |TER. Manuela Cantuária |QUA. Gregorio Duvivier |QUI. Flávia Boggio |**SEX. Renato Terra** |SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Cuteleiros da América Latina se reúnem em reality televisivo

Desafio sob Fogo América Latina
History, 22h, 12 anos
Derivada de uma das franquias mais populares do canal, o reality reúne oito cuteleiros de diversos países da América Latina em sua quarta edição. Quatro deles são brasileiros, o que dá boas chances ao nosso país de vencer o concurso pela quarta vez seguida.

Risca Faca – Arte por Quem Faz
Plataformas de áudio e site do Goethe-Institut
Com curadoria de Brisa de la Cordillera, Ian Wapichana, Ivy Souza, Juliana Prado Godoy e Luisa Putterman, o podcast busca uma experiência sonora para refletir sobre a arte contemporânea.

Crianças do Sol
Para compra ou aluguel em diversas plataformas, 12 anos
Para encontrar um tesouro que estaria sob uma escola, um garoto que vive nas ruas só tem uma opção —se matricular lá. O drama do diretor iraniano Majid Majidi esteve entre os semifinalistas do Oscar de filme internacional de 2021.

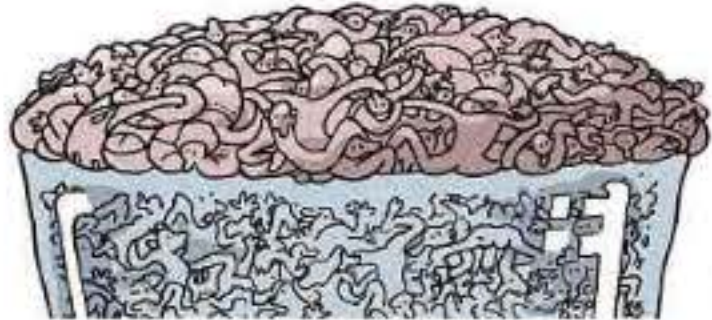
Mil Colmilhos
HBO Max, 16 anos
A primeira série original da plataforma na Colômbia conta a história de um comando de elite em missão na selva. Quando os soldados começam a ser eliminados por uma entidade misteriosa, um segredo de 500 anos vem à tona.

Peneiras do Futebol
YouTube do Sesc Bom Retiro, a partir de 14h
Em cinco episódios semanais, esta websérie traz especialistas de diversas áreas abordando os processos seletivos de novos talentos do futebol. Narração de Renato Rodrigues, da ESPN/Fox Sports.

O Arquiteto e o Imperador da Assíria
Vimeo, 20h, 16 anos, grátis
A peça de Fernando Arrabal, sobre o encontro entre o sobrevivente de um acidente aéreo e um nativo em uma ilha, ganha direção de Cesar Ribeiro, com Eric Lenate e Helio Cicero no elenco. De quinta a domingo, até 7 de novembro.

Linhas Cruzadas
Cultura, 22h, 10 anos
A jornalista Thaís Oyama e o filósofo e colunista da **Folha** Luiz Felipe Pondé contam a origem dos memes e mostram alguns divertidos exemplos.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

você pode ter conversas profundas e significativas sozinha. na sua cabeça. você não precisa de mais ninguém. por exemplo, esta é uma boa conversa que estou tendo agora. uma conversa esclarecedora agora

GODOKU

texto.art.br/fsp

	Ç	U		I		T		
						U		
	C	T	A		U	L		
			N				A	
T		E	L		I	C		U
	A				C			
		C	E		A	N	T	
		A						
		Ç		C		A	L	

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido um sinônimo para permissão

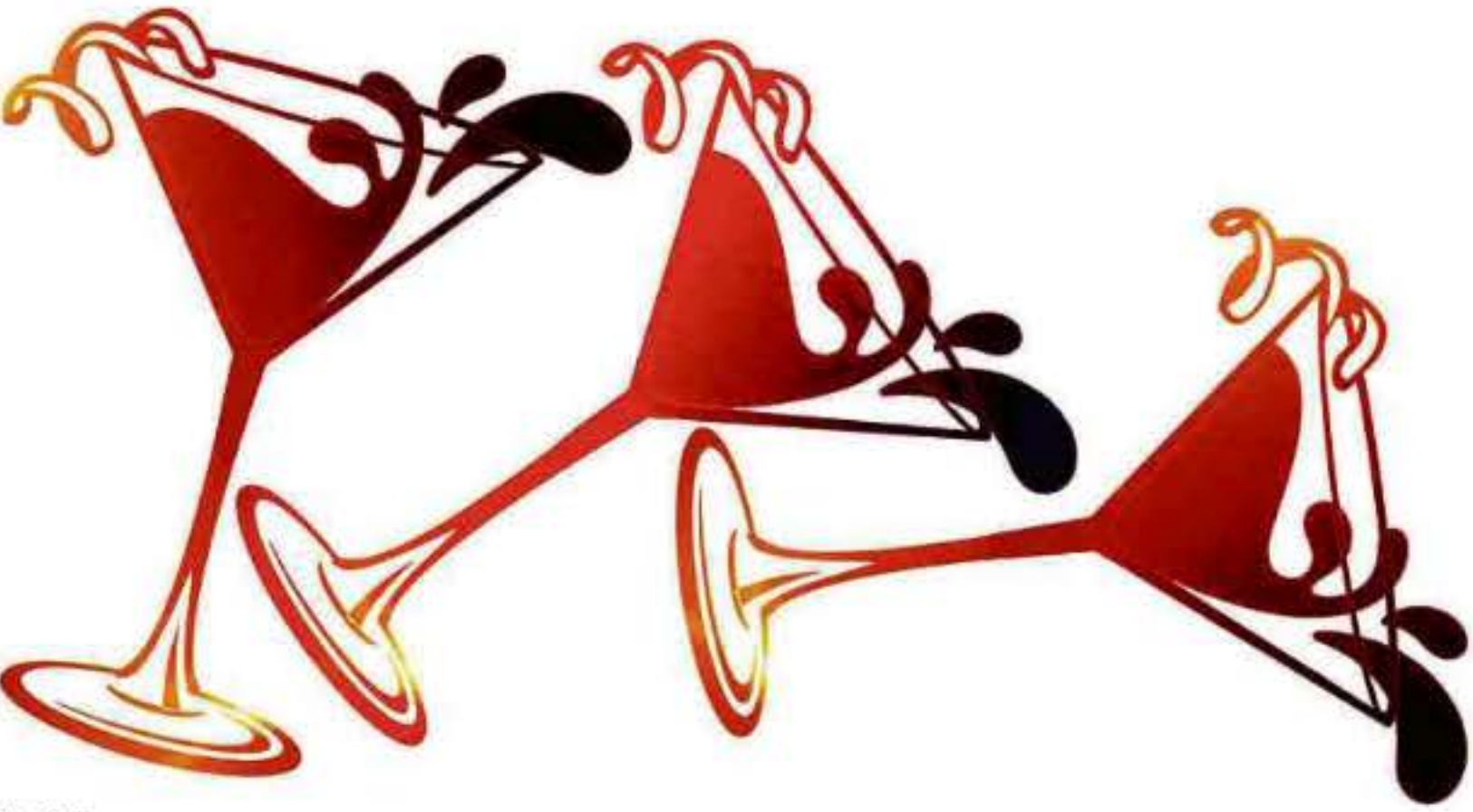
SOLUÇÃO

A	Ç	U	C	I	L	T	E	N
L	I	N	Ç	T	E	U	C	A
E	C	T	A	N	U	L	I	Ç
C	U	L	N	E	Ç	I	A	T
T	N	E	L	A	I	C	Ç	U
Ç	A	I	T	U	C	E	N	L
U	L	C	E	Ç	A	N	T	I
N	E	A	I	L	T	Ç	U	C
I	T	Ç	U	C	N	A	L	E

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. O livro do filatelista / Distintamente, perfeitamente **2.** (Poét.) Qualquer navio / Extremo superior **3.** Morador da cidade que foi a primeira capital da Itália **4.** Profissional que produz livros e jornais / O humorista e escritor Soares **5.** Embalagem para extrato de tomate / (nos acuda) Locução que significa grande movimento **6.** Desprovido de motivação **7.** Sigla do estado de Fortaleza / Área cultivada com alfaces, cenouras etc. **8.** Abrir um buraco **9.** Perfumado **10.** Uma obra em versos / Também não **11.** As letras entre o N e o R / A fábrica que produz o "Bis" e o "Sonho de Valsa" **12.** O cantor e compositor inglês McCartney, ex-integrante dos Beatles / Abonar **13.** Naquela ocasião.

VERTICAIS
1. (Anat.) Eminência do pavilhão da orelha / A extremidade posterior do navio **2.** O ex-piloto austríaco Niki (1949-2019), tricampeão da F1 / Espécie de jogo com 40 cartas **3.** A palmeira mais alta do Brasil / Ordem de pagamento à vista **4.** Uma das cidades mais antigas do Brasil (SP) / Liam Neeson, ator irlandês de "A Lista de Schindler" **5.** Irmão / Alegre, divertido **6.** Continuar a ser / Desejo veemente **7.** Pedido da plateia para repetição de uma apresentação / O Sr dos químicos **8.** Edson Celulari, ator / Planta cujas fibras são próprias para sacos / Sinal em forma de flecha que indica direção **9.** Excessivamente sentimental / Interjeição que expressa vivo desejo que determinada coisa ocorra

HORIZONTAIS: 1. Álbum, Bem, **2.** Nau, Ápice, **3.** Turinês, **4.** Editor, Jô, **5.** Lata, Deus, **6.** Injusto, **7.** CE, Horta, **8.** Escavar, **9.** Cheiroso, **10.** Poema, Nem, **11.** OPQ, Lacta, **12.** Paul, Fiar, **13.** Então.
VERTICAIS: 1. Antélice, Popa, **2.** Lauda, Escopa, **3.** Buriti, Cheque, **4.** Itanhaém, LN, **5.** Mano, Jovial, **6.** Perdurar, Afã, **7.** Bis, Estrôncio, **8.** EC, Juta, Seta, **9.** Meloso, Tomara.

Marta Mello

Obituário

Não há mais lugar para o martelo dos alfas na revolução que matou James Bond

Fernanda Torres

Atriz e roteirista, autora de 'Fim' e 'A Glória e Seu Cortejo de Horrores'

O mundo desmoronando aí fora, o Brasil no ralo, 600 mil mortes, a inflação, a Bolsa, o dólar, o inominável, o centrão e o Guedes... Eu sei. Me perdoe, leitor, mas hoje vou apelar para o escapismo.

Com a vacina em dia e os anticorpos em alta, catei o marido, os filhos e fui dar adeus ao James Bond de Daniel Craig, na primeira sessão de cinema, depois de dois anos de isolamento.

Eu não deveria reagir como reagi. Que importância tem um assediador sexista, macho branco parido na Guerra Fria? Nenhuma. Mas 007 faz parte do meu imaginário e é difícil ignorá-lo.

Às novinhas, nascidas na era da reparação feminista, pouco interessa o capeta. Mas eu cresci com tesão no Capitão Kirk, gamei no Sean Connery ainda na infância e sonhei caber no biquíni da Rachel Welch, em "Dr. No". Por mais que lute, ou esconda, guardo memórias cálidas de certos ícones da masculinidade tóxica e fui grata a Craig pela ressurreição do duplo zero.

O Bond louro de Craig amou e foi traído pela estonteante Eva Green; quase virou eunuco, nas mãos de Mads Mikkelsen; foi patolado por Javier Bardem e verteu lágrimas por Judi Dench. Apesar do DNA condenável, o espião que me amava evoluiu a ponto de merecer existir no planeta MeeToo. Assim eu acreditava.

Se você tem planos de conferir "Sem Tempo Para Morrer", aconselho pular de página. Daqui para frente, é tudo spoiler.

Seguindo as novas diretrizes, o filme abre com Bond curado da ninfomania, afastado do serviço secreto e prestes a se casar. Logo, o hiato romântico com a heroína de "Spectre", a ótima Léa Seydoux, evolui para a costumeira cena de ação, uma perseguição de carros de tirar o fôlego na belíssima Matera, cidade encravada nas rochas da Itália meridional.

A sessão prometia.

Lashana Lynch, futura 007, é introduzida na trama pouco adiante, em outro bom momento de tiro, porrada e bomba na Jamaica. Não quero repetir com Lashana a injustiça sofrida por Craig ao assumir o papel. Aguardemos. Idris Elba, um candidato e tanto a encarnar o espião, foi descartado porque era preciso adequar Ian Fleming ao tempo presente, refundando sua criatura na pele não só de um negro, mas de uma mulher. Eu já sabia da guinada, mas nada me preparou para o desfecho.

No final da fita, os diálogos sofríveis se juntam à péssima interpretação de Rami Malek. Seu vilão é um simulacro do Freddie Mercury que lhe valeu o Oscar. Não bastasse o sub malvado, ainda arrumaram uma atriz mirim, filha, pasmem, do velho Bond. Errar é humano, "Spectre" e "Quantum of Solace" também escorregam na saída, não é todo dia que se cospe um "Skyfall".

Feliz, no domingão com a família, eu deixara o senso crítico em casa, mas a dez minutos da conclusão, percebi horrorizada o rumo que as coisas tomavam. Primeiro, envenenaram James, depois, armado com uma pequena pistola, o puseram para enfrentar um exército de metralhadoras. Furado como peneira, ele se arrastou até a laje da fortaleza da ilha do Doutor Nada onde, combalido e ereto, foi pulverizado por uma chuva de mísseis arrasa quarteirão, lançados pela CIA, em conluio com o MI-16.

Era a malhação do Judas.

"Mataram o James Bond?!", perguntou-me um dos filhos chocado. "Sim, meu bem, assassinaram o personagem".

Que o condenassem à solidão de Amir Klink, velejando pelos mares antárticos, a léguas de distância do sexo oposto. Que o jogassem no mar com uma pedra amarrada ao pescoço, ainda haveria a esperança de uma fuga à la Houdini, a chance de um to be continued. Mas, não. C'est fini, caput, acabou, game over. Nunca mais "my name is Bond, James Bond".

Thor também vai virar Thora, nem em Asgard há mais lugar para o martelo dos alfas. Indiana Jones é outro. Eu até entendo Harrisson Ford não ter mais joelho para correr atrás de tesouros, e Phoebe Waller-Bridge é muito, mas muito melhor do que o sofrível Shia LaBeouf, que me causou arrepios quando vestiu o chapéu do pai. Mas a questão de gênero foi catastrófica para "Men in Black". "Men in Black", cujos heróis eram um negro e um representante da terceira idade.

A indústria baseada em pesquisas de tendência parece agir em bloco, transformando toda mudança em receita de bolo. Mais do mesmo. Pastiche. É como a calça jeans desbotada, no comercial da Levi's dos anos 1970, e a publicidade da Coca-Cola do último capítulo do "Mad Men". Revolução em lata.

Amo "Atomic Blonde" e Mystique, gosto das mulheres Maravilha e não tanto da Viúva Negra. Adoro "Fleabag", "I May Destroy You", "Sra. Maisel" e a Tina, no "Mad Max". Gosto de Lawrence em "Red Sparrow" e sou devota de Ana Terra, Capitu, Marcela, Virgília, Karenina e Bovary.

Mas precisava matar o James?

|SEG. Luiz Felipe Pondé |TER. João Pereira Coutinho |QUA. Marcelo Coelho |QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** |SÁB. Mario Sergio Conti

O músico Letieres Leite em show que fez com a cantora Mariana Aydar Bruno Poletti/Folhapress

Morre Letieres Leite, maestro que iluminou a percussão afro

Criador da Orkestra Rumpilezz colaborou com Maria Bethânia e Ivete Sangalo

João Pedro Pitombo

SALVADOR O maestro e compositor Letieres Leite morreu nesta quarta em Salvador, aos 61 anos. A informação foi confirmada por Mauro Rodrigues, produtor-executivo do Instituto Rumpilezz, que abriga a orquestra conduzida pelo maestro desde 2006.

Nascido na capital baiana, Leite tinha trajetória sólida na música brasileira como instrumentista e arranjador. Ganhou maior notoriedade a partir de 2006, quando fundou a Orkestra Rumpilezz.

Com formato inspirado nas big bands, a banda mesclava instrumento de sopro e de percussão e buscava dar uma nova roupagem à tradição afro-brasileira, inspirada na música sacra do candomblé, em grupos de percussão e elementos do jazz.

O nome Rumpilezz é a representação dos três atabaques do candomblé, o rum, o rumpi e o lé, acrescido do "zz" de jazz. A orquestra foi a realização das ideias esboçadas por Leite nos anos 1980, quando estudava em Viena e teve a ideia de criar a partir do universo percussivo baiano.

Leite teve relação com a arte desde jovem. Aos 13 anos, enveredou pelas artes plásticas como pintor e gravurista.

Em 1977, começou a cursar artes plásticas da Universidade Federal da Bahia, que frequentou por três anos. Ao mesmo tempo, começou a estudar música como autodidata. Era multi-instrumentista, mas sua especialidade eram a flauta e o saxofone.

Ele se tornou músico profissional em Salvador, trabalhando com artistas como Gerônimo Santana e Saul Barbosa. Foi para a Áustria em 1985 e ingressou no conservatório Franz Schubert em Viena. Retornou ao Brasil em 1994, passando a trabalhar com artistas como Elba Ramalho, Daniela Mercury e Ivete Sangalo.

Atuou como maestro e arranjador na banda de Sangalo, com quem gravou oito discos.

Há pouco, Leite colaborou com Maria Bethânia, no show "Claros Breus" e em alguns arranjos do disco "Noturno", e também com Caetano Veloso.

Artistas e autoridades lamentaram a morte do músico, destacando o seu trabalho. "Meu amigo genial! Letieres Leite. Só aprendi coisas maravilhosas convivendo com você", disse Sangalo.

Caetano também lamentou sua morte nas redes. "Conversar com ele era ganhar uma aula sobre claves rítmicas e gostos harmônicos. A música baiana, a música brasileira, a música perdeu hoje um dos seus maiores formadores", disse.

BELLUS - NO CENTRO DO GIRO ESTÁ A ALMA
Detalhe de pintura de Dadá Cardoso exposta na galeria Andrea Rehder Arte Contemporânea, no Jardim Paulista, zona oeste de São Paulo; a mostra começa nesta quinta-feira e fica em cartaz até o dia 4 de dezembro Divulgação

Peças adaptam 'Tatuagem' e Marcelino Freire

'Nossos Ossos' marca volta da Cia. da Revista e dá início a trilogia com artistas pernambucanos e temática LGBTQIA+ em SP

Vitória Macedo

SÃO PAULO No entorno, cabines que lembram as de peep show abrigam o público que assiste à história e flerta com o voyeurismo. Como se participassem de algo privado, enquanto atores se misturam a um coração de luzes de LED que pisca ao fundo e paletes de madeira, os espectadores vão se ambientando à peça "Nossos Ossos", adaptada do romance de mesmo nome escrito por Marcelino Freire.

Dirigido por Kleber Montanheiro, o espetáculo marca a volta da Cia. da Revista, que finalmente reabrirá as portas no centro de São Paulo, após suspender as atividades em março do ano passado por causa da pandemia. "Nossos Ossos", que recebe o público a partir de sábado, 30, conta a história de Heleno de Gusmão, um dramaturgo pernambucano que veio para a capital paulista atrás de um amor.

A trama, embalada por cenas de beijos e de pegação, mostra o personagem resgatando no necrotério o corpo de Cícero, um michê com quem ele se relacionava e que foi assassinado nas ruas de São Paulo. A partir daí, Heleno se impõe a missão de levá-lo até Poço do Boi, a cidade natal do rapaz, em Pernambuco —trajeto no qual começa a se lembrar de sua própria infância no sertão. As composições da pernambucana Isabela Moraes ajudam a deixar o clima ainda mais intenso.

O espetáculo é o primeiro de uma trilogia que será encenada no projeto "Conexão São Paulo - Pernambuco", com três peças que ligam os dois estados e comemoram os 25 anos da Cia. da Revista, celebrados no ano que vem.

Kleber Montanheiro, o diretor, conta que encontrou o romance de Marcelino Freire enquanto buscava por artistas pernambucanos para o projeto e que se encantou com o diálogo entre o amor e a morte, o clima de dor e perda da narrativa, que é acompanhada por uma poética delicada. "Apesar de ser uma síntese do romance feita em uma hora, um espetáculo compacto, há muitos trechos que são do Marcelino", afirma.

Até porque o escritor, que diz até ter pensado em se tornar ator, circulou pelo universo do teatro no Recife. "Toda vez que escrevo meus contos, eu penso em teatro, penso no ator e na atriz em cena", diz Freire. Uma versão online e reduzida de "Nossos Ossos" também estará disponível de forma gratuita no perfil no Facebook da companhia. Ela é feita a partir da visão de um dos personagens, que filma com o celular cerca de 15 minutos das cenas do espetáculo.

A segunda peça a chegar aos palcos será uma versão de "Tatuagem", filme de Hilton Lacerda que causou burburinho quando lançado, em 2013, com cenas de sexo gay e Jesuíta Barbosa e Irandhir Santos no elenco. "A gente enterra os mortos em 'Nossos Ossos' e vai para a festa nesse outro espetáculo", diz o diretor.

A ideia é fazer com que a peça "Tatuagem" recrie a Chão de Estrelas, companhia teatral fictícia que protagoniza o filme e que serviu de inspiração para uma nova série de Lacerda, lançada neste ano.

Assim como em "Nossos Ossos", em que a cenografia feita por Montanheiro integra a dramaturgia, com uma espécie de voyeurismo em uma cabine com um plástico que embaça a vista, "Tatuagem" tem cenário pensado para também fazer parte do show.

Mas desta vez não será uma cabine que responde às medidas de proteção sanitária por causa da Covid-19 —pelo contrário, será para fazer com que a plateia se sinta parte da Chão de Estrelas, sentada em mesas com serviço de bebidas durante a apresentação.

A expectativa é que "Tatuagem" estreie em março, quando a equipe espera que a pandemia esteja ainda mais controlada no país. "A gente está de olho, andando conforme a dança", diz Montanheiro. Em "Tatuagem", essa dança será embalada por músicas de As Baías e trilha sonora inédita escrita por Assucena Assucena, ex-integrante do grupo.

Além da conexão entre São Paulo e Pernambuco, com um ciclo de idas e vindas entre os estados, há também um outro pilar forte no projeto —a temática LGBTQIA+.

"O projeto como um todo parte de uma ideia de entender melhor as relações de amor, de tolerância. Não só no sentido da comunidade LGBTQIA+, mas também na aceitação dos nordestinos, porque existe ainda muito preconceito", afirma o diretor.

Elenco de 'Nossos Ossos', espetáculo dirigido por Kleber Montanheiro que estreia no sábado (30) Cleber Correa/Divulgação

Nossos Ossos

Dir.: Kleber Montanheiro. Dramaturgia: Daniel Veiga. Com: Vitor Vieira, Aivan, Evas Carretero, Demian Pinto, João Victor Silva e Cezar Rocafi. Espaço Cia. da Revista - al. Nothmann, 1.135, Santa Cecília, região central. De 30/10 a 12/12. Sáb. e dom., às 19h; Sessões extras aos sábados, às 21h30; Ingr.: R$ 20 e R$ 40 (cada ingresso garante cabine com dois lugares). Vendas por sympla.com.br

Festival de teatro negro apresenta as últimas peças

SÃO PAULO Ruth de Souza foi a primeira atriz negra a pisar no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1945. Responsável por abrir caminhos para que outros artistas negros entrassem nesses espaços, ela é homenageada no Dona Ruth: Festival de Teatro Negro de São Paulo, que chega à terceira edição, com apresentações até domingo, dia 31.

Com cerca de 30 atividades, que incluem shows, espetáculos, conversas e atividades de formação, o evento tem grande parte da programação online, mas conta com atos presenciais.

Entre os destaques dos últimos dias está a peça "Xawara - Deus das Doenças ou Troca Injusta" —xawara significa epidemia para o povo yanomami. Na performance, exibida no sábado (30), no teatro João Caetano, Juão Nyn propõe um escambo entre o seu cocar e peças de roupas ou acessórios usados pelo público.

Já no domingo (31), é a vez de "Vermelho, Branco e Preto", em que Cibele Mateus mergulha no imaginário afrodiaspórico para saber mais sobre as fontes do riso. No espetáculo, encenado no teatro Cacilda Becker, a atriz mistura narrativas caboclas, o sistema colonial e a sua identidade e espiritualidade de mulher negra e periférica.

"Episódio I: Uenda-Congembo (Morrer)" também é exibido no domingo, mas no João Caetano. Na montagem, reflexões são costuradas sobre a morte e sobre tudo o que podemos ou não ser nos momentos finais.

O Festival de Teatro Negro de São Paulo é gratuito. Programação completa e endereços estão no site donaruthftnsp.com.br. VM

Personagens da animação 'A Família Addams 2 - Pé na Estrada', que traz de volta os personagens da franquia que mistura humor e terror Divulgação

ESTREIAS DO CINEMA

CAMPINAS (SP) Com o Dia das Bruxas já no domingo (31), mais um terror chega aos cinemas de São Paulo nesta quinta (28), depois da continuação da franquia "Halloween". O blockbuster da semana é "Espíritos Obscuros", título algo vago para uma produção do premiado Guillermo del Toro —vencedor do Oscar de melhor filme por "A Forma da Água", de 2017—, com direção de Scott Cooper, que se arrisca no terror pela primeira vez.

Entre as outras estreias do circuito, "Uma História de Família", do cineasta alemão Werner Herzog, e o suspense "Os Tradutores" se destacam. Confira a lista a seguir.

De Volta à Itália

Liam Neeson dá uma pausa em seus brucutus para viver um artista que viaja com seu filho para a Itália, enquanto se reaproxima do rapaz.

Reino Unido/Itália, 2020. Dir.: James D'Arcy. Com: Liam Neeson, Micheál Richardson e Valeria Bilello. 12 anos

Espíritos Obscuros

★★☆☆☆

A produção de Guillermo del Toro conta a história de uma professora de uma pequena cidade que busca ajudar um menino cuja família sofreu uma transformação sobrenatural graças a um monstro.

EUA, 2019. Dir.: Scott Cooper. Com: Keri Russell e Jesse Plemons. 16 anos

A Família Addams 2 - Pé na Estrada

A sinistra e amável família ganha mais um título de animação, em que a trupe sai de férias pelos Estados Unidos. Oscar Isaac e Charlize Theron emprestam suas vozes para Gomez e Mortícia em inglês.

EUA, 2021. Direção: Greg Tiernan e Conrad Vernon. Com: Oscar Isaac e Charlize Theron (em inglês). Livre

Lamaçal

Nesta produção, Pablo retorna às paisagens onde viveu sua infância e se confronta com um antigo trauma.

Argentina/Brasil, 2020. Direção: Franco Verdoia. Com: Esteban Meloni, Raquel Karro e Gabriel Goyti. 14 anos

Uma História de Família

★★★☆☆

O novo filme do diretor alemão Werner Herzog, premiado por filmes como "O Homem Urso" e "Fitzcarraldo", mistura documentário e ficção para falar de uma empresa no Japão que aluga substitutos humanos que encenam serem pais, amigos e familiares de quem os contrata. No longa, a jovem Mahiro, de 12 anos, encontra Ishii, o pai que nunca conheceu —mas que, na prática, trabalha na companhia especializada em fornecer familiares postiços

EUA, 2019. Direção: Werner Herzog. Com: Yuichi Ishii e Mahiro Tamimoto. 12 anos

A Mensageira

Uma office girl descobre estar transportando uma bomba de gás pronta para explodir a única testemunha capaz de depor contra um mafioso.

EUA/Reino Unido, 2019. Direção: Zackary Adler. Com: Olga Kurylenko, Gary Oldman e Amit Shah. 16 anos

Os Tradutores

Confinados em um bunker, nove tradutores são contratados para verter um bombástico best-seller que não pode vazar de jeito nenhum. Mas não dá outra, e páginas do livro começam a se espalhar.

França, 2019. Dir.: Régis Roinsard. Com: Lambert Wilson, Olga Kurylenko e Riccardo Scamarcio. 14 anos

turismo

Salvador esconde miniatura de Caribe nas ilhas da Baía de Todos os Santos

Com acesso difícil vindo da capital, praias de água morna mal aparecem nos roteiros turísticos

Marcos Nogueira

SALVADOR Corumbau, Caraíva, Trancoso, Porto Seguro, Comandatuba, Itacaré, Boipeba, Morro de São Paulo, Praia do Forte, Costa do Sauípe: o que não falta na Bahia é praia. Com 932 km de extensão, é natural que o maior litoral do Brasil ainda tenha uma ou outra joia pouco conhecida. O estranho é que algumas dessas praias lindas e quase secretas estejam em Salvador.

Um Caribe em miniatura fica nas águas limpas e translúcidas da Baía de Todos os Santos, que banham a capital. A baía tem 56 ilhas, mas só em uma delas, Itaparica, o turismo é uma atividade relevante. As 55 restantes, como a belíssima Ilha dos Frades, apenas começam a se preparar para receber veranistas.

Apesar da incontestável beleza e da ocupação muito antiga —a baía foi navegada por Américo Vespúcio, a serviço de Portugal, em 1501—, o conjunto de ilhas nunca se equipou para o turismo. O acesso é difícil, devido à falta de linhas regulares de barcos, e não há estrutura receptiva que comporte um grande fluxo de visitantes.

A razão do relativo esquecimento das ilhas é a forma como elas foram ocupadas. Grandes áreas são propriedade privada da elite regional, enquanto a população de baixa renda habita vilas precárias. Até pouco tempo atrás, os que tinham dinheiro para investir não tinham interesse em receber turistas; recentemente, mudaram de ideia.

A Fundação Baía Viva (fundacaobaiaviva.org.br) trabalha em projetos e obras para melhorar a estrutura das ilhas e capacitar os ilhéus para atividades de interesse turístico. É mantida pela iniciativa privada, com parceiros do setor público. Sua atual presidente é a advogada Isabela Suarez, filha de Carlos Suarez, ex-sócio da empreiteira OAS e dono de terras nas ilhas.

As ações se percebem principalmente na Ilha dos Frades, onde a fundação restaurou patrimônio histórico e facilitou a instalação de restaurantes e pousadas. Na vizinha Bom Jesus dos Passos, foram criados corredores gastronômicos para abrigar bares e restaurantes. Nas duas, construíram-se terminais náuticos para a chegada dos visitantes.

Vista aérea do Loreto, na Ilha dos Frades, com capela do século 17 restaurada Fotos Divulgação

Terraço ao lado do casarão principal do Cerimonial Loreto, que hospeda eventos e casamentos

Na Ilha dos Frades, o ponto mais bonito é uma localidade chamada Loreto. Ali há uma capela do século 17, totalmente restaurada, numa ponta que avança sobre o mar. A igrejinha é usada para celebrar casamentos cujas festas ocorrem num espaço de eventos de propriedade da família Suarez, em um casarão histórico no terreno contíguo.

Quando não hospeda eventos, o complexo fica aberto à visitação e conta com um pequeno museu mantido pela Baía Viva, com informações sobre história, geografia, fauna e flora das ilhas. O acesso ao Loreto é livre, mas não há linhas regulares de transporte para lá.

Na extremidade oposta da ilha, a Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe concentra a incipiente estrutura turística. Lá, atracam os barcos turísticos que saem do continente pela manhã.

Trata-se de um ótimo bate-volta para o turista hospedado na parte urbana de capital baiana —apesar de ficar distante, no fundo da baía, a ilha integra o município de Salvador. A praia em frente ao vilarejo tem água calma, limpa e morna.

O visitante pode almoçar um peixe honesto num restaurante simples, ou, se quiser um programa gastronômico sério, visitar a Preta.

Preta é o apelido de Angeluci Figueiredo, fotógrafa que se tornou uma das cozinheiras mais celebradas da Bahia. Com a ajuda da Baía Viva, Preta transferiu-se da Ilha da Maré, nas proximidades, para a Ilha dos Frades.

Em um ambiente todo aberto e decorado com antiguidades colecionadas por Preta, você pode pedir uma das várias opções do mar ou fazer como fazia Jorge Amado. O restaurante prepara aquele que, segundo o colega João Ubaldo Ribeiro, era o prato predileto do escritor: o malassado. Ou a malassada. Ou mal-assado. Ou, ainda, mal-assada.

Independentemente da grafia, trata-se de uma peça grande de filé bovino, servida malpassada em molho escuro da própria carne. Na Preta, ele vem com legumes e farofa de requeijão de corte.

Guadalupe deve receber, ainda este ano, uma filial do restaurante espanhol La Taperia, de enorme sucesso no bairro do Rio Vermelho.

Se o plano é pernoitar na ilha, as melhores acomodações estão na pousada Pretoca —que, como você astutamente adivinhou, é anexa ao restaurante da Preta. A diária para casal, em apartamento com ar-condicionado, custa a partir de R$ 750. Inclui um café da manhã mais que farto: é um exagero de delícias regionais (cuscuz, tapioca, tubérculos cozidos), bolos, pães e frutas.

A algumas braçadas de distância, a Ilha de Bom Jesus dos Passos mantém a rusticidade de colônia de pescadores. Próximo ao atracadouro, a Fundação Baía Viva concentrou os restaurantes dos nativos em um corredor com instalações padronizadas.

No Cantinho da Sheila, a pedida é comer até morrer as moquecas e outras preparações baianas, gostosas e muito fartas. Exatamente ao lado, no Restaurante das Águas, a chef Vanessa Soares prepara massas, risotos e pizzas, além do repertório típico baiano.

A dificuldade de acesso segue sendo um entrave à descoberta das ilhas pelo visitante sem barco. Não há transporte regular entre Salvador, Frades e Bom Jesus.

O turista sem barco pode alugar uma lancha, o que não sai por menos de R$ 3.000 no bate-volta. Pode fazer um passeio turístico que inclua uma dessas ilhas no roteiro, com todos os percalços de um passeio turístico —quase todas as linhas incluem também Itaparica, mas há uma exclusiva para a Ilha dos Frades.

Ou, pode ir por terra até Madre de Deus, em uma viagem de 1h30 em estrada ruim a partir do centro de Salvador, e lá contratar um barqueiro.

O turista sem barco pode até burlar o sistema, mas o turismo no caribinho soteropolitano é todo voltado para o turista com barco.

O jornalista Marcos Nogueira viajou a convite da Fundação Baía Viva.

+

Saiba como chegar, onde ficar e o que comer por lá

ILHA DOS FRADES

Transporte

Barcos operados por agências turísticas partem do Terminal Turístico Náutico da Bahia Tel.: (71) 3241-9783. Quanto: R$ 120 (com transfer do hotel) em privetur.com.br

Hospedagem

- Pretoca Pousada: quartos com ar-condicionado e banheiro a partir de R$ 750 com café. No Instagram: @pretocdapousada
- Ecopousada da Lu: cabanas de madeira com ventilador, banheiro coletivo a partir de R$ 180 com café. No Instagram: @ecopousadarestaurantedalu

Alimentação

Restaurante Preta: moqueca de peixe e banana-da-terra (R$ 140, individual); malassado (R$ 125, individual)

BOM JESUS DOS PASSOS

Transporte

O traslado até a ilha é feito em embarcações pesqueiras, contratadas diretamente no terminal náutico de Madre de Deus (município a 66 km do centro de Salvador)

Hospedagem

- Pousada Bomja Village: quartos com ar-condicionado, R$ 350 com café. Tem piscina. No Instagram: @bomjavillage.
- Casa do Tamarineiro: quartos com ar-condicionado, a partir de R$ 100 por pessoa. No Instagram: @casadotamarineiro

Alimentação

- Cantinho da Sheila: moqueca de peixe e camarão, R$ 150 (para 2 ou 3 pessoas). No Instagram: @cantinhodasheila
- Restaurante das Águas: mariscada com siri, peixe, polvo, camarão, mexilhão, sambá galo e peguari (R$ 160, para 2 ou 3 pessoas). No Instagram: @dasaguasbj

A música do acaso

Suplico: não deixe de planejar, mas deixe espaço para o inesperado

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo".

Não estava no roteiro. Ou estava. Só que de passagem. Do lado de fora, merecendo não mais que um passar de olhos. Mas, aí, eu vi aqueles estranhos vitrais.

Ainda em Zurique, na minha viagem recente à Suíça, a primeira desde janeiro de 2020, eu estava mais que entusiasmado com a visita guiada ao centro histórico.

Afinal, eu iria visitar o Cabaret Voltaire, o berço do dadaísmo, um lugar de peregrinação para quem, como eu, é apaixonado pela arte do século 20.

Pedi especialmente à minha guia, Luci, que incluísse essa parada no seu já completo itinerário, recheado de igrejas simples, porém adoráveis, e que fazem parte da história da cidade.

Como a Fraumünster, com seus vitrais de Marc Chagall.

A Grossmünster estava no roteiro e, no seu exterior, parecia não pedir uma atenção maior. Até que eu vi os tais vitrais.

Vistos do exterior da construção, nem emitiam todo seu esplendor. Mas aquelas formas inesperadas de um enorme mosaico de ágata me fizeram lembrar que já havia lido alguma coisa sobre eles. Sim! Eles eram de Sigmar Polke.

Polke é, claro, um dos artistas contemporâneos europeus mais venerados dos últimos tempos. Já persegui retrospectivas dele pelos museus do mundo e foi fácil associar aqueles vitrais ao meu arquivo de referências dele.

Feita a conexão, implorei à Luci para sairmos do planejado, entrar lá e vê-los em todos seu esplendor.

Poderia gastar o resto do meu espaço aqui descrevendo o que vi, mas não encontraria palavras agora para me ajudar a descrever a experiência que vivi na Grossmünster. Absolutamente transformadora.

Faço melhor uso desta coluna, no entanto, para chamar sua atenção para o valor do acaso nas viagens. Se não fosse por ele, eu talvez não tivesse tido essa epifania em Zurique.

Com as fronteiras se abrindo, ainda que timidamente, novas perspectivas de viagem retornam ao nosso imaginário.

As passagens aéreas ainda estão (muito) caras, e o valor do dólar cresce proporcionalmente ao volume de mentiras que conta aquele que chegou ao poder com a promessa de baixá-lo.

Mesmo assim, insisto, já podemos sonhar com outros horizontes novamente. E, ao fazer seus futuros roteiros, eu suplico: não deixe de planejar; mas deixe espaço para o acaso.

Foi ele que, numa caminhada em Rishkesh, Índia, me fez ouvir umas mulheres cantando num pequeno templo e seguir até elas, hipnotizado por uma tarde inteira às margens do Ganges.

Foi, ainda, o acaso que me fez descobrir uma casa de mais de 200 anos em Talat Noi, no bairro chinês de Bangkok, refúgio para o caos da minha cidade favorita no sudeste asiático.

Ou um fadista aos prantos num pequeno cabaré no Porto, Portugal.

Esbarrei sem querer nos artistas mais incríveis de Bali no meio da estrada, a caminho do Pura Tirta Empul, o templo das águas da ilha indonésia. E no Beaubourg de Paris, pegando carona numa visita guiada, desvendei os segredos do "Quadrado Preto", de Malévitch.

O acaso me trouxe amigos em Istambul, ateliês de artistas em Salvador, uma madraça no meio do nada no Mali, uma carne seca dos deuses em Luang Prabang, um fantoche de couro em Mumbai.

Também ele me fez comprar uma placa de metal com uma estrela de Davi em Wolleka, Etiópia, e uma tampa de freezer do mercado Roque Santeiro, em Luanda, Angola onde se lê: "Salão de Confiança, Entra Feio Sai Bonito".

O mundo que visitei até hoje (e pretendo seguir visitando!) seria bem diferente se eu não tivesse me entregado ao acaso. E essa é a única música que quero dançar quando puser os pés de novo em um destino que eu ainda não explorei.

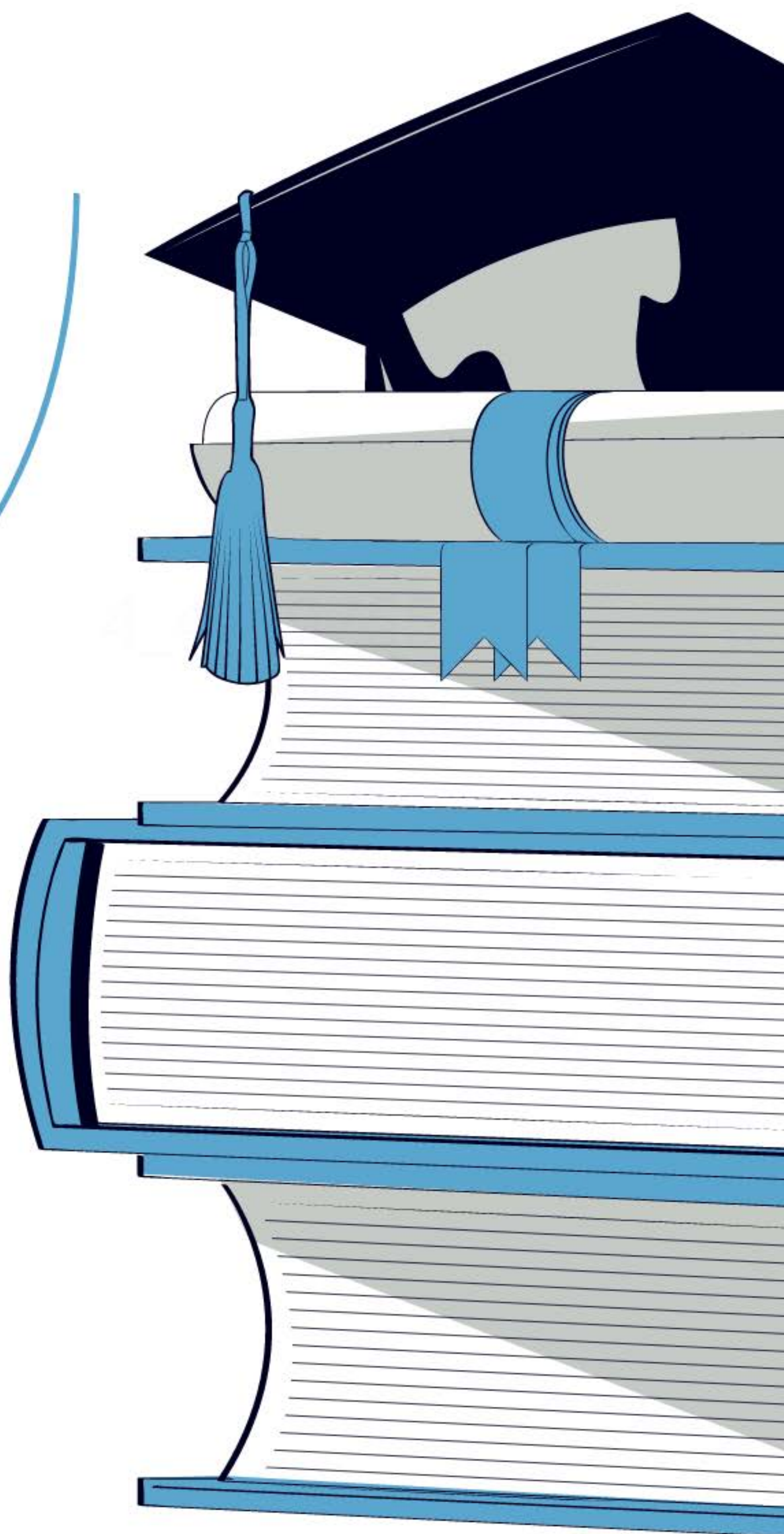
QUI. **Josimar Melo,** Zeca Camargo

GRADUAÇÃO/PÓS

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

MOMENTO DA DECISÃO

Planejar o futuro, escolher a faculdade ideal, o curso e a profissão que deseja seguir. Essas são apenas algumas das decisões que os estudantes do final do ensino médio precisam tomar. E quando essa decisão afeta o bolso? Aí é preciso buscar alternativas: financiamento, bolsa de estudos... Importante também refletir sobre quais são os objetivos de longo prazo na carreira escolhida. Para isso, atualização, aprimoramento, complementação da formação acadêmica, desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais devem entrar na mira dos estudantes para que a jornada renda bons resultados. Neste caderno, você verá que as pós-graduações são um diferencial em um mercado de competição cada vez mais acirrada. Mas decidir qual o melhor formato e que tipo de curso atende às necessidades da carreira é uma pergunta que exige pesquisa e informação. Leia mais sobre essas questões nas páginas a seguir

Ilustrações Henrique Assale

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Enem ou vestibular?

Quem deseja conquistar uma vaga no ensino superior deve prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o vestibular das faculdades de seu interesse. "Principalmente, para áreas muito concorridas, como Medicina, o ideal é participar de todos os processos possíveis e deixar a escolha para depois", orienta Antônio Freitas, pró-reitor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Enem é um exame aceito pelas universidades federais e pelas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, que reservam parte ou a totalidade de suas vagas para selecionar alunos por meio da nota dessa prova. Há ainda algumas instituições que oferecem vagas pelos dois sistemas, vestibular e Enem, como o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a FGV.

As notas do Enem também são utilizadas em processos seletivos de instituições de ensino superior de países como Portugal, França, Irlanda, Reino Unido e Canadá. Portanto, é um exame importante para quem tem planos de fazer a graduação fora do país.

O conteúdo da prova do Enem tem como base a grade do ensino básico, definida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A prova do vestibular segue as especificidades de cada instituição de ensino e até de cada curso. Algumas escolas, inclusive, entrevistam os candidatos.

2

Financiamento?

Se está difícil arcar com os custos da graduação, você pode lançar mão de programas educacionais e créditos educativos. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do Ministério da Educação, para estudantes de baixa renda, é um dos mais conhecidos.

O Fies pode financiar o valor total ou parte da mensalidade de uma faculdade privada, com base no perfil socioeconômico do candidato. O pagamento acontece depois da conclusão do curso.

Outra iniciativa do Ministério da Educação é o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsas de estudo integrais e parciais em faculdades particulares para estudantes que não têm condições de pagar. Em caso de bolsa integral, o aluno não precisará arcar com qualquer valor. Se for parcial, pagará a diferença entre o valor da bolsa e a mensalidade integral.

Os financiamentos privados também podem ser uma alternativa. Cada um com seus requisitos e condições próprias, são concedidos por alguns bancos e outras instituições financeiras. Algumas universidades privadas também possuem modalidades de financiamento, além de bolsas de estudo.

Presencial ou a distância?

Estar em uma sala de aula tradicional ou virtual não interfere na qualidade do curso, desde que alunos e professores estejam adaptados e à vontade com cada uma das modalidades. "Para o mercado de trabalho não faz qualquer diferença se você fez uma graduação ou pós-graduação presencial ou online. Inclusive essa informação não estará em seu certificado", afirma Wilton Arruda, coordenador de pós-graduação das Universidades UNG e Univeritas/UNG.

Independentemente da modalidade, ao fazer a escolha do curso, o aluno deve estar atento à reputação da instituição, conversar com outras pessoas que já tenham realizado o curso, verificar se o programa está alinhado a suas expectativas e objetivos profissionais e de carreira.

O curso online é mais flexível em termos de horários para quem tem uma agenda que o impede de assistir aulas presenciais em horários fixos. Mas essa liberdade das aulas virtuais pode ser um desafio se você não for organizado para dar conta do conteúdo e cumprir os prazos. "O importante é estudar e, qualquer que seja a modalidade escolhida, o que vai fazer a diferença é sua dedicação", diz Arruda.

4 O que o mercado valoriza?

Conhecimento técnico ainda é importante, mas cada vez mais as empresas estão de olho nas soft skills, aquelas habilidades comportamentais essenciais para transitar confortavelmente em ambientes em transformação. "São profissionais que se destacam pela boa comunicação, ficam à vontade no mundo digital, trabalham muito bem em equipe, têm capacidade analítica", afirma Renata Giovinazzo Spers, professora do Departamento de Administração da FEA-USP.

A capacidade analítica tornou-se uma habilidade fundamental em todas as áreas. "O profissional precisa saber resolver problemas, com base em sua experiência e na análise de dados", ressalta João Pinheiro de Barros Neto, professor do curso de Administração e coordenador do curso de extensão Liderança Aplicada da PUC-SP.

Em um mundo em que a experiência e o perfil de solucionador de problemas estão sendo cada vez mais valorizados, já não é mais suficiente ter no currículo o nome de uma boa faculdade, acompanhado de muitos outros cursos. Portanto, para quem busca o primeiro emprego é importante revelar iniciativas como trabalhos voluntários, participação em projetos extracurriculares, uma ação realizada para solução de um problema no bairro onde mora, com seus respectivos resultados.

5 Como turbinar a carreira?

Investir em você é a melhor maneira de turbinar a carreira. Para isso, é essencial ter uma estratégia alinhada à sua realidade atual e aos planos para o futuro.

Atualização constante por meio de cursos, leitura, participação em eventos, bom uso dos meios digitais e atenção a novas oportunidades fazem parte do pacote, assim como o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

"Uma pessoa feliz na vida pessoal tende a ter uma conexão maior com sua carreira, disposição e segurança para viver novos desafios", afirma Luciene Dourado de Melo, da área de Recursos Humanos das Universidades UNG e Univeritas/UNG.

O desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais auxilia o profissional a ocupar posições mais elevadas e a ampliar as possibilidades de atuação, segundo a professora do Núcleo de Estudo em Organizações e Pessoas da FGV-EAESP, Vanessa Cepellos. Também é importante manter uma rede de contatos atualizada e ativa. "Interagir com pessoas, ter acesso a diferentes ideias só contribui para o crescimento pessoal e profissional e pode gerar oportunidades interessantes", diz Cepellos.

6 Carreiras do futuro?

Todas as áreas do mercado estão experimentando um forte impacto de tecnologias como inteligência artificial, realidade virtual e economia digital. "As carreiras do futuro já começaram", afirma Diogo Cortiz, coordenador do curso de Design da PUC-SP. "A inteligência artificial e a ciência de dados, por exemplo, estão crescendo muito desde o ano passado e não chegaram nem perto ainda de todo o seu potencial."

O design de interação é uma das novas carreiras que tem ganhado força. É esse profissional que desenvolve, entre outras coisas, a interface necessária entre as novas tecnologias e as pessoas para que elas possam usufruir seus benefícios no dia a dia.

Para entender esse mundo novo e principalmente as pessoas (consumidores e clientes) uma ferramenta tradicional, a pesquisa, se uniu ao design e a área de Pesquisa em Design passou a fazer parte da estrutura das empresas.

E outras novas demandas vão surgir, como antropólogos de inteligência artificial; profissionais em governança de inteligência artificial; especialistas em privacidade. A tendência é valorizar profissionais interdisciplinares mais do que o especialista em uma única área.

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

7 Teste vocacional?

Muitos estudantes ficam em dúvida sobre qual curso prestar ou em qual área querem trabalhar. Nessa hora, os testes vocacionais podem ser um bom aliado para ajudar na decisão.

O teste vocacional é uma das ferramentas que podem ser utilizadas dentro de um processo de orientação profissional, explica André Novaes, coordenador de Psicologia da Univeritas/UNG. "O autoconhecimento é o caminho para fazer a escolha profissional e o teste vocacional auxilia a eliminar algumas dúvidas."

O especialista recomenda que a escolha profissional seja feita com calma, respeitando o processo de desenvolvimento de cada um.

É importante retirar o peso de que se está fazendo uma escolha para o resto da vida. Esse sentimento é comum na fase da primeira escolha profissional, ao fim do ensino médio. A realidade, no entanto, é outra. "Saber que podemos escolher hoje e, depois, se for necessário, mudar o rumo facilita muito", afirma Novaes.

8 Tipos de pós-graduação

Quem quer continuar estudando após a graduação na universidade deve ficar atento às várias opções e o que cada uma delas oferece. Existem vários tipos de pós-graduação. As stricto sensu (mestrado e doutorado) e as lato sensu (especializações, o que inclui MBAs).

Quem opta pelo mestrado e doutorado geralmente quer seguir carreira acadêmica, como professor ou pesquisador, mas o mercado também tem absorvido esse tipo de profissional nos últimos anos.

O MBA (mestre em administração de negócios) é um curso interessante para quem deseja se aprofundar, atualizar ou mesmo mudar de área, segundo Mario Pinto, diretor de Ensino Superior da Escola de Negócios e Seguros. "O MBA permite acompanhar as necessidades do mercado. Hoje precisamos transitar por diversas áreas, como sustentabilidade, dados, gestão", afirma o diretor, que faz um MBA em gestão de dados.

Renata Giovinazzo Spers, professora do Departamento de Administração da FEA-USP, recomenda o MBA para profissionais em início de carreira, mas já com uma bagagem de três a cinco anos de atuação no mercado. "É uma pós-graduação em que os alunos precisam trocar experiências e vivências", justifica.

Para profissionais que fizeram ou pretendem fazer o MBA no exterior, uma dica importante: em outros países, o MBA equivale a um mestrado e ao concluir o curso o aluno pode partir para um doutorado se quiser. O mesmo não acontece no Brasil, onde o MBA é uma pós-graduação lato sensu que não permite que o aluno faça direto o doutorado, mesmo que tenha feito o curso no exterior.

Mestrado profissional ou acadêmico?

Você fez pós-graduação e agora quer fazer um mestrado. Nessa etapa de sua formação, vai encontrar duas modalidades: o mestrado profissional e o acadêmico. Ambos têm, no mínimo, dois anos de duração e ao concluir você terá o título de mestre e poderá fazer um doutorado, se pretende dar continuidade à sua formação.

O mestrado acadêmico está voltado à formação de pesquisadores e docentes que desejam fazer carreira no ensino superior. O mestrado profissional, por sua vez, além da pesquisa, tem uma parte voltada para a atuação nas empresas.

A escolha entre os dois está relacionada à visão de carreira de cada um, explica Renata Giovinazzo Spers, professora do Departamento de Administração da FEA-USP. "Se você deseja uma aproximação com o mundo acadêmico no futuro, mas sem abandonar a carreira corporativa, o mestrado profissional é o indicado. Mas se você já tem certeza de que vai se dedicar exclusivamente à pesquisa e ensino, a escolha deve ser o mestrado acadêmico", afirma.

Graduação no exterior?

Para quem tem o sonho de fazer uma graduação no exterior, a primeira recomendação é refletir sobre suas expectativas, saber exatamente o que quer para evitar frustrações. Depois, vem a pesquisa sobre as instituições e o respectivo país onde planeja estudar. É importante entender o processo de admissão, que é muito diferente do praticado no Brasil, e o que cada instituição tem a oferecer.

As instituições no exterior avaliam o perfil do candidato de maneira mais ampla, além do desempenho acadêmico. Elas querem conhecer o aluno, interesses, conquistas, características pessoais etc.

Além de dados cadastrais, histórico escolar do ensino médio, certificação e teste de idiomas, você terá que fazer redações sobre sua trajetória pessoal e entrevistas.

Selecione as universidades que se encaixam em suas expectativas, entenda bem o processo de admissão e comece a se preparar. Invista em seus pontos fracos e melhore ainda mais seus pontos fortes.

Um dado importante é que, se você prestou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sua nota pode ser considerada para o ingresso em um curso de graduação no exterior. A parceria formal existe entre o Brasil e Portugal, mas instituições de outros países, como Inglaterra, França, Irlanda e Canadá, também aceitam a nota do Enem.